

**unesp**  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**  
**“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”**  
**Faculdade de Ciências e Letras**  
**Campus de Araraquara - SP**

EDUARDO YOSHIMOTO

# **GÊNERO, SEXUALIDADE E MUDIATIZAÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA:**

Podcast Escolar produzido com educandas e educandos do  
Ensino Médio



ARARAQUARA – S.P.  
2020

EDUARDO YOSHIMOTO

# **GÊNERO, SEXUALIDADE E MEDIATIZAÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA:**

Podcast Escolar produzido com educandas e educandos do  
Ensino Médio

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Sexualidade, Cultura e Educação Sexual

**Orientador:** Professor Doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**Bolsa:** CAPES/DS

ARARAQUARA – S.P.  
2020

Y65g

Yoshimoto, Eduardo

GÊNERO, SEXUALIDADE E MIDIATIZAÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA : PODCAST ESCOLAR PRODUZIDO COM EDUCANDAS E EDUCANDOS DO ENSINO MÉDIO / Eduardo

Yoshimoto. -- Araraquara, 2020

313 p. : tabs., mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),  
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

1. Gênero. 2. Educação Sexual. 3. Ensino de Sociologia. 4. Podcast.  
5. Mídia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

EDUARDO YOSHIMOTO

# **GÊNERO, SEXUALIDADE E MEDIATIZAÇÃO NO ENSINO DE SOCIOLOGIA:**

Podcast Escolar produzido com educandas e educandos do  
Ensino Médio

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação Escolar.

**Linha de pesquisa:** Sexualidade, Cultura e Educação Sexual

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro

**Bolsa:** CAPES/DS

Data da defesa: 14 / 12 / 2020

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. PAULO RENNES MARÇAL RIBEIRO**  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/UNESP

---

**Membro Titular: Profa. Dra. MARIA REGINA MOMESSO**  
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL/UNESP

---

**Membro Titular: Prof. Dr. DARBI MASSON SUFICIER**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

---

**Membro Titular: Prof. Dra. ANA AMÉLIA C. C. AMORIM S. DE CARVALHO**  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

---

**Membro Titular: Prof. Dra. BERENICE MARIA ROCHA SANTORO**  
INSTITUTO FEDERAL DO SUL DE MINAS GERAIS

---

**Local:** Universidade Estadual Paulista  
Faculdade de Ciências e Letras  
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico esse trabalho à minha mãe (*in memoriam*), por todas as adversidades que ela passou comigo na concepção e nos meus primeiros meses de vida e que agora, de alguma forma, tento retribuir, nunca com o mesmo afincio dela, mas certamente com o mesmo sentimento.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Sem este auxílio, não poderia me licenciar da instituição de ensino na qual leciono para realizar esta pesquisa. Toda trajetória é construída por vários elementos, numa intrincada rede de acontecimentos que, por vezes, não nos damos conta de quantos altos e baixos fizeram parte dessa história. Há horas em que desacreditamos que conseguiremos chegar ao fim desse caminho. Este projeto, agora materializado em um texto, foi escrito não somente a quatro mãos com meu orientador, o Professor Doutor Paulo Rennes Marçal Ribeiro, a quem de pronto agradeço a generosidade, atenção e a troca de conhecimento; para além dessas mãos, estão as marcas de muitos outros sujeitos, mais próximos, os amigos que fiz nas andanças durante essa trajetória acadêmica, como o querido amigo e agora Professor Doutor Fausi dos Santos; minha colega doutoranda Leny André Pimenta e nossas memoráveis discussões acadêmicas durante o trajeto até à faculdade; a professora Dra. Ana Amélia de Carvalho pela acolhida humana e acadêmica em Portugal, as professoras e professores no doutorado, mas em especial o professor Dr. Sebastião Lemes; o professor Dr. Laan Mendes de Barros e a turma do mestrado em comunicação da FAAC em Bauru, especialmente, Aracély, Ester, Vitória e Danilo; as companheiras(os) das disciplinas do doutorado e do mestrado. A toda a equipe da gestão, administração, técnica e secretariado da UNESP, onde fui muito bem acolhido de maneira a desenvolver esse trabalho de pesquisa, representados pela figura do meu xará, o Eduardo; as educadoras e educadores da escola em que desenvolvi o projeto, especialmente a professora Susy, a companheira Rita, a Dra. Cacilda; a gestão e a coordenação da escola nas figuras da profa. Fátima e profa. Cidinha; a secretaria, representada pela Marilda e as educandas e educandos para quem lecionei. Não posso deixar de mencionar minha orientadora e idealizadora de um trabalho com *podcasts*, trabalho que me trouxe até esse momento - a Dra. Maria Regina Momesso. Agradeço a professora Dra. Berenice R. Santoro pelo carinho e disponibilidade e ao professor Dr. Darbi M. Suficier por aceitar, novamente, participar do encerramento desse meu ciclo acadêmico. A construção de minha história na educação inicia-se no ano de 2000, numa cidade do interior de Minas Gerais, cortada em seus limites pelo Rio Grande. Naquele percurso, tinha que viajar de ônibus, depois atravessar o rio de balsa e, novamente, terminar esse trajeto de ônibus até chegar à escola em São João Batista do Glória, para dar algumas poucas aulas em substituição a outro professor - foram as minhas primeiras aulas. Depois com efetivo exercício em Passos, exercido até 2010, transferi-me para a cidade de Franca, em São Paulo, e entrei no mestrado. Agradeço a educandas e educandos, a coordenadores pedagógicos, a diretoras e diretores, aos companheiros de profissão, educadoras e educadores como eu. Agradeço ainda aos meus familiares, especialmente, minha mãe lutadora - Dona Aparecida Maria de Oliveira - e meu pai, o Senhor Massao Yoshimoto. À maneira deles, sempre acreditaram que a educação poderia transformar nossas vidas e nunca deixaram de incentivar meus estudos; à minha querida irmã Elaine que praticamente me obrigou a retornar aos estudos e fazer a faculdade de Ciências Sociais, tornando-se minha colega de turma e depois de profissão: sem ela também não teria chegado aqui; ao meu cunhado Cleber que me emprestou livros de comunicação e conversas teóricas, ao Dudu que corrigiu o inglês, aos meus avós paternos e maternos, aos tios, tias, primas e primos mais próximos que fizeram parte de minha infância e das boas recordações. E, finalmente, agradeço a alguém muito especial, que entrou em minha vida e vem sempre a transformando, na parceria, na paciência e até mesmo em meu amadurecimento acadêmico e profissional, ao imprimir nesse trabalho agora realizado as suas marcas - minha esposa, Josi.

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática.”

Paulo Freire (1998, p. 61)

## RESUMO

O dispositivo midiático atravessa todas as instituições sociais. A produção de enunciados sobre gênero e sexualidade circula incessantemente nas redes digitais, influenciando na subjetividade dos sujeitos, tencionados, na educação básica brasileira hodierna, pela interdição e pelo discurso do silenciamento dessa temática. O objetivo geral dessa tese é analisar os discursos produzidos por educandas e educandos por meio de um *podcast* escolar aplicado como estratégia didática, para discutir, no ensino médio, questões de gênero e sexualidade, em uma escola pública da rede estadual paulista. O método utilizado é o Estudo de Caso com abordagem Quali-quantitativa, utilizando-se a Observação Participante como técnica para coleta de dados e pressupostos da arqueogenealogia foucaultiana para as análises. O referencial teórico é interdisciplinar, transitando pela transdisciplinaridade; ancora-se em autores da Educação Escolar, especificamente, da Educação Sexual, teóricos da Sociologia, do Ensino de Sociologia e da Análise do Discurso francesa. Na interface entre cultura, sociedade e mídia, explora-se o potencial teórico do conceito de Mídiação, os estudos sobre a tecnologia, enquanto epistemologia da técnica, e do suporte *podcast*, com suas características, propriedades, nomenclaturas e taxonomia no contexto educativo. De um total de 149 *podcasts*, o recorte analisado foi constituído por 81 *podcasts* produzidos por turmas dos três anos do ensino médio, no ano de 2016, e as relações entre currículo, materiais didáticos, *internet* e reportagens da época. A análise do *corpus* evidenciou a paráfrase, a superficialidade nas leituras e na escrita e nas pesquisas virtuais de educandas e educandos, uma educação sexual não intencional, agravada pelas relações midiáticas, resultando na desconexão do conceito de gênero no social, da pouca expressividade de opiniões em relação a essa temática, além da persistência do discurso discriminatório do gênero feminino, demonstrado nos recortes dos enunciados utilizados para produção dos áudios e nos apagamentos das referências de autoria de pesquisadoras. De outro lado, a intolerância, a violência e o preconceito são denunciados de forma explícita em vários episódios. Destaca-se que a maioria, 72,1% dos *podcasts* com temática livre abordam, direta ou indiretamente, questões sobre gênero e sexualidade. É proposta uma definição do que é o *Podcast* Escolar e de suas principais características. Chegou-se a algumas aproximações produtivas entre o Ensino de Sociologia e a Educação Sexual e ao delineamento inicial do dispositivo conservador à brasileira. O estudo demonstra a possibilidade da utilização de uma estratégia didática com uso do *podcast* escolar, no sentido de uma prática, visando proporcionar espaços de discussão sobre gênero e sexualidade dentro da escola e uma abertura a interdisciplinaridade com a biologia, o português entre outras, corroborando pensar a tecnologia, a produção, a recepção e o discurso a partir de uma ética pedagógica. Para isso, apropriou-se de elementos do cuidado de si foucaultiano, com potencial para ressignificar, tanto em nós quanto em nossos estudantes, os discursos engendrados pelos dispositivos e propagados pela grande mídia, pelas mídias digitais e redes sociais, em especial sobre uma sexualidade superficial, consumista, estereotipada, intolerante, excludente e geradora de violência.

**Palavras-chave:** Ensino de Sociologia. Educação Sexual. *Podcast* Escolar. Gênero e Sexualidade. Mídiação.

## ABSTRACT

The media device goes through all social institutions. The production of statements about gender and sexuality incessantly circulates in digital networks, influencing the subjectivity of the subjects, intended by that, in today's basic Brazilian education, the theme's interdiction and discourse of silencing of that theme. The general objective of this thesis is to analyze the speeches produced by students through a school podcast applied as a didactic strategy, to discuss, in high school, gender and sexuality issues, in a public school in the state of São Paulo. The method used is the Case Study with a Quali-quantitative approach, using Participant Observation as a technique for collecting data and assumptions of Foucault's archeology for the analyzes. The theoretical framework is interdisciplinary, moving through transdisciplinarity; it is anchored in authors of School Education, specifically, of Sex Education, theorists of Sociology, Sociology Teaching and French Discourse Analysis. At the interface between culture, society and media, the theoretical potential of the concept of Mediatization is explored, studies on technology, as an epistemology of technique, and podcast support, with its characteristics, properties, nomenclatures and taxonomy in the educational context. From a total of 149 podcasts, the analyzed section was constituted by 81 podcasts produced by classes from the three years of high school, in 2016, and the relationships between curriculum, didactic materials, internet and reports from that time. The analysis of the corpus pointed the paraphrase, the superficiality in the readings, the writing and in the virtual researches of students, an unintended sexual education, aggravated by the mediatized relations, resulting in the disconnection of the concept of gender in the social, of the little expressiveness of opinions in relation to this theme, in addition to the persistence of the discriminatory discourse of the female gender, shown in the clippings of the statements used for the production of audios and in the erasure of references authored by researchers. On the other hand, intolerance, violence and prejudice are explicitly denounced in several episodes. It is noteworthy that the majority, 72,1% of podcasts with free theme address, directly or indirectly, issues about gender and sexuality. A definition of what the School Podcast is and its main characteristics is proposed. Some productive approaches have been reached between the Sociology classes and the Sexual Education and the initial design of the conservative Brazilian device. The study demonstrates the possibility of using a didactic strategy using the school podcast, in the sense of a practice, aiming to provide spaces for discussion about gender and sexuality within the school and an opening to interdisciplinarity with Biology, Portuguese Language, among others, also the corroborating thinking about technology, production, reception and discourse from a pedagogical ethics. For this, there have been appropriated elements of the Foucault's care of the self with the potential to give a new meaning, both to us and to our students, the speeches generated by the devices and propagated by the mainstream media, digital media and social networks, especially about sexuality superficial, consumerist, stereotyped, intolerant, excluding and violence generator sexuality.

**Keywords:** Teaching Sociology. Sex Education. School Podcast. Gender and Sexuality. Mediatization.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Relação entre conceitos e temas	173
<b>Gráfico 2</b>	Porcentagem de opiniões	173
<b>Gráfico 3</b>	<i>Podcasts</i> relacionados à violência	219
<b>Gráfico 4</b>	<i>Podcasts</i> relacionados à sexualidade	219

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Características, propriedades e nomenclaturas do <i>podcast</i>	76
<b>Mapa 2</b>	Tipos de <i>podcast</i>	87
<b>Mapa 3</b>	Panorama geral dos <i>podcasts</i> produzidos no ano 2016	121

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Teses e dissertações relacionadas com ensino e podcast	30
<b>Quadro 2</b>	Gênero e sexualidade nas Situações de Aprendizagem	58
<b>Quadro 3</b>	As sete razões para um ensino crítico de mídias na escola	68
<b>Quadro 4</b>	Visão geral das etapas e ações da estratégia didática	109

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Taxonomia de <i>podcasts</i>	81
<b>Tabela 2</b>	Divisão dos <i>podcasts</i> analisados por direcionamento, categorias e subcategorias	100
<b>Tabela 3</b>	Categoria intolerância e suas subcategorias	103
<b>Tabela 4</b>	Categoria diversidade e suas subcategorias	103
<b>Tabela 5</b>	Categoria outros	104
<b>Tabela 6</b>	Perfil de educandas(os) do ensino médio	113
<b>Tabela 7</b>	Organização dos <i>podcasts</i> analisados	151

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABPod</b>	Associação Brasileira de <i>Podcast</i>
<b>AD</b>	Análise do Discurso
<b>AI-5</b>	Ato Institucional nº 5
<b>AIDS</b>	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>CAPES</b>	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
<b>CBN</b>	Central Brasileira de Notícias
<b>CEB's</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CID</b>	Classificação Internacional de Doenças
<b>CNDM</b>	Conselho Nacional da Condição da Mulher
<b>EaD</b>	Educação a Distância
<b>EDF</b>	Estudos Discursivos Foucaultianos
<b>ERE</b>	Ensino Remoto Emergencial
<b>FCL</b>	Faculdade de Ciências e Letras
<b>FBSF</b>	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
<b>FMDS</b>	Fórum de Mídias Digitais e Sociais
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>IST's</b>	Infecções Sexualmente Transmissíveis
<b>LGBT</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
<b>LGBTQ+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e todas as possibilidades
<b>LGBTQIA+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexo, Queer, Assexual e todas as possibilidades
<b>MIT</b>	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
<b>MPB</b>	Movimento Pela Base
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>MTST</b>	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
<b>UNIFRAN</b>	Universidade de Franca
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>OBEDUC</b>	Programa Observatório da Educação
<b>ONG's</b>	Organizações Não-Governamentais

<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>PCN+</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais (+ complementares)
<b>PCNEM</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
<b>PCNEM+</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (+ complementares)
<b>PGR</b>	Procuradoria Geral da União
<b>PodCon</b>	Conferência Brasileira de <i>Podcast</i>
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua
<b>PNE</b>	Plano Nacional de Educação
<b>RSL</b>	Revisão sistemática de Literatura
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>WAS</b>	<i>World Association for Sexology</i>
<b>TIC</b>	Tecnologias de Informação e Comunicação

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>24</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
1 Educação escolar e a educação sexual nas aulas de Sociologia	36
1.1 Educação Escolar, contexto e currículo	36
1.2 A Sociologia e o Ensino de Sociologia	39
1.3 A Educação Sexual dentro (fora) da escola	51
<b>CAPÍTULO II</b>	
2 Tecnologia, mídia e a emergência do <i>podcast</i>	61
2.1 A tecnologia como epistemologia da técnica	61
2.2 Mídia: uma definição enquanto dispositivo	63
2.3 Miatização e um outro paradigma nas relações sociais	65
2.4 Mídia, educação e sexualidade no Brasil	66
2.5 <i>Podcast</i> : a emergência de um artefato técnico	72
2.6 <i>Podcast</i> : expansão e retração	77
2.7 A <i>podosfera</i> : profissionalização, monetização, eventos e encontros	77
2.8 Do <i>podcast</i> educacional para o <i>Podcast</i> Escolar	80
2.9 Ética pedagógica do cuidado de si: breve introdução	83
<b>CAPÍTULO III</b>	
3 Método e referencial teórico: definindo procedimentos	89
3.1 Do disciplinar, passando pela interdisciplinar até o transdisciplinar	90
3.2 O objeto em seus detalhes: o estudo de caso de abordagem quali-quantitativa	93
3.3 A observação participante	95
3.4 Uma abordagem quali-quantitativa	97
3.5 A constituição do <i>corpus</i> da análise	98

3.6 O processo de transcrição e de leitura dos <i>podcasts</i>	105
3.7 Oficina de rádio e <i>podcast</i> : procedimentos de aplicação	108
3.8 Caracterização da instituição, do grupo pesquisado e dos indicadores da escola	111
3.8.1 Caracterizando a instituição	111
3.8.2 A infraestrutura	112
3.8.3 Localização	112
3.8.4 Indicadores educacionais	112
3.8.5 Caracterização do grupo pesquisado	113
3.8.6 Procedimentos éticos	114
3.9 Para além de uma técnica de interpretação dos dados: uma inspiração foucaultiana e arquegenealógica	114

## **CAPÍTULO IV**

4 Gênero, sexualidade e midiatização: condições de possibilidade e análise dos <i>podcasts</i> do ano de 2016	122
4.1 Condições de possibilidade no ano de 2016	122
4.2 Midiatização nos discursos sobre sexualidade, pós-verdade e <i>fake news</i>	125
4.3 A onda espraiada pela midiatização	133
4.4 Crenças, religião, Estado e midiatização	136
4.5 Midiatização e os sentidos da política	141
4.6 As condições de possibilidade no Ensino de Sociologia	146
4.7 Temas direcionados – categoria gênero: na Sociologia, na diversidade cultural e na cidadania	151
4.8 Temas livres – categoria intolerância: preconceito, discriminação e violência	174
4.8.1 O machismo e suas marcas em todas, todos e todes	180
4.8.2 A violação do corpo: o estupro	184
4.8.3 O medo de outras possibilidades da sexualidade: a homofobia	192
4.8.4 As cicatrizes expostas na pele e na subjetividade: o racismo	198
4.9 Categoria – diversidade: direitos e movimentos sociais	204
4.9.1 Do campo dos direitos e das resistências	207
4.9.2 O movimento LGBT	209

4.9.3 Resistência e equidade: a luta feminista	213
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>221</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>232</b>
<b>APÊNDICE A – Oficina de R@dio e Podcast versão 1.2</b>	<b>256</b>
<b>ANEXO A – Transcrição integral dos podcasts analisados</b>	<b>277</b>
<b>ANEXO B – Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz</b>	<b>312</b>
<b>ANEXO C - Termo de anuência</b>	<b>313</b>

## APRESENTAÇÃO

Considera-se pertinente tratar, ainda que brevemente, do devir desta tese. Primeiramente, ela fez emergir uma memória, mais precisamente uma brincadeira feita nos anos 1980, mediada pela técnica, quando crianças pegavam um gravador de fitas cassete, gravavam sua voz e faziam os seus próprios programas. Seja gravando solitariamente ou em grupos, esses “programas” ora imitavam os programas de rádio, ora surgiam da criatividade e das histórias pessoais e locais desses participantes, ou mesclava-se tudo isso em forma de paródias.

À época, nem se imaginava que a tecnologia chegasse às técnicas de comunicação e de distribuição de arquivos em rede, como as atuais. Naquele momento, com um gravador de fitas cassete nas mãos, era possível, ainda que precariamente, como no meu<sup>1</sup> caso, registrar a voz e depois reproduzi-la, mas somente isso não me bastava. Era instigador imaginar a possibilidade de fazer programas “iguais” aos do rádio, mesmo que ficassem só ali, naquela fita, e só para aqueles sujeitos. Naquele instante, mesmo não tendo a percepção disso, dá-se o início de um acontecimento, uma nova experiência com o áudio, que não se esgota ao escutar minha própria voz, “tocada” por uma fonte que não é meu aparelho fonador. Naquele momento, começava a inusitada experiência de escutar “essa voz” descolada no tempo e no espaço, criticando-a, divertindo-se e apaixonando-se. Para muitas crianças essa brincadeira terminou ali, mas para mim não. Portanto, minha relação com essa tese também guarda uma memória afetiva muito anterior a minha entrada no magistério e, posteriormente, ao trabalho acadêmico que vem norteando meus objetivos como pesquisador desde o contato com o *podcast*. Trabalho esse iniciado no mestrado, desdobrando-se agora no doutorado.

Minha pesquisa acadêmica, teve seu início com o ingresso no Observatório da Educação (OBEDUC), uma iniciativa do governo federal com o Decreto Presidencial nº 5.803, de 08 de junho de 2006, objetivando fomentar estudos e pesquisas em educação. Este programa foi implantado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A Universidade de Franca (UNIFRAN), por meio de seu programa de Pós-Graduação em Linguística, participou de edital do OBEDUC no ano de 2010 e teve seu projeto aprovado com o título: “Linguagens, códigos e tecnologias: práticas de leitura e escrita na educação básica -

---

<sup>1</sup> Faço aqui uma ressalva sobre a escrita do texto: respeitando-se a impessoalidade do trabalho científico, o texto foi escrito na terceira pessoa do singular, porém, em alguns momentos pontuais como este, faz-se necessária a escrita em primeira pessoa do singular, assim como na linguagem dos locutores de rádio, para uma maior aproximação de seus “ouvintes”.

ensino fundamental e médio”. O principal objetivo era observar as práticas de leitura e escrita em diversos gêneros discursivos e suportes, desenvolvendo metodologias que proporcionassem a melhoria das práticas de leitura formais e informais.

Atuando no magistério desde 2001, construí minha trajetória no Ensino Fundamental e Médio, nas disciplinas de História e Geografia e, esporadicamente, Sociologia, inicialmente no estado de Minas Gerais, na educação pública. Em 2011, ingressei como professor de educação básica de Sociologia na rede pública estadual de São Paulo. Sou licenciado em Ciências Sociais desde 1999 e em Geografia desde 2006.

É pertinente, ainda que de forma breve, relatar minha experiência com o Ensino de Sociologia<sup>2</sup>. Leciono, regularmente, desde 2011, aulas de Sociologia numa escola estadual pública do interior paulista. Iniciei com uma aula semanal (em Minas Gerais a carga horária era essa também). Entendo que uma aula semanal de sociologia, ou de qualquer outra disciplina, prejudica tanto a possibilidade de aprendizagem do conteúdo quanto o contato com educandas e educandos<sup>3</sup>, pois não existe tempo hábil para a construção de vínculos, no sentido educativo desse conceito e, a meu ver, eles se fazem essenciais. A partir do ano de 2012 a grade curricular, no estado de São Paulo foi alterada pela Resolução SE Nº 81, de 16-12-2011 e a carga horária foi duplicada, passou-se a ter duas aulas semanais em todos os anos do ensino médio, exceto no segundo ano noturno (SEE/SP, 2011). É importante expor como a disciplina de Sociologia entrou e saiu dos currículos escolares nas últimas décadas e do seu pouco espaço na escola. Ainda que a Lei nº11.684, de 02 de junho de 2008, estabelece a obrigatoriedade tanto da Sociologia quanto da Filosofia no âmbito nacional, alguns estados continuaram com uma aula por semana (BRASIL, 2008). No entanto, mais grave é a recente contrarreforma do Ensino Médio (RAMOS; FRIGOTTO, 2016). Conforme a Lei 13.415/2017, cabe a estados e municípios adequarem seus currículos à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, ainda mais grave, mudaram a nomenclatura das disciplinas para “estudos e práticas” de Sociologia, de Filosofia, de Arte e de Educação Física (BRASIL, 2017). Esse é o contexto institucional do Ensino de Sociologia em nosso país, até o momento.

---

<sup>2</sup> Nesta tese, define-se Ensino de Sociologia a partir das diretrizes e parâmetros da disciplina de sociologia para o ensino médio.

<sup>3</sup> Optou-se por utilizar os termos educandas e educandos, educadoras e educadores por nos inspirarmos nas ideias de Paulo Freire. Além disso, devido aos objetivos dessa tese, normatizamos a utilização em separado dos dois gêneros, sempre que possível, quando nos referimos aos sujeitos.

Iniciei meus trabalhos no OBEDUC como professor bolsista de Educação Básica no final de 2011. A partir da proposta da coordenadora do projeto, Profa. Dra. Maria Regina Momesso, comecei a desenvolver, numa escola do interior paulista, práticas relacionadas à leitura e à escrita no ensino médio, estudando as tecnologias de comunicação e utilizando a técnica<sup>4</sup> para esse fim, especificamente, com o *podcast*<sup>5</sup>. Em 2012, ingressei no mestrado em Linguística na mesma instituição que desenvolvera o projeto OBEDUC, na linha de Análise do Discurso. Sob orientação, continuei o desenvolvimento das práticas com o *podcast* na escola e, em paralelo, desenvolvi os estudos teóricos do discurso, que inicialmente eram focados nas novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Nesse mesmo ano tive algumas experiências práticas e pontuais com as educandas e os educandos, preparando o caminho para a implementação do *podcast*. Depois de realizar alguns ensaios com *spots*<sup>6</sup> de propaganda em áudio e um *podcast* piloto, uma proposta didática veio a se estruturar melhor a partir do ano seguinte.

Em 2013, depois de visitas técnicas a rádios, de reuniões com profissionais da área da comunicação e de estudos teóricos sobre radiodifusão e comunicação, sob a mesma orientação, desenvolvemos uma capacitação para educandas(os) com noções básicas sobre a produção de rádio e de *podcast* - a Oficina de Rádio e *Podcast* (YOSHIMOTO, 2014). Ela foi aplicada para todas(os) educandas(os) do ensino médio, a princípio, como forma de instrumentalizá-los para que produzissem episódios em áudio, tematizando conceitos de Sociologia (YOSHIMOTO; MOMESSO, 2016). Defendi a dissertação de mestrado em junho de 2014, na UNIFRAN, com o título: “Das ondas do rádio à teia da rede: *Podcast* Café Brasil<sup>7</sup>”, na qual foi realizado um estudo teórico das práticas de leitura e de escrita emergentes nesse *podcast*. Em 2015, término do projeto OBEDUC, acumularam-se quatro anos de práticas com o *podcast* na escola, e mais

---

<sup>4</sup> Utiliza-se a palavra técnica no sentido em que Santos a definia em seus trabalhos, onde as “[...] técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (2004, p. 29). Considera-se, ainda, que a técnica e a tecnologia têm sentidos e significados diferentes e não são totalmente intercambiáveis em consonância com Pinto (2008) e com Foucault (2000).

<sup>5</sup> *Podcasts* são arquivos em áudio (MP3) produzidos em episódios e distribuídos na internet por meio de uma tecnologia de assinatura *on-line* (CARVALHO; AGUIAR, 2010).

<sup>6</sup> *Spot* de rádio é uma peça sonora onde se usa a interpretação humana (um ou mais locutores) e elementos sonoros (músicas, efeitos especiais), para construir uma propaganda, costuma ter de 15 a 60 segundos de duração (ADMIN, 2020).

<sup>7</sup> O *Podcast* Café Brasil é um dos mais antigos podcasts do Brasil, no ar desde o ano de 2005, tendo grande número de acessos e seguidores. Trata de assuntos relacionados ao cotidiano, à cultura, à política, entre outros. A música é muito presente nos episódios e sua trilha sonora quase sempre é de música popular brasileira. Para conhecê-lo acesse: <http://www.portalcafebrasil.com.br/todos/podcasts/>.

de 396 episódios produzidos. Segui, então, com a ideia do uso dos *podcasts* e o trabalho prático com esse suporte, no entanto, agora articulado com o desenvolvimento de uma estratégia didática para discussão de temas relacionados à sexualidade. Nesse mesmo ano, iniciei meus estudos como aluno especial da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), especificamente no programa de doutorado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCL-UNESP), campus Araraquara, na linha de Sexualidade, Cultura e Educação Sexual; a partir de então, direcionei os episódios para questões de gênero e de sexualidade. Contudo, mesmo sem esse direcionamento prévio, já trabalhava com tais conteúdos, especialmente na disciplina de Sociologia, ministrada no ensino médio, pois essas discussões fazem parte do currículo estadual e, sobretudo, permeiam o Ensino de Sociologia.

Vivenciando o espaço escolar há praticamente duas décadas, acompanhei, enquanto educador, vários tipos de sofrimento dos sujeitos-educandas(os). Histórias não faltam, muitas dessas mantêm alguma relação com a sexualidade. As brincadeiras de mal gosto, apelidos, *bullying*, entre outros evidenciam a violência contra adolescentes, os quais ainda estão em processo de construção de sua sexualidade. Não foram poucas as ocasiões em que fiquei sem uma resposta apropriada para alguma pergunta relacionada à sexualidade. Por isso, acredito que só o conhecimento pode trazer alguma luz à questão da sexualidade dentro da escola para nós educadoras e educadores. Assim, após conhecer a linha de estudos na Pós-Graduação em Educação Escolar a qual me filio, qual seja, Sexualidade, Cultura e Educação Sexual, percebi que estava no caminho certo em relação às demandas de educandas(os). Estudar essas questões tão sérias e, ao mesmo tempo, tão silenciadas e polêmicas, é uma tentativa de encontrar algumas respostas e, mesmo quando não as encontrar, ao menos, dar-lhes algum encaminhamento. Antes de iniciar o texto sobre a pesquisa, avaliei como necessário esse relato, a fim de contextualizar como veio se constituindo o meu caminho acadêmico.

Continuando meu percurso, em 2016 foram produzidos 149 episódios com a temática específica de gênero e sexualidade e temática livre, nos três anos do ensino médio, sendo este o recorte desta pesquisa. Nesse mesmo ano, concluí uma Especialização em Mídias na Educação e, como trabalho final, foi desenvolvido um produto didático. Realizei então o aperfeiçoamento da oficina de rádio e *podcast* para uma nova versão - a Oficina de Rádio e *Podcast* 2.0. Após o ingresso no doutorado foi necessária a reformulação da proposta inicial de pesquisa e, principalmente, do olhar sobre o objeto. Depois de assistidas as disciplinas de metodologia do programa de Pós-Graduação, quais sejam: Pesquisa de Doutorado, Métodos da Pesquisa Social e Teorias do Discurso: Língua, Sujeito, Histórico-Social, entre outras, minha perspectiva alterou-se. As contribuições dos pesquisadores de cada disciplina despertaram em

mim novas articulações teóricas, as quais se desdobraram na perspectiva metodológica atual: pensar a educação a partir de uma ética, elaborando diretrizes para uma Estratégia Didática<sup>8</sup> com o uso do *podcast*, tendo como ponto de partida a Educação Escolar, passando pelo Ensino de Sociologia, chegando à Educação Sexual. Algumas correções e atualizações foram feitas na oficina e, após três grandes alterações, a nomenclatura passou a ser Oficina de R@dio e *Podcast* versão 1.2.

---

<sup>8</sup> Entende-se como estratégia didática um conjunto de ações planejadas e coordenadas pelo professor, a fim de promover o envolvimento e comprometimento dos alunos com um conjunto maior de atividades. Elas devem possibilitar que o aluno se envolva nas atividades, construa ativamente e seja corresponsável por seu processo de aprendizagem (VILLANI; FREITAS, 2001).

## INTRODUÇÃO

Esta tese é o resultado das pesquisas em torno da produção de enunciados sobre gênero e sexualidade por educandas(os) do ensino médio, numa escola pública do interior paulista, no contexto das condições de possibilidades do ano de 2016. Para investigar esse contexto, buscou-se subsídios teóricos e metodológicos em diversas áreas do conhecimento, a partir da Educação Escolar, do Ensino de Sociologia e da Educação Sexual, passando pela Sociologia, Filosofia, História, Comunicação, Linguística e Análise do Discurso.

### **Objetivos geral e objetivos específicos da pesquisa**

O **objetivo geral** desta pesquisa é analisar os enunciados produzidos por educandas(os) do ensino médio de uma escola pública da rede estadual paulista, por meio de uma estratégia didática desenvolvida para discutir questões de gênero e de sexualidade em aulas de Sociologia – o *podcast* escolar.

Os **objetivos específicos** são: a) analisar os enunciados nos *podcasts* produzidos por educandas(os) do ensino médio sobre gênero e sexualidade no ano de 2016; b) aprofundar os estudos teóricos em Educação Escolar na interface entre o Ensino de Sociologia, a Educação Sexual, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e o Discurso; c) definir as características específicas de um *Podcast* Escolar para a aplicação em uma estratégia didática; d) problematizar, a partir do *Podcast* Escolar e de uma sociedade em midiatização, as questões de gênero e sexualidade para a Educação Escolar.

### **O método de pesquisa construído**

O método utilizado é o Estudo de Caso (YIN, 2015) com técnica de observação participante (MAY, 2004; HAGUETTE, 2013; YIN, 2015), abordagem quali-quantitativa e pressupostos da Análise do Discurso francesa e da arqueogenealogia foucaultiana (FOUCAULT, 1967; 1979; 2003; 1995; 1999a; 1999b; 2000; 2003; 2004; 2009; 2014; GREGOLIN, 2001; 2004a; 2004b; 2012; 2015; 2018; VEIGA-NETO, 2017; ORLANDI, 2012; FERNANDES, 2007; 2008) para as análises dos discursos. O referencial teórico é transdisciplinar (MORIN, 2002; 2007; NICOLESCO, 1999; MORAES, 1997; 2010), ancora-se em autores da Educação (SAVIANI, 1994; 1999; FRIGOTTO, 2006; 2010; DUARTE, 2008), da Educação Sexual (RIBEIRO, 1990; MAIA; RIBEIRO, 2011; LOURO, 2007; 2011; 2014; 2019), teóricos da

Sociologia (MARTINS, 2006; GIDDENS, 2012) e do Ensino de Sociologia escolar (SARANDY, 2004; TAKAGI, 2006; DOS ANJOS, 2018; SILVA, 2018; GESTEIRA, 2018; FREITAS; FRANÇA, 2016).

O conceito de tecnologia é discutido para além de uma perspectiva técnica, desdobrando-se numa perspectiva filosófica (PINTO, 2008; FOUCAULT 2000; 2003; 2007) e sociológica (TRIGUEIRO, 2009). Na inter-relação entre cultura, mídia e sociedade, exploram-se as pesquisas sobre a midiatização (SODRÉ, 1971, 2006; BRAGA, 2012; MARTINO, 2012; BARROS, 2012). Nesse sentido e, mais especificamente, empreendem-se os estudos técnicos sobre o *podcast*, com suas características, sua taxonomia (CARVALHO; AGUIAR, 2010b) e sua utilização para a educação (MOURA; CARVALHO, 2006; CARVALHO; AGUIAR, 2010a; YOSHIMOTO, 2014; MOMESSO; YOSHIMOTO, 2016).

O *corpus* é constituído por 149 *podcasts* produzidos por educandas(os) das turmas 15 dos três anos do ensino médio do ano de 2016, dos quais 81 *podcasts* foram analisados, as legislações, currículo e reportagens da época, fazem parte das condições de possibilidade, relacionando-se com os áudios analisados e com os objetivos da tese.

Esta pesquisa parte de uma estratégia didática iniciada em 2012, desenvolvida e aplicada em uma escola pública paulista até o ano de 2016. A partir da Oficina de R@dio e *Podcast* versão 1.2<sup>9</sup>, ministrada para educandas(os) de todas as séries do ensino médio, foram produzidos *podcasts* com *temas direcionados*, tratando da questão de gênero e sexualidade, intercalados a cada bimestre a outros *podcasts* com *temas livres*. Procurou-se investigar nesta pesquisa os enunciados produzidos por educandas(os) após a aplicação dessa estratégia didática, no ano de 2016, no sentido de analisar os discursos que os atravessam e qual é o contexto de suas condições de possibilidade.

A discussão proposta vai ao encontro da utilização feita por educandas(os) dos artefatos digitais móveis, como o celular, mais precisamente. Visto que o celular está, atualmente, no cotidiano da maioria dos sujeitos e o contato com ele se dá em idades cada vez mais tenras, dilui-se, com esse artefato, a fronteira do que está dentro e do que está fora da escola, principalmente, no trânsito dos conteúdos transportados por esse suporte. No entanto, o decreto nº 52.625, de 15 de janeiro de 2008, proíbe o uso do celular em salas de aula da rede de ensino do estado de São Paulo. O uso desse aparelho em sala de aula é controverso, porém, partindo-se de uma proposta pedagógica, seu uso poderá ser autorizado pela gestão<sup>10</sup>. A integração desse

---

<sup>9</sup> A íntegra desta oficina encontra-se no Anexo A.

<sup>10</sup> O documento com o termo de anuência da gestão da escola está disponível no Anexo C.

aparelho eletrônico no cotidiano parece ser um caminho sem volta, equiparado com a abrangência da própria televisão, como mostram os dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD), realizada no ano de 2016 e divulgada no início de 2018. Os dados apontam que o celular está em 96,2% dos domicílios pesquisados e a televisão em 97,2% (BRASIL, 2018). Portanto, no espaço escolar uma possível estratégia é pensar na possibilidade de subverter, de alguma forma, a utilização do celular, direcionando-o para fins pedagógicos, pois a presença desse artefato parece ser algo irreversível. A gestão da escola e a coordenação pedagógica acolheram a utilização educativa do celular, bem como alguns pais e mães que se mostraram favoráveis a essa iniciativa, implicados no discurso tecnológico.

A escola, na sociedade capitalista ocidental, centraliza o espaço de aprendizagem das novas gerações e se confunde com a própria educação (SAVIANI, 1994). Assim sendo, do ponto de vista sociológico, a escola é o espaço onde os sujeitos se encontram e são socializados, espaço da cultura transmitida de geração em geração (GIDDENS, 2012). Portanto, o ensino escolar é sistematizado e intencional e, como tal, não é neutro, podendo atender a interesses mais abrangentes, de reprodução ou transformação social e não somente de aprendizagem (SAVIANI, 1994; 1999). Pensa-se aqui a Educação Escolar como um espaço de disputas, de contradições, da positividade do poder, mas também de resistência (FOUCAULT, 2003).

Nesse espaço, tensionam-se reprodução e transformação, hegemonia e resistência que, por sua vez, encontra ecos no campo mais amplo dos valores simbólicos, na cultura (CUCHE, 2012). Dessa maneira, vê-se que a escola é um espaço fundamental para formação de valores, atitudes e práticas, principalmente no que se refere às representações dadas pela sociedade sobre gênero e sexualidade, por meio dos discursos. A inculcação destes discursos é feita, de uma maneira geral, pela socialização e, de forma específica, pela socialização primária no âmbito familiar, e na socialização secundária no âmbito escolar e em outros grupos sociais, convertendo-se então em uma educação sexual não intencional (MAIA; RIBEIRO, 2011; RIBEIRO, 1990).

Dentre os agentes dessa socialização está a mídia (SODRÉ, 2006), a qual atravessa todas as outras agências de socialização: família, escola, igreja, empresas, associações, entre outras. Portanto, constitui-se um dos principais agentes de socialização, de forma não intencional, nos termos do conceito proposto por Maia e Ribeiro (2011), mas com grande influência nos discursos circulantes sobre variados temas sociais. Assim, reverbera e amplia valores sexuais e morais dos discursos religiosos, biológicos, médicos, entre outros. Esse discurso midiático (GREGOLIN, 2003) pode chegar diretamente aos sujeitos como prescritivo e/ou normativo, por meio de especialistas convocados e, indiretamente, por meio de normas, regras e condutas

distribuídas massivamente em seus veículos como, por exemplo, novelas, programas de auditório, noticiários, entre outros, assumindo assim formas dissimuladas nas relações de poder.

Atualmente, o discurso midiático não se restringe aos grandes conglomerados de comunicação. Existe uma miríade de vídeos, textos, áudios etc. dialogando diretamente com nichos de espectadores, inclusive com educandas e educandos, e também produzidos por esses sujeitos. Essa fragmentação da mídia traz em sua emergência o *podcast* (LUIZ; ASSIS, 2009; HAMMERSLEY, 2014; CARVALHO; AGUIAR, 2010a; CARVALHO; AGUIAR, 2010b). Desse cenário, desdobrando-se na mídia tradicional (revistas, jornais, televisão e rádio) e na mídia alternativa (youtubers, blogueiros, *podcasters*, entre outros), opiniões, visões de mundo, influências culturais, valores, prescrições e práticas que refluem sobre a ideia de escolarização, sobretudo no imaginário acerca do gênero e da sexualidade (MAIA; RIBEIRO, 2011), tensionado, por sua vez, entre os discursos de verdade e as relações de poder (FOUCAULT, 2003).

Pretende-se mobilizar nessa tese esses vários saberes para melhor apreender as tensões e as relações que atravessam o objeto de pesquisa. Portanto, uma pesquisa nessa perspectiva necessita partir de uma base interdisciplinar<sup>11</sup>, transitando para uma base transdisciplinar (MORIN, 2002; 2007; NICOLESCO, 1999; MORAES, 1997; 2010). Procura-se articular, a partir da Sociologia e do campo da Educação, outras disciplinas, como: Filosofia, Linguística, Comunicação, Sexualidade, entre outras, para analisar o objeto de pesquisa em sua complexidade. Elege-se a Educação Escolar e a sexualidade, mediadas pela técnica, como foco de estudo. A articulação desses temas, em suas continuidades e descontinuidades, visa a não dicotomização entre ação e estrutura, buscando, a partir dos discursos produzidos e transformados em objeto de análise, pensar o contexto sócio-histórico. Assim, utilizando-se da arqueogenealogia foucaultiana, procura-se observar a emergência dos enunciados sobre gênero e sexualidade no contexto dessas condições de possibilidade.

## Justificativa

---

<sup>11</sup>A interdisciplinaridade figura no Programa de Doutorado em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras (FCL-UNESP), campus Araraquara e, especificamente, na linha de Sexualidade, Cultura e Educação Sexual, como pode ser observado na descrição da linha: “Considerando-se: a **interdisciplinaridade e a complexidade dos temas** pertinentes à Linha, também são desenvolvidos projetos fundamentados em: estudos sócio-antropológicos que se atêm às culturas contemporâneas próprias dos grupos (tribos) presentes nos universos educativos, pesquisando-se, assim, as juventudes em suas interfaces com os direitos humanos, a diversidade, as sexualidades, a arte e os novos modos de comunicação; estudos de gênero e sua relação com o poder simbólico a partir da teoria de Pierre Bourdieu” (UNESP, 2017, grifo nosso).

A presente tese é justificada pela relação do professor-pesquisador com a técnica e com a tecnologia, mas sobretudo pelo contexto profissional do educador de sociologia na rede pública estadual, lecionando para adolescentes na faixa-etária de 14 a 18 anos, no ensino médio. O contato com essa realidade evidenciou a necessidade de buscar novos conhecimentos na área da Educação, na interface com a tecnologia e, para tanto, foi feito um curso de especialização de 360 horas de Designer Instrucional para Educação a Distância na Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e, posteriormente, o curso de Mídias na Educação com duração de 420 horas da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Para além da educação e da tecnologia, existe uma outra questão que atravessa essas duas áreas e, no entanto, não é problematizada de forma mais ampla, científica e institucional na escola: a questão da sexualidade. Desde 2001, em contato com adolescentes, é empiricamente evidente que a expressão da sexualidade continua a ser bloqueada na escola.

Embora os adolescentes tentem expressar-se sobre sua sexualidade de diversas formas, por meio de discursos, sejam esses corpóreos ou verbais, o acolhimento e as respostas de educadoras(es) sobre essas questões são por vezes escassos, conforme estudos feitos por Lira e Jofili (2010) e Molina e Santos (2018). O silenciamento sobre sexualidade dentro da escola é o mais comum. Porém, torna-se ainda mais difícil quando algumas dessas respostas de educadoras(es) reforçam estereótipos, transformam-se em brincadeiras ou até mesmo repreendem quem as fez. Perde-se a chance do ato de ensinar, mina-se a curiosidade, acaba-se com o diálogo, conforme Freire (1987). Portanto, esvai-se o esclarecimento sério e científico dessas questões, perde-se um momento pedagógico privilegiado (MAIA; RIBEIRO, 2011). Assim, por essa falta também se silencia e, muitas vezes, não se atende a esse chamado.

Motivado por essa demanda de educandas(os) e pela oportunidade de realizar estudos sobre a sexualidade e a Educação Sexual, iniciou-se uma reflexão sobre a prática pedagógica, de como, por muitas vezes, não havia uma preparação para responder ao “ato de ensinar”. Essa reflexão foi-se encaminhando de forma estruturada e por meio de diretrizes para dar lugar a um projeto de uma Educação Sexual intencional na escola, sobre as questões de sexualidade.

Uma vez capacitando-se, ainda que o ato de estudar nunca cesse, é possível pensar em uma melhor abordagem didática e estratégica para atender essas questões. Neste trabalho, o caminho foi aberto pela tecnologia, na perspectiva do *podcast* como uma possibilidade de aprofundamento das discussões, especificamente, sobre sexualidade. Acredita-se que a apropriação de conceitos sobre sexualidade, gênero, história da sexualidade e educação sexual por educadoras(es) contribui para o não silenciamento de questões dessa natureza. Infelizmente, atreladas à falta de formação e informação, estereótipos e preconceitos são reforçados, gerando,

no limite, formas de violência, como violência de gênero, abusos, homofobia, racismo entre outras. Portanto, conforme as diretrizes em Educação Sexual aqui defendidas, deve-se encaminhar da melhor maneira possível essas questões, bem como transferir para outros profissionais ou instâncias aquelas que não são passíveis de resolução naquele momento (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Esta tese é também a continuidade aos estudos do professor-pesquisador e, de certa maneira, da dissertação defendida no mestrado acerca dos *podcasts*, a qual apontou, à época, ano 2014, que havia poucos estudos acadêmicos realizados sobre o *podcast*, especificamente na área da educação e com fins pedagógicos, no Brasil. Algumas perguntas surgiram no final daquela pesquisa, contudo, retornaram nessa tese e algumas foram respondidas à medida que a pesquisa foi-se desenvolvendo. Em vista dessas questões, deixadas em aberto na pesquisa anterior e das experiências práticas com áudio realizadas na escola, partiu-se para a pesquisa de doutorado, agora com a dimensão da sexualidade norteando essa proposta. A produção dos *podcasts* mostrou-se um espaço promissor de indagação sobre sexualidade, gerando contato com esse tema e possibilidades de reflexão. No percurso dessa proposta de pesquisa foi realizado um levantamento sobre os trabalhos que se relacionam com essa tese. É uma atualização do levantamento feito na pesquisa de mestrado e, como está descrito, houve um significativo aumento da produção de trabalhos sobre *podcast* no interstício entre as duas pesquisas, entretanto, na convergência entre *podcast*, educação e sexualidade não encontramos nenhuma pesquisa realizada em programas de mestrado ou doutorado até o ano de 2020, término dessa tese.

Para embasar essa afirmação, recorreu-se ao banco de teses e dissertações da CAPES que concentra, para consulta, trabalhos defendidos nos programas de Pós-Graduação desde o ano de 1987 (CAPES, 2017). A escolha dessa base foi feita por centralizar a produção acadêmica das universidades públicas e privadas devidamente chanceladas pelo mais alto grau da administração da educação superior do país. Dessa forma, foi realizada uma consulta a essa base de dados para encontrar pesquisas relacionadas, especificamente, com *Educação Escolar*, *Podcast*, *Gênero* e *Sexualidade*. Realizou-se uma outra busca com o objetivo de ampliar o escopo pesquisado, utilizando-se o Google Acadêmico com os operadores booleanos em inglês: “*schooling*”, “*podcast*”, “*gender*”, “*sexuality*”. Acrescentou-se outros operadores a essa busca como: “*doctoral dissertation*” e “*master thesis*”, para localizar algum trabalho em inglês decorrentes de doutorado e mestrado, respectivamente.

Realizou-se uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), a partir de preceitos de Morandi e Camargo (2015) e estruturada por Brizola e Fantin (2016). O recorte dessa busca

bibliográfica foi feito do ano de 2008 até 2019. O tema definido para a busca foi um tema específico, pensando no escopo da revisão a ser realizada balizada na Educação Escolar, *Podcast*, Gênero e Sexualidade, ou seja, verificar se conjugação entre esses temas se tratava de um assunto inédito até o momento (BRIZOLA; FANTIN, 2016). No campo “Busca” do sítio da CAPES, utilizou-se o operador boleado “*podcast*” em minúsculas e sem nenhuma opção de refinamento. Foram encontrados **64 trabalhos**. São dissertações e teses que têm o áudio, genericamente, como tema de investigação, desdobrando-se no rádio, na *web* rádio, nas rádios comunitárias e no *podcast*.

Para restringir o recorte dessa revisão, atendendo aos objetivos de proximidade e convergência de pesquisas já realizadas com essa tese, foram utilizados alguns critérios de inclusão e de exclusão. **Os critérios de inclusão:** trabalhos utilizando o *podcast*; trabalhos do campo do ensino/educação; trabalhos no nível da educação básica; trabalhos em que a produção é feita por educandas(os). **Os critérios de exclusão:** pesquisas abordando o *podcast* de forma secundarizada entre outros suportes. **Análise dos resultados:** foram gerados 64 resultados a partir do descritor “*podcast*”. Considerando os critérios de inclusão e exclusão, realizou-se uma primeira leitura dos resumos para aferir a compatibilidade com os critérios; excluiram-se 34 pesquisas nas áreas de: Comunicação (15), Letras/Línguas/Linguística (10), Administração (3), Saúde (5) e Antropologia (1). Na segunda leitura, das 30 pesquisas da área da Educação, somente 10 são da Educação Básica, dessas excluiu-se 1 pesquisa tratando o *podcast* de forma secundária, restando 9 trabalhos. Por fim, 4 pesquisas foram excluídas por não envolverem a produção de educandas(os). Portanto, chegou-se a 5 pesquisas, sendo elas: 1 tese e 4 dissertações. Realizou-se uma terceira leitura, destacando os pontos principais dos textos, como autor(a), objetivos e resultados, conforme citados no quadro a seguir:

**Quadro 1** – Teses e dissertações relacionadas com ensino e *podcast*

TÍTULO - T/D	AUTOR(A) /ANO	OBJETIVO	RESULTADOS
1. O RADIOBLOG COMO INTERFACE DE AUTORIA DE ALUNOS: PESQUISA-AÇÃO EM UMA ESCOLA PÚBLICA  D	RIBEIRO, Rodrigo Vieira, 2011	O objetivo geral desta pesquisa é o de desenvolver uma proposta de inserção de uma interface de autoria da Web 2.0, o Radioblog, em uma escola do ensino fundamental da periferia de Belo Horizonte.	Pouca adesão de professores por dificuldades de horário; incentivo e capacitação para utilizar essa metodologia didática com TIC na escola; outra barreira está na liberdade de expressão; acolhimento dos alunos que gostaram da proposta, sentiram-se estimulados; desenvolvimento da comunicação e expressão; sempre partir de um projeto; uso efetivo de uma TIC.

TÍTULO - T/D	AUTOR(A) /ANO	OBJETIVO	RESULTADOS
2. O USO DA NARRATIVA TRANSMÍDIA NO ENSINO DE GEOGRAFIA  <b>T</b>	PAIXÃO, Yan Navarro da Fonseca, <b>2016</b>	O objetivo geral da presente tese é analisar o conceito de narrativa transmídia e como ela pode ser utilizada como ferramenta pedagógica para o ensino de Geografia dentro de uma perspectiva que valorize a criação colaborativa e gere subsídios para a reflexão crítica no aluno utilizando como referência o "Projeto Transmídia Trânsito Carioca", desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas Audiovisuais em Geografia no Colégio Pedro II campus Realengo II.	A introdução das TICs nas escolas melhora o ensino; aumenta a motivação dos alunos e, além disso, eles associam as TICs as boas práticas pedagógicas; alunos assumem um papel ativo e de destaque na produção de pesquisas e materiais didáticos; mostrar como a narrativa transmídia pode ser utilizada na Geografia escolar fazendo com que os alunos possam desenvolver habilidades para ter acesso à informação e transformá-la em conhecimento de forma crítica e criativa.
3. ATIVIDADES MEDIADAS COMO COLABORAÇÃO PARA APRENDIZAGEM DE CONCEITOS CIENTÍFICOS SOBRE DOENÇAS EPIDÊMICAS  <b>D</b>	SENA, Juliana Yporti de, <b>2016</b>	O objetivo geral da pesquisa é investigar a aprendizagem de conceitos científicos, especificamente sobre doenças epidêmicas, no Ensino de Ciências	Houve a internalização dos conceitos científicos; destaca-se a mediação da professora, identificando o nível de desenvolvimento e o potencial, utilizando os instrumentos pedagógicos para replanejar a Sequência Didática Interativa, readaptando-a às particularidades do grupo; o planejamento foi fundamental e o envolvimento ativo dos estudantes.
4. PODCASTS DE STORYTELLING: A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS HISTÓRICAS DIGITAIS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA  <b>D</b>	LOURES, João Victor, <b>2018</b>	Elaborar de uma metodologia viável para uso em sala de aula de podcast de storytelling e explorar as potencialidades da produção de narrativas históricas digitais neste formato de para o ensino de história.	A liberdade para a produção expõe o aluno a buscar a relevância do próprio estudo; métodos de investigação e conclusões em relação ao trabalho e autocrítica; proporcionou momentos de escuta do professor; o podcast de storytelling contribuiu para o aprendizado histórico dos alunos; interesse dos alunos além do solicitado nas pesquisas e a satisfação da produção de conhecimento na escuta de seus podcasts.
5. PRODUÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PODCASTS PARA ABORDAGEM DO TEMA BULLYING EM UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  <b>D</b>	AKITA, Tiekko, <b>2019</b>	Promover a discussão e a sensibilização dos estudantes a respeito do bullying no ambiente escolar, por meio da elaboração e aplicação de podcasts, pautados nos termos da concepção de ensino médio integrado em uma escola de Educação Profissional e Tecnológica.	O podcast viabilizou maior facilidade na compreensão do bullying, sensibilizando os autores em relação às consequências da prática do ato; no caso das vítimas, alertando-as da necessidade de solicitar ajuda quando agredidas e os observadores a interferir, denunciando o ato; elaborar e produzir Podcasts pautados no princípio da concepção do EMI foi avaliado positivamente por 78,3% dos participantes; notou-se um a satisfação e auto-estima nos alunos, no momento da subida dos créditos no final da exibição do podcast.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O **primeiro** trabalho, de Ribeiro (2011), propõe desenvolver um *radioblog*<sup>12</sup>. Inicialmente, ponderou-se a dificuldade de tempo para desenvolver o projeto, a capacitação, a motivação de educadoras(es) e a questão do engajamento a outros métodos, no entanto, a recepção de educandas(os) foi positiva, pois tornaram-se sujeitos ativos de todo o processo de produção.

O **segundo** trabalho, de Paixão (2016), utiliza a narrativa transmídia<sup>13</sup> como foco central. Ao lado dele, o **quarto** trabalho, de Loures (2018), com *storytelling*<sup>14</sup>, converge para a mesma proposta: desenvolver narrativas. Além disso, ambos estão na área das Ciências Humanas na BNCC (Geografia e História, respectivamente). No **terceiro**, Sena (2016), destaca o engajamento da educadora como ponto central para o desenvolvimento de uma *Sequência Didática Interativa*; destaca-se também o detalhado planejamento dessa atividade como fundamental no desenrolar do processo.

No **quinto** trabalho, Akita (2019), desenvolve o debate de um tema mais polêmico, o bullying e, segundo a autora, a produção de *podcasts* proporcionou um espaço de discussões e de conscientização do ato e de suas consequências.

Em comum em todas essas pesquisas está o deslocamento da produção de educadoras(os) para educandas(os), tornando-se ativas(os) na discussão do processo. Outra questão comum é o planejamento da ação, envolvendo sempre uma dialética do replanejamento, adaptações e desenvolvimentos. Destaca-se como ponto positivo o maior interesse de educandas(os), o quanto eles têm voz ativa para produzir e até escolher um tema, propondo, pesquisando e discutindo os roteiros sob orientação de educadoras(es).

De forma genérica, os outros 25 trabalhos fazem um estudo técnico do suporte *podcast* como: estado da arte, as potencialidades, suas características e seu uso educativo. Outras pesquisas voltam-se para pensar o *podcast* como ferramenta para educação e como produto de mídia; dentre esses, muitos trabalhos utilizaram a pesquisa-ação e, por fim, o *podcast* também foi proposto integrado num conjunto de TIC's.

---

<sup>12</sup> Ribeiro (2011) define o *radioblog* como um blog onde há arquivos de áudio, com uma programação regular e constante, como uma rádio convencional.

<sup>13</sup> A narrativa transmídia organiza, como uma estratégia de comunicação, conteúdos e plataformas para contar uma história. Isso envolve dois processos, tem-se somente uma história, que é dividida em diversas mídias, ou adiciona-se trechos dessa em outras mídias (GOSCIOLA, 2012), ou seja, há uma expansão da história inicial.

<sup>14</sup> Segundo Loures (2018, p. 23), o *storytelling* é “[...] uma técnica de produção e contação de histórias e ou crônicas, que tem como característica serem curtas ou seriadas, tratar de grandes feitos cotidianos, trazerem ensinamentos e ou passam ideias, que são enriquecidas com fontes comprobatórias”.

Feita essa consulta à base de Teses e Dissertações, realizou-se outra na base de dados do Google Acadêmico, a fim de verificar a produção de artigos científicos sobre o mesmo tema. Utilizou-se os operadores booleanos, “artigo” and “*podcast*” and “escolar” and “gênero” and “sexualidade”, demarcando a configuração da busca no sítio como: páginas em português; a qualquer momento; classificar por relevância e sem inclusão de patentes e citações. O buscador então retornou 882 resultados. A pesquisa foi feita no final de agosto de 2020. Utilizou-se critérios de inclusão e de exclusão para o recorte desses artigos: **Critérios de inclusão:** artigos científicos publicados em revistas; artigos que tratam do *podcast* como ferramenta ou como parte de uma estratégia didática; nível da Educação Básica; relacionado a gênero e sexualidade. **Critérios de exclusão:** *podcast* secundarizado ou em conjunto com outras TICs; capítulos de livros, resumos, artigos de revistas não indexadas.

Foram encontrados apenas 3 artigos, sendo 2 deles de nossa autoria e escritos a partir desta pesquisa: *Escola, saúde e sexualidade: produção de áudios por alunos do ensino médio no contexto da midiatização* (YOSHIMOTO; RIBEIRO, 2019) e *Podcast: um recurso educacional aberto na discussão de gênero e sexualidade* (YOSHIMOTO; RIBEIRO, 2019). Por fim, encontrou-se o artigo *Brinquedos e brincadeiras da infância: um debate sobre socialização e desigualdades de gênero* (PROFÍLIO, 2020). Dessa maneira, o artigo de Profílio (2020), excluídos os nossos, é o único que dialoga diretamente com a tese, pois é uma proposta do uso de *podcast* no ensino médio e nas aulas de sociologia abordando a questão do gênero. O texto fala sobre brinquedos e brincadeiras de meninas e de meninos e, a partir dessa discussão, a educadora propôs a produção de *podcasts* por educandas(os).

Portanto, levando-se em conta a convergência entre temas e os conteúdos específicos, objeto da produção dos áudios e dessa tese, não foi encontrada nenhuma pesquisa em nível de pós-graduação que utilize o *podcast* no ensino médio, abordando temas relacionados a gênero e sexualidade. É importante ressaltar que esta tese trata, em primeiro lugar, de um campo de disputas contemporâneas, que é o discurso e os jogos de verdade em torno do gênero e da sexualidade; em segundo lugar, propõe o trabalho de produção didática com o *podcast* um suporte que, com a adesão da grande mídia<sup>15</sup> em 2019, parece coincidir com uma maior visibilidade e com um tensionamento de sua categorização e de seu destaque para a construção como objeto de estudos no país, especialmente, no campo da comunicação

---

<sup>15</sup> Esse termo é entendido neste trabalho como o conjunto dos meios de comunicação privados, representados pelos grandes grupos de comunicação existentes no país, monopolizando a informação e restritos a menos de uma dezena de famílias detentoras de propriedade cruzada dos meios, como: revistas, jornais, rádios, televisões e portais de internet.

(KISCHINHEVSKY; LOPEZ; BENZECRY, 2020), mas voltando-se também ao campo da educação. Portanto, até o presente momento não existem pesquisas no Brasil que articulem esses campos dentro do contexto escolar. Por isso, essa pesquisa faz-se necessária, pois é preciso aprofundar a prática pedagógica utilizando as técnicas e artefatos digitais de maneira crítica e, ainda, produzir mais pesquisas na interface do *podcast* com temas de gênero e sexualidade.

### **Pergunta de pesquisa**

Que sentidos foram construídos nos enunciados dos *podcasts* escolares<sup>16</sup> produzidos por educandas(os) do ensino médio de uma escola pública paulista, após a aplicação de uma estratégia didática para discutir questões sobre gênero e sexualidade, no contexto de uma sociedade midiaticizada?

### **Estrutura da tese**

Esta tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo, **Gênero, sexualidade e educação**, problematizam-se as questões sobre gênero e sexualidade e, gradualmente, restringe-se a um enfoque na educação, especialmente, no Ensino de Sociologia; por fim, centra-se na Educação Sexual.

O segundo capítulo, **Mídia e Podcast**, inicia-se com a discussão sobre tecnologia enquanto uma epistemologia da técnica, passando-se para um movimento que tem como ponto de partida uma definição da mídia como dispositivo. Chega-se às relações da comunicação com a sociedade por meio da midiaticização e a virtualização das relações sociais. Faz-se uma arqueogenealogia do *podcast* com suas características técnicas, fala-se sobre o universo *podcaster*, a “podosfera”, a profissionalização e o mercado. Aborda-se o *podcast*, primeiramente, de uma perspectiva da comunicação e do mercado para depois retomá-lo numa perspectiva educativa. Apresenta-se uma taxonomia e sua utilização na educação. Em conclusão, faz-se um primeiro esboço das diretrizes éticas e das principais características do que se entende ser um *podcast* escolar.

No terceiro capítulo, **Método e referencial teórico: definindo procedimentos**, discute-

---

<sup>16</sup> A partir desse ponto, insere-se a qualificação escolar para delimitar o *podcast* trabalhado nesta tese. Ele é produzido a partir da escola ou especificadamente utilizado como material didático escolar. Essa definição será melhor explicitada ao final do segundo capítulo.

se todo o percurso e construção do método desta tese; as bases da pesquisa, o trânsito entre a disciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, o Estudo de Caso, a pesquisa quali-quantitativa, a observação participante como técnica, as diretrizes da arqueogenealogia e os pressupostos teóricos dos estudos discursivos foucaultianos, a delimitação do *corpus* de análise e as análises das condições de possibilidade (leis, currículos, apostilas, entre outros) e dos discursos dos *podcasts*.

O quarto e último capítulo, **Gênero, sexualidade e midiaticização**, trata do recorte feito num universo de mais de 500 *podcasts*, as características do *corpus* proposto, sua justificativa, as transcrições e a materialidade do dispositivo analítico e, por fim, as análises dos enunciados dos áudios.

No **Apêndice A**, encontra-se a Oficina de R@dio e *Podcast* versão 1.2 utilizada como geradora dos enunciados analisados nessa pesquisa. No **Anexo A** estão as transcrições integrais dos *podcasts* objeto das análises. Já no **Anexo B** está o termo de anuência da gestão concordando com a pesquisa realizada na escola; por fim, no **Anexo C**, encontra-se o termo de autorização de uso de imagem e voz, dando ciência aos pais e responsáveis sobre o trabalho realizado com educandas(os).

## CAPÍTULO I

### 1 Educação escolar e a educação sexual nas aulas de Sociologia

Neste capítulo, enfoca-se, na primeira seção e de forma breve, a Educação Escolar em contexto histórico, suas relações com a sociedade (SAVIANI, 1999, 2008; DUARTE, 2010; FRIGOTTO, 2010; ROMANELLI, 2012) e a disputa em torno do currículo escolar (BONAMINO E BRANDÃO, 1995; LEMES; 2013). Na segunda seção, abordam-se as condições de possibilidade e de emergência da Sociologia (GIDDENS, 2012; MARTINS, 2006) e desta como disciplina escolar (TAKAGI, 2006; DOS ANJOS, 2018), além dos discursos que permeiam sua intermitência na educação básica, em nosso país (GESTEIRA, 2018; CARIDÁ, 2015; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006). Finalmente, na terceira seção, desenvolvem-se os conceitos de sexualidade, as diretrizes da Educação Sexual aqui propostas (MAIA; RIBEIRO, 2011), a formação nas licenciaturas (FIGUERÓ, 2006; MAIA, 2004; REIS e RIBEIRO, 2002), sua relação com os PCN's e com a BNCC, os embates com movimentos conservadores (BURITY, 2018; MARAFON, 2018; LIONÇO, 2016) e as possíveis aproximações com o Ensino de Sociologia.

#### 1.1 Educação Escolar, contexto e currículo

A Educação Escolar é a forma de educação hegemônica em nossa sociedade. Essa forma de educação é um campo de disputas, legitimadora do conhecimento das ciências, difusora do legado intelectual da humanidade para as novas gerações, propagadora dos discursos reprodutores e transformadores, é uma prática social (FRIGOTTO, 2010), enfim, é sobretudo uma relação de poder (FOUCAULT, 1994). Assim, a própria educação confunde-se com a escola. A progressiva escolarização, desde o século XVII, explica a sobreposição da ideia de educação com a de escola. De acordo com Saviani (1994, p.6),

[...] a forma escolar emerge como forma dominante de educação na sociedade atual. Isto a tal ponto que a forma escolar passa a ser confundida com a educação propriamente dita. Assim, hoje, quando pensamos em educação, automaticamente pensamos em escola (SAVIANI, 1994, p. 6).

O discurso da educação mistura-se com o de escolarização, educar ou educar-se pressupõe qualquer tipo de educação, no entanto, a escola e a escolarização fazem parte de uma forma específica de educação direcionada: com espaços próprios, objetivos, didática, entre

outros. Saviani (1994) afirma ainda que as formas não escolares devem ser estudadas com base na forma mais desenvolvida de educação, que é a escola. Além disso, a escola é uma invenção moderna, como o capitalismo e a Sociologia (SIBILIA, 2012) e, mais ainda, é um produto de nosso tempo, um dispositivo (GREGOLIN, 2015).

Conforme Foucault (2003), o dispositivo é um conjunto heterogêneo, articulado entre as instituições, as organizações arquitetônicas, as decisões de regulamentos, as leis, as medidas administrativas, os enunciados científicos, as proposições filosóficas, as morais e as filantrópicas; o dito e o não-dito. Portanto, o dispositivo é a rede estabelecida entre todos esses elementos, contém não somente o discurso, mas o todo social não-discursivo. Além disso, o dispositivo escolar preenche as funções conforme o sentido das mudanças socioeconômicas ocorridas no contexto do sistema social vigente, ou seja, operam-se preenchimentos estratégicos respondendo a uma urgência no dispositivo (FOUCAULT, 2003). Um exemplo do preenchimento desse dispositivo é a relação entre desenvolvimento e a educação, é comum a limitação do conceito de desenvolvimento ao aspecto exclusivamente econômico (ROMANELLI, 2012).

Nos termos de Foucault, a escola faz parte de uma *governamentalidade*, definida como

o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2003, p. 291-292).

A instituição escolar é pensada então como o exercício de um poder sobre a população, um poder de produção dos sujeitos em uma norma determinada (FOUCAULT, 2000b, p. 614). Dessa forma, para Foucault (2004), a escola é uma das partes disciplinares do desdobramento dessa governamentalidade fundamentada em um modelo econômico onde se experienciam as relações sociais; a política econômica é o projeto de sociedade e nessa racionalidade o capitalismo é analisado e pensado como relação social (FOUCAULT, 2008). Assim, o neoliberalismo é um modo de governar, produzindo-se uma verdade na população gerenciada. Conduz-se, por meio dos saberes, as condutas e estratégias de uma economia política utilitarista e calculista, relacionando-se com a geografia, a estatística, a demografia, a administração, a ciência política, a psicologia, a medicina social, a biologia e as ciências sociais (FOUCAULT, 1979; 2008). Portanto, trata-se aqui de uma *governamentalidade neoliberal*.

Em contraposição a essa perspectiva neoliberal, Frigotto (2010, p. 33) destaca que a educação escolar não pode ser vista somente como um “fator” subordinado às leis do mercado.

Ainda, segundo esse autor, a escola é uma prática social, é uma atividade humana e histórica, define-se pelo conjunto de relações sociais e de poder no embate entre grupos ou classes (FRIGOTTO, 2010). Dessa maneira, entende-se que a instituição escolar não pode ser pensada como uma instância apartada da sociedade, muito pelo contrário, ela reflete em seus discursos e práticas os interesses da sociedade vigente (SAVIANI, 1999, 2008; DUARTE, 2010; FRIGOTTO, 2010; ROMANELLI, 2012).

Dessa forma, a determinação do que deva ser matéria do ensino e aprendizagem nas escolas passa necessariamente por grupos de poder, os quais definem e prescrevem quais conhecimentos são legítimos na constituição de um currículo escolar. Este, pensado enquanto trajetória complexa de formação, para além da prescrição, organização e hierarquização de conteúdo, deveria conformar-se visando uma escola democratizada, segundo apontado por Lemes (2013). Esse autor destaca o sentido desse termo: a escola democrática foi estabelecida em marco legal e dá condições de acesso a todos os cidadãos, porém ela não está concretizada no cotidiano das instituições.

Como sugere Lemes (2013), a discussão do currículo poderia ser dada no campo epistemológico, a partir da proposta de Bonamino e Brandão (1995), de núcleos curriculares básicos categorizados em: saber; político-social; cultural; epistemológico e pedagógico. Esses núcleos dariam pistas para a estruturação e organização dos conteúdos. Na categoria político-social, por exemplo, disciplinas já estruturadas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia poderiam nortear esse caminho. Por outro lado, Lemes (2013) assevera que o modelo de currículo unitário, tradicionalmente adotado pelo sistema brasileiro, dá sinais de seu esgotamento, tanto imposto pela democratização institucional quanto pela crise paradigmática por que passam os conhecimentos universais hegemônicos na escolarização.

Mesmo com tais indicadores, os quais pressupõem um currículo mais alinhado com a sociedade atual - flexibilizado em suas partes, adequado ao local e à novas demandas -, a construção política desse currículo tensiona interesses na supressão, retirada ou deslegitimação de temas ou disciplinas. Foucault (1999) nomeia todo esse processo como procedimento de exclusão. O que vem à tona é a interdição, conseqüentemente, conforme Foucault (1999), conteúdos sobre religião, política e, principalmente, sexualidade não são ditos por todos em qualquer circunstância e em qualquer lugar. Nem mesmo em forma de conhecimento transversal, trabalhado na Educação Sexual ou disciplinar no Ensino de Sociologia. Impõe-se, assim, a exclusão acima dos pressupostos epistemológicos.

Entende-se a pedagogia não como um conjunto de saberes sistematizando determinadas práticas e funcionando como um espaço neutro, espaço de possibilidades de desenvolvimento

ou melhoria do autoconhecimento, autonomia, autoconfiança, autoestima, autocontrole ou autorregulação, mas como produtora de experiências de si, nas quais indivíduos se tornam sujeitos de um modo particular (LARROSA, 1994, p. 57).

Logo, a Sociologia, que teve como um dos temas fundadores a própria educação, considerando-a como processo de socialização para a transmissão de valores e regras morais em uma sociedade, corre o sério risco de não participar efetivamente dessa produção dos sujeitos na escola. Cabe destacar que o primeiro trabalho de um dos fundadores da Sociologia - Emile Durkheim - foi como professor, lecionando a disciplina de educação na Sorbonne, em Paris (GIDDENS, 2012). Nota-se uma contradição epistemológica: a educação estar na emergência<sup>17</sup> da ciência Sociologia e, de outro lado, o Ensino de Sociologia estar na ordem desses procedimentos de exclusão, nas últimas décadas, sobretudo, por ter uma história de intermitência nos currículos nacionais, demonstrando a constante relação de forças ora para retirada, ora para institucionalização dessa disciplina. Vê-se que nada é estático, a relação de poder e de forças é dinâmica, em um embate constante.

## **1.2 A Sociologia e o Ensino de Sociologia**

No momento de grandes rupturas e transformações na sociedade, com a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, emerge a Sociologia. Giddens (2012, p. 19), define a Sociologia como “[...] o estudo científico da vida humana, de grupos sociais, de sociedades inteiras e do mundo humano. É uma atividade fascinante e instigante, pois seu tema de estudo é nosso próprio comportamento como seres sociais”. Para desenvolver um estudo sociológico, é preciso, conforme Giddens (2012), ter a capacidade de pensar de forma imaginativa, distanciando-se de ideias pré-concebidas sobre a vida social. Dessa forma, a Sociologia, enquanto ciência, não se restringiu somente a estudar fenômenos da vida social tentando os explicar, mas procurou ir além da teoria.

Para Martins (2006), a Sociologia é um projeto intelectual tenso e ao mesmo tempo contraditório. De um lado, pode representar uma arma poderosa colocada a serviço dos interesses dominantes e, de outro lado, pode representar uma expressão teórica dos movimentos revolucionários. A Sociologia surge como resultado de situações sociais radicalmente novas no século XIX, proporcionadas pela então emergente sociedade capitalista.

---

<sup>17</sup> Utiliza-se o conceito foucaultiano de *emergência*. Foucault designa a palavra emergência como o ponto do surgimento no passado, mas com o cuidado de não se colocar, nesse passado, o conceito, a ideia ou o entendimento que é do presente; dessa maneira, evita-se qualquer forma de anacronismo (VEIGA-NETO, 2017).

Ainda, segundo Martins (2006), a Sociologia sempre foi algo além de uma mera reflexão sobre a sociedade moderna, suas teorias e explicações contém intenções práticas, com o objetivo de mudar os rumos da civilização. Contudo, essa ciência é também reflexiva e interesses divergentes entre grupos econômicos, políticos e classes sociais, influenciam sobremaneira o pensamento sociológico. É nessa seara que a Sociologia se tornou disciplina científica e acadêmica, figurando depois como uma disciplina escolar: o Ensino de Sociologia<sup>18</sup>.

No Brasil, a institucionalização das Ciências Sociais e da Sociologia, deu-se de forma singular, a partir de antigos cursos como o normal e secundário, nas primeiras décadas do século XX, e não por meio das faculdades. Somente mais tarde viriam os cursos regulares de nível superior (FREITAS; FRANÇA, 2016).

Outra singularidade, é que o método de ensino também veio do ensino secundário, atual ensino médio; dessa forma, as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM), trazem uma concepção de temas, conceitos e teorias direcionadas para o estranhamento e a desnaturalização apresentada como uma sistematização das práticas dos professores dessa disciplina na escola (TAKAGI, 2006; DOS ANJOS, 2018). Documentos posteriores como os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e os PCNEM+, também ressaltam a desnaturalização e o estranhamento como método.

Por *estranhamento* se concebe observar os fenômenos sociais e não os aceitar como corriqueiros e triviais, e sim problematizá-los por mais ordinários que aparentem ser, tornar algo familiar em objeto a ser pesquisado. A *desnaturalização* seria a não aceitação da naturalidade dos processos sociais, a construção do conhecimento sociológico que examine as causas destes processos através da constante investigação sobre as práticas sociais (BRASIL, 2006).

Moraes e Guimarães (2010), procurando fazer uma ponte entre o estranhamento e a desnaturalização, afirmam que a vida em sociedade é dinâmica, em transformação constante e é constituída de uma multiplicidade de relações sociais, revelando as *mediações* contraditórias da realidade objetiva em um dado período histórico. É também representada pela caracterização de um conjunto de ações, como a capacidade de alterar o curso dos acontecimentos, provocando transformações no processo histórico. Destacam ainda, como princípios metodológicos, os *temas*, as *teorias* e os *conceitos*, todos eles construídos no Ensino de Sociologia. Como nem sempre a pesquisa é incorporada por educadoras e educadores em seu plano de curso, seja por

---

<sup>18</sup> É importante compreender que a disciplina sociologia, no Ensino Médio, contém outras disciplinas, conceitos e práticas. Além da própria Sociologia, integram a disciplina a Antropologia e a Ciência Política, reafirmadas pela Base Nacional Comum Curricular (DOS ANJOS, 2018).

dificuldades na formação ou por sua própria concepção de ensino, cada um desses outros três pressupostos pode indicar um caminho para o desenvolvimento de um conteúdo programático (MORAES; GUIMARÃES, 2010).

Os autores também enfatizam que a *pesquisa*, como atividade básica na construção do conhecimento científico, é fundamental para a prática docente. A pesquisa pode suceder um trabalho realizado em sala de aula, aprofundando empiricamente o que foi apresentado ou anteceder-lo, provocando curiosidade, preparando para o que vai ser estudado. Acredita-se que todos esses princípios - a pesquisa, os temas, as teorias e os conceitos - possam ser desenvolvidos, em maior ou menor grau, inter-relacionados dentro da estratégia didática com os *podcasts*.

Portanto, a emergência da Sociologia no Brasil, sua institucionalização e seus pressupostos metodológicos de ensino, surpreendentemente, vieram da educação básica e de suas práticas discursivas e não propriamente da academia. Nesse sentido, Sarandy (2004), questiona a legitimidade que a própria academia reserva às licenciaturas em Ciências Sociais, em detrimento do bacharelado. Assim sendo, o Ensino de Sociologia ainda não é um objeto de estudos totalmente legitimado. Busca-se, então no pensamento arqueológico de Foucault (2000), a questão da legitimação dos saberes pela ciência: “Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2000, p. 207).

Ao propor percorrer o eixo: prática discursiva-saber-ciência, ao invés do eixo: consciência-conhecimento-ciência, Foucault (2000) faz uma análise focada num sujeito situado e dependente, não titular, nem como atividade transcendental e nem como consciência empírica. Dessa maneira, o sujeito moderno não é a origem dos saberes, tampouco produtor de saberes, ao contrário, ele é um produto desses saberes (VEIGA-NETO, 2017). Compreende-se então, em termos foucaultianos, que a partir das práticas discursivas, do Ensino de Sociologia em outros níveis de educação, o currículo de sociologia foi se delineando no ensino superior, transformando-se em um saber legitimado, ou seja, um saber científico.

Desdobrando-se em sua genealogia, Foucault (1999b, p. 13) faz referência aos saberes dominados ou assujeitados. Nesse contexto, são os saberes gerados na prática dos professores:

[...] descontínuos, desqualificados não legitimados contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1999b, p. 13).

Em tempos de pós-verdade, do descrédito da ciência, da proliferação de pseudociências, dos ataques às educadoras e educadores, às instituições produtoras de conhecimento científico e à educação de maneira geral, faz-se necessário fazer uma breve, mas extremamente necessária, ressalva à questão da ciência e do saber foucaultianos, do ponto de vista da produção desta tese.

Toda tese busca a legitimação de um saber na academia, portanto, as críticas foucaultianas sobre o combate à ciência legitimada são diagnósticos específicos das relações de poder e “de uma ciência detida por alguns”, e não a deslegitimação da forma do saber científico. Por isso, compreende-se como caminho a seguir uma contraposição veemente da desqualificação ou relativização da ciência. Procura-se desassujeitar os saberes locais e articulá-los com os saberes científicos, visando diluir esse poder, desconcentrando-o do centro irradiador da academia. Bem mais modesta, porém com essa diretriz norteadora, a grande pretensão desta pesquisa é fazer um pequeno saber local articular-se com os saberes da academia. E, nessa troca, formular-se outro saber, pensado a partir das possíveis lutas de resistência dentro da instituição escolar (FOUCAULT, 2003).

Pensando a partir dos manuais de Sociologia, observa-se o discurso da academia sobre um saber centralizado, o qual é irradiado para o ensino desta disciplina, nas escolas. Os sentidos expressos nos manuais publicados nas primeiras décadas do século XX, estavam mais ligados à pesquisa que ao ensino e, ainda, refletem-se nos mesmos modelos de ensino-aprendizagem do ensino superior. Em 2008, a Lei nº 11.684/08 inclui a Sociologia, novamente, como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio. A partir dessa lei, houve grande demanda na formação de educadoras(es) para atuarem nas escolas de todo o país. Além disso, Silva (2018) destaca que, após 2008, a produção de trabalhos na sociologia escolar cresceu muito, expandindo-se para os espaços das pós-graduações em Ciências Sociais, Sociologia e Educação, em periódicos e encontros nacionais, como o Encontro Estadual de Ensino de Sociologia (ENSOC), realizado pelo Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bem como o Encontro Nacional de Sociologia na Educação Básica (ENESEB). Diante disso, a produção bibliográfica, as citações e a referência de autores proporcionam a autoconsciência de um subcampo<sup>19</sup> em formação (SILVA, 2018). Contudo, Mocelin (2019) vai além, definindo a Sociologia Escolar como um

---

<sup>19</sup> Na perspectiva da Sociologia de Bourdieu, a sociologia escolar constitui um subcampo do campo da Sociologia, apresentando características semelhantes a este último. Os subcampos ou subsistemas são regiões menores de um campo e conservam a mesma dinâmica deste. Dessa forma, assim como nos demais campos e subcampos, os grupos detentores de maior quantia de capital têm melhor posição na estrutura deles, por consequência, mantendo o controle político (BORDIEU, 2005; 2009).

campo. O autor argumenta que a sociologia na escola não é mais incipiente, houve sua institucionalização na escola, passando por amplo processo de consolidação, demarcando lugar nos currículos e deixando sua marca no debate público. Além disso, há um considerável acúmulo de encontros, fóruns, congressos, associações e mais educadoras(es) licenciados, mais pesquisas específicas nessa área, relatos de experiências, estudos sobre métodos de ensino, reflexões de teorias pedagógicas e metodologias de ensino, entre outras.

Por outro lado, existe o desafio das universidades lidarem com a expansão do ensino dessa disciplina para todas as escolas do país. Mesmo passados mais de dez anos da volta da Sociologia nos currículos, os cursos de Ciências Sociais ainda procuram soluções de formação para a pesquisa, no bacharelado, e para o Ensino de Sociologia, na licenciatura. Atualmente, como alternativa formativa para atender essa demanda, tem-se a metade dos cursos de licenciatura em Ciências Sociais na modalidade de Educação a Distância (EaD) (SILVA, 2018). Dada essa convergência entre a educação e a tecnologia por meio do desenvolvimento de suportes, das tecnologias de informação e comunicação, passou a existir a possibilidade e a viabilidade da formação à distância. Barros (2013) nos auxilia a pensar que a TIC

[...] corresponde a todas as tecnologias que interferem na realização e mediação dos processos informacionais e comunicativos. Ainda, estas podem ser entendidas como um conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam, por meio das funções de hardware, a automação e a comunicação dos processos. São diretamente relacionadas à comunicação e à ação direta da comunicação na educação (BARROS, 2013, p. 43).

Portanto, a partir dessas técnicas, abrem-se possibilidades distintas das anteriores, desdobrando-se em outros tempos e espaços para a educação, visando atender algumas demandas, nesse caso, de formação. É nesse contexto que a EaD vem se consolidando no país, na última década, a exemplo da mudança do marco regulatório no ano de 2017, a partir do Decreto-lei n 9.057 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), abriram-se possibilidades de seu uso em diversos níveis, desde a educação básica até a pós-graduação. No entanto, críticas existem sobre a qualidade dos cursos, relação de carga horária, quantidade de conteúdos entre outros, questões prejudiciais ao aprofundamento dos temas, como apontam Lemes, Maia, Reis-Yamault (2015). Em outros casos, o prejuízo pode acontecer na produção de currículos fragmentados, avaliação precária e dissociação entre teoria e prática (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011). A característica da virtualidade também é questionada, a ausência dos contatos face a face entre educadoras(es), educandas(os) dos cursos é vista como perda de oportunidades pedagógicas (DALBOSCO, 2015; ARRUDA, 2015).

A propósito desse debate sobre os limites e possibilidades, benefícios ou malefícios da EaD, Barros (2013) argumenta que esse é um caminho sem volta, portanto é mais produtivo pensar em construir novas estratégias de educação dentro de um outro paradigma:

Há que se ressaltar que isso não significa que as tecnologias ou a educação a distância são a salvação da educação, mas sim que trazem novas formas de aprender e ensinar. Provocam indiscutivelmente um movimento que altera os modelos educativos e suas estratégias e dinâmicas (BARROS, 2013, p. 13).

O foco da discussão não pode ser mais somente a utilização ou não das TIC na educação, pois há tempos elas são uma realidade na socialização dos sujeitos. Além disso, na atualidade, com equipamentos móveis (celulares) e as redes, as TIC estão por toda parte, configuram-se como um processo de aprendizagem ubíqua, nos termos de Santaella (2014). Nesse contexto, cabe outra reflexão, a de Dalbosco (2015):

Para evitar tanto a ingenuidade como o oportunismo, não se pode esquecer que a sociedade digital e as novas formas de vida que dela emergem são em grande parte produzidas e controladas pelas forças do mercado global e sua dinâmica. No entanto, por outro lado, para ir além do olhar determinista e da própria fobia ideológica à técnica, precisa-se considerar que é inerente à condição humana a possibilidade de sempre iniciar por si mesmo um novo estado e, neste sentido, de se apropriar singular e criativamente da tecnologia digital e o que ela propicia, ou seja, o uso da internet por meio do computador pessoal e do celular, ainda que tal apropriação seja sempre limitada (DALBOSCO, 2015, p. 17).

Com o propósito de evitar a apropriação limitada e acrítica desses meios, pois estão em curso e independem do ensino formal, é necessário o questionamento pedagógico de como sua utilização pode trazer ganhos para a aprendizagem. Por isso, essa reflexão não pode se dar a partir da superficialidade, da tomada desses meios como ferramentas inertes em sua forma e conteúdo, esperando somente sua apropriação. É preciso discutir forma e conteúdo enquanto categorias de ensino dialéticas, conforme observam Saviani (2011) e Duarte (2016), complementando-se em sua concomitância e, ao mesmo tempo, em sua transformação. Porém, não é possível pensar forma e conteúdo de ensino, presencial, virtual ou remota sem atentar-se a que tipo de pedagogia estão nelas inseridas, qual é a visão de mundo que elas defendem e, principalmente, que tipo de sujeito elas ajudam a formar (DUARTE, 2016; SAVIANI, 2011; SAVIANI; DUARTE, 2012).

No decorrer desta tese, em termos foucaultianos, deparamo-nos com a emergência de um acontecimento: a pandemia da COVID-19, decretada pela Organização Mundial da Saúde

(OMS) em 11 de março de 2020. A COVID-19 é uma doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) e seu quadro pode evoluir para uma síndrome respiratória aguda grave (OPAS/OMS BRASIL, 2020). O transmissor da doença é o ser humano e seu contágio se dá pelo contato com gotículas da boca ou nariz de uma pessoa infectada quando ela tosse, espirra ou fala. Nesse momento, ainda não há vacina definitiva para a doença, mas já existem algumas em última fase de testes em seres humanos, há vários protocolos experimentais e utilização de remédios já existentes, contudo, nem sempre eficazes no combate a essa doença. A recomendação principal, segundo protocolo da OMS, é o isolamento social para evitar contaminação. Com isso, desde fins de fevereiro, governo federal, estados e municípios adotaram ações em relação ao combate dessa pandemia. Em relação à educação escolar, em todos os estados as aulas foram suspensas por causa das aglomerações nos espaços de ensino, possibilitando maior chance de contágio. Na rede pública estadual paulista, a partir do dia 16 de março, as escolas foram suspendendo suas atividades gradativamente, até o completo fechamento em 23 de março (SEE, 2020).

O foco dessa tese não é essa discussão, essa temática é complexa e seus desdobramentos extrapolam os limites deste texto. Entretanto, no contexto supracitado, em meio a uma pandemia, é oportuno pontuar e registrar, ainda que de forma sucinta, esse momento histórico e de condições extraordinárias para a saúde e, principalmente, para a vida das pessoas. Nessas condições, as pessoas, quando possível, estão realizando trabalho remoto, somente algumas atividades estão funcionando até esse momento, como abastecimento de alimentos, transportes, saúde, segurança, entre outros, já que essas são consideradas atividades e serviços primordiais durante a pandemia (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2020). Contudo, praticamente, todos os estados já retomaram as atividades do comércio com algum tipo de restrição, mas as escolas ainda não retornaram as suas atividades presenciais. Especificamente, para essas condições de funcionamento dos tempos e espaços da educação, os sistemas de ensino estão realizando experiências com Ensino Remoto Emergencial (ERE), que em suas diretrizes e modo de operação difere expressivamente da EaD.

Salvo todas as condições excepcionais da continuidade das atividades escolares, como forma e conteúdo, desdobrando-se no acesso e acessibilidade aos meios técnicos, o acompanhamento das atividades e a avaliação, faz-se necessário tirar lições desse momento pontual, de como o sistema escolar já funcionava antes da pandemia e de qual sujeito é formado por esse sistema e depois, no pós-pandemia e com essas experimentações, quais as possibilidades de formação híbrida (virtual, semipresencial e presencial) e que sujeito se formará. Esse registro pertence tanto a uma arqueologia, da constituição dos saberes sobre o

sujeito, quanto a uma genealogia das práticas de dominação e das estratégias de governo, as quais se submetem os indivíduos na construção de suas subjetividades no contexto de uma pandemia (FOUCAULT, 2000; 2003).

Retomando a questão do Ensino de Sociologia, esse também impactou o campo da Educação e das Ciências Sociais, docentes e pesquisadores passaram a influenciar as propostas de currículos tanto no âmbito nacional quanto estadual. Conforme Silva (2018, p. 10), comparando os manuais de sociologia da França e do Brasil “[...] nosso texto considerado didático é ainda muito marcado pelo texto acadêmico, enquanto na França transformou-se em texto interativo e de atividades para os alunos”. É um paradoxo, pois, como abordado, as propostas curriculares e método de ensino da Sociologia na escola vieram das práticas dos professores e, por sua vez, a bibliografia didática na área poderia ser mais direcionada à prática como o é na França. Entretanto, é preciso pontuar que o ideal seria a *práxis*. Dessa maneira, sustenta-se que não é produtiva a separação, a sobreposição ou alguma prioridade dada entre teoria e prática e, para superar essa dicotomia, pensa-se no conceito de *práxis* proposto por Paulo Freire. Em suas palavras: “É preciso que fique claro que [...] estamos defendendo a *práxis*, a teoria do fazer, não estamos propondo nenhuma dicotomia de que resultasse que este fazer se dividisse em uma etapa de reflexão e outra, distante de ação” (FREIRE, 1987, p. 125).

Outra contradição é essa disciplina ter sido sempre identificada como sinônima de “ensino para cidadania” nos discursos congressistas (ANJOS, 2018; GESTEIRA, 2018), enquanto tramitavam as leis para sua obrigatoriedade no currículo; no entanto, ao mesmo tempo, ela é intermitente nos currículos e fruto da conveniência de determinada conjuntura social e política.

A disciplina de sociologia ficou marcada, junto com a disciplina de filosofia, desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, com a alcunha de formação para a cidadania nas discussões sobre a obrigatoriedade dessa disciplina no currículo, feita pelos parlamentares, à época, com o trâmite dos Projetos de Lei (PLs) 3.178/1997 e 1.641/2003. Esse último resultou na inclusão obrigatória da sociologia no currículo no ano de 2008, o discurso predominante, como justificativa para tal, era da “formação do cidadão” (GESTEIRA, 2018).

Essa discussão, conforme Gesteira (2018), passa pela inclusão da Sociologia na escola como mera ferramenta que poderia habilitar os jovens cidadãos a responder reflexivamente e, principalmente, adaptativamente, às mudanças e demandas da sociedade. Somando-se a essa visão de cidadania, tem-se ainda o discurso da *pedagogia das competências*, onde há um esvaziamento teórico, quando somente as competências e habilidades definem o processo de ensino aprendizagem (DOS ANJOS, 2018).

Duarte (2008, p. 12), ao falar dessa pedagogia adaptativa, observa que ela trata de desenvolver nos indivíduos as competências necessárias à condição do mercado; aos educadoras(es) caberia conhecer a realidade social de educandas(os), não para fazer críticas, mudanças ou reflexão, mas saber quais competências a realidade social exige desses indivíduos. É esse o sentido da “cidadania” proposto na volta da disciplina escolar de sociologia. Frigotto e Ciavatta (2006) consideram que essa cidadania, enfatizada pelo “cidadão produtivo”, está sujeita às exigências do mercado, subordinação e não participação para desenvolver todas as suas potencialidades. Os autores reforçam que, mesmo do ponto de vista acadêmico, o termo cidadania foi utilizado e generalizado nos grupos progressistas, e mesmo nos filiados a teóricos do materialismo histórico, apoia-se analiticamente no conceito liberal de cidadania individual formado, conforme Marshall (1967), pelos direitos civis, políticos e sociais.

O próprio conceito de cidadania foi elaborado de forma insuficiente, não apenas por pouca abordagem, mas porque a questão da cidadania é alheia à história de como foi constituída a sociedade brasileira pós-colonial, prolongada pela constante exclusão dos “cidadãos” brasileiros de diversas instâncias da vida social. Dessa maneira, a questão subjacente a quem pertence a comunidade política, quem são cidadãos e quais são seus direitos permite-nos visualizar a complexidade e negatividade do estabelecimento de uma comunidade política no país, sem garantir nem mesmo a cidadania na perspectiva liberal. Essa reflexão é útil para compreender os limites históricos da cidadania no Brasil (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006).

Por fim, formalmente, somos todos cidadãos, contudo existem níveis de cidadania nas situações concretas e diferenças de classe. Existe um acesso diferenciado aos bens necessários à sobrevivência. Desse modo, indicadores de renda traduzem pobreza e miséria e uma das maiores desigualdades sociais do planeta.

De outro lado, Frigotto e Ciavatta (2006), enfatizam a ideia da cidadania coletiva, a qual implica o resgate da individualidade como parte do coletivo, no sentido de um sujeito político. A concepção de cidadania coletiva está distante da noção mercantil de cidadão produtivo, o sujeito se aliena de sua generalidade na coletividade política, submetendo-se à produtividade exigida pela reprodução do capital. A própria educação formal, com as reformas do ensino médio e tecnificação, cursos breves e modulares, redução dos saberes e das técnicas, privilegiando as questões operacionais e valores norteados pelo individualismo e competitividade, exigências do mundo empresarial, distanciam-se dos projetos do ser humano emancipado, de uma humanidade solidária e construtora de projetos sociais alternativos.

A perspectiva desse discurso é o da adaptabilidade e da empregabilidade do cidadão às competências e habilidades exigidas pelo mercado - esses seriam os “novos desafios”. Essa

visão de educação está pautando, desde a década de 1990, diretrizes, currículos e a base de ensino no Brasil. Duarte (2001), quando fala da pedagogia do “aprender a aprender”, faz uma severa crítica a pesquisadoras(es) que têm apresentado essa base de pensamento pedagógico. O autor descreve quatro posicionamentos valorativos em torno desse tema. Destaca-se aqui somente o último deles:

[...] a educação deve preparar os indivíduos para acompanharem a sociedade em acelerado processo de mudança, ou seja, enquanto a educação tradicional seria resultante de sociedades estáticas, nas quais a transmissão dos conhecimentos e tradições produzidos pelas gerações passadas era suficiente para assegurar a formação das novas gerações, a nova educação deve pautar-se no fato de que vivemos em uma sociedade dinâmica, na qual as transformações em ritmo acelerado tornam os conhecimentos cada vez mais provisórios, pois um conhecimento que hoje é tido como verdadeiro pode ser superado em poucos anos ou mesmo em alguns meses. O indivíduo que não aprender a se atualizar estará condenado ao eterno anacronismo, à eterna defasagem de seus conhecimentos (DUARTE, 2001, p. 37).

Ainda, segundo Duarte (2001, p. 38), o núcleo do “aprender a aprender” aparece desvelado: “[...] trata-se de um lema que sintetiza uma concepção educacional voltada para a formação da capacidade adaptativa dos indivíduos”. Nesse contexto, as competências foram inseridas nos planos de educação. Frigotto (2000), aponta que esses projetos educativos são apresentados como “novos”, originando concepções novas onde os enunciados como “competências”, “habilidades”, “qualidade total”, “empregabilidade”, entre outros, mascaram uma auto responsabilização dos trabalhadores e por extensão estudantes, por sua empregabilidade e sua pertença ao trabalho. Produz um discurso de eterna renovação, preparação e superação de um trabalho rotineiro de tempos e espaços para algo ininterrupto, imprevisível. Esvaziando a ideia de cidadania, como abordado por Frigotto e Ciavatta (2006), faz-se com que a Sociologia na escola se transforme em simples ferramenta para a adaptabilidade desse “cidadão” às mudanças da sociedade, distanciando-se, assim, da concepção de cidadania emancipatória, coletiva e do sujeito político (FRIGOTTO, 2000; DUARTE, 2001; GESTEIRA, 2018).

Além disso, segundo Anjos (2018), há muitas críticas de especialistas em Sociologia aos documentos curriculares anteriores a BNCC, sobretudo no discurso da interdisciplinaridade e da transversalidade, pois acabam por desvalorizar e ainda colocar essa disciplina “à margem” das outras. Dessa forma, seria necessário um documento que além de inserir a sociologia de fato no currículo a legitimasse em relação as outras disciplinas (ANJOS, 2018). Porém, o que acontece é tão somente a repetição dos discursos de exclusão dessa disciplina, no contexto das

condições de possibilidade desses discursos, ora retirada do currículo, ora deslegitimada na sociedade, ora reinserida com restrições.

As idas e vindas dessa disciplina na escola refletiram as tensões com os grupos de poder durante todo o período histórico de sua institucionalização. Santos (2002) sintetiza os períodos de intermitência da sociologia na Educação Básica em três períodos: a institucionalização da disciplina (de 1891 a 1941), ausência como disciplina obrigatória (de 1941 a 1981) e sua reinserção gradativa (de 1982 a 2001). Pode-se atualizar essa periodização ao incluir outro recorte da produção e institucionalização da disciplina e, novamente, a não obrigatoriedade a partir da versão final da BNCC (de 2008 a 2018).

Anjos (2018), ao analisar PCNEM, PCNEM+, OCEM e BNCC, indica a influência de intelectuais, em diversas épocas, atendendo a interesses políticos distintos, sujeitos a diversas concepções de conhecimento, para poderem ser validados pelo Estado. Goodson (1990) comenta ainda que a visão instituída é que as matérias escolares são produto do melhor trabalho de acadêmicos e especialistas, quase sempre são aceitas por educadoras(es) e leigos. A sustentação desse discurso é feita “[...] por porta-vozes governamentais, agências educacionais, associações de disciplinas e, talvez de forma mais importante, pela mídia” (GOODSON, 1990, p. 234). Como o sistema de educação no Brasil dá autonomia para os estados, existe uma certa independência, apesar de haver implicitamente a imposição das instituições, como o autor sugere.

Caridá (2015) destaca as pautas neoliberais, especialmente a partir dos anos de 1990, onde os PCNEM e os PCNEM+ estão inseridos na proposta curricular da “pedagogia das competências”. Conforme sugere Anjos (2018), os documentos das décadas de 1990 e 2000 recontextualizaram os documentos brasileiros e estadunidenses, ligando-se o termo competência ao aprendizado da força de trabalho. A autora diz ainda que a instrumentalização no PCNEM é incentivada, o documento é um apanhado de vários conceitos e flexibilização naturalizante. Apesar de várias críticas, os PCNEM+ seguem a mesma base das competências e habilidades. Os conteúdos sociológicos não têm abordagem crítica em relação ao mundo do trabalho. Tampouco trazem para o debate a questão dos conflitos e contradições e de como a sociedade capitalista é organizada. Não existe transformação ou evolução social, as mudanças sociais ocorrem por meio da participação cidadã e democrática (ANJOS, 2018). Além disso, o documento não apresenta teorias sociológicas e teóricos das Ciências Sociais, essa mesma orientação segue na BNCC.

A versão preliminar da BNCC, elaborada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, teve a participação de 116 especialistas. No entanto, uma série de

colaboradores participaram da elaboração desse documento, inclusive instituições privadas, sendo que a Fundação Lemann foi uma das principais, financiando vários seminários (MACEDO, 2014). O Movimento Pela Base (MPB) tem protagonismo de instituições ligadas às empresas nacionais e com relações internacionais. Destacam-se, além da Fundação Lemann, Instituto Ayrton Senna, Instituto Unibanco, Fundação Roberto Marinho, Instituto Inspirare, Fundação Santillana, Abrelivros, entre outros. Outro ponto comum são as relações com o organismo Todos pela Educação, um *think tank*<sup>20</sup> para a educação ligado à rede latino-americana Reduca (CAETANO, 2019). Essa autora destaca, ainda, que mesmo os sujeitos individuais - os especialistas, por exemplo - transitam entre instituições públicas e privadas.

Conforme Freitas e França (2016), essa intermitência do Ensino de Sociologia na escola está diretamente ligada a mudança de relação de forças e significados dessa disciplina na sociedade: ora ela foi elevada ao *status* como ciência que salvaria a pátria, ora ela tornou-se perigosa, ora ela tomou lugar privilegiado no rol de disciplinas escolares, ora ela foi rebaixada a mais um conhecimento a ser transmitido. Esses são alguns aspectos das articulações entre Estado e instituições privadas, por meio de propostas curriculares, diretrizes, documentos e leis, promovendo a governamentalidade neoliberal no Ensino de Sociologia. Contudo, a BNCC sancionada em 2019, na etapa que trata do Ensino Médio, traz somente Língua Portuguesa e Matemática como disciplinas obrigatórias nos currículos das escolas. As outras disciplinas são fundidas em áreas de conhecimento, em específico as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, onde agruparam-se as disciplinas de História, Geografia, Filosofia e Sociologia (BNCC, 2019). De um lado, existe a obrigatoriedade de algumas disciplinas e de outro lado, como não dito, a fusão e não obrigatoriedade de outras disciplinas motivadoras do pensamento crítico, especialmente, a Sociologia.

A Sociologia e o Ensino de Sociologia só estudam e descrevem a sociedade, mas fazem a crítica desse modelo de relações sociais e de sociedade. Giddens (1991) reforça essa questão quando diz que a Sociologia é reflexiva, no sentido de transformar os rumos da sociedade com seus estudos. O Ensino de Sociologia no Brasil ao não se institucionalizar e não se utilizar de diretrizes a partir da academia, mas de experiências no antigo ensino secundário e de práticas discursivas das educadoras e dos educadores, também não se constituiu como um objeto legitimado na academia em igualdade a outros. Esse discurso reflete-se nos manuais e livros

---

<sup>20</sup> Conforme a Wikipédia (2020), “Um *think tank*, *laboratório de ideias*, gabinete estratégico, centro de pensamento ou centro de reflexão é uma instituição ou grupo de especialistas de natureza investigativa e reflexiva cuja função é a reflexão intelectual sobre assuntos de política social, estratégia política, economia, assuntos militares, de tecnologia ou de cultura”.

didáticos sobre ensino de sociologia, onde a teoria é privilegiada em detrimento da prática. A proposição é desassujeitar esses saberes dominados desse campo para construir, junto com os saberes legitimados, outros saberes.

Há no próprio dispositivo escolar e engendrado na sociedade relações de poder para fazer funcionar o Ensino de Sociologia na escola não como uma disciplina crítica, desnaturalizante e transformadora, ao contrário, convergem as instituições, os organismos internacionais, as leis, a mídia, os planos de ensino, os especialistas, entre outros para a adaptatividade e a flexibilização da subjetividade do sujeito e da cidadania em termos de interesses do mercado. Além disso, o discurso do Ensino de Sociologia com o mote de formação para a cidadania é nitidamente articulado à precariedade de formação de educadoras(es) nessa área. Com a deslegitimação, esvaziamento e intermitência dessa disciplina na escola, seu funcionamento acaba transformado, dentro do sistema de ensino, em mera ferramenta de formação para uma “cidadania adaptativa”.

### **1.3 A Educação Sexual dentro (fora) da escola**

O conceito de cidadania aqui defendido considera os termos de crítica e emancipação trabalhados no Ensino de Sociologia e, de forma mais ampla, também aponta para as questões da sexualidade. Contudo, a deslegitimação das questões de gênero, de sexualidade e da Educação Sexual passa por práticas de relações de poder instituídas por grupos que decidem os rumos da educação no país, bem como reflete-se no cotidiano das escolas, onde vai se sedimentando. Tais questões também são silenciadas por políticas públicas, currículo e discursos diversos, religiosos, familiares, midiáticos, entre outros. Existe a urgência, dentro da forma escola, de abordar em tempos e espaços específicos a questão da sexualidade; para tanto, discute-se nessa tese como a disciplina de sociologia converge temas, conceitos e práticas em seu currículo, com preceitos da Educação Sexual.

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro qual é o conceito de sexualidade e de educação sexual que percorre toda esta tese. O conceito de sexualidade, conforme Maia e Ribeiro (2011, p. 75-76), é amplo e histórico, fazendo parte do ser humano, que o representa de forma diversa, dependendo de sua cultura e de seu momento histórico. A sexualidade humana é formada por componentes biológicos, psicológicos e sociais, expressa-se em cada ser humano em sua subjetividade e, de modo coletivo, em padrões sociais transmitidos na socialização. Dessa forma, dizem os autores, as atitudes, os valores, os comportamentos e as manifestações ligadas à sexualidade que acompanham o indivíduo desde seu nascimento fazem parte, basicamente,

desse processo denominado educação sexual. Tal processo tem um caráter *não intencional*<sup>21</sup>, é produzido na socialização primária, na família, e depois na socialização secundária, nos vários grupos sociais. Assim, são construídos os valores sexuais e morais, todos esses também são formados de discursos religiosos, biológicos, médicos, midiáticos entre outros.

Quando essa educação sexual deixa o nível de processos sócio-culturais mais amplos e passa para o nível educativo, onde é transformada em objeto de ensino e orientação, com planejamento, organização, objetivos, temporalidade, metodologia e didática, restringindo-se à escola, converte-se em Educação Sexual (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 76). Cada sujeito carrega em sua bagagem valores sexuais transmitidos pela família, por grupos sociais e por sua cultura. Esses dois níveis da educação sexual, não intencional e intencional, encontram-se na escola; e é, possivelmente, nesse tensionamento, que emergem as questões, contradições e dúvidas em relação à sexualidade.

Não existe uma educação sexual institucionalizada de forma ampla na educação básica, e nem na formação inicial de educadoras(es), sobretudo nas licenciaturas. Por causa dessa lacuna, deixada por uma disciplina de Educação Sexual nas licenciaturas ou em sua formação (FIGUERÓ, 2006; MAIA, 2004; REIS e RIBEIRO, 2002), o estudo realizado por Lira e Jofili (2010) demonstrou o desconhecimento de educadoras(es) sobre orientação sexual, como tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em consequência, muitos educadoras(res) não têm conhecimento científico básico para discutir questões sobre sexualidade que vão além de sua própria vivência, dos seus valores e do modelo médico-biológico escolarizado ou não escolarizado, ou seja, com implicações mais amplas nas perspectivas do social, do histórico e do político.

Nos PCN do ano de 1997, a temática da *Sexualidade e orientação sexual* figuraram nos documentos oficiais como temas transversais; dessa forma, deveriam ser tratados por todos as(os) educadoras(es) em suas aulas (BRASIL, 2000). Na época, foi um avanço na questão, porém ao longo daquela década não houve nenhuma política pública oferecendo cursos para formação em Educação Sexual (REIS; RIBEIRO, 2002). Argumenta-se a urgência da institucionalização, por meio de políticas públicas, de um curso com essa temática, para que sejam introduzidos para educadoras(es) conceitos básicos sobre sexualidade, como: história da sexualidade, conceitos de sexualidade (sexo, sexualidade, relações de gênero, homofobia entre outros), sexualidade e educação sexual (LEÃO et al., 2016).

---

<sup>21</sup> Optou-se, em concordância com os autores referenciados (MAIA; RIBEIRO, 2011), utilizar o termo **educação não intencional**, ao invés de termos consagrados na literatura como formal, não formal ou informal.

Isto posto, não deve haver a culpabilização de educadoras(es); contudo, esse vazio de políticas públicas de capacitação específica na área, implementadas pelo poder público, acaba por gerar falta de conhecimento. Desta forma, trabalham-se, muitas vezes, nas disciplinas de ciências e de biologia apenas as questões preventivas em relação à Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e drogas, sendo estes temas preferenciais e recorrentes. Ribeiro (1990) destaca:

A orientação sexual inserida na escola sem uma preocupação com a problemática geral da instituição educacional, sem a adequada preparação da comunidade escolar para receber em seu meio uma nova abordagem em educação que foge do conteúdo tradicional, e sem profissionais com formação específica para trabalhar nas escolas, será, no máximo, **informação sexual**, a pura e simples **reprodução de definições e conceitos que deveriam ser dados nas aulas de Biologia** (RIBEIRO, 1990, p. 31, grifos nossos).

Mais uma vez, não são culpabilizados, especificamente, educadoras(es) de ciências ou de biologia, pois essas disciplinas são, historicamente, onde as discussões sobre sexualidade surgem na escola (embora surjam em outras disciplinas também); porém, centram-se quase sempre na área das Ciências (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004, p. 38). Essas disciplinas, na educação básica, são base do desenvolvimento de projetos sobre sexualidade na escola; no entanto, na maioria das vezes de forma informativa, fisiologista, com foco no corpo e do ponto de vista de máquina reprodutora (MOLINA; SANTOS, 2018). Continua-se de forma geral reproduzindo uma visão tradicional, médico-biológica, da sexualidade, em detrimento de implicações mais amplas: antropológicas, psicológicas, políticas, sociológicas e filosóficas. Essas também deveriam fazer parte das reflexões sobre esse assunto.

Maia e Ribeiro (2011) destacam ainda que quando as duas formas de educação sexual - a não intencional e a intencional - encontram-se no espaço escolar, educandas(os) trazem seus valores morais e culturais em relação à sexualidade, por isso não é aceitável impor outros valores, mas orientar, ensinar, formar, discutir, refletir e questionar os valores trazidos. Assim, os estudantes poderão ter em seu horizonte uma visão ética, cultural e histórica, que constitua sua concepção tanto de sexualidade quanto de prática sexual. Em linhas gerais, Maia e Ribeiro partem

[...] portanto, do princípio que a educação sexual na escola deve ser um processo intencional, planejado e organizado que vise proporcionar ao aluno uma formação que envolva conhecimento, reflexão e questionamento; mudança de atitudes, concepções e valores; produção e desenvolvimento de

uma cidadania ativa; e instrumentalização para o combate à homofobia e à discriminação de gênero.

A intervenção sempre deverá ser feita por profissionais formados e capacitados nessa área e o trabalho planejado e sistematizado, com tempo e objetivo limitados, com ações que possibilitem informar, debater e refletir sobre questões da sexualidade com os educandos (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 77).

As diretrizes aqui elencadas por Maia e Ribeiro (2011) podem ser norteadoras na aproximação de temas, conceitos e práticas da Educação Sexual no Ensino de Sociologia. Entretanto, em relação à BNCC, no texto em que trata sobre a etapa do Ensino Médio, existe um grande retrocesso, o que é evidenciado após sua terceira versão, editada em 2018 e com sua aprovação em 2019, onde os termos **orientação sexual** e **identidade de gênero** foram suprimidos na versão final. Estes termos foram construídos a partir das inúmeras discussões e estavam presentes nas versões anteriores (BNCC, 2018). Houve toda uma construção, realizada em anos de debates, sendo alterada de última hora para atender pontualmente à interdição de um discurso sobre gênero e sexualidade. Dessa forma, como não existem essas competências a serem trabalhadas nas escolas, a institucionalização de qualquer iniciativa em ES fica muito prejudicada. O mesmo acontece, de outras formas, com algumas disciplinas no Ensino Médio, especificamente, com a sociologia.

Entende-se a interdição da Educação Sexual nas escolas e a supressão dessa possibilidade na BNCC como desdobramento da chamada *onda conservadora*<sup>22</sup>, conforme definição de Burity (2018). Contudo, essa onda não emerge no Brasil e não se limita somente a uma perspectiva moralista, mas marcha sobretudo nas fronteiras nebulosas entre a Igreja e o Estado. Termos como *ideologia de gênero* e o movimento Escola sem Partido funcionam como um contradiscurso às conquistas de espaço e direitos das minorias nas últimas décadas e expandem o discurso conservador.

Em setembro de 2019, o governador do estado de São Paulo - João Dória - mandou recolher apostilas do 8º ano do ensino fundamental; segundo ele, esse material fazia apologia à ideologia de gênero, conforme reportagem veiculada em jornal de grande circulação no país (PINHO; MARTÍNEZ-VARGAS, 2019). Contudo, dias depois, a juíza Paula Vasconcelos

---

<sup>22</sup> Conforme Burity (2018), essa onda conservadora não tem origem em nosso país e nem se limita a ele, tampouco sua localização e cronologia são estáveis e lineares. Destacam-se alguns acontecimentos mundiais desencadeadores desse fenômeno como: a imposição do reconhecimento das minorias pelas maiorias; a crescente globalização, o neoliberalismo, a imigração, as crises e conflitos; os ataques terroristas de 2001, gerando uma autolimitação dos mecanismos legais e democráticos e uma retórica democrática com funcionamento antidemocrático das instituições; a crise financeira de 2008, provocando o embate entre estatistas e desenvolvimentistas de um lado e neoliberais do outro; a primavera árabe e a emergência de discursos neonazistas e ultradireitistas de apelo nacionalista.

Navarro, da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, acolhendo reivindicação de educadoras(es) do estado, suspendeu o recolhimento das apostilas, alegando em seu despacho prejuízo da aprendizagem de conteúdos de diversas áreas do conhecimento, lesão ao patrimônio público e ao erário (VALENTE, 2019). Em primeiro lugar, as apostilas apenas reproduziram o conteúdo sobre identidade de gênero produzido pelo Ministério da Saúde, contudo, alegou-se que esse conteúdo estava em desacordo com a BNCC. Em segundo lugar, mesmo suprimidos os termos “gênero” e “orientação sexual”, a partir da versão de 2017 da BNCC, a base não proíbe tal conteúdo. Em terceiro lugar, fica a cargo de estados e municípios, gestão escolar, especialistas e educadoras(es) decidirem a inclusão dos conteúdos específicos a serem trabalhados. A motivação para retirada dessas apostilas foi claramente mais um desdobramento político da onda conservadora.

O termo ideologia de gênero não faz parte dos estudos acadêmicos sobre gênero (BUTLER, 2015; LOURO, 2001; 2007; 2013; MAIA E RIBEIRO, 2011), tampouco das narrativas teóricas feministas; constitui uma noção emergente dentro dos próprios discursos fundamentalistas (LIONÇO, 2016). E, ainda, conforme Lionço (2016), foi dentro das instituições católicas que essa noção foi criada e difundida, porém, no Brasil seu espectro foi ampliado para outras denominações cristãs, alavancando alianças entre católicos e evangélicos. A difusão da ideologia de gênero é feita, de um lado, por autoridades católicas, padres, arcebispos, entre outros, a partir dos sermões nas igrejas, comunidades, nos canais católicos e na internet; de outro lado por evangélicos em suas bases, assim como fazem as autoridades católicas, porém indo além, pois muitos evangélicos ocupam cargos públicos nas câmaras legislativas, onde mobilizam o debate público em torno dessa questão, interferindo diretamente na proposição de leis (LIONÇO, 2016).

Para desconstruir esse termo é necessário pensar sobre as definições em separado de ideologia e de gênero. Recorre-se a uma definição restrita de ideologia utilizada pontualmente aqui, nesse caso específico, como mais um discurso em termos foucaultianos, pois Foucault não mobiliza o conceito de ideologia (2003). Esta forma de ideologia já fazia parte do discurso político, contudo passou a circular com mais força no pós-2013<sup>23</sup>, no contexto religioso, relacionando-se diretamente com a proposição do termo ideologia de gênero. É o que Abbagnano (2003) designa como uma doutrina destituída de validade objetiva (científica), mantida pelos interesses claros ou ocultos de quem a utiliza. Esse autor deixa explícita a

---

<sup>23</sup> O período subsequente as manifestações de 2013, inicialmente contestando o aumento nas tarifas de transporte público na cidade de São Paulo, espalharam-se pelo Brasil por meio do ciberativismo. Conhecidas como manifestações de junho, manifestações dos 20 centavos, jornadas de junho (WIKIPÉDIA, 2020).

oposição entre ciência e ideologia. É, a partir dessa premissa, a da ideologia relacionada ao conceito de gênero, que o discurso fundamentalista procura deslegitimar o campo dos estudos de gênero, taxando-os de falsos e enganadores da “natureza humana”, biológica e originária de preceitos divinos.

Todo esse discurso se articula com o movimento denominado “Escola sem Partido”, criado em 2004. Em seu sítio está sua autodefinição, segundo a qual esse movimento é “[...] reconhecido nacionalmente como a mais importante e consistente iniciativa contra o uso das escolas e universidades para fins de propaganda ideológica, política e partidária.” (ESCOLA SEM PARTIDO, 2019). Inicialmente seu foco era o partidarismo político, mas esse movimento incorporou a ideologia de gênero e ganhou força, multiplicando-se em Projetos de Lei (PL) pelo país. Os PL “Escola sem Partido” proíbem explicitamente que educadoras e educadores trabalhem temas como gênero, sexualidade, diversidade étnica, religiosa e direitos humanos. Esses assuntos seriam “doutrinação ideológica e partidária”.

Conforme Marafon (2018), dentre as palavras que compõe o enunciado “Escola sem Partido”, “partido” é um equívoco que produz sentidos, reduzindo-se intencionalmente somente à política partidária. Dessa maneira, apoiando-se em uma onda maior, a do conservadorismo mundial, somaram-se essas ondas internas, a do discurso religioso e a do político, desembocando nas relações de poder dos legisladores, em nível municipal e estadual, para depois quebrar em cima das questões de gênero, expurgando-as dos planos de educação pela pressão nos debates e da distorção da ideologia de gênero apoiadas nos PLs do Escola sem Partido. Todas elas convergindo para o discurso da imposição de um silenciamento de posições e possível doutrinação de disciplinas como história, geografia, filosofia e sociologia, enquanto ao mesmo tempo se dá continuidade à exclusão de qualquer tipo de institucionalização da Educação Sexual na escola.

Esse alinhamento discursivo causado por essa onda conservadora, atualmente, estende-se também ao poder executivo federal e a uma parte da sociedade; portanto a supressão na BNCC de qualquer menção à sexualidade reflete-se na Educação Básica, mas amplia seu escopo nas políticas públicas, na formação de educadoras(es), nas políticas de prevenção à violência de gênero, minorias LGBTQ+ e IST’s, além de contribuírem, ainda que indiretamente, para a continuidade dessa educação não intencional sobre sexualidade, sem compromisso ético ou pedagógico, disseminada nas redes virtuais, utilizando-se das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Um exemplo é a campanha “Adolescência primeiro gravidez depois”, de 2020, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (BRASIL, 2020). Após a polêmica inicial sobre o não dito da abstinência como método para evitar gravidez, instituído

na ordem discursiva a qual pertencem os organizadores dessa ação, verifica-se a divergência total de outras campanhas realizadas sobre gravidez na adolescência de governos anteriores, prova de mais um alinhamento ao discurso conservador e à tendência de proibição de qualquer educação voltada para a sexualidade que não parta de um discurso moralista.

Dessa forma, qualquer política pública no sentido de implementação da educação sexual institucionalizada para jovens na educação básica está, atualmente, bloqueada. Somam-se às bancadas do legislativo, o poder executivo e seus ministérios, o da educação, o da mulher, da família e dos direitos humanos; não há possibilidade de abertura de diálogo, existe uma política de governo direcionada. Assim, concordando com Kerbauy (2005), ao analisar as políticas públicas no Brasil, chama-se a atenção para a existência de um longo caminho que possa transformar as políticas de governo, setORIZADAS e utilitaristas, mas principalmente, ainda estigmatizadas, no caso das políticas de juventude, em políticas públicas construídas e implementadas a partir de um espaço público, com a participação do Estado, da sociedade civil e dos próprios jovens.

Dessa forma, atualmente, há grande retrocesso nas discussões e participações democráticas na implementação das políticas públicas, principalmente referentes à Educação Sexual. Reproduzimos abaixo a proposta de Maia e Ribeiro (2011, p. 80-81) para a implementação de um programa de Educação Sexual na escola:

O planejamento de um programa de educação sexual deve obter, primeiramente, aceitação e colaboração de todos os agentes educativos que atuam com o grupo que irá participar do programa;

No momento anterior à implementação de um programa de educação sexual em uma escola, deve-se desenvolver debates e discussões com todos os envolvidos: diretores, professores, técnicos, funcionários etc.

Os pais dos jovens devem ser consultados e, se possível, participarem dos debates e discussões (integração família-escola);

Os objetivos do programa devem ser abrangentes, isto é, corresponder às demandas da comunidade e não exclusivamente à vontade do educador;

Para que o educador possa lidar com as questões de forma ‘natural’, qualquer que seja a área de sua disciplina, ele precisa estar interessado no tema, sentir-se bem para falar de sexualidade e ter uma atitude positiva e sadia em relação a ela;

O educador deve estar tecnicamente capacitado, isto é, provido de informações científicas atualizadas provenientes de fontes fidedignas; quando o assunto for polêmico ou muito específico o educador pode – e deve – recorrer a um especialista (médico, biólogo, sexólogo) para falar do assunto;

O educador deve usar vários recursos, especialmente aqueles mais adequados à população dos educandos: vídeo, dramatizações, dinâmicas, recortes de jornal, projeção de slides, fantoches, massa de modelar, bonecos, etc. O grupo interessado deve sentir-se corresponsável pelo programa, o que favorece uma maior interação, participação e apreensão dos temas abordados (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 80-81).

Destacam-se as aproximações da proposta de Maia e Ribeiro (2011) com os temas sobre gênero e sexualidade no currículo da disciplina de sociologia, especificamente, no currículo paulista. Como resultado dessa aproximação, não houve praticamente quase nenhum direcionamento do currículo à proposta de pesquisa na área de sexualidade e Educação Sexual. Os chamados cadernos do professor e do aluno trazem temas, conteúdos e práticas que educadoras(es) devem seguir na disciplina de sociologia durante os três anos do ensino médio, são apostilas que o estado distribui para educandas(os) todo início de ano. A última edição foi para o quadriênio 2014-2017. Contudo, depois da Reforma do Ensino Médio, feita em 2017 (CAMPOS, 2017), a publicação da BNCC (2018), com a posse do novo governo e, conseqüentemente, de um novo secretário da educação em 2019, no contexto dessas outras mudanças, o currículo do estado de São Paulo está em transição, a secretaria da educação prevê a implementação do novo currículo a partir de 2021 (SEE/SP, 2020).

Esses cadernos foram implantados em 2008, como parte de uma política pública do estado de São Paulo nas escolas da rede estadual de ensino. Esse material é voltado para educandas(os), educadoras(es) e gestoras(es), concretizando a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, baseando-se nos PCN's e na LDB (RIBEIRO, 2015). Existem várias críticas a essas apostilas orientadoras do trabalho dos educadoras(es), como demonstra Ribeiro (2015): homogeneização do que deve e como ser ensinado, interferindo na autonomia de educadoras(es); a superficialidade dos conteúdos; uma imposição desse material, pois ele tem relação direta com as avaliações externas e o pagamento de bonificação de educadoras(es), entre outras questões. Porém, mais preocupante, conforme o mesmo autor, é a apresentação da proposta, onde argumenta-se que “a disciplina de sociologia não serve para formar sociólogos”, por isso, não precisa aprofundar os conceitos, mas apenas diferenciar-se, mostrando uma realidade diferente do senso comum. Assim, perde-se mais uma oportunidade pedagógica; contudo, tanto no material didático proposto quanto na postura de educadoras(es), existe a possibilidade de subverter essa ideia superficial da disciplina de sociologia e trabalhar conceitos, teorias e temas.

Nesse sentido, pretende-se destacar na proposta curricular, mais especificamente nas apostilas do estado, os chamados “caderninhos”, as *Situações de Aprendizagem* que trazem de forma direta a discussão sobre gênero e sexualidade no material da disciplina de sociologia nos três anos do ensino médio, abaixo no Quadro 2:

#### **Quadro 2 – Gênero e sexualidade nas Situações de Aprendizagem**

ANO	SITUAÇÕES DE APRENDIZAGEM	GÊNERO E SEXUALIDADE
1º	<b>O processo de desnaturalização ou estranhamento da realidade.</b>	Pesquisa de campo para distinguir as diferenças, uma delas é de gênero (visita a um cabeleireiro e um barbeiro);
	<b>A socialização</b>	Inserção nos grupos sociais;
	<b>A construção social da identidade</b>	Processo de construção da identidade na relação entre indivíduo e sociedade;
	<b>Gênero e desigualdade</b>	Compreensão da diferença entre sexo e gênero; o caráter socialmente construído do gênero; olhar de forma crítica as desigualdades de gênero;
2º	<b>Violência contra mulher</b>	Compreender o que é violência de gênero; tipos de violência contra a mulher; Lei Maria da Penha;
3º	<b>O movimento feminista</b>	Compreenderem a historicidade da condição feminina; levá-los à compreensão de que a luta pelos direitos das mulheres ainda não terminou;
	<b>Novos movimentos sociais: negro, LGBT (lésbicas, gays, Bissexuais, travestis e transexuais) e ambientalista</b>	Compreenderem como diferentes grupos dentro da sociedade exercem a participação política; desenvolver o espírito crítico com relação ao racismo, ao preconceito, à diferença e à questão ambiental;
	<b>A desumanização e a coisificação do outro</b>	Compreender o que constitui a condição social de não cidadania; apreender como ocorrem processos de desumanização e coisificação do outro.

**Fonte:** SEE/SP 2014 adaptado pelo auto

É necessário fazer uma ressalva à situação de aprendizagem 2 – Divisão social do trabalho do 2º ano e trabalhada no 1º bimestre (SEE/SP, 2014) não está inserida no quadro acima. A abordagem realizada nessa situação insere a discussão da divisão sexual do trabalho, contudo, de uma forma secundária. De um lado, genericamente, a divisão social do trabalho está numa perspectiva de um discurso neutralizado e pulverizado pela técnica de trabalho nos modos de produção; de outro lado, é proposto para o educador(a) desenvolver esse tema, no entanto não existe um tópico específico no texto da apostila abordando esse assunto, tampouco referências. Como esse material é um guia curricular, na maioria das vezes, educadoras e educadores só se apoiam nele quando em substituição de aulas ou mesmo quando não são

licenciados nessa disciplina e, mesmo os que o são, nem sempre têm possibilidade de se aprofundar nessa questão. É um não dito que leva a um silenciamento.

Dessa forma, torna-se imprescindível a Educação Sexual (ES) na graduação, em especial nas licenciaturas, pois esse conhecimento sócio-histórico sobre a sexualidade já teria sido introduzido, possibilitando subsídios para uma melhor discussão, por exemplo, sobre a divisão sexual do trabalho. Feito esse percurso, destacam-se brevemente possíveis conexões entre o dispositivo escolar e os discursos sobre sexualidade, por meio do Ensino de Sociologia, com a estratégia didática tendo como suporte o *podcast*. Essas discussões, ainda que iniciais, sobre gênero e sexualidade, agora são direcionadas numa perspectiva de ES. Dessa maneira, abre-se uma possibilidade de levar a ES para a escola, na atual conjuntura, mesmo que de forma subjacente, com um método de trabalho convergindo a técnica com os *podcasts* e a já explicitada aproximação com a disciplina de sociologia e os temas curriculares. Contudo, é necessário um aprofundamento do estudo e análise dos princípios propostos por Maia e Ribeiro (2011) e das políticas curriculares a partir dos PCNs, dos PCNEM e PCNEM+, OCEM e BNCC e do currículo proposto pela secretaria da educação do estado de São Paulo. Enfatiza-se que todos os documentos de referência abordados nesta tese não são completamente endossados ou naturalizados pelo professor-pesquisador, porém, constituem pontos de partida para a realização do trabalho docente e materialidade discursiva para análises futuras. Acredita-se ser mais um dos caminhos para, dentro das lutas de resistência (FOUCAULT, 2003), apresentar para educandas e educandos a possibilidade do contato com uma educação sexual formal, política e emancipadora, também formadora de cidadania.

## CAPÍTULO II

### 2 Tecnologia, mídia e a emergência do *podcast*

A primeira seção deste capítulo refere-se à definição de tecnologia utilizada nesta tese, superando uma perspectiva tecnicista, desdobrando-se numa perspectiva filosófica (PINTO, 2008; FOUCAULT, 2000) e sociológica (TRIGUEIRO, 2009). Esse conceito estrutura tanto o desenvolvimento dos dispositivos quanto suas consequências sócio-históricas. Na segunda seção, propõe-se uma definição de mídia (MCLUHAN, 1964; MARTIN-BARBERO, 2009; GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012) pensada a partir do dispositivo foucaultiano (FOUCAULT, 2003). Na terceira seção, discute-se o impacto do desenvolvimento tecnológico na sociedade, com o advento da Mídiação (SODRÉ, 1971, 2006; BRAGA, 2012; MARTINO, 2012; BARROS, 2012). Na quarta seção, debate-se a questão da mídia, da educação e da sexualidade no Brasil. A quinta seção apresenta a emergência do *podcast*, o contexto e as condições de possibilidade de seu surgimento (LUIZ; ASSIS, 2009; HAMMERSLEY, 2014; CARVALHO; AGUIAR, 2010a; FOUCAULT, 2003). A sexta seção trata dos termos associados ao *podcast*, tais como: *podcaster* e *podcasting*. Já a sétima seção fala sobre o universo *podcaster*, os encontros dos produtores desses áudios, os programas com participações recíprocas entre *podcasters*, a rede de divulgação, a autoformação dos *podcasters*, a profissionalização, a lógica do mercado e dos programas, enfim, a “podosfera” no Brasil (LUIZ, 2014; BONASSOLI, 2014). Na oitava e última seção, parte-se de uma taxonomia do *podcast* educativo (MOURA; CARVALHO, 2006a, 2006b; CARVALHO; AGUIAR, 2010b) para uma caracterização específica do *Podcast* Escolar e a proposição de seu uso a partir de diretrizes éticas-pedagógicas.

#### 2.1 A tecnologia como epistemologia da técnica

Na tentativa de superar as definições de tecnologia cristalizadas no imaginário social por um discurso tecnológico, torna-se necessário trazer ao debate outra perspectiva, rompendo-se com o conceito de tecnologia como autoevidente e naturalizado, legitimando uma pretensa neutralidade em algo “puramente técnico”. Para Pinto (2008, p. 219), no significado etimológico da palavra tecnologia está seu sentido primordial, ou seja, é a “[...] teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, genericamente, os modos de produzir alguma coisa”.

Porém, como já ressaltado, não é este o significado corrente de tecnologia no discurso cotidiano e, muitas vezes, até entre especialistas. Ao discutir as acepções da palavra tecnologia, Pinto (2008) identifica seu uso mais corrente e popular, equivalendo-se à técnica. Nesse mesmo sentido, Foucault (2000, p. 364, grifo do autor), pondera: a “[...] desvantagem dessa palavra *techne*, constato eu, é sua relação com a palavra ‘tecnologia’, que possui um significado muito específico”. A técnica, então, seria todos os modos de fazer, ferramentas, desenvolvimentos e, para Foucault (2000, p. 364), “[...] aquilo que os gregos chamavam de *techne*, quer dizer, uma racionalidade prática governada por uma meta consciente [...]”. Pinto (2008) e Foucault (2000) concordam que a mesma valência dada a essas duas palavras é a primeira fonte de erros cometidos ao se pensar nos problemas sociológicos e filosóficos em relação à tecnologia.

Dessa forma, a definição de tecnologia parte de uma epistemologia da técnica; sendo assim, não é fundada na relação do ser humano com a natureza, nas variações das condições do progresso científico e nem na tecnologia como motor da história, transformando o ser humano em objeto da técnica, mas nas relações dos seres humanos uns com os outros, relações essas acidentais, enquanto informações históricas sucessivas que, por sua vez, constituem-se também como relações de poder (PINTO, 2008). Assim, não é a técnica que determina os condicionamentos sociais; é justamente o oposto disso.

Por isso, as relações de poder no discurso tecnológico sublimam a técnica, desligando-a de suas bases materiais, “[...] despreendendo-se cada vez mais dos suportes, a técnica torna-se uma entidade suspensa no espaço, sem causa nem relações temporais” (PINTO, 2008, p. 291), tampouco ela é autônoma às relações de poder ou suprassocial (FRIGOTTO, 2010). Nesse sentido, Trigueiro (2009) pondera que uma tecnologia pressupõe uma escolha dentre outros caminhos de desenvolvimento possíveis, ou seja, sempre há uma opção que é privilegiada. Dessa forma, para esse autor, cada possibilidade representa um interesse social específico. Foucault (2007), ao utilizar o termo tecnologia, atribui um hibridismo social-técnico, ao mesmo tempo colapsando a distinção entre o social e o técnico. Para ele a forma primordial desse colapso acontece quando a racionalidade é determinada em materiais concretos, tornando-se mediadores da racionalidade.

Portanto, os objetos incorporam em si a ideia de alguém pertencente a uma determinada sociedade e trazem consigo interesses. Esses artefatos são exportados para países com menor tecnologia; carregam, enquanto produto, materialidade cultural, funcionando como suportes de difusão de poder. Esses artefatos técnicos são dirigidos à população, desdobrando-se para consumi-los, aos técnicos nativos, com a missão de recebê-los, distribuí-los, propagá-los, louvá-los, repará-los e numa fase final, fabricá-los sob patente dos países desenvolvidos

(PINTO, 2008). Dessa forma, abre-se o espaço para a dominação dos países detentores de tecnologias sobre os que não as detém.

Nesse ponto, faz-se necessária a distinção entre o uso da palavra *dispositivo* no mesmo contexto da tecnologia utilizada no senso comum e como é utilizada nesta tese. Recorre-se à ideia foucaultiana do dispositivo. Foucault (2003, p. 244), define o dispositivo da seguinte forma:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2003, p. 244).

A tecnologia para Foucault (2007) está contida na ideia do dispositivo que faz funcionar toda essa rede de elementos heterogêneos, moldando as subjetividades dos sujeitos, desde o jornal, o cinema, o rádio, a televisão e atualmente a internet, bem como, especificamente, o celular. São partes do dispositivo que transfere para os outros países muito mais que tecnologias, supostamente para o desenvolvimento desses países, mas modos de vida, visões de mundo, discursos sobre as coisas, sentidos e subjetividades dos saberes dominantes.

Na convergência do pensamento desses autores Pinto (2008) e Foucault (2000; 2007), considera-se em primeiro lugar a necessária diferenciação entre técnica e tecnologia; em segundo lugar, a definição da técnica como uma ação prática, com uma racionalidade para atingir determinado fim. Já a tecnologia é entendida no sentido de uma epistemologia da técnica, considerando-se que a técnica colapsa com o social, ou seja, as técnicas atravessam as relações sociais e as tecnologias são escolhas e produtos dessas relações e as duas, técnica e tecnologia, resultam na incorporação na subjetividade dos sujeitos, em maior ou menor grau, de uma racionalidade desenvolvida a partir das mediações dos artefatos técnicos. Por isso, a técnica, também na perspectiva de Santos (2004), é o meio em que o ser humano transforma e produz espaços. Essa é a perspectiva utilizada nesta pesquisa para pensar a técnica e a tecnologia.

## **2.2 Mídia: uma definição enquanto dispositivo**

Inicialmente, pensou-se em uma definição de mídia própria do campo da comunicação; contudo, o uso da palavra mídia tem múltiplos sentidos e pode significar diversas coisas: objetos

materiais, suportes, conteúdos, formatos, entre outros. Uma outra questão, é que a categoria mídia, diferentemente de comunicação e informação, pode ser apreendida como um suporte organizacional em que se apropriam ideias de comunicação e de informação sob diversas lógicas: econômica, tecnológica e simbólica (CHARAUDEAU, 2007). Assim, para dirimir confusões conceituais fez-se necessário pensar em uma definição. Dessa forma, a própria pesquisa exigiu uma reflexão sobre qual articulação do conceito de mídia faria mais sentido no contexto da tese.

Portanto, a definição de mídia proposta não reduz seu sentido ao conjunto dos meios, suportes e técnicas de comunicação massiva, em conformidade com McLuhan (1964); para além da técnica e do material, ela é pensada conforme conceituado por Martín-Barbero (2009), como o conjunto dos significados mediados numa sociedade, de valores e crenças, da propaganda para o consumo, mas principalmente do poder controlado pelos veículos de comunicação públicos e, sobretudo, os privados. Por fim, direcionando essa perspectiva para a Sociologia e no âmbito das interações humanas, a mídia é expressa pelas decorrências cognitivas e pelos usos a que serve, considerando suas implicações nas relações de poder e nos contextos em que se manifestam (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012).

Nesse contexto, a mídia é vista como um elemento que atravessa todas as demais instâncias sociais, chegando a extrapolar a representação da realidade, ou seja, da mídia não parte apenas a influência normativa, mas especialmente emocional e sensorial; uma estetização generalizada da vida social, identidades, comportamentos, juízos supostamente éticos, constituem uma comunidade invisível de gostos (SODRÉ, 2006). Em síntese, numa entrevista concedida à Revista diálogos das Letras em 2018, para Gregolin a mídia pode ser “[...] o principal dispositivo de agenciamento de subjetividades, de produção de subjetividades” (DIAS DE OLIVEIRA; OLIVEIRA; NOGUEIRA, 2018, p. 205). Portanto, de uma perspectiva foucaultiana, todos esses processos e fenômenos heterogêneos socio-político-históricos relacionados à ampliação das técnicas de comunicação, seus discursos, estudos, regulamentações, organizações arquitetônicas, as relações de poder, sua reflexividade e a rede estabelecida entre todos esses elementos constituem um dispositivo, o *dispositivo midiático* (FOUCAULT, 2003).

Constituindo-se como uma forma de poder, dada sua capilaridade nas redes de relações, o dispositivo midiático concorre com outras instituições de socialização, pois dita um certo tipo de “educação para a realidade”, estando presente na sociedade com maior impacto a partir da invenção da imprensa, no século XV, e mais acentuadamente no início e decorrer do século XX, com as chamadas mídias de massa: primeiro o rádio, depois a televisão e, posteriormente,

no final do século passado, entra em cena a *internet*.

### 2.3 Mdiatização e um outro paradigma nas relações sociais

Pensa-se no dispositivo midiático no contexto de uma sociedade na qual a comunicação e a mediação técnica se fazem centrais no processo de socialização. Barros (2012) indica que esses processos vão mais além, eles atravessam a cultura. É nesse campo, o da cultura, que se desenham as percepções de tempo e espaço e que as realidades são criadas. Ocorre que nas dinâmicas culturais da sociedade contemporânea as mídias ocupam lugar hegemônico. Como sugerido por alguns estudiosos da midiatização, elas se constituem em uma “nova forma de sociabilidade” (SODRÉ, 2006; BRAGA, 2012; MARTINO, 2012; BARROS, 2012). Vivemos em uma cultura midiatizada (BARROS, 2012). Recorre-se à definição desse conceito feita por Sodré (2006):

[...] midiatização é uma ordem de mediações socialmente realizadas – um tipo particular de interação, portanto, a que poderíamos chamar de tecnomediações – caracterizadas por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada *médium*. Trata-se de dispositivo cultural emergente no momento em que o processo de comunicação é técnica e mercadologicamente definido pela informa o, isto  , por um produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital (SODRÉ, 2006, p. 20-21).

Esse lugar da comunica o e da informa o em nossa sociedade se traduz como um “dispositivo cultural emergente” que atravessa as rela oes de quase todos os seres humanos na atualidade. A midiatiza o, realizada também por meio das redes sociais, d  impulso e alcance, nunca vistos anteriormente, às ideias, visões de mundo e discursos sobre o real. Portanto, não   possível insistir em tratar esse dispositivo de forma instrumental, somente como um meio neutro, inerte e descolado de seu contexto. De outro lado, no pensamento das media oes de Martín-Barbero (2009), tem-se o atravessamento na cultura nesse dispositivo e   onde as contradi oes aparecem, pois os receptores não são só passividade, eles também podem promover resistência e ressignifica o dos conteúdos.

Conforme Barros (2012), existe muito em comum entre midiatiza o e media oes, principalmente após a revisão do conceito de media oes feito por Martín-Barbero. E essa reformula o nos permite traçar um paralelo entre os conceitos de media o e de midiatiza o. As “media oes comunicativas da cultura” poderiam ser entendidas como midiatiza o da cultura. Observa-se que os dois termos não são conflitantes; segundo Barros (2012), eles têm conota oes próximas:

Enquanto “mídiatização” vem sendo pensada como uma nova forma de sociabilidade, decorrente de uma lógica midiática, “mediação” traz já de algum tempo o sentido das interações sociais, que nos dias de hoje se dão essencialmente – mas não exclusivamente – por intermédio da mídia (BARROS, 2012, p. 88).

A influência midiática atravessa praticamente tudo, torna-se estruturante; enquanto dispositivo midiático, influencia as relações sociais e a própria forma como as pessoas socializam-se nas instituições. Ou seja, família, escola, igreja, trabalho, clubes, grupos de amigos, entre outros, todos têm em comum a mediação de algum tipo de mídia, direta ou indiretamente, portanto estão mídiatizados. Nesse sentido, como destaca Gregolin:

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (GREGOLIN, 2012, p. 91).

Modelando essa ligação temporal e construindo uma identidade histórica, espalha-se ao mesmo tempo, na mídiatização, essa outra forma de socialização realizada pelas mídias que está incorporada no dispositivo midiático.

## **2.4 Mídia, educação e sexualidade no Brasil**

Nesse cenário envolto pela mídiatização e repleto de mecanismos técnicos, faz-se a educação formal essencial para proporcionar outras possibilidades de conhecimento, inclusive o da própria mídia e, a partir deste conhecimento, pensar uma maior pluralidade de vozes e contrapontos, contribuindo para a construção de um pensamento crítico. É necessário, ainda que resumidamente, pontuar algumas das condições de emergência em nosso país de uma parte do dispositivo midiático: as empresas de mídia.

Conforme Frigotto (2010), desde o final dos anos 1930, o Estado subsidiou e ao mesmo tempo tutelou um amplo sistema de comunicação, primeiro com a radiodifusão e mais tarde, na ditadura civil-militar, com as redes de televisão. Portanto, para Frigotto (2010), pensar na democratização real da informação e dos meios de comunicação é essencial para sustentar nossa frágil democracia; assim sendo, “[...] a luta pelo controle democrático da mídia é hoje um desafio tão importante quanto a erradicação do analfabetismo para aqueles que lutam por uma efetiva democracia no Brasil” (FRIGOTTO, 2010, p. 42-43). É preciso pensar nessas questões

singulares sobre a mídia brasileira e seu papel efetivo na sociedade.

Do ponto de vista legal, segundo Amaral e Machado (2018), a estruturação dos meios de comunicação no país se deu por monopólios regionais, construídos ao longo da história em bases políticas e hereditárias, de certa forma burlando leis antigas e até a própria Constituição Federal. Na prática os meios se concentraram, foram criados verdadeiros oligopólios privados de comunicação com propriedade cruzada<sup>24</sup>, apoiadas nas políticas neoliberais, primando pela não interferência do Estado e pela desregulamentação do setor (AMARAL; MACHADO, 2018). Assim, a mídia constitui-se como parte ativa de uma governamentalidade neoliberal (FOUCAULT, 2003).

Esse debate é polêmico e passa, necessariamente, de um lado pelo exercício de algum tipo de controle democrático da mídia e, de outro, desvinculando-se de algum tipo de censura, pois essa é a estratégia de argumento típica utilizada pelas grandes empresas de comunicação para desqualificarem qualquer possibilidade de discussão democrática sobre as leis de comunicação no país. Esses grupos acabam homogeneizando os discursos, restringindo a possibilidade de outras vozes e veículos de mídia no debate nacional. Esse não é o objeto central desta tese, por isso, não aprofundaremos a questão; entretanto, fica pontuado tal registro.

Em relação a esse discurso homogeneizante dos grupos de comunicação, parte-se do princípio da não neutralidade do enunciado e do que a mídia enuncia, como assevera Foucault (2000),

[...] não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. [...] Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e sucessão [...] (FOUCAULT, 2000, p.113-114).

Portanto, a mídia reverbera os interesses dos grupos sociais dominantes (CHARAUDEAU, 2007; SODRÉ, 1971; THOMPSON, 1995), seu financiamento vem da propaganda, de empresas privadas ou públicas, de governos, de grupos, de políticos e de igrejas. Por sua vez, a mídia, além de sustentar seus negócios com recursos desses patrocinadores, influenciam e sofrem influência em suas pautas e assim elegem seus “especialistas”, fazendo

---

<sup>24</sup> Caracteriza a propriedade cruzada dos meios quando um mesmo grupo de comunicação é proprietário ou tem participações (ações) em revista, jornal, rádio, televisão, portais de internet entre outros (AMARAL; MACHADO, 2018).

circular os discursos mais adequados e convenientes à esses grupos. Dessa forma, os discursos que reforçam uma visão determinada da sexualidade, valores morais, normas e atitudes sofrem diretamente as tensões de poder dessas instituições.

Atualmente, crianças e jovens têm contato com todo tipo de conteúdo midiático, por meio de artefatos técnicos, como televisores, computadores, *tablets* e principalmente celulares. Mesmo no cenário atual, em que as empresas de comunicação perderam certa parcela de seu público para uma mídia alternativa, blogueiros, *youtubers* ou influenciadores, pensa-se uma educação proporcionando o conhecimento do funcionamento desses meios, para criticá-los se for necessário. Por isso, é essencial empreender uma leitura discursiva desses meios, uma leitura não superficial, identificando as condições em que o discurso foi produzido, quais significados traz e que relações de poder institucionalizados ele sustenta (CORACINI, 1991).

Para tentar responder aos desafios de uma leitura discursiva integrada ao uso das TIC nos processos educativos, o eixo pedagógico é central, considerando-se as técnicas em duas dimensões indissociáveis: como *ferramentas pedagógicas*, potencialmente proveitosas para melhorar e expandir o ensino, e como *objeto de estudo*, um complexo multifacetado abordado de forma criativa, crítica e interdisciplinar, tratando-se também de um “tema transversal” (BELLONI, 1991; BELONI, 2009). Nesse contexto, as áreas de estudos e disciplinas de pesquisa nas universidades brasileiras concentram-se em dois direcionamentos: mídia-educação (ou educação para as mídias), tendo como objeto de estudos a comunicação e a educação<sup>25</sup>; e a comunicação educacional, a qual se refere à ferramenta pedagógica, desenvolvendo-se como campo ampliado da tecnologia educacional, por fim, conforme a autora, em relação a educação para as mídias ainda não há termo consagrado no Brasil (BELLONI, 2009).

Contudo, em detrimento dessas áreas de estudos, é preciso pensar na estruturação de um ensino crítico das mídias na escola. Len Mesterman (1993) aponta sete razões principais para isso, algumas dessas já articuladas no texto, porém sintetizadas e ampliadas no quadro abaixo:

### **Quadro 3** – As sete razões para um ensino crítico de mídias na escola

---

<sup>25</sup> É a *media education*, em inglês, *éducation aux médias*, em francês, *educacion em los medios*, em espanhol e *educação e media*, em português (BELLONI, 2009).

<b>1</b>	Um consumo cada vez maior das mídias e a saturação à qual chegamos;
<b>2</b>	A destacada importância das ideologias da mídia, mais agudizadas com a publicidade;
<b>3</b>	A emergência de uma gestão da informação nas empresas, agências de governo, partidos políticos, ministérios, entre outros;
<b>4</b>	A progressiva infiltração das mídias nos processos democráticos: as eleições tornaram-se eventos midiáticos;
<b>5</b>	O foco crescente da informação visual e da informação em todos os campos, a escola privilegia o escrito, esses sistemas de comunicação são essencialmente icônicos;
<b>6</b>	Formar jovens para compreenderem sua época, não há sentido em evitar as interrogações e as ferramentas de seu tempo;
<b>7</b>	A expansão nacional e internacional das privatizações de todas as tecnologias de informação e, como mercadoria, seu papel e características se modificam.

**Fonte:** adaptado de Len Mesterman (1993)

Deve-se acrescentar, conforme Belloni (2009, p. 10), uma outra razão mais geral e a mais importante para trabalhar com as TIC na escola:

[...] integrar as tecnologias de informação e comunicação porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando (BELLONI, 2009, p. 10).

Nesse sentido, a estratégia didática com uso de *podcasts* pode problematizar o uso crítico das mídias na escola ao integrar uma TIC às atividades de sala de aula. A partir da escola pública, deve-se refletir as desigualdades não somente do acesso aos aparatos técnicos e a internet, mas também às desigualdades de sentidos de produção e circulação dos discursos, visto que não há diversidade, pluralidade e igualdade de vozes dentro dos veículos de comunicação de massa no Brasil. Nesta sociedade, em constante processo de midiaticização, diversos assuntos são pautados pela mídia, inclusive sobre gênero e sexualidade. Além da produção midiática desse discurso sobre educação e sexualidade, outros sujeitos também o produzem, tais como: pesquisadores, instituições, especialistas, docentes, entre outros que, por sua vez, contribuem para que determinadas abordagens sobre gênero e sexualidade cheguem à escola e se institucionalizem no dia a dia escolar: é o saber aceito e conservado de uma comunidade (CORACINI, 1991).

Segundo Maia e Ribeiro, “[...] cada pessoa já carrega consigo os valores sexuais transmitidos pela cultura”. Apontam ainda que das discussões sobre sexualidade a mais comum é a abordagem no sentido da prevenção e medicalização, ou seja, uma visão estritamente médico-biológica (MAIA e RIBEIRO, 2011, p. 76-77). Todos esses discursos sobre sexualidade encontram-se na escola e estão entrelaçados e, uma vez lá, é preciso debater sobre eles com educandas e educandos. Retomam-se os PCN, principal documento que orienta como deve ser a prática pedagógica sobre a questão da sexualidade:

[...] as manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são respostas habituais dadas por profissionais da escola, baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família.” (BRASIL, 2000, p. 291).

Assim, a questão da sexualidade não pode ser vista somente no âmbito estritamente particular, pois as famílias não estão imunes às informações, temas e conceitos disseminados na sociedade, seja por pessoas próximas, colegas de escola ou instituições. Na realidade, não existe tal dilema porque a sociedade está em processo de midiaticização, conseqüentemente, a sexualidade também está nos meios de comunicação:

A mídia, nas suas múltiplas manifestações, e com muita força, assume relevante papel, ajudando a moldar visões e comportamentos. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público. Muitas vezes também moraliza e reforça preconceitos. Ao ser elaborada por crianças e adolescentes, essa mescla de mensagens pode acabar produzindo conceitos e explicações tanto errôneos quanto fantasiosos (BRASIL, 2000, p. 292).

Como citado, a mídia tem um papel importante nessa questão, desdobrando-se ainda enquanto dispositivo midiático. Os computadores, as redes e os celulares estão presentes no ambiente escolar. Além disso, para novamente discutirmos a questão da técnica, a midiaticização dissemina-se por meio das TIC, participando ativamente da socialização dos indivíduos. Mais ainda, muitos autores tratam isso como produção de saber; as mídias, portanto, também acabam por assumir uma função pedagógica (LOURO, 2007; FISCHER, 2007; RIBEIRO, 1990; SOUZA-LEITE, 2009; BELLONI, 2009).

Dessa forma, a escola enquanto disseminadora de outras perspectivas e formas de resistência dos sujeitos deve contribuir para que não se propaguem ideias errôneas, falsas ou preconceituosas sobre sexualidade. É preciso, como abordam Maia e Ribeiro (2011, p. 80), uma

“[...] educação sexual na escola que respeite e problematize o direito de cada cidadão viver seus valores morais, sem perder de vista o cuidado e o respeito de si mesmo e dos demais”. Sobre a educação sexual apontam ainda Maia e Ribeiro:

[...] deveria fornecer informações e organizar um espaço onde se realizariam reflexões e questionamentos sobre sexualidade. Deveria esclarecer sobre os mecanismos sutis de repressão sexual a que estamos submetidos e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve. Deveria também ajudar as pessoas a ter uma visão positiva da sexualidade, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual (MAIA E RIBEIRO, 2011, p. 79).

É oportuno salientar que os PCN, o mais importante documento oficial sobre educação no Brasil, não contempla gênero e sexualidade no ensino médio. As diretrizes no documento se referem somente ao ensino fundamental e a nomenclatura utilizada é Orientação Sexual<sup>26</sup>. Essas diretrizes são abordadas como um tema transversal que pode perpassar todas as disciplinas. Os PCN não são obrigatórios, mas foram importantes no progresso de um Plano Nacional de Educação (PNE) ao reconhecerem a necessidade da educação sexual de educandas e educandos (MAIA e RIBEIRO, 2011, p. 78).

É evidente, nessas condições de possibilidade, a continuidade de uma educação sexual não intencional, influenciada pelo dispositivo midiático e repelida pelas famílias por um discurso conservador. A mídia faz um jogo ambíguo: de um lado, acaba educando e furando essa barreira, a da sexualidade, que as famílias pensam dominar completamente; contudo, sem qualquer dever ético-pedagógico e sim mercadológico; de outro lado, por seus interesses comerciais, financiada por seus patrocinadores, acaba não pautando a possibilidade da Educação Sexual no sistema escolar, o que poderia, em certa medida, mobilizar a opinião pública para um debate, quiçá para sua inclusão. Ao contrário disso, trata superficialmente as questões da sexualidade, convoca seus especialistas de sempre e explora imageticamente os corpos, principalmente o das mulheres, impossibilitando um amplo debate sobre o tema. A proposta de trabalho com TIC, por meio de uma estratégia didática, é um possível caminho,

---

<sup>26</sup> Os PCN adotam o termo Orientação Sexual, porém Maia e Ribeiro (2011, p. 76-77) preferem utilizar o termo Educação Sexual. Em primeiro lugar, conforme esses autores, é equivocado pensar que esse termo defenda uma visão médico-biológica e higienista da sexualidade. Em segundo lugar, de nada adianta substituir os termos sem levar em consideração as relações de saber e poder, ou seja, os valores e a ideologia vigentes. Contudo, conforme Foucault (1967), as palavras também influenciam as práticas, podendo-se, nessa tensão, fazer uma reflexão: até que ponto uma mudança de termos também poderia provocar uma mudança de práticas? Considera-se ainda que o termo Orientação Sexual é problemático, pois refere-se ou pressupõe um direcionamento do desejo sexual – homossexualidade, heterossexualidade ou bissexualidade (JESUS et al., 2006, p. 46).

uma tentativa de introdução da leitura, da produção e do uso crítico da mídia na escola, por meio do *podcast*.

## 2.5 *Podcast*: a emergência de um artefato técnico

Faz-se aqui uma caracterização do *podcast*, não apenas em função do seu surgimento, mas em termos de sua emergência, numa tentativa de tratamento não instrumental. Define-se o *podcast* nesta tese como um suporte, que é um *locus* físico ou virtual em formato específico, servindo como base de fixação de um gênero materializado como texto, tornando-o acessível (MARCUSHI, 2007). Contudo, para efeito de demonstração da ideia de continuidade de um artefato e sua distinção de outros com outras funções, faz-se necessária a descrição de algumas propriedades técnicas que, tanto o aproximam quanto o distanciam da experiência da escuta radiofônica. Abordam-se, ainda, as nomenclaturas das funções derivadas de seu uso.

Em 12 de fevereiro de 2004, o jornalista Bem Hammersley, do jornal *The Guardian*, nomeou um tipo de mídia de áudio que era distribuída pela internet, de *podcast*. Segundo ele, muitas pessoas já estavam escutando esse formato em reprodutores de *MP3*<sup>27</sup>. Hammersley ainda não sabia ao certo como chamar esse áudio digital: seria “[...] *Audioblogging? Podcasting? GuerrillaMedia?*” (HAMMERSLEY, 2014, on-line). Meses depois, Adam Curry e Dave Winner fazem a transmissão do primeiro programa de rádio por meio da *web*, surgindo assim o *podcast* (CARVALHO; AGUIAR, 2010). Curry, ex-VJ<sup>28</sup> da *Music Television* (MTV) queria que seus programas de rádio fossem distribuídos através de *downloads* via *i-Tunes*<sup>29</sup> para *iPods*. Então Curry desenvolveu uma forma de transferência a partir de um *script*<sup>30</sup> de Kevin Marks para realizar essa tarefa automaticamente. Assim, os programas de Curry eram

---

<sup>27</sup> A sigla *MP3* vem de *MPEG Audio Layer-3*, um formato de arquivo que permite ouvir músicas no computador com ótima qualidade. Em 1987 o *Institut Integrierte Schaltungen* (ISS), na Alemanha, começou a trabalhar em uma codificação perceptual (um método que consiste em somente utilizar as frequências sonoras que são captadas pelo ouvido humano) para Transmissão Digital de Áudio (*Digital Audio Broadcasting*). O resultado do trabalho foi um algoritmo de compressão de áudio sem perda de qualidade, o *MPEG Audio Layer-3*, que ficou mundialmente conhecido como *MP3* (TECMUNDO, 2014).

<sup>28</sup> VJ (abreviação de *Video-Jockey*) é um termo geralmente associado a apresentadores de vídeos na televisão. Ele é derivado de *Disk-Jockey*. (RIBEIRO, 2007).

<sup>29</sup> É um programa desenvolvido pela *Apple* que permite ao usuário reproduzir, comprar e organizar todo o seu conteúdo de mídia (músicas, filmes e mais) no Mac OS, iOS e Windows (32 ou 64 bits) (TECHTUDO, 2015).

<sup>30</sup> Nesse caso, *script* é entendido como um código de programação em uma dada sequência que automatiza alguma função (TECMUNDO, 2019). Esse *script* modificou algumas funções do *i-Tunes*, programa da *Apple* com a função de reproduzir, organizar e vender músicas, vídeos e aplicativos (MACK; RATCLIFFE, 2007).

compartilhados por meio do *i-Tunes* para serem escutados em reprodutores de *MP3*, à época os mais populares eram os *iPods* (LUIZ; ASSIS, 2009). A palavra *podcast* deriva da combinação da palavra “*Pod*” vindo de *iPod* (reprodutor de *MP3* da *Apple*) e *broadcasting*, no sentido da transmissão via rádio. *Podcasting* é a publicação de *podcasts* na *Internet*. *Podcaster* é o sujeito que produz ou participa da criação de um *podcast*. Este tipo de arquivo é produzido de forma relativamente rápida e simples, sem grandes custos com *software* ou *hardware*.

Há outra explicação para a origem do nome “*podcast*”. Segundo a publicação no *The Guardian* em 2006, a *Creative Labs*, uma empresa de tecnologia em seu auge na época, atribui essa palavra ao acrônimo de *personal on demand broadcast* (transmissão pessoal sob demanda); porém os jornalistas Charles Arthur e Jack Schofield admitem que Hammersley já ligava a palavra *podcasting* à transmissão de áudio para *iPod* (ARTHUR e SCHOFIELD, 2014). Apreende-se também desse breve histórico que grandes interesses comerciais estavam em jogo para legitimar o enunciado, ou seja, o nome dessa mídia à época. A *Creative Labs* atuava no mesmo mercado que a *Apple*, na produção de *hardware* para informática; dessa forma, entende-se que seria um bom negócio os créditos pelo nome em questão.

Hammersley enunciou nessas circunstâncias e pela primeira vez algo chamado *podcast*. O enunciado, conforme Foucault (1989, p. 94):

“[...] não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pode produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 1989, p. 94).

Dessa forma, produziu-se algo diferente no mercado midiático quando se enunciou o *podcast*. Um dos efeitos dessa enunciação foi a disputa pela própria enunciação do nome entre empresas de tecnologia. Na época já havia algumas experiências voltadas sobretudo a *downloads* automáticos de arquivos de áudio. Essas iniciativas eram ligadas às empresas também produtoras de conteúdo, assim buscava-se lucro direto (LUIZ, 2014). Contudo, seguindo-se a formulação básica do sistema capitalista dentro de uma perspectiva neoliberal, como as empresas não lucraram com esse sistema, gradativamente, essas experiências foram deixadas de lado. O *podcast*, seria apenas mais uma forma de difusão de conteúdo por meio da internet, porém sem a possibilidade de alguma lucratividade, por isso, foi, sem demora, abandonado pelas corporações midiáticas.

Outra emergência do *podcast* aconteceu anos depois, porém, em seu início de forma não profissional, como uma experiência de amadores, formam-se as condições de possibilidade dessa emergência por meio de entusiastas. É preciso pensar que articulações essa mídia tem numa sociedade, pois seu surgimento é resultado de escolhas dentro de um contexto sócio-histórico mais amplo; assim sendo, foi produzido no paradoxo da articulação e convergência de outras formas técnicas, mais ainda, se tomado o *podcast* como parte de um dispositivo nos moldes foucaultianos, ele sofreu o duplo processo, o de *sobredeterminação funcional*. Os efeitos positivos ou negativos, desejados ou não desejados, estabeleceram uma relação de ressonância ou contradição com outros, exigindo uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos e o processo de *preenchimento estratégico*, um processo perpétuo (FOUCAULT, 2003, p. 114). Essas condições de possibilidade produziram um efeito que não estava previsto pelo enunciador, inventor ou corporações. Dessa forma, outros sujeitos, realizaram um preenchimento estratégico do dispositivo, apropriaram-se dessa mídia e começaram a experimentar outra forma e conteúdo, porém, em sua maioria, não subvertendo os objetivos de mercado.

Partindo da premissa da não-neutralidade da tecnologia (PINTO, 2008; TRIGUEIRO, 2009; FRIGOTTO, 2010; FOUCAULT, 2000), conseqüentemente, o *podcast* também não pode ser visto como neutro, nem suprassocial, mas como um objeto em disputa dentro de uma sociedade de mercado. Nesse contexto, esse suporte pode servir tanto para reprodução quanto para transformação, porém, deve-se ter clara a perspectiva de que sua emergência é condicionada, ainda que em menor ou maior grau, a alguns determinantes: os interesses nas relações de mercado, no lucro e, sobretudo, o poder e uma visão de mundo (FRIGOTTO, 2010; FOUCAULT, 2003).

Por fim, para além das controvérsias quanto ao neologismo *podcast*, alguns autores utilizam outros termos como *audiocast* (PRADO, 2008). No entanto, considera-se a adoção do termo *podcast* por ter sido consagrado e publicizado em diversos meios de comunicação como um enunciado próprio da indústria cultural (ADORNO, 2002); todavia, a tentativa a ser feita aqui é a subversão do próprio termo, transformando-se a prática discursiva relacionada a esse enunciado (FOUCAULT, 2000).

Feitas essas ressalvas em relação a esse suporte, voltemos à questão técnica para apresentar as características de proximidade e distanciamento entre o rádio e o *podcast*. Considera-se pertinente pensar o *podcast* a partir do rádio, pois a atual geração de educadoras e educadores teve algum tipo de contato com o rádio, visto que somente nos últimos anos o *podcast* começou a entrar num processo de popularização cada vez maior no Brasil. Pode-se

citar uma gama de recursos técnicos da produção radiofônica que foram agregados ao *podcast*, como exemplo: a roteirização, a captação de áudio por equipamentos digitais, os efeitos sonoros e as trilhas. No entanto, para além dessa proximidade com o rádio tradicional, o *podcast* tem características próprias que alteram os sentidos de comunicação e circulação em função dos novos suportes em que essa mídia é hospedada. Tanto no *podcast* quanto na *Web Rádio* têm-se dois elementos que os deslocam do rádio tradicional: a multidirecionalidade de comunicação e a bissensorialidade. No primeiro, tem-se grande interatividade do ouvinte; no segundo, podem-se agregar recursos visuais ao áudio (PRETTO; TOSTA, 2010). Essa possibilidade de trabalhar com interatividade e com outros canais sensoriais, além do auditivo, provoca outros efeitos discursivos na comunicação. Exemplo disso é produzir vídeos das gravações em estúdio ou imagens estáticas associadas aos temas dos *podcasts*. Algumas rádios convencionais da grande mídia utilizam desse artifício, gravando os programas em vídeo, disponibilizando-os na internet concomitantemente à transmissão via rádio.

O sistema de circulação do *podcast* é outra característica própria deste suporte. Ele não utiliza ondas para a transmissão como no rádio, utiliza-se um provedor de acesso. A distribuição se dá por meio de uma assinatura, um cadastro realizado pelo usuário que permite escutar os *podcasts* sem acessar o sítio em que se encontram. Por fim, os episódios são atualizados instantaneamente após sua postagem. Nessa mesma lógica de distribuição, as rádios convencionais convertem seus programas irradiados ao vivo em *podcasts*, de modo que esses possam ser acessados em qualquer horário pelos seus ouvintes (YOSHIMOTO; MOMESSO, 2016). Os arquivos ficam disponíveis em agregadores de conteúdo, como *iTunes*, que fazem a conexão direta desses conteúdos com computadores pessoais, dispositivos móveis e portáteis (celulares, *tablets* e tocadores de *MP3* e *iPods*), de modo que o usuário possa escutá-los em qualquer lugar e a qualquer momento (CARVALHO; AGUIAR, 2010a).

Instalam-se programas agregadores de conteúdo em *FEED*<sup>31</sup> e, por sua vez, faz-se a assinatura dos conteúdos com o *RSS*<sup>32</sup> no *site* em que se hospeda o *podcast*. Quando o autor do conteúdo fizer *upload* (publicação) de um programa, automaticamente ele será atualizado na lista de favoritos do dispositivo que vai executá-lo. Outra característica do *podcast* é ser

---

31

*Web Feed* (vindo do verbo em inglês “alimentar”) é um formato de dados usado em formas de comunicação com conteúdo atualizado frequentemente, como *sites* de notícias ou *blogs* (MÜLLER, 2012).

<sup>32</sup> *RSS* é um subconjunto de “dialetos” XML que servem para agregar conteúdo ou “*web syndication*”, podendo ser acessado mediante programas ou *sites* agregadores. É usado principalmente em *sites* de notícias e *blogs* (MÜLLER, 2012).

produzido no formato de episódios, os quais variam em sua duração e sua periodicidade, podendo abordar os temas em episódio único ou em uma sequência definida pelo produtor.

Reforça-se a diferenciação entre rádio e *podcast*, mas o ponto fundamental está na definição de Assis (2014, p. 31): “[...] precisamos compreender que a principal diferença do *podcast* em relação ao rádio está na tecnologia do feed”. Ainda, segundo o autor, as principais características e potencialidades do *podcast* estão relacionadas à técnica que permite sua transmissão. Como já abordado, não é preciso um sítio ou um blog para hospedar o *podcast* porque ele pode ser assinado e escutado no dispositivo de forma direta, sem intermediação. O mapa mental abaixo resume os tópicos de características, propriedades e nomenclaturas do *podcast*:

**Mapa 1** - Características, propriedades e nomenclaturas do *podcast*



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O *podcast* torna-se uma ferramenta de comunicação que agrega características muito interessantes, tais como: baixo custo de produção, operacionalidade e distribuição. Devido a essas características sua difusão no mundo virtual tornou-se bastante acelerada. Como consequência dessa “democratização técnica” existe uma produção de conteúdo muito diversificada. Pode-se pensar em todo tipo de *podcast* atendendo à demanda de informações para um número diverso de audiências, grupos específicos e seus nichos. Um dos resultados da dissertação de mestrado deste autor foi apontar o *podcast* como uma “mídia de nicho” (YOSHIMOTO, 2014). Essa hipótese também é confirmada por Luiz (2014): a maioria dos *podcasts* brasileiros surgiu por iniciativas pessoais atendendo a nichos que a “mídia de massa” não atendia, setores que ficavam à margem. Portanto, são efeitos da sobredeterminação funcional e do preenchimento estratégico (FOUCAULT, 2003, p. 114).

## 2.6 Podcast: expansão e retração

O *podcast* emerge nos Estados Unidos no início do ano de 2004, porém é curioso observar que pouco tempo depois esse suporte já estava sendo experimentado por brasileiros, numa adesão quase que instantânea. No Brasil, o primeiro *podcast* foi o *Digital Minds*, criado por Danilo Medeiros. Ele surge em 20 de outubro de 2004, apenas alguns meses após a emergência do *podcast* nos Estados Unidos. Como assevera Luiz (2014), o *Digital Minds* não foi primeiro *blog* a disponibilizar áudios para downloads, porém foi o primeiro a utilizar a técnica de *podcasting*. No ano seguinte, 2005, vários *podcasts* surgiram inspirados nos pioneiros. Tão promissora era essa mídia, à época, que nesse mesmo ano foi realizada a primeira edição da PodCon Brasil, evento exclusivamente dedicado ao *podcast* em Curitiba, no Paraná. Durante esse evento foi ainda organizada a Associação Brasileira de *Podcast* (ABPod) (LUIZ, 2014).

No ano de 2005, ocorrem várias movimentações no Brasil em torno da emergência desse suporte, no entanto, durante esse mesmo ano houve o “*podfade*” (URBAN DICITIONARY, 2008), o qual acontece quando um *podcaster* lança episódios cada vez mais espaçados até o *podcast* desaparecer. Ainda, segundo Luiz (2014), esse fato não ocorreu somente no Brasil, mas ao redor do mundo. Esse fenômeno permaneceu até meados de 2006. Eventos como prêmios para *podcasts* e novas edições da PodCon foram adiados, até que houve, novamente, um crescimento dos *podcasts* a partir de 2008. O prêmio iBest, na época um dos principais prêmios relacionados à internet, incluiu a categoria *podcast*. Parece que essa tendência de explosão do *podcast* e contração se deu, como já abordado, pelo fato desses produtores de áudio ainda não terem capitalizado, ou melhor dizendo, monetizado seus programas. As grandes empresas abandonaram essa mídia no início, justamente pela inviabilidade dessa capitalização de lucros.

Os primeiros programas assemelhavam-se bastante aos *podcasts* estadunidenses, tinham pouca ou nenhuma edição. Eram muito parecidos com programas de rádio ao vivo, discursivamente, um já-dito<sup>33</sup>. Conforme Luiz (2014), esses novos programas surgiram inspirados em programas de rádio para jovens, aliavam humor, pautas leves e descompromissadas, técnica, mixagem, efeitos sonoros e valorização da fala do locutor.

## 2.7 A podosfera: profissionalização, monetização, eventos e encontros

---

<sup>33</sup> O já-dito é algo que foi dito em outro lugar é o interdiscurso na abordagem da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1997).

Conforme Luiz (2014), um dos primeiros programas a explorar um formato de monetização foi o Nerdcast, iniciado em 2 de abril de 2006, ainda com o nome de Nerd Connection. Era parte integrante do blog Jovem Nerd, criado em 2002. Esse *podcast* é um dos poucos da primeira geração que se manteve. Com completa adesão ao mercado, adotando um formato de negócios, constituiu-se como empresa e começou a venda de produtos em sua loja virtual, profissionalizando-se. Mesmo passada mais de uma década da criação do Nerdcast a maioria dos produtores de *podcasts* não se profissionalizaram. Segundo a PodPesquisa 2018, realizada pela ABPod em parceria com a rádio Central Brasileira de Notícias (CBN), feita com 1.397 *podcasters*, a maioria destes trabalha em tempo integral ou parcial em outras atividades - 53,5%; apenas 11,5% são empresários nesse nicho, os chamados empreendedores. Dessa forma, a maioria dos *podcasters* não conseguiu a profissionalização nessa área, considerando-se a monetização e autonomia de atividade como pressupostos. Além disso, nessa mesma pesquisa verificou-se que o Nerdcast é o mais escutado - 57% dos entrevistados (ABPOD, 2018).

Os resultados da pesquisa feita pela ABPod 2018 focaram nos produtores de *podcast*; já a PodPesquisa 2019/2020 focou no perfil dos ouvintes e recebeu 16.713 respostas, por meio de formulário digital, no segundo semestre de 2019. Destaca-se, primeiramente, a questão do gênero: num universo predominantemente masculino, a pesquisa aponta o aumento significativo de ouvintes mulheres. No comparativo entre as pesquisas de 2018 e 2019, os ouvintes eram 84% homens, na primeira pesquisa, caindo para 72%; já nessa nova pesquisa as mulheres, antes com 16%, subiram para 27%. Em segundo lugar, a pesquisa atual incluiu a questão da diversidade sexual no perfil de quem escuta *podcasts*, onde 80,4% são Cis/Hétero, 17,4% são LGBTQIA+<sup>34</sup> e 2,2% não são definidos (ABPOD, 2019).

Voltando à questão da monetização, conforme Assis (2014, p. 42), “[...] a fórmula de publicidade até agora trabalhada é a do rádio”. Exige-se a periodicidade, cobra-se participação da audiência por meio de downloads e comentários e, dessa forma, a rentabilidade fica atrelada ao sítio ou blog que o hospeda. O autor destaca ainda que isso é um paradoxo, pois quebra a lógica que diferencia o *podcast* do rádio, sua transmissão direta. Uma outra característica dos *podcasts* brasileiros é que apesar de existir o videocast, os programas são, majoritariamente, em áudio (ASSIS, 2013; LUIZ, 2013). Existe também uma rede de *podcasters* constituída por aqueles que conseguiram se manter consolidando seus programas que, utilizando a estratégia das participações, entrevistas e *crossovers* (misturas de dois programas com temáticas

---

<sup>34</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Intersexo, Queer, Assexual e todas as possibilidades.

semelhantes), divulgam e são divulgados por outros *podcasters*. Acontece dessa forma: um *podcaster* chama outro para dar uma entrevista em seu programa, mesclam-se programas ou pautas complementares, Bonassoli (2014) traz, ainda, outra aproximação com a publicidade que se faz no rádio: o *jabácast*<sup>35</sup>. É comum um *podcaster* dar entrevista em outro programa e depois reproduzi-la no seu programa, isso amplia sua divulgação e sua base de ouvintes. Dessa forma, o comentário é fundamental para a difusão e, principalmente, para a aferição do impacto da audiência para os anunciantes que investiram no *podcast*.

Mais disseminado nos Estados Unidos, Europa e Japão a audiência de *podcasts* vem aumentando a cada ano no Brasil. Sua principal audiência está na região sudeste do país e nas grandes capitais. Relaciona-se a esse fato a possibilidade de escuta em trânsito, no carro ou transporte público. Nesse sentido, a expansão mundial dos ouvintes de *podcast* chamou a atenção de uma das maiores companhias digitais da atualidade, o Google (BALAMINUT, 2018). Essa empresa está desenvolvendo estratégias para alavancar a produção e a audição de *podcasts* mundialmente. No entanto, essa possibilidade de expansão e visibilidade traz consigo alguns outros efeitos. Um deles é relacionado diretamente com uma possível perda da independência dos conteúdos.

Segundo Bonassoli (2014), os *podcasters* têm uma característica comum: reúnem-se com certa frequência, seja para gravar, fazer participações em outros programas ou em eventos. Esse hábito deu origem a uma rede de relacionamentos chamada de Podosfera. Ela teve início já no ano seguinte após os primeiros *podcasts* brasileiro. A autora dessa rede, inclusive, também é *podcaster*. Como já abordado, havia um encontro exclusivo para produtores e ouvintes de *podcast* - o PodCon -, contudo, esse evento foi absorvido por outro - o Fórum de Mídias Digitais e Sociais (FMDS) - também realizado em Curitiba. Atualmente, o grande encontro da Podosfera é a Campus Party<sup>36</sup> (BONASSOLI, 2014).

Portanto, tudo que seja relacionado aos *podcasts*, inclusive cursos, equipamentos, publicações e divulgação, estão no universo da podosfera; assim, a perspectiva dessa podosfera é estreitamente ligada à lógica do mercado. É uma visão de negócios, entretenimento e publicidade dentro de uma plataforma digital. A tal ponto que, mesmo com grandes diferenças

---

<sup>35</sup>A prática, vulgarmente, chamada de “jabá” é a cobrança de um valor financeiro para se ter acesso às rádios e emissoras de televisão. Ao não concordar com esse pagamento o artista que não desperte interesse dos patrocinadores destas mídias de comunicação não é incluído na grade de programação. Essa ausência de visibilidade junto ao seu público pode prejudicar sua carreira (MATOS et al., 2014, p. 2).

<sup>36</sup> Feira internacional de tecnologia que tem uma versão nacional, reunindo jovens em torno de um festival de inovação, criatividade, ciências, empreendedorismo e universo digital (CAMPUS PARTY BRASIL, 2020).

técnicas do rádio, a apropriação desse suporte segue as velhas fórmulas publicitárias antigas, desvirtuando outras possibilidades. Porém, uma possível transgressão desse suporte faz parte das lutas de resistência (FOUCAULT, 2003). Existem *podcasters* independentes se apropriando de modos alternativos de divulgação de seus conteúdos, entretanto, mesmo com propostas de financiamento coletivo e o chamado “apoia-se”, a lógica do mercado se mantém. Além disso, agora existe um outro tipo de concorrência no ar, pois 2019 marcou a entrada maciça da grande mídia nesse suporte, vários programas jornalísticos televisivos contam agora com *podcasts*, desdobrando as notícias e os assuntos das matérias transmitidas ao vivo por seus suportes tradicionais. Seria mesmo possível alguma resistência à lógica do mercado e do financiamento publicitário produzindo *podcasts* com conteúdo alternativo, diversificando a paisagem comunicativa atual, colaborando para certa democratização de visões de mundo?

## **2.8 Do *podcast* educacional para o *Podcast* Escolar**

Uma resposta possível, ainda que não haja como se desvincular completamente da lógica do mercado, neste caso específico, é pensar esse suporte com conteúdo educativo<sup>37</sup>, como *podcast* educativo e, especialmente, desvinculado do mercado publicitário e do financiamento privado, bem como de alguns saberes hegemônicos dominantes (FOUCAULT, 1999b). Dito de outra maneira, interessa, em primeiro lugar, partir das questões que envolvam as diretrizes de uma ética educativa e pedagógica. A partir desta, pensa-se o desenvolvimento, a produção e a utilização do *podcast*. Portanto, nessa concepção esse suporte não pode partir da lógica do mercado e sim da lógica da educação. Silva Junior (2017, p. 54), bem ilustra a lógica da educação pública e, especificamente, da escola pública:

A escola pública é, pois, uma questão de direito. A escola privada é uma questão de mercado. A escola pública pertence ao mundo do bem comum e do interesse coletivo. A escola privada pertencente ao mundo da vantagem individual e dos interesses localizados. Pertencendo a mundos diferentes, pautam seus movimentos por lógicas diferentes. A lógica da escola pública é (ou deve ser) a lógica do direito à educação. A lógica da escola privada é a lógica do mercado educacional. Como seres do mercado, as escolas privadas não têm como construir sua autonomia. Seu projeto é predeterminado e invariável. Como todas as mercadorias, não dispõem de um valor intrínseco. Seu valor é sempre um valor de troca, ou seja, dependente de sua relação com as demais mercadorias (SILVA JUNIOR, 2017, p. 54).

---

<sup>37</sup> Educativo é o que contribui para a educação, é todo *podcast* produzido a partir de uma reflexão pedagógica, enquanto um *podcast* educacional, é relativo à educação, ou seja, pode ser utilizado para ensino-aprendizagem, porém não foi concebido em essa finalidade (HOUAISS, 2009).

Parte dessa reflexão a principal diretriz na produção de um *podcast* escolar. Em primeiro lugar, é fundamental qualificar esse tipo de *podcast*. Discutiu-se, nesse capítulo, a emergência do *podcast*, apresentando-se um exemplo de *podcast* profissional, o Nerdcast. Brevemente abordou-se a lógica de mercado na emergência desse dispositivo, qual seja, monetizá-lo com publicidade e venda de produtos. Além dessa questão, Assis (2014), autor participante da chamada *podosfera*, fez críticas a essa monetização que, em sua avaliação, prejudicaria a especificidade dessa técnica: ao reproduzir a lógica de propagandas do rádio, passando por sítios e blogs para multiplicar ganhos, não produz sua característica principal - ser uma mídia de conexão direta com o ouvinte. Existem *podcasts*, na rede mundial de computadores, produzidos por vários profissionais, alguns configurando-se como *podcasts* educacionais, mas também existem educadoras(es) e especialistas em educação produzindo áudios que podem ser classificados como *podcasts* educativos; porém, muitos desses, para manterem-se “no ar”, seguem a lógica do mercado. Não se faz nenhum juízo de valor das pessoas que produzem *podcasts* com essa lógica, mas coloca-se aqui o grande desafio que é produzir um *podcast* educativo, público e com conteúdo contra hegemônico dentro de um sistema capitalista, em uma ordem de governamentalidade neoliberal.

Nesse contexto, muitos cursos, em vários níveis do conhecimento, utilizam o *podcast* como uma tecnologia alternativa de auxílio ao ensino, tanto presencial quanto à distância (MOURA E CARVALHO, 2006a). O *podcast* também permite disponibilizar materiais didáticos como aulas, documentários e entrevistas em formato de áudio, podendo estes ser escutados a qualquer hora e em diferentes espaços geográficos (CARVALHO; AGUIAR, 2010a; MOURA; CARVALHO, 2006b). Abaixo, a taxonomia de *podcasts* em contexto educativo feita por Carvalho e Aguiar (2010b):

**Tabela 1:** Taxonomia de *Podcasts*

TIPO	FORMATO	DURAÇÃO (minutos)	AUTOR	ESTILO	FINALIDADE
Expositivo/ Informativo	Áudio Podcast	Curto 1'-5'	Professor	Formal  Informal	Informar Analisar Motivar/ sensibilizar Resumir/ sintetizar Refletir Questionar Incentivar/ desafiar Explicar etc.
Feedback/ Comentários	Vídeo: -vodcast -screencast -enhanced	Moderado 5'-15'	Aluno(s)		
Instruções/ Orientações		Longo > 15'	Outro jornalista, cientista, político, etc.		

Fonte: Carvalho e Aguiar (2010b).

Enfim, na educação o *podcast* tem variadas formas de utilização, mesmo na educação básica, podendo-se, por exemplo, utilizar o *podcast* dentro do método da aula invertida,

disponibilizando o conteúdo da aula antes ou mesmo complementar algum assunto com áudios depois das aulas; pode-se também pedir para que educandas(os) escutem algum *podcast* específico e este ser utilizado em aula, entre outras possibilidades. Porém, o *podcast* desenvolvido no decorrer da práxis dessa pesquisa tem outras especificidades. O *podcast*, objeto dessa tese, é exclusivamente produzido a partir da escola, é o resultado de oficinas, organização de grupos de trabalho, debates sobre as pautas, discussões e avaliações dos roteiros e áudios com a possibilidade de publicação; contudo não é, necessariamente, gravado somente na escola. Além disso, esse *podcast*, pode ser divulgado no blog<sup>38</sup>, com as devidas autorizações, não arrecadando nenhum tipo de valor financeiro. Portanto, é uma experiência pedagógica, pública e sem fins lucrativos.

Esta experiência envolve, primordialmente, uma ética. Inicialmente, no desenvolvimento das pesquisas sobre a mídia e o suporte, pautava-se a partir de uma ética editorial da área da comunicação, porém a partir das exigências próprias da tese e do desenvolvimento das pesquisas na Educação Escolar, no Ensino de Sociologia e na Educação Sexual, mudou-se esse caráter para uma ética pedagógica. Conforme Belloni (2009), a integração das TIC na educação só faz sentido se ferramenta e objeto de estudos forem trabalhados de forma integrada, em suas dimensões instrumental e conceitual: estética e ética. Este é o ponto crucial a ser preconizado na perspectiva de um *podcast* escolar, além da amálgama entre teoria e prática. Nesse percurso entre práticas e pesquisas a partir das reflexões sobre a taxonomia de *podcasts*, do pensar quais eram essas práticas constituídas com educandas(os) na produção de *podcasts*, de como recortá-las a necessidade da construção de alguma forma para refletir mais detidamente sobre o objeto. Assim, surgiu a ideia de tentar juntar todas essas dispersões e atribuir características ao *podcast* feito durante os anos de projeto e de pesquisa e enunciá-lo como *Podcast* Escolar.

Para qualificar um *podcast* como um *Podcast* Escolar, na perspectiva defendida neste trabalho, ele deve possuir as seguintes características: a) ser pensado com base em uma ética-pedagógica; b) ser produzido a partir da escola; c) ser público e não se vincular à lógica de mercado; d) proporcionar práticas discursivas face a face entre educadoras(es)/educandas(os) e educandas(os)/educandas(os). Antes de desenvolver os pormenores dessas características, propõe-se, ainda que de maneira pontual, porém necessária, uma introdução à perspectiva ética aqui trabalhada, pois ela é a base fundamental do desenvolvimento desta proposta.

---

<sup>38</sup> No início do projeto com podcasts foi criado um blog para disponibilizar os arquivos da oficina de rádio e podcast, bem como alguns podcasts selecionados e devidamente autorizados por educandas(os), seus pais ou responsáveis. Ele está disponível no endereço: <http://socionismo.blogspot.com/>.

## 2.9 Ética pedagógica do cuidado de si: breve introdução

Tendo em vista a questão ética-pedagógica relacionada a uma estratégia didática com o *Podcast* Escolar e em concordância com uma perspectiva foucaultiana, faz-se necessário pensar uma definição, ainda que de maneira introdutória, do que venha a ser ética e moral para Foucault. Não foi realizado um exame mais aprofundado da chamada terceira fase foucaultiana, pois o delineamento inicial dessa tese se ateu às fases anteriores do saber e do poder, aproximando-se, somente em vias de conclusão, de uma discussão ética mais aprofundada.

Contudo, tem-se a pretensão de que essa investigação venha a ser realizada em um trabalho posterior. Entretanto, é pertinente uma introdução à noção desse pensamento ético, relacionado especificamente ao campo pedagógico, pelo fato de se pensar uma ética-pedagógica no desenvolvimento do *Podcast* Escolar, a qual permeia toda esta tese.

Ética e moral, do ponto de vista foucaultiano, não são conceitualizados numa perspectiva filosófica clássica. A ética foucaultiana é parte da moral enquanto comportamento de cada um e dos códigos que prescrevem o que é correto a fazer e pensar, atribuindo-se a esses, valores positivos e negativos (VEIGA-NETO, 2017). Nas palavras de Foucault (2008, p. 211-212),

[...] de fato, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode comparar com essa regra. Porém, outra coisa é a maneira como é preciso “conduzir-se”, ou seja, a maneira como se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. [...] há diferentes maneiras de o indivíduo “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras para o indivíduo, ao agir, não operar simplesmente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação (FOUCAULT, 2008, p. 211-212, grifos do autor).

Conforme Veiga-Neto (2017), Foucault desloca a noção clássica de ética como um estudo dos juízos morais, norteados a conduta humana, para a ética enquanto constituição do indivíduo a si mesmo e como sujeito moral de suas ações. Para realizar essa investigação, Foucault volta à antiguidade e estuda uma ética, segundo ele, perdida na civilização ocidental: o cuidado de si, o qual foi sendo substituído paulatinamente e cristalizado pelas técnicas de confissão do cristianismo para extrair uma verdade do sujeito (FOUCAULT, 1979). De outro lado, a ética do cuidado de si enquanto crítica imanente aos jogos de saber-poder, segundo Hermann (2005), reconhece os limites do saber e dos dispositivos de poder situados na experiência dos sujeitos, reconhecendo também que estes não são imutáveis - a experiência histórica mostra que os modos de proceder mudam. Dessa maneira, a possibilidade de escolher

estilos de vida, trabalhando-se a criação da própria conduta é um questionamento ao atual sistema de relações em sociedade. Portanto, o cuidado de si foucaultiano e a dimensão ética do cuidado das relações com o outro também, mas Foucault assevera: “não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (FOUCAULT, 2004a, p. 271).

Deslocando-se essa ética para o campo pedagógico como uma potência crítica, o cuidado de si tange questões práticas e teóricas que, por sua vez, afetam diretamente os ideais da modernidade, como: autonomia, experiência e subjetividade, assim como as práticas hegemônicas fundamentadas em uma educação reducionista alicerçada na lógica econômica, praticadas na regulação neoliberal (SILVA; FREITAS, 2015). Na medida em que a racionalidade técnica é orientada ao meio mais adequado para atingir determinado fim e, sobretudo, com a maior eficiência, envolvem-se atributos que não privilegiam o conhecimento em si, mas sua utilidade; a meta é sempre a eficiência administrativa e econômica (GEORGEN, 2005). Tanto essa lógica econômica quanto a racionalidade técnica deveriam ser superadas com a noção de cuidado, quando aponta para formas concretas de resistência à perspectiva instrumentalista e utilitarista em voga na pedagogia contemporânea. Portanto, todo o trabalho com esse suporte implica, antes, um pensar pedagógico orientado para a autonomia do conhecimento crítico e de construção da cidadania.

Entretanto, em meio à emergência de uma pandemia, houve a precipitação do processo de transformação dos tempos e espaços educativos por meios das TIC's; essas já estavam em curso nos sistemas educativos privados e superiores, mas de forma ainda incipiente na educação básica, entretanto essa realidade mudou com o advento do Ensino Remoto Emergencial (ERE). Assim, a mediatização dos processos educativos estende-se para toda a educação básica, neste momento. Portanto, no pós-pandemia, espera-se uma maior hibridização dos processos educativos presenciais e virtuais e a incorporação de algumas experiências desse período baseadas nas diversas técnicas utilizadas no momento, alicerçados pelas estratégias do mercado educativo para transformar o período pandêmico de distanciamento social em negócios.

Com essa experiência do ERE, da intensificação da EaD e da migração dos espaços públicos escolares para os espaços privados no período de pandemia, ocorre, ainda que de forma extraordinária, a aceleração do processo de passagem da sociedade disciplinar para a sociedade de controle (DELEUZE, 1992), espraiando-se na atualidade, e de forma concreta e não pontual, também para sistemas de ensino público da educação básica. Nesse sentido, Veiga-Neto (2017), diz que a instituição escolar era central no processo de subjetivação da disciplinaridade, era

fechada e episódica em nossa vida, ainda não deixando de ser fundamental nesse processo. Porém, transmuta-se para uma subjetivação aberta e continuada, os fluxos permanentes ativam os sujeitos e os fazem participar, mantendo-os sob controle (VEIGA-NETO, 2017).

Esse controle realizado por meio das técnicas de comunicação de dados e do aparelhamento de grande parte dos sujeitos com artefatos móveis, conectados 24 horas por dia, nesse contexto de pandemia e de distanciamento social, não somente já operava sobre educadoras(es) e educandas(os), enquanto sujeitos fora da instância educativa, mas expandiu-se para a família, agora participante constante e ativa dos processos de ensino-aprendizagem. Assim, para fazer frente à lógica reducionista econômica neoliberal na educação e aos desdobramentos das circunstâncias atuais, a ética do cuidado de si foucaultiana convida educadoras(es) a refletirem sobre as ações e práticas pedagógicas apontadas para outras possibilidades, trabalhando-se a criação da própria conduta, fugindo da simples instrumentalização e do utilitarismo da pedagogia hegemônica, passando, necessariamente, pela conscientização da reprodução dessas subjetividades ou da criação de outras possíveis subjetividades com educandas(os).

Envolve-se a ética de si, a qual também se relaciona com uma ética com os outros, na tentativa de desencadear a reflexão para a não reprodução de preconceitos e estereótipos, sejam esses sociais, étnicos, religiosos, políticos, de gênero, de orientação sexual, de classe entre outros, bem como a ideia constante do diálogo e da inclusão, inspiradas em Freire (1998), “[...] A ética de que falo é a que se sabe afrontada na manifestação discriminatória de raça, gênero, de classe.” (FREIRE, 1998, p.17). Educadoras e educadores são sujeitos que realizam um trabalho humanizador na escola, segundo Saviani (2011, p. 6) “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Assim, educadoras(es) produzem, intencionalmente, nos sujeitos uma subjetividade histórica, que tanto pode ser reproduzida ou transformada em cada atualização do momento pedagógico.

Feita essa breve introdução à ética pedagógica do cuidado de si, segue-se a síntese das principais características de um *Podcast* Escolar:

a) **a ética pedagógica:** é fundamental para o desenvolvimento de um *podcast* escolar, pautar-se em uma ética como diretriz, pensando a formação crítica, autônoma e consciente do ser humano, desconstruindo o pensamento instrumental em relação à educação e, especialmente, à tecnologia e à técnica. Relacionando-se também à outra ética, fundada a partir do cuidado de si foucaultiano, aplicada às ações cotidianas no ambiente escolar para conduzir práticas de cuidado de si criativas e inovadoras (ANDRADE; GIVIGI; ABRAHÃO, 2018);

b) **a produção na escola:** o *podcast* é feito a partir da escola; nesse *locus* privilegiado acontecem as orientações para seu desenvolvimento e produção. Dessa maneira, o *podcast* está integrado a um planejamento de tempos, espaços, metodologia, conceitos, didática e avaliação materializados numa estratégia didática. Porém, devido à lógica de sua produção (mobilidade, virtualidade e conexão), poderá ter algumas etapas realizadas em outros ambientes. Destaca-se a importância da anuência da equipe gestora e pedagógica da unidade escolar e a ciência dos pais ou responsáveis sobre esse trabalho;

c) **o público x a lógica do mercado:** a produção desse *podcast* é realizada a partir da escola e, especificamente, em instituições públicas de ensino. Acredita-se que nessas instituições exista a possibilidade de uma autonomia relativa<sup>39</sup> e sua lógica difere da lógica das instituições particulares<sup>40</sup>. A escola pública deve pautar-se pela lógica do direito à educação, com a possibilidade da construção de uma autonomia relativa e, principalmente, lidando com a educação como um valor intrínseco (SILVA JÚNIOR, 2017). De outro lado, nas instituições particulares a lógica é de mercado, sendo que o conteúdo é subordinado direta ou indiretamente aos interesses dos financiadores, reproduzindo o discurso hegemônico neoliberal. Entretanto, ressalva-se que existem possibilidades na escola particular, uma vez que a instituição, gestão, coordenação ou educadoras(es) possam exercer algum tipo de resistência, mesmo imersos dentro dessa lógica dominante em que a educação é uma mercadoria;

d) **proporcionar práticas e leituras discursivas:** com o processo de midiaticização da sociabilidade em curso, ditando uma outra forma de presença do sujeito no mundo, um de seus aspectos mais negativos, conforme Dalbosco (2015, p. 24), é o do dispositivo técnico digital transformar a base afetiva que se mostra na relação face a face em virtualização do mundo e das relações. Isso influi e reflui diretamente nos processos de construção de identidade, sobretudo nos mais jovens, os nativos digitais. Como contraponto a essa realidade, a produção do *podcast* escolar contribui com a hibridização da interação a partir do face a face entre educadoras(es)/educandas(os) e educandas(os)/educandas(os) e na virtualização do processo de

---

<sup>39</sup> O conceito de autonomia relativa, desenvolvido por Silva Júnior (2017, p. 53), está associado à ideia de autogoverno e de autodeterminação, porém não se confunde com a autonomia absoluta que, no limite, seria soberania. Assim, a autonomia relativa é em relação a alguém ou alguma coisa, não suprime o contexto relacional e de interdependência existente em uma sociedade.

<sup>40</sup> Esse mesmo aspecto, de uma autonomia relativa, está exposto em relação a LDB em seu artigo 3º no inciso III onde é afirmado o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, já no artigo 12º são listadas as atribuições das unidades de ensino: executar a proposta pedagógica, no inciso I, e cumprir o plano de trabalho de cada docente, inciso IV. Cada escola pode ter seu projeto específico, contudo, nesse mesmo artigo são explicitados os limites da autonomia escolar, respeitando-se as normas comuns e as do sistema de ensino. Além disso, as escolas públicas praticam a gestão democrática, conforme consta na LDB no artigo 3º, inciso VIII, a comunidade pode participar e opinar, já na escola privada não acontece o mesmo (BRASIL, 1996).

produção (envio de arquivos do roteiro ou áudios entre educandas(os) e educadoras(es)) até o resultado final, o áudio digital. O foco encontra-se no repensar as formas mais elementares de sociabilidade, o “estar junto” e o “estar junto por estar”, elas estão se desprendendo, cada vez mais, com as redes sociais de partirem de um espaço de contato real entre os sujeitos (GUIMARÃES NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012). Entretanto, a escola ainda é o espaço do encontro entre as pessoas reais diversas e de diferentes gerações. Para além do óbvio, é preciso transformar esse espaço por meio de práticas e leituras discursivas da mídia e do próprio espaço escolar, contrastando com o espaço virtual (CORACINI, 1991). O *podcast* escolar deve servir, efetivamente, como elemento de abertura desse espaço discursivo por meio da técnica. O ambiente real da escola traz o não discursivo (arquitetura, regulamentos, Projeto Político Pedagógico, entre outros), os não ditos, os gestos nas interações, fatores esses insuperáveis pela mediação técnica (FOUCAULT, 2003). Esse “estar junto” proposto por Guimarães Neto, Guimarães e Assis (2012), descrito nesse item, agora, durante a pandemia da COVID-19 e o distanciamento social, passa por ressignificações, possivelmente a proximidade entre as pessoas com o fim do distanciamento social se transformará no pós-pandemia, porém, acredita-se que esse contato presencial humano é insuperável, pedagogicamente, para criação dos vínculos de afetividade, da aprendizagem, da escuta são elementos constitutivos da socialização das novas gerações, considera-se promissora essa questão como objeto de estudos futuros. Uma vez não observando todas essas características, lida-se com outro tipo de *podcast*.

As especificidades em relação ao *podcast* e a adjetivação específica como escolar não tiveram como intenção aperfeiçoar uma taxonomia já criada (AGUIAR; CARVALHO, 2010b) ou ampliá-la (PAULA, 2010), trata-se mais da tentativa de desnaturalização do *podcast* pensado somente como ferramenta ou suporte indissociável do objeto de estudo, nos termos de Belloni (2009), fomentando um debate na educação básica sobre sua utilização nas escolas. Propõe-se, com a atribuição dessa nomenclatura e definição, pensar-se também em termos de uma resistência, debate e outras possibilidades aos discursos hegemônicos sócio-político-econômicos, a partir dos espaços discursivos gerados com a pesquisa e a produção do *podcast* na escola. Por fim, é a partir do trabalho com *podcasts* educativos, durante os últimos anos, e dos discursos que educandas e educandos produziram com temas sobre gênero e sexualidade e temas livres que veio se organizando o objeto de investigação dessa tese. Abaixo o mapa mental caracterizando os tipos de *podcasts*:

#### **Mapa 2 – Tipos de *podcast***



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

## CAPÍTULO III

### 3 Método e referencial teórico: definindo procedimentos

Neste capítulo apresentam-se os pressupostos epistemológicos que orientam este estudo, a construção de um método e do lugar da teoria de onde se fala. Na primeira seção, procura-se articular o método de pesquisa a partir do campo da Educação e, especificamente, do Ensino de Sociologia e da Educação Sexual, bem como com outros campos disciplinares, tais como: Filosofia, História, Psicologia, Comunicação e Linguística, colocando como base a disciplinaridade, transitando pela interdisciplinaridade desses campos (RAYNAUT, 2014), para depois realizar uma análise transdisciplinar (NICOLESCU, 1999; MORIN, 2002; 2007; SANTOS, 2008; MORAES, 2010; CORACINI, 2010) do objeto de pesquisa em sua complexidade.

Na segunda seção, apresenta-se a pesquisa como um Estudo de Caso (YIN, 2005). A terceira seção aborda a técnica de Observação Participante (MAY, 2004; YIN, 2005; HAGUETTE, 2013). Na quarta seção, fala-se da abordagem quali-quantitativa; para tanto, foram recolhidos e analisados dados de fontes múltiplas (MINAYO, 2001; YIN, 2005;).

Na quinta seção, apresenta-se o *corpus* da tese, composto por 81 *podcasts* produzidos por educandas(os) no ano de 2016. Aborda-se a justificativa do recorte proposto (FERNANDES, 2008; ORLANDI, 2012).

Na sexta seção, faz-se a transcrição (MARCUSHI, 2007) desses áudios, os quais são tomados como enunciados (FOUCAULT, 2000). Para a análise dos discursos produzidos pelas(os) educandas(os) nos *podcasts*, o dispositivo de análise construído tem, em sua base, pressupostos teóricos da análise do discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 2008) e dos estudos discursivos foucaultianos.

A sétima seção é a descrição dos procedimentos de aplicação de uma oficina de rádio e *podcast* (YOSHIMOTO, 2016), desenvolvida inicialmente no âmbito do projeto OBEDUC, estendendo-se ao doutorado e a uma prática que transcende o presente estudo teórico.

Na oitava seção, descreve-se o ambiente da pesquisa - a escola -, caracterizando a instituição em relação ao município e região (SOUZA, 2009), o grupo pesquisado, infraestrutura física, instalações e equipamentos, localização, IDHM e PIB (IBGE, 2010), os indicadores escolares nas avaliações sistêmicas IDEB e ENEM (INEP, 2017). E, por fim, os procedimentos éticos adotados nesta tese (YIN, 2015).

Finalmente, a nona seção, trata da técnica e análise dos dados. Utiliza-se a Análise do

Discurso de linha francesa e foucaultiana (FOUCAULT, 2000; FOUCAULT, 1999b; REVEL, 2005) e arqueogenealógica (FOUCAULT, 2000; FOUCAULT, 2003; MOMESSO, 2010; GREGOLIN 2001; 2012; VEIGA-NETO, 2017), discutem-se os conceitos e a construção do dispositivo de análise articulado com o método da pesquisa.

### **3.1 Do disciplinar, passando pela interdisciplinar até o transdisciplinar**

Parte-se da disciplina, nesse caso, do Ensino de Sociologia, para construir junto com a Educação Sexual, as áreas da Comunicação e da Linguística, os pressupostos para o desenvolvimento do *Podcast* Escolar dentro de uma estratégia didática e, posteriormente, as análises. Nesse sentido, é fundamental partir do aprofundamento de conceitos e métodos do Ensino de Sociologia. Somente a especialização e conhecimento dos paradigmas e limites da disciplina do pesquisador proporciona a troca de informações e a articulação desta com outras (RAYNAUT, 2014). A proposta é utilizar a interdisciplinaridade como forma de ampliar esse conhecimento disciplinar, exigido pelo objeto e consonante com o próprio campo da Educação, da Educação Sexual e das Ciências Sociais.

Dentre outros desafios, produzir uma pesquisa numa área interdisciplinar não é uma tarefa fácil. A interdisciplinaridade, de certa maneira, rompe com a forma disciplinar estruturada nas universidades, por isso, existem resistências e críticas a pesquisas dessa natureza. Por outro lado, Raynaut (2014) afirma que quando a interdisciplinaridade é realizada em disciplinas técnicas ou por empresas privadas, direcionadas à criação de produtos, por exemplo, não existem grandes dificuldades para se chegar a um resultado comum com a colaboração entre especialistas de várias disciplinas. A “[...] divisão em disciplinas e departamentos independentes e estanques é uma situação que se encontra, sobretudo, nas instituições acadêmicas. No mundo industrial, seria um obstáculo fatal para a sobrevivência das empresas” (RAYNAUT, 2014, p. 6). Não é nossa intenção comparar a lógica da educação com a lógica da indústria, critica-se duramente a “industrialização” da educação, por exemplo. Porém, entende-se que o autor subverte essa lógica; na educação a articulação de disciplinas é benéfica, pois rompe com a concorrência entre áreas para desenvolver o conhecimento.

É na academia que está o grande desafio da interdisciplinaridade. O paradoxo para Raynaut (2002) é que, em essência, o mundo real é uma totalidade, mas para desenvolver o conhecimento científico prático, o ser humano teve que dividir este todo em facetas, em conceitos, definições e métodos de observação e objetos específicos (RAYNAUT, 2002). O referencial dessa pesquisa, inicialmente, é interdisciplinar, com autores e disciplinas de vários

campos do saber; por isso, faz-se necessário pensar em formas interdisciplinares para superar as dicotomias e limites disciplinares, sendo fundamental um diálogo permanente com outras perspectivas e entre todas as disciplinas. A questão do paradoxo apontada por Raynaut (2002), entre a divisão do conhecimento e a totalidade, poderia ser superada num possível caminho de volta a essa totalidade, com o paradigma proposto pela transdisciplinaridade.

A transdisciplinaridade tem como matriz geradora a epistemologia da complexidade (MORIN, 2007). É produto da dinâmica envolvendo a articulação nos níveis da *realidade* e nos níveis da *percepção* dos sujeitos, sendo também produto de uma lógica ternária<sup>41</sup>, passando de um nível de conhecimento a outro, pois a complexidade estrutural revelada de um sistema complexo é pensada num processo de vir-a-ser (NICOLESCU, 1999). Nicolescu (1999) diz ainda que o prefixo “trans” da transdisciplinaridade indica o que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* de diferentes disciplinas e *além* de qualquer disciplina. Assim, conforme Moraes (2010), o conhecimento transdisciplinar é um processo sempre aberto, indo além do horizonte conhecido, implicando a criação permanente, aceitação do diferente e renovação das aparentes formas acabadas do conhecimento. A autora defende ainda que, transcendendo-se pela transdisciplinaridade, cria-se algo novo e diferente do conhecimento original.

Em sua vertente metodológica, a transdisciplinaridade promove a religação entre o sujeito e o objeto, dicotomizados, conforme Morin (2002), no pensamento predominante do paradigma da simplificação. Para Moraes (2010), como uma forma de subjetividade objetiva do sujeito aprendente, a transdisciplinaridade expressa-se de outra maneira, transcendendo a lógica binária, fragmentada e excludente, apoiando-se no princípio da complementaridade. Portanto, para a autora, a abordagem transdisciplinar, oposta à da simplificação, requer a interconexão e o convívio do diverso, partindo-se da compreensão de que os fenômenos estão interligados, constituindo um todo em fluxo de trocas contínuas.

Nessa perspectiva também está a Análise do Discurso, como campo de estudos transdisciplinares. Segundo Coracini (2010, p. 92), as Análises de Discurso são por natureza transdisciplinares, pois “[...] originaram-se da confluência de teorias oriundas de outras

---

<sup>41</sup> Em termos matemáticos, a lógica clássica expressa-se da seguinte forma, de acordo com Nicolescu (1999, p. 29): “1. O axioma da identidade: A é A; 2. O axioma da não-contradição: A não é não-A; 3. O axioma do terceiro excluído: não há um termo T, que é, ao mesmo tempo, A e não-A”. A lógica quântica, ou a lógica ternária acrescenta esse terceiro termo, “T”. Portanto, em consonância com Santos (2008), a transdisciplinaridade também significa transgredir uma lógica da não-contradição, articula-se os contrários: sujeito e objeto, subjetividade e objetividade, matéria e consciência, simplicidade e complexidade, unidade e diversidade (NICOLESCO, 1999). Quando articulando-se esses pares binários com a lógica do terceiro termo incluído, compreende-se a realidade a outro nível, toma-se um significado mais abrangente e aberto a novos processos (SANTOS, 2008).

disciplinas ou áreas do conhecimento”. Ainda, conforme a autora, a escola francesa de análise do discurso, com fundação de Michel Pêcheux,

[...] apoia-se em três pilares básicos: linguística estruturalista, para a análise da materialidade linguística; materialismo histórico, para a compreensão da ideologia, em sua vertente marxista, como luta de classes; e psicanálise de orientação freudiana, para a concepção de sujeito descentrado (CORACINI, 2010, p. 92-93).

Como o discurso, numa formação discursiva (FOUCAULT, 2000), se constitui de uma materialidade linguística com regularidades e dispersões (heterogeneidade), que são fruto de convenções sociais ou acordos tácitos, orientando-se pelos objetivos da pesquisa, exige-se diferentes disciplinas ou áreas do conhecimento a serem mobilizadas (CORACINI, 2010).

Nesse sentido, a autora diz não se tratar de recorrer a outras disciplinas, nem se servir de cada uma e nem tomá-las em sua integralidade, como certa interdisciplinaridade pretende; no entanto, sem atentar para a impossibilidade desse empreendimento, trata-se “[...] de puxar os fios de que necessitamos, para, com eles, tecermos a teia de nossa rede teórica, transformando, assim, esses fios, ao mesmo tempo em que nosso olhar é por eles transformado. São esses fios que nos ajudarão a analisar a materialidade linguística” (CORACINI, 2010, p. 93). Cada *corpus* demandará do analista buscar apoio em determinada área para compreender melhor as condições de produção daquele dizer.

Conectando-se a transdisciplinaridade às estratégias pedagógicas, produz-se novos cenários de aprendizagem ou “momentos transdisciplinares”, segundo Batalloso (2009). Nas palavras de Moraes (2010, p. 14):

Estratégias que favoreçam a pluralidade de espaços, de tempos, de linguagens, de recursos e novas formas de expressão, que valorizam a complementaridade dos processos, o desenvolvimento de análises acompanhadas de sínteses integradoras, a presença de uma racionalidade aberta que capta a complementaridade dos processos, as interconexões, em vez de apenas continuar trabalhando com instantâneos estáticos, com divergências conflitantes, com antagonismos paralisantes (MORAES, 2010, p. 14).

Isso posto, a transdisciplinaridade é estruturada neste trabalho não somente nas análises discursivas, mas passa pela interdisciplinaridade dos campos de conhecimento, mobilizados para pensar o contexto e as condições de possibilidade, mas sempre partindo da disciplina de Sociologia e retornando ao Ensino de Sociologia.

Em relação aos procedimentos, esta é uma pesquisa de Estudo de Caso (YIN, 2005) com

a técnica de Observação Participante (MAY, 2004; YIN, 2005; HAGUETTE, 2013). Teve como pressuposto a aplicação de uma Estratégia Didática nas aulas de Sociologia para a discussão de conteúdos sobre gênero e sexualidade, resultando na produção, por educandas e educandos, de *podcasts* sobre essa temática. A abordagem é quali-quantitativa, recolheram-se e analisaram-se dados de fontes múltiplas (YIN, 2005), como: referenciais teóricos sobre o tema nos pontos de contato entre educação, sexualidade, gênero e ensino de sociologia; documentos de instituições; legislações de educação; reportagens da mídia e, principalmente, as produções de áudio realizada por educandas(os) e coletadas por meio da técnica da observação participante.

O *corpus* é composto por 149 *podcasts* produzidos por educandas(os) no ano de 2016, sendo estes os sujeitos desta pesquisa. A análise parte da transcrição desses áudios, os quais são tomados como enunciados. Para a análise dos discursos produzidos pelos educandos nos *podcasts*, o dispositivo de análise construído tem, em sua base, pressupostos teóricos da análise do discurso de linha francesa e dos estudos discursivos foucaultianos. Porém, esses estudos não são vistos somente como uma técnica de análise, eles atravessam todo o trabalho; assim, faz-se um gesto de leitura com inspiração no método foucaultiano arqueogenealógico.

### **3.2 O objeto em seus detalhes: o estudo de caso de abordagem quali-quantitativa**

É utilizado nesta pesquisa o Estudo de Caso de abordagem quali-quantitativa. Conforme YIN (2015, p. 17, grifo do autor), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. Por essa razão, em alguns métodos de investigação, faz-se necessária a utilização, simultaneamente, de dados qualitativos e quantitativos. Além disso, Yin (2015) enfatiza que as duas abordagens não são opostas, e sim complementares.

Sobre a investigação de Estudo de Caso, Yin destaca que é enfrentada uma

[...] situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e a análise de dados (YIN, 2015, p.18)

Outra característica do Estudo de Caso é ter uma certa flexibilidade, a teoria fornece a direção do estudo. À medida em que o estudo avança as questões iniciais também são modificadas, resultado do constante caráter interpretativo desse tipo de pesquisa. Dessa forma, as questões iniciais de investigação orientam a procura sistemática de dados para extrair conclusões (YIN, 2005).

Yin (2005) ressalta ainda que as fontes de evidências para um Estudo de Caso podem vir de seis fontes distintas: documentos, registros em arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. Além da habilidade e procedimentos metodológicos diferenciados para cada fonte é preciso seguir alguns princípios na coleta desses dados: a) uso de mais de uma fonte de evidência convergindo para o mesmo conjunto de fatos ou descobertas; b) criar um banco de dados para o estudo a partir do relatório final do estudo de caso; c) existir um encadeamento de evidências, ligações explícitas entre questões feitas, os dados coletados e as considerações a que se chegou. Segundo o autor, esses princípios aumentam a qualidade do estudo.

Sobre alguns limites e possibilidades do Estudo de Caso, no âmbito da pesquisa qualitativa, essa metodologia tem-se revelado promissora no campo interdisciplinar, sobretudo na educação (DE PÁDUA; POZZEBON, 1996). Nota-se que o ponto mais polêmico do Estudo de Caso é o da possibilidade de generalização de suas conclusões. Goode e Hatt (1979), destacam que a possibilidade da generalização está no estudo de numerosos casos; dizem ainda que a própria pesquisa científica em si já opera com generalizações, com conceitos e com categorias. Entretanto, Lüdke e André (1986) argumentam que a generalização não é uma preocupação central, pois o caso é singular, único e a busca é a de seu aprofundamento, porém dizem ser possível uma “generalização naturalística”, ocorrendo quando o sujeito identifica aspectos semelhantes entre o caso estudado e outros casos em suas práticas, ou até incorpora práticas desses casos em suas experiências pessoais. Já Chizzotti (1995) aceita comparações aproximativas e generalizações para situações semelhantes ou contextos da situação analisada.

Contudo, Yin (2015, p. 21-22), discorda da aparente incapacidade de generalização no Estudo de Caso, colocando essa questão em outros termos, “[...] os estudos de caso, como os experimentos, são generalizáveis às proposições teóricas e não às populações ou aos universos”. Nesse sentido, esses estudos não são amostragens, mas generalizações de teorias, não inferem probabilidades, como nas generalizações estatísticas.

Delineadas as perspectivas desses autores sobre o Estudo de Caso, podemos traçar algumas considerações que fundamentam nossa escolha. Em primeiro lugar, embora esse método seja questionado no que se refere à generalização dos resultados para a utilização em

outras pesquisas, não é o objetivo desta tese provar leis gerais, mas interpretar as relações entre o objeto e o contexto sócio-histórico em que aquele se encontra.

Dessa maneira, entende-se que outros casos também sofrem interferência das condições de possibilidade identificadas; acredita-se, ainda, que apesar da soma das partes não ser igual ao todo, as partes sempre carregam elementos deste todo (FRIGOTTO, 2010). Assim, nessa perspectiva, existe relação entre um caso singular com outros casos, dentro do mesmo universo, pois há condicionantes sociais, políticos, históricos, culturais e midiáticos em funcionamento constante, mesmo em tempos e espaços diferentes. Uma estratégia didática aplicada em uma escola pública pode ser aplicada em outras escolas, no entanto, carrega tanto elementos da realidade macrossocial descritos acima quanto elementos específicos, microssociais, que condicionam sua realização. Nesta pesquisa, a própria estratégia de coleta dos dados integra a produção dos *podcasts* (por meio da estratégia didática com *podcast* escolar), utilizando-se a técnica de observação participante no decorrer de todo o processo.

### **3.3 A observação participante**

A pesquisa sobre o mundo social não parte das premissas ou das proposições lógicas do pesquisador, as quais esse aplicaria ao mundo para testá-las. Ao contrário, o conhecimento parte da experiência e realização de investigações, gerando o entendimento do pesquisador sobre o mundo (MAY, 2004). O pesquisador então sai a campo para iniciar seu estudo. A Observação Participante cumpre o sentido de “[...] “perambular”, escutar, observar e experienciar e expor teorias e biografias para situações e relações sociais novas e não-familiares, com vistas a ampliar o entendimento delas” (MAY, 2004, p. 173, grifo do autor). Para além da saída a campo, Yin (2015) refere-se à Observação Participante como um modo especial de observação, em que o investigador não é meramente um observador passivo, mas pode assumir uma variedade de papéis no Estudo de Caso, podendo mesmo participar em acontecimentos a serem estudados. Essa técnica de observação fez parte de todas as etapas de realização da estratégia didática com *podcasts*. Yin (2015, p.121), destaca ainda a importância e singularidade da Observação Participante:

[...] para alguns tópicos pode não haver um meio de coletar evidência que não seja por meio da observação participante. Outra oportunidade diferenciada é a capacidade de captar a realidade do ponto de vista de alguém “interno” a um estudo de caso, não de alguém externo a ele (YIN, 2015, p. 121, grifo do autor).

No caso desta tese, não haveria outra possibilidade de recolher os dados do processo e do percurso construído para a aplicação da estratégia didática com educandas(os), senão por meio da OP. Mas, como em todas as técnicas de pesquisa, existem também críticas em torno de sua aplicação. Por isso, faz-se necessário analisar a interferência eventualmente produzida e incluí-la na investigação, mais do que negligenciá-la ou considerá-la nula (FRAGOSO, 2004).

Conforme Haguette (2013, p. 73), “[...] a observação participante pode ser considerada como uma técnica de captação de dados menos estruturada nas ciências sociais”, pelo fato, diz ainda a autora, dessa técnica não supor nenhum instrumento específico que direcione a observação, como no questionário ou na entrevista. Dessa forma, a responsabilidade sobre a correção da pesquisa pesa, quase inteiramente, sobre pesquisadoras(es).

A extrema flexibilidade desse tipo de pesquisa é também seu ponto fraco. Abaixo é elencado os tipos de vieses mais comuns questionados nesse tipo de observação, conforme Haguette (2013, p. 73):

1) o viés sociocultural do observador, ou seja, o viés de partilhar a perspectiva e valores de sua própria cultura de seu tempo de seu meio com o desempenho do papel de pesquisador; 2) o viés profissional/ideológico, que induz à seletividade da observação, dependendo do quadro de referência ou do tipo de treinamento recebido pelo pesquisador; 3) o viés interpessoal do observador que dará, a partir de suas emoções, defesas, etc., o *que* ele “verá” como significativo e a maneira *como* ele perceberá a interação humana; 4) o viés emocional do observador com relação às próprias necessidades como pesquisador; em outras palavras, a necessidade de confirmar suas hipóteses, de “estar certo”, pode levá-lo a forçar uma “adequação” do real a suas teorias prévias sobre o fenômeno; 5) o seu viés normativo acerca da natureza do comportamento humano pode conduzi-lo a juízos de valor que prejudicarão não só sua coleta de dados como sua análise e interpretação (HAGUETTE, 2013, p. 73, grifos do autor).

É impossível eliminar completamente o viés, porém é preciso retomar e, ao mesmo tempo, ressaltar dois conceitos do trabalho com Ensino de Sociologia que podem auxiliar-nos nesse processo: a desnaturalização e o estranhamento. Refletir sobre a não naturalidade dos processos sociais, investigar causas e o porquê das práticas sociais; e, ao mesmo tempo, problematizar esses fenômenos ocorridos na escola, transformando-os em objeto de estudos (BRASIL, 2006). Com os pressupostos da desnaturalização existe a possibilidade da redução de possíveis inclinações à julgamentos, de valores, de perspectivas entre outros e com o estranhamento pensar na religação proposta por Morin (2002) entre sujeito e objeto de estudos. Nesse sentido, de acordo com May (2004), a reflexibilidade, a biografia e a teoria são o cerne da prática de pesquisa em geral. Por sua vez, reconhece-se que o pesquisador é parte do mundo

que estuda, ele traz para qualquer estudo suas experiências, há uma interação constante entre teoria e os dados, não existindo a possibilidade de separação desses.

Esses conceitos, somados ao distanciamento de ideias pré-concebidas sobre a vida social, vão ao encontro da proposta de Yin (2015, p. 77), quando descreve algumas habilidades que o pesquisador precisa ter:

- *Formular boas questões* - e interpretar as respostas de forma razoável.
- *Ser um bom “ouvinte”* e não ficar preso às suas próprias ideologias ou aos seus preconceitos.
- *Permanecer* adaptável para que situações novas possam ser vistas como oportunidades, não como ameaças.
- *Tem noção clara dos assuntos em estudo*, mesmo quando no modo exploratório.
- *Ser imparcial*, sendo sensível a evidências contrárias e também sabendo como conduzir a pesquisa de forma *ética* (YIN, 2015, p. 77, grifos do autor).

A questão é não deixar que esses vieses desviem dos objetivos da pesquisa ou alterem o objeto. Não deixar essa possibilidade desvirtuar a ética da pesquisa, esse é o ponto sensível, porque o Estudo de Caso e a Observação Participante são flexíveis, pensa-se como uma vantagem no processo de pesquisa, pois o pesquisador não está preso a pré-julgamentos, uma vez que pode reformular o problema e as categorias ao longo do tempo; assim, o trabalho de campo é um processo contínuo de reflexão e alteração (MAY, 2004; HAGUETTE, 2013).

### **3.4 Uma abordagem quali-quantitativa**

A abordagem desta tese é quali-quantitativa e sua proposta é analisar os áudios produzidos por educandas(os), no contexto de uma escola pública do interior paulista, a partir da aplicação de uma estratégia didática com *podcasts*. Verificar, nessa realidade, quais os efeitos foram provocados por essa estratégia a partir das gravações dos áudios, nos enunciados e nos discursos, são questões muito específicas, sendo necessária uma abordagem de cunho qualitativo como aponta Minayo (2001, p.22):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p.22).

Desta maneira, a pesquisa responde a questões específicas, porém intenciona-se nas

análises relacionar esta realidade, microssocial, com a realidade macrossocial, tendo como mediação tanto o universo escolar e o *locus* em que ocorreram as experiências quanto as TIC, incluindo-se a influência do dispositivo midiático. Entendemos também, conforme a autora, que para apreender esse “universo de significados” é necessário explorar a cultura, as mediações e os efeitos de sentidos nos sujeitos, ou seja, as condições de possibilidade dos discursos e emergência dos enunciados.

Na perspectiva quantitativa, toda informação científica significativa é quantificada, conforme Minayo e Sanches (1993, p. 241), mesmo sabendo que “[...] ordem e regularidade só podem ser estabelecidas, de forma aproximada, em termos médios e sobre um grande número de indivíduos”. A abordagem quantitativa privilegia a explicação científica que não é singular, individual, ou seja, o pessoal. Seu interesse é no predominate, no coletivo na característica do grupo. É o potencial estatístico na análise de dados e a inferência, respeitando-se a variabilidade aleatória amostral (MINAYO; SANCHES, 1993). O que foi aferido na amostragem será assumida para a população, não será preciso um estudo integral dessa, assim, a capacidade de generalização é sua principal característica. É importante destacar que mesmo em posse de minuciosa quantificação de dados, o sujeito não se reduz somente a esses. No entanto, os dados quantitativos também auxiliam a construir e contextualizar o pano de fundo desta tese, pensando sempre em termos de uma abordagem múltipla quali-quantitativa.

Conforme Pádua e Pozzebon (1996, p. 77), partindo-se do pressuposto que o Estudo de Caso visa desenvolver o “conhecimento em contexto”, ele exige a compreensão das inter-relações entre seus componentes, oriundos de uma ou várias áreas do conhecimento. Dessa maneira, os autores dizem que esse estudo possibilita o desenvolvimento da interdisciplinaridade. E, ainda, referindo-se ao ensino-aprendizagem ou, aproximando-se da ideia da transdisciplinaridade (MORAES, 2010; PÁDUA; POZZEBON, 1996), se trabalharmos com um paradigma de ensino como produção de conhecimento e não somente como reprodução, nossas ações pedagógicas, com estudos de casos, se darão a partir de pressupostos que orientam na direção dessas concepções.

### **3.5 A constituição do *corpus* da análise**

O *corpus* é o objeto da pesquisa, podendo ser a palavra, a imagem, a frase, o livro, entre outros. Nesta tese, o *corpus* proposto são os enunciados de 149 *podcasts* produzidos por educandas(os) do ensino médio. O recorte foi definido a partir da escuta e transcrição de todos esses episódios. Os *podcasts* não foram sequenciados de forma cronológica, eles também não

têm um título de apresentação, foram numerados à medida em que foram transferidos para uma pasta de arquivos, por isso não obedecem a alguma sequência numérica na tese, atendem somente à necessidade da organização de um discurso conforme o tema e formação discursiva a qual pertencem. Além disso, essa estratégia preserva o anonimato de sua autoria. A princípio, fez-se somente uma divisão desses arquivos entre temas direcionados e temas livres para dar início às análises.

O material bruto é grande, constituído por mais de 44.100 palavras; dessa maneira, houve necessidade de um delineamento. Conforme Fernandes (2008, p. 65), o recorte “[...] atende a uma necessidade de delimitação do material, dada sua extensão [...]”. Orlandi (2012, p. 63-64) ainda assevera que “[...] a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos [...]”. Por isso, não se objetiva nessa forma de análise a exaustividade horizontal em relação ao objeto. Isto porque, conforme a autora, um discurso se apoia em outro e aponta para outro, portanto não há como recortar um discurso e fechá-lo em si. Considera-se a relação dos objetivos da análise e a sua temática, trata-se dos “fatos” da linguagem – esses, por sua vez, contêm uma memória, espessura semântica e materialidade linguístico-discursiva e não se restringem a dados apenas ilustrativos. Complementando, Fernandes (2008) afirma que, quando o analista escolhe seu objeto de análise, deve ainda selecionar pequenas partes, relacionando-as semanticamente com outras partes. Estes recortes devem ser considerados na inter-relação com o todo do *corpus*, lembrando-se sempre dos objetivos da pesquisa.

Observadas as questões acima, procedeu-se uma “de-superficialização” do material, ou seja, foi feita uma passagem inicial entre a superfície linguística – o material de linguagem bruto coletado, no caso as transcrições dos áudios – e o objeto discursivo (ORLANDI, 2012, p. 65). Conforme Medeiro e Amorim (2017), a Análise do Discurso em suas variadas abordagens também faz categorizações, contudo, não toma as categorias como elementos centrais para a análise, como o material era extenso e com a finalidade de organização do trabalho a categorização e as categorias foram pensadas de forma interdisciplinar. A categorização foi feita, inicialmente, orientada por pressupostos de Carlomagno e Rocha (2016). Estes autores propõem cinco regras para criação das categorias de análise:

- 1) devem existir regras claras de inclusão e exclusão nas categorias; 2) as categorias precisam ser mutuamente excludentes; 3) as categorias não podem ser muito amplas, sendo seu conteúdo homogêneo entre si; 4) as categorias devem contemplar todos conteúdos possíveis e “outro” precisa ser residual; 5) a classificação deve ser objetiva não passível de ser codificada de forma diferente a depender a interpretação do analista (CARLOMAGNO; ROCHA, 2016, p. 173, grifo do autor).

Essas regras não foram utilizadas em sua totalidade, mas serviram como uma orientação inicial para os trabalhos. Aplicaram-se as regras de inclusão e de exclusão nas categorias; a

regra em que as categorias precisam ser excludentes e a regra da não amplitude das categorias com constituição de conteúdo homogêneo. Em relação a regra 4, proposta pelos autores, após identificar duas possíveis categorias “representações da política” e “discurso tecnológico”, optou-se por incorporá-las na trama narrativa da tese, mais especificamente, nas análises das condições de possibilidade da política e da tecnologia nos discursos produzidos e não como categorias, porém, manteve-se o conteúdo residual na categoria outro, é preciso salientar que a categorização realizada teve como foco os enunciados nos *podcasts* sobre gênero e sexualidade.

Assim, articulando o resultado da de-superficialização, aliado aos objetivos da análise e sua temática, apontando-se para o universo da sexualidade, emergiram as categorias nos *podcasts* produzidos. Chegou-se a essas categorias a partir da repetição desses enunciados em diversos episódios, pois os enunciados se apoiam uns nos outros, construindo, por sua vez, o discurso (FOUCAULT, 2000). Dessa forma, há em todo o processo realizado uma inter-relação entre o *corpus*, os objetivos e os temas, aliando-se a uma categorização, a partir de uma perspectiva foucaultiana, proporcionando uma análise transversal dessa materialidade discursiva. A partir dessa análise aplicada aos 149 *podcasts*, somando-se o critério de saturação, chegou-se ao recorte de 81 áudios selecionados para serem analisados, destacando-se fragmentos desses diretamente relacionados aos objetivos da tese.

Primeiramente, apresentam-se as análises da proposta do **Tema Direcionado**, foram **31 *podcasts*** selecionados para a análise. Assim, orientou-se a pesquisa incluindo a categoria **gênero** nos temas, para todos os anos do ensino médio, desdobrando-se nas **subcategorias** elencadas a seguir: no 1º ano: Sociologia e Gênero, sendo produzidos **20 *podcasts***; no 2º ano: Diversidade Cultural e Gênero, a relação entre a cultura e as questões de gênero, sendo produzidos **24 *podcasts***; e no 3º ano: Cidadania e Gênero, direitos e deveres relacionados ao gênero, sendo produzidos **26 *podcasts***. Portanto, um total de **70 *podcasts*** foram produzidos com temática direcionada. Abaixo a Tabela 2 indica a divisão entre temas o total de áudios de cada um:

**Tabela 2** – Divisão dos *podcasts* analisados por direcionamento, categorias e subcategorias

PODCASTS PRODUZIDOS	DIRECIONAMENTO		SUBCATEGORIAS	PODCASTS
	Temas Direcionados	Categoria Gênero	1º ano Gênero e Sociologia	20
			2º ano Gênero e Diversidade Cultural	24
			3º ano Gênero e Cidadania	26
149	70			

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A questão do gênero aparece tanto na proposta curricular do estado de São Paulo para a disciplina de Sociologia (SEE/SP, 2008) quanto na apostila organizada à época pela secretaria da educação (SEE/SP, 2014). Esse direcionamento para as educandas e educandos, de todos os anos do ensino médio, é consonante com um dos objetivos desta tese: a discussão sobre gênero e sexualidade, sendo a questão do gênero fundante pois, a partir dela, aparecem, organizam-se e reproduzem-se as desigualdades em nossa sociedade.

De outro lado, o **Tema Livre**, relaciona-se diretamente com outro objetivo da pesquisa, qual seja: dar “voz” às educandas(os) e, em especial, nos discursos sobre gênero e sexualidade. Foram **50 podcasts** selecionados para análise. A primeira categoria identificada, após realizada a passagem pela superfície linguística do material, foi a da **intolerância**, construída a partir do preconceito, da discriminação e da violência. Essa categoria constrói-se a partir da ideia do **preconceito**, relacionando-se com a violência e, especificamente, com a violência de gênero. Conforme Bandeira e Batista (2002), o preconceito é uma categoria de difícil definição, as autoras apoiam-se na semântica e na socioantropológica, definindo que o preconceito em relação à qualquer coisa ou de alguma coisa significa realizar um julgamento prematuro e inadequado sobre a coisa em questão. E ainda, supõe que o sujeito/indivíduo portador desse pré-conceito pode causar, inevitavelmente, algum prejuízo ao sujeito vítima desse ato, considerando-se esse prévio julgamento. Em suma, Bandeira e Batista (2002, p. 138) definem

O preconceito é a valoração negativa que se atribui às características da alteridade. Implica a negação do outro diferente e, no mesmo movimento, a afirmação da própria identidade como superior/dominante. Mas isso indica que o preconceito é possível onde existe uma relação social hierárquica, onde existem comando e subordinação e racionalização do outro. Quem manda atribui valores à sociedade, define o que é bom e o que é ruim. Aqueles que obedecem são alvo de atribuições identitárias que os desvalorizam, especialmente, a seus próprios olhos. Para os que obedecem trata-se de lutar contra uma auto-identificação negativa, mudando os valores, transmutando as características ditas vergonhosas em características que orgulham. Isso

aparentemente permite quebrar a dialética do amo e do escravo, ao transformar o escravo em senhor, isto é, em alguém que define valores na sociedade. Mas na verdade institui uma nova dinâmica de sujeição e comando (BANDEIRA; BATISTA 2002, p. 138).

As autoras também relacionam o preconceito a partir da categoria de estigma de Erving Goffman (1988), constituindo-se como um mecanismo ativo e eficiente, agindo em todas as esferas da vida. Assim, os múltiplos preconceitos de gênero, de cor, de classe entre outros, têm um lugar típico, mas não exclusivo, nos espaços individuais e coletivos, em esferas públicas e privadas.

Vê-se que o preconceito mobiliza o desconhecimento, a falta de crítica, o sentimento desfavorável em relação ao outro, a generalização, a desqualificação, a exclusão e, finalmente, de forma extrema, a violência física. Essa categoria está diretamente relacionada com o Ensino de Sociologia, pois, os pressupostos éticos-pedagógicos já abordados e estendidos às diretrizes curriculares são exatamente opostos ao preconceito, ou seja: desenvolver a criticidade, desnaturalizar o olhar para com o outro, para dessa forma, sempre tentar desconstruir preconceitos (BRASIL, 2002; SEE/SP, 2008, 2012, 2014).

A categoria intolerância desdobra-se em quatro subcategorias. A primeira subcategoria é um sistema cultural cristalizado na sociedade: o **machismo**, o qual aparece em 2 *podcasts*. A segunda subcategoria é uma forma de agressão e de violência sexual, o **estupro**. Acredita-se na emergência dessa categoria devido a uma forte ligação e influência do dispositivo midiático, por meio da grande mídia, na quantidade de *podcasts* com essa temática, figurando em 7 episódios, sendo o tema que mais apareceu. A visibilidade dada no discurso midiático à época a essa categoria contempla, ao mesmo tempo, outro objetivo deste trabalho: a relação da mídia e da educação com os discursos sobre gênero e sexualidade circulantes em nossa sociedade.

A terceira subcategoria traz a discussão sobre rejeição e aversão, tendo certa ligação com a primeira categoria, ou seja, pode levar a algum tipo de violência e até à morte - trata-se da **homofobia**. Como na subcategoria anterior, acredita-se na ligação da mídia com a quantidade de *podcasts* com essa temática - 5 episódios trataram desse assunto. Dessa maneira, as duas categorias acima abordadas estão relacionadas com os acontecimentos noticiados pela grande mídia à época, um estupro coletivo na região nordeste do país e um atentado, com dezenas de mortes, a uma boate gay estadunidense, respectivamente. Por fim, a quarta subcategoria apareceu em 4 *podcasts* e está interligada com o fenômeno da intolerância e do preconceito, existindo ainda articulações com a sexualidade. No Brasil, suas articulações

passam por uma cultura da discriminação, exclusão e violência veladas - é o **racismo** (Tabela 3).

**Tabela 3** –Categoria intolerância e suas subcategorias

PODCASTS PRODUZIDOS	DIRECIONAMENTO		SUBCATEGORIAS	PODCASTS
	149	Temas Livres	Categoria Intolerância	Machismo
Estupro				9; 47; 50; 51; 54; 68
Homofobia				10; 40; 48; 59*; 127; 142; 148*
Racismo				38; 59*; 137; 148*
	79	17		

**Fonte:** Elaborado pelo autor. \* Esses *podcasts* estão em duas subcategorias pois se interseccionam.

A segunda categoria identificada foi **diversidade**. Em contraste com a primeira categoria – intolerância -, ela é fundamental na contribuição do desenvolvimento de uma cultura de paz, de respeito à diversidade e de inclusão de todas, todes<sup>42</sup> e todos, assim como à abertura para espaços democráticos de debate. Neste sentido, a categoria diversidade corrobora com os objetivos desta pesquisa.

Nesta categoria existem três subcategorias. A primeira subcategoria é a dos **direitos**, lugar pretensamente pacificado e construído historicamente na sociedade, são as formas jurídicas em um espaço discursivo dos conflitos institucionalizados. A segunda subcategoria é produtora da desestabilização de sentidos durante a história e lugar emergente da teoria e da prática - é o **feminismo**. A terceira subcategoria é também um movimento, como o feminista, identifica-se com a questão da diversidade sexual, do reconhecimento de identidades individuais e de grupos específicos - o **movimento LGBT** (Tabela 4).

**Tabela 4** – Categoria diversidade e suas subcategorias

<sup>42</sup> Tiburi (2018), define *todes* como consequência do feminismo, ao liberar às pessoas da identificação apenas com mulheres ou com homens, abrindo-se outras possibilidades de expressão de gênero e de sexualidade.

PODCASTS ANALISADOS	DIRECIONAMENTO		SUBCATEGORIAS	PODCASTS
	149	Temas Livres	Categoria Diversidade	Tolerância
Direitos				82; 147
Movimento LGBT				15; 35
Feminismo				77; 134; 138; 146
	79	9		

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A terceira categoria identificada - **outros** - não teve nenhum *podcast* analisado por não se adequar aos objetivos da tese, ainda que faça parte das mesmas condições de possibilidade dos outros áudios não faz menção direta à questão da sexualidade em seus enunciados; entretanto, ajuda a fundamentar, por contraste, as outras categorias elegidas para a pesquisa. Temas como História do Skate, Culinária chinesa, Animais em extinção, *E-sports* e Chernobyl, entre outros, não estão no horizonte desta pesquisa. Na Tabela 5 está a relação de todos estes *podcasts*:

**Tabela 5** – Categoria outros

PODCASTS PRODUZIDOS	DIRECIONAMENTO		PODCAST	Nº
	149	Temas Livres	Categoria Outros	Drogas
Consumismo				13
Reciclagem				103
Obsolescência programada				123
Desmatamento				132
Água				133
Chernobyl				33
Jogos Olímpicos Rio 2016				37; 108
Diversidade cultural no esporte				91
Culinária chinesa				67
Animais em extinção				63
História do skate				80
	79	13		

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

### 3.6 O processo de transcrição e de leitura dos *podcasts*

Para analisar os *podcasts* produzidos por educandas e educandos, os áudios foram transcritos em forma de texto para depois ser realizada uma análise desses enunciados. Inicialmente, nos 60 *podcasts* analisados para a banca de qualificação, utilizou-se o programa de transcrição online, *Speechlogger*<sup>43</sup>; porém, quando da retomada dos trabalhos, utilizou-se o *Microsoft Word* devidamente licenciado para professores, servidores públicos da educação e foram transcritos todos os 149 *podcasts*. No programa, a função “ditar” foi configurada para “escutar”, convertendo os áudios *MP3* em texto. No entanto, o programa não conseguia uma transcrição completa, por isso teve-se o cuidado de escutar novamente todos os 81 *podcasts* analisados para corrigir erros e colocar a devida pontuação, levando-se em conta não a norma gramatical, mas a fala de educandas(os) no áudio, conforme diretriz da locução para radiodifusão (PRADO, 1989). Destaca-se, em ambos os aplicativos de transcrição utilizados, a troca de palavras por sinais gráficos:

Nos últimos anos a violência contra a mulher fez e faz milhões de vítimas no mundo inteiro. O e\*\*\*\*\* é um ato cruel e forçado, é um crime hediondo que afeta não só o físico do sexo feminino, mas também abala o psicológico (*PODCAST 50*, 2016, grifo nosso).

Bom dia, hoje nós iremos falar sobre a diferença entre \*\*\*\*\* e gênero [...] uma diferença de \*\*\*\*\* pode ser que as mulheres têm seios, em uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam de futebol (*PODCAST 112*, 2016).

A lei Maria da Penha é mais um mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher [...] um impacto positivo para a reversão da impunidade de que \*\*\*\*\* agressor, de certo modo, defendido por uma tradição cultural machista, além de naturalmente ser um instrumento direcionador das políticas e atuações governamentais em todos os níveis como previsto na legislação em pauta. (*PODCAST 116*, 2016).

As palavras “estupro”, “sexo” e “gozar”, foram substituídas pelo sinal gráfico de asterisco “\*”, ele é utilizado para assinalar supressão de um nome que não se deseja mostrar (MICHAELIS ON-LINE, 2020); fica explícita a censura de palavras relacionadas discursivamente com a sexualidade.

É necessário compreender como foi enfrentada a questão da transcrição nesta tese. Conforme Marcushi (2007, p. 49), primeiro é preciso distinguir a atividade de retextualização

---

<sup>43</sup> Encontra-se no endereço: <https://speechlogger.appspot.com/pt/>.

e a de transcrição. Transcrever “[...] é passar um texto de sua realização sonora para a forma gráfica com base numa série de operações e decisões que conduzem a mudanças relevantes que não podem ser ignoradas” (MARCUSHI, 2007, p.49-50). Contudo, afirma o autor, essas mudanças não podem interferir na natureza do discurso produzido, no aspecto da linguagem e do conteúdo. No caso da retextualização, a interferência é maior, existem mudanças na questão da linguagem; todavia, como a proposta deste trabalho não tem a retextualização como um dos elementos estruturantes da análise, não entraremos em detalhes sobre pormenores dessa técnica.<sup>44</sup>

Transcrever não é metalinguagem e nem interpretação gráfica do significante sonoro, porém ela representa uma passagem, uma transcodificação, do sonoro para o grafemático. Assim, já há uma primeira transformação, mas não é uma retextualização. Há ainda, além da transcodificação, outra questão, uma certa “neutralização” da fala do sujeito, suprimem-se características extralinguísticas, tais como: sotaques e gestos<sup>45</sup>, por exemplo. Assim, “pode-se dizer que o texto oral transcrito perde seu caráter originário e pessoal e passa por uma neutralização devida à transcodificação” (MARCUSHI, 2007, p. 51).

No entanto, para lidar com uma possível “neutralização”, Marcuschi (2007, p. 52) destaca o sistema de notação próprio da transcrição “[...] para manter um mínimo de fidelidade à qualidade da produção oral [...]”, quando essa é utilizada para fins de análise. Por exemplo, maiúsculas para tom mais alto; silabação para fala pausada; comentários para indicação de aspectos circunstanciais, entre outros. Entretanto, focou-se somente em algumas circunstâncias da fala, explicitadas em contexto; dessa forma, esse sistema de notação não foi utilizado. Portanto, o autor, destaca que a transcrição não é algo simples, nem natural. É uma atividade que pode atingir de modo acentuado a fala original, indo da interferência mínima, respeitando-se um método, até, praticamente, uma retextualização do oral. Assim, não existe uma fórmula “neutra” ou pura para transcrição, pois essa já é uma primeira interpretação da escrita.

Por fim, destacam-se as questões éticas envolvidas nesse processo, tanto a transcrição pode reproduzir preconceitos, discriminar falantes, quanto anular ou evidenciar marcas socioletais (características linguísticas comuns a um grupo). Transcritores podem dar um *status*

---

<sup>44</sup> Para o aprofundamento das questões técnicas de retextualização consultar MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita:** atividades de retextualização. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>45</sup> Em nosso caso, nem todas as características extralinguísticas foram suprimidas. Analisou-se elementos do texto oral enquanto enunciados e relacionados com os objetivos da tese. Não foram consideradas as distinções de sotaque, pois esse é comum à maioria de educandas(os) e típico da região onde a pesquisa foi realizada, no interior paulista. Quanto aos gestos também foram suprimidos pelo fato de serem transcrições de áudios.

diferente aos informantes e aos entrevistados (MARCUSHI, 2007, p. 53). Enfatiza-se a proteção dos nomes dos envolvidos nesta pesquisa depois do processo de transcrição, por isso trocaram-se todos os nomes de educandas(os) por nomes de sociólogas, sociólogos ou por pesquisadoras(es) do campo das ciências sociais, iniciando-se pelo Brasil, passando por, Moçambique, Angola, países da América Latina, Portugal, Europa e Estados Unidos. Além disso, nas análises, utiliza-se a nomenclatura sujeitos-educandas, sujeitos-educandos e sujeitos-educandas(os).

Realizaram-se, de início, quatro leituras<sup>46</sup> dos *podcasts*, porém, próximo ao término da tese foi realizada mais uma leitura. Fez-se, na primeira leitura, a transcrição e demarcação de alguns enunciados que mais se destacaram. Na segunda leitura, procurou-se o aprofundamento da análise, fez-se a filtragem dos textos, desses *podcasts*, no aplicativo *CopySpider Scholar*<sup>47</sup>. Esse programa procura localizar os termos de um texto na *internet* e, ao término, ele aponta os endereços dos sítios onde estão esses textos, discriminando em porcentagem a quantidade de termos iguais entre o texto analisado e o texto original. Esse *software* foi desenvolvido para auxiliar na detecção de plágio em trabalhos acadêmicos. Além de identificar a reprodução ele também serviu para a comparação entre o texto de origem, no sítio pesquisado, e seu recorte feito por educandas(os).

Em uma terceira leitura, procurou-se, a partir dos conceitos foucaultianos e do método *arqueogenealógico*, proceder uma análise discursiva desses enunciados. Uma quarta leitura foi realizada em toda a materialidade, nos 149 *podcasts*, procurando-se encontrar os temas, levando-se sempre em conta as relações entre os *podcasts*, na tentativa de não criar uma categorização estanque, mas voltada para as formações discursivas e percursos temáticos.

Finalmente, uma quinta leitura dos *podcasts* foi realizada a partir dos enunciados utilizados nas análises para conferir a fidelidade das transcrições e a necessidade, em alguns casos, do acréscimo de palavras ou frases em fragmentos que ficaram muito recortados, dificultando sua contextualização.

No entanto, as análises não se limitaram a essas leituras iniciais, porque o próprio método da AD exige a alternância, durante todo o percurso das análises, da volta na teoria e aplicação na prática de análise (PÊCHEUX, 2008). Para Fernandes (2008), teoria e método são indissociáveis, o objeto da análise pede a teoria; assim, o analista sempre procura buscar definições, conceitos e esclarecimentos teóricos para proceder à continuidade da análise.

---

<sup>46</sup> Considera-se leituras as escutas dos áudios e suas transcrições.

<sup>47</sup> O *CopySpider* é um programa *freeware* que analisa textos na *internet* procurando algum tipo de plágio (COPYSPIDER, 2020).

### 3.7 Oficina de rádio e *podcast*: procedimentos de aplicação

Toda a base para a geração dos *podcasts* aqui apresentados, resultando nos 149 áudios produzidos e 81 *podcasts* analisados, vem do desenvolvimento e aplicação de uma oficina realizada na escola.

Depois das orientações dadas pela então coordenadora do projeto OBEDUC e de algumas leituras básicas sobre radiojornalismo, produção de áudio e de experiências iniciais com *spots*, fez-se alguns testes técnicos e foi escrito o roteiro para gravar um *podcast* piloto. Nele, falou-se da história do rádio, sua importância para educação, do projeto com *podcasts*, seus objetivos, e chamou-se educandas(os) a participarem<sup>48</sup> desse trabalho. Gravou-se esse episódio com a locução do professor-pesquisador e de um profissional de comunicação; porém, após refletir sobre os possíveis efeitos de sentidos dessa gravação, decidiu-se que educandas(os) seriam os protagonistas. Paralelamente a essas atividades, produziu-se uma primeira oficina com técnicas de produção de rádio. Montou-se uma equipe voluntária, com educandas(os) de várias salas e séries do Ensino Médio e aplicou-se a oficina piloto. Utilizou-se um gravador digital adquirido pelo projeto para fazer as gravações, indicado por profissionais do radiojornalismo. As reuniões para ministrar a oficina, debates sobre o roteiro e gravações eram realizadas numa sala da escola.

No entanto, algumas dificuldades apresentaram-se desde o início do projeto. As reuniões aconteciam em horários fora do período das aulas, assim, quase sempre, algum educando ou educanda faltava, havia também a preocupação com autorizações e com o deslocamento desses estudantes até a escola. Além disso, outra dificuldade impunha-se: a do espaço na própria escola, pois necessitava-se de uma sala com boa acústica e isolamento de som externo, realidade que a escola não comportava. Somados os fatores elencados, considerou-se essa iniciativa muito centralizada. Optou-se então por sua descentralização, incorporando o projeto com *podcasts* como um trabalho que compunha a avaliação bimestral. Dessa forma, todas as turmas participaram do projeto. Não se utilizou mais de um espaço específico na escola, pois educandas(os) gravaram os áudios em suas casas e com seus aparelhos celulares, notebooks ou computadores.

Após instrumentar as educandas(os) com técnicas de produção de áudio, foram formados grupos e feitas as reuniões para desenvolver os *podcasts*. Nestas reuniões surgiam

---

<sup>48</sup> Episódio 1 encontra-se no endereço: <http://socionismo.blogspot.com/2016/>.

discussões, aprimoravam-se o roteiro e as gravações. No primeiro momento, os temas foram ligados à disciplina de sociologia, dentro da proposta curricular, intercalando-os com temas livres, assuntos esses propostos por educandas(os). É importante destacar que mesmo nos “temas livres” sempre surgiram conteúdos ligados a questões de gênero e de sexualidade, essa condição se reflete e é mais evidente nas análises. Até que a partir do ano de 2015, após o ingresso no programa de Educação Escolar, foram propostos temas específicos sobre gênero e sexualidade. A base de análise, como já dito, são os áudios produzidos por educandas(os) a partir de uma estratégia didática; contidos nessa estratégia estão o cronograma das atividades e a oficina de rádio e *podcast*. Abaixo, o Quadro 4, com o cronograma das atividades:

**Quadro 4** – Visão geral das etapas e ações da estratégia didática

ETAPAS	AÇÕES
Introdução às técnicas de radiodifusão e da produção de podcasts	- Capacitação dos educandos com a oficina de rádio e podcast; - Disponibilização da capacitação em blog ou sítio;
Organização dos grupos	- Formação dos grupos de trabalho;
Definição de pauta e desenvolvimento do roteiro	- Elaboração da pauta, correção (erros escrita e gramática) e discussão dos roteiros;
Produção de áudio	- Gravação e edição dos podcasts;
Exibição e publicação dos podcasts	- Escuta dos podcasts em sala de aula; - Seleção dos podcasts; - Publicação dos podcasts no blog ou sítio da escola.

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Foi dada em sala de aula e disponibilizada na internet uma oficina de *podcast*, a partir das técnicas do rádio, para familiarizar e instrumentalizar educandas(os) do ensino médio com as técnicas de produção de áudio. Essa oficina era formada por cinco módulos: pauta, roteiro, locução, gravação e publicação. Após essa etapa foram formados os grupos e distribuídas as pautas (módulo 1). Cada módulo foi realizado numa aula específica; foi dado um prazo para a preparação dos materiais. Em cada módulo foi realizada uma reunião com os grupos (formados por cinco educandas e educandos e escolhidos a critério deles próprios) para discussão e orientação do trabalho. Assim, foram realizadas quatro reuniões para discussão do trabalho e uma outra para a definição das publicações.

Abaixo temos o exemplo de um episódio - **O QUE É O MOVIMENTO FEMINISTA?** -, resumidamente, nos moldes da oficina proposta. No Apêndice A, disponibiliza-se a íntegra da oficina aplicada (YOSHIMOTO, 2016, p. 3-4):

**Módulo 1: A pauta** vem em primeiro lugar, é o assunto que devemos pesquisar para construir o roteiro posteriormente, nesse caso, foi pensada **uma breve introdução sobre o movimento feminista**, o que é e como esse surgiu. Pesquisa-se nas fontes disponíveis e faz-se um primeiro rascunho do texto.

**Módulo 2: O roteiro** - feita a pesquisa nas fontes e um rascunho do texto é hora de redigi-lo. Para tanto, leva-se em consideração as dicas da **oficina de rádio e podcast**, como evitar frases longas e termos de difícil pronúncia, por exemplo. Faz-se uma abertura de boas-vindas e, no final, retoma-se os tópicos abordados de maneira sucinta, formulando-se uma opinião sobre o assunto. Faz-se uma despedida ou agradecimento e um convite para um próximo episódio. Normaliza-se um padrão de tempo para os episódios, sendo importante sempre adequar o roteiro a esse tempo.

**Módulo 3: A locução** - depois de feitos os ajustes necessários no texto do roteiro, consulta-se, se houver necessidade, o **módulo de locução**. Nesse módulo encontram-se as dicas que facilitarão a gravação. Pode-se realizar a gravação com um celular, um *notebook*, um *tablet* ou um *Personal Computer* (PC). Atente-se aos aspectos de vocalização, de entonação, de ritmo e de atitude. Destaca-se que essa gravação pode ser feita com um celular ou até com um microfone num estúdio profissional. Para obter bons resultados e uma boa qualidade de captação, lembre-se sempre de dicas como: gravar numa sala livre de ruídos, falar ao microfone a certa distância, entre outras.

**Módulo 4: A edição** - pode-se editar os episódios ou deixá-los somente com a trilha da locução, enfim, para fazer uma edição básica as dicas também estão na oficina de *podcast* no **módulo edição**. Essa edição pode contar com vinhetas de abertura, música de fundo, efeitos, filtros para eliminar ruídos e efeitos na voz. O mais importante é captar o som da melhor maneira possível, como dito anteriormente, pois nem sempre é possível resolver problemas com ruídos indesejáveis na edição.

**Módulo 5: A publicação** – todos os episódios são enviados para um e-mail, são escutados e avaliados, somando-se à nota bimestral. Alguns episódios são selecionados para a publicação na *internet*, porém somente depois de assinado pelo educando e pelos responsáveis um termo de autorização de uso de imagem e voz (YOSHIMOTO, 2016, p 3-4, grifos nossos).

Esse foi, resumidamente, o processo de produção dos *podcasts* que compõem o *corpus* de nossa análise. Em consonância com a proposta inicial desta tese, a Oficina de Rádio e *Podcast* passou por ajustes, resultando na Oficina de Rádio e *Podcast* 2.0, desenvolvida como produto final para conclusão da Pós-Graduação feita em Mídias na Educação, pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Dentro desse mesmo trabalho, foi produzido um manual para orientação da aplicação das etapas do trabalho com *podcasts*. No entanto, após as discussões nas disciplinas de Pesquisa Doutorado, Didática na Educação Sexual e de todo o processo de estudos dentro da instituição e fora dela, nos congressos e em contato com pesquisadoras e pesquisadores, está em desenvolvimento a proposta de uma outra Estratégia Didática; no entanto, é mais um desdobramento para desenvolvimento futuro.

Refletindo-se sobre todo o percurso desse processo de produção dos *podcasts*, considera-se que a Observação Participante é um instrumento primordial, pois, como sugere May (2004), é a ida do pesquisador a campo para, ao experienciar as relações sociais, refletir sobre as teorias, ampliando seu entendimento. Assume-se então um papel ativo para colher dados que, de outra forma, não poderia ser realizado (YIN, 2015). Apesar dessa grande proximidade, procurou-se não intervir a fim de não se criar um viés no trabalho de produção dos roteiros, mesmo que esses expressassem opiniões contrárias às convicções do professor-pesquisador, nos termos das orientações de Haguette (2013).

Procurou-se, a partir de uma linha editorial do campo da comunicação e da discussão dos roteiros com o grupo de educandas(os), somente intervir no conteúdo quando essa linha ética fosse ultrapassada. Nas orientações da oficina deixou-se claro que se deve “[...] sempre respeitar princípios éticos, debatendo assuntos relevantes para a comunidade escolar e a sociedade [...]” (YOSHIMOTO, 2016, p. 12). Também fazem parte dessas orientações, evitar ataques pessoais ou a grupos, propagandas, discriminação, entre outros. Dessa forma, não havia assunto censurado, porém, consideram-se essas orientações, quanto ao seu conteúdo, essenciais, afinal o *podcast* é para educar, não para reproduzir ofensas, discriminações nem preconceitos e muito menos discursos de ódio. Dessa maneira, essas intervenções tornam-se pontuais somente em relação à ética proposta no trabalho, nunca direcionando opiniões ou pesquisas das educandas e educandos no decorrer da discussão do roteiro e da produção dos *podcasts*.

### **3.8 Caracterização da instituição, do grupo pesquisado e dos indicadores da escola**

É primordial para o entendimento do contexto em que a pesquisa foi realizada saber do local, da instituição do perfil socioeconômico de educandas(os) que produziram os enunciados e dos indicadores educacionais em voga utilizados para aferir o posicionamento da escola no campo das avaliações de larga escala.

#### **3.8.1 Caracterizando a instituição**

A instituição objeto desta pesquisa é uma escola pública da rede estadual de ensino, localizada no interior paulista. Essa escola atende uma grande quantidade de educandas(os) do bairro e da região. Não oferece curso técnico, somente o ensino regular, sendo uma escola das mais tradicionais da cidade. Fundada em 1958, foi a segunda instituição a oferecer Ensino Médio na cidade; leva, ainda, o nome de uma personalidade do esporte da região e cumpriu um

importante papel no desenvolvimento e modernização do interior paulista devido à urbanização e industrialização do país (SOUZA, 2009). Portanto, há uma imagem positiva da escola no município, existindo um grande fluxo de matrículas e uma grande disputa por vagas. São atendidos estudantes desde o 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.

### 3.8.2 A infraestrutura

Em relação ao espaço físico, o prédio é antigo, data do final da década de 1950. A escola foi fundada em 1958 e atendia, à época, somente o ensino médio (SOUZA, 2009). Conforme os dados do censo escolar 2019 (INEP, 2019), possui: Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água da rede pública; Energia da rede pública; Esgoto da rede pública; Lixo destinado à coleta periódica; Acesso à Internet; Banda larga. **Instalações:** 19 salas de aulas; Sala de diretoria; Sala de professores; Laboratório de informática; Laboratório de ciências; Quadra de esportes coberta; Quadra de esportes descoberta; Cozinha; Sala de leitura; Sala de secretaria; Banheiro com chuveiro; Refeitório; Despensa; Almoxarifado; Pátio coberto; Pátio descoberto. **Equipamentos:** TV; DVD; Impressora; Aparelho de som; Projetor multimídia (Data show).

### 3.8.3 Localização

A instituição localiza-se em um município do interior do estado de São Paulo. Segundo o último censo (IBGE, 2010), o município possui uma área territorial de mais de 600,000 km<sup>2</sup>, uma população estimada de mais de 353.000 habitantes, escolarização de 6 a 14 anos de 98,2%, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,780, mortalidade infantil de 8,80 óbitos por mil nascidos vivos (2017) e Produto Interno Bruto (PIB) per capita em torno de R\$ 27.000,00.

### 3.8.4 Indicadores educacionais

Além do indicador da alta taxa de escolarização - 98,2% - já abordado pelo IBGE (2010), apresentam-se também os indicadores educacionais do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e do Índice da Educação Básica (IDEB) da escola, nos anos de 2016 e de 2017, respectivamente. O ENEM é o exame que dá oportunidade de continuação dos estudos no ensino superior, seja no ingresso em instituição pública ou instituição privada. Participaram

desse exame 193 educandas(os) da instituição, ou seja, a maioria das turmas do terceiro ano, em 2016. Como na renda per capita do IBGE para a cidade, o indicador socioeconômico da escola também é alto.

Nos dados da escola, destaca-se o desempenho na média das ciências humanas: 531.01, sendo a média nacional de 533,5. Na redação a média foi de 542.49, a maioria dos participantes obteve notas entre 501 e 600 (INEP, 2017). O IDEB é um indicador de aprendizagem e, a partir dele, são estabelecidas metas de ensino. A escola ficou com o IDEB de 4.4 em 2017, no entanto, a meta a ser atingida era 4.7 (INEP, 2017). Mesmo com bom desempenho no ENEM a escola não bateu a meta do IDEB para aquele ano.

### 3.8.5 Caracterização do grupo pesquisado

O perfil dos estudantes do ensino médio na Tabela 6:

**Tabela 6** – Perfil de educadas(os) do ensino médio

ANO - 2016	IDADE		SEXO		SUBTOTAL
	Minoria	Maioria	Feminino	Masculino	
15 Turmas					
1º ano	16	15	83	89	172
2º ano	17	16	116	132	248
3º ano	18	17	123	69	192
<b>TOTAL</b>					<b>502</b>

**Fonte:** Secretaria escolar.

Os trabalhos foram realizados com 15 turmas do ensino médio no ano de 2016, totalizando 502 alunos. Com faixa etária entre 15 e 18 anos, sendo a maioria das educandas e educandos em idade correta para a série. Chama a atenção, nesse levantamento, a disparidade de gênero entre os dois primeiros anos e o 3º ano. Nos primeiros anos os educandos são maioria, já no último ano as educandas constituem quase o dobro dos educandos nas turmas, 64,1% contra 35,9%, respectivamente.

### 3.8.6 Procedimentos éticos

A pesquisa com seres humanos exige um cuidado especial quanto aos procedimentos éticos. Essa necessidade vem do fato de que os estudos de caso, como o utilizado na tese, versam sobre assuntos pessoais. O estudo de um “fenômeno contemporâneo em seu contexto de mundo real”, obriga-nos a importantes práticas éticas (YIN, 2015, p. 82). Essa tese seguiu todos os preceitos éticos para com os envolvidos, garantindo-se o total anonimato. No entanto, acrescenta-se, ainda, que a participação dos sujeitos na produção dos *podcasts* em nenhum momento possibilitou qualquer envolvimento com questões éticas que lhes causassem dano moral e psicológico. Os pais e responsáveis pelos estudantes participantes receberam um Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz (Anexo B), dando ciência da participação no projeto com *podcasts*, restringindo-se às práticas didáticas, pedagógicas e sem fins comerciais.

Por fim, ressalta-se que o projeto, desde seu início, teve a anuência da direção da escola e da coordenação pedagógica (Anexo C), além da divulgação dentro da escola, para educadoras e educadores, mães, pais e responsáveis e entre educandas(os) e, ainda, ampliando esse escopo, em colóquios na diretoria de ensino e congressos regionais, nacionais e internacionais.

### 3.9 Para além de uma técnica de interpretação dos dados: uma inspiração foucaultiana e arqueogenealógica

O método arqueológico propõe analisar o discurso em um nível diferente da linguística canônica, colocando em movimento as inter-relações entre as condições de possibilidade dos enunciados, dos discursos, das formações discursivas e do arquivo (Foucault, 2000). Somam-se a esses os estudos foucaultianos do poder e da ética, no método genealógico, posteriormente. A essa articulação, entre a arqueologia e a genealogia foucaultianas, convencionou-se chamar-se de arqueogenealogia. Gregolin (2012) alerta-nos para o equívoco em pensar que Foucault, em algum momento, abandonou as reflexões discursivas a partir de suas pesquisas e escritos e do desenvolvimento da genealogia do poder; ao contrário, a proposta para uma “análise dos discursos” continuou até em sua última obra.

Delineia-se, em primeiro lugar, os conceitos do método arqueológico e as relações com a pesquisa para pensar a construção do saber. Nesta tese, tomam-se os *podcasts* como enunciados. O **enunciado**, para Foucault (2000), não se confunde com uma frase, proposição ou ato de fala, está no plano do discurso e não no plano linguístico canônico, não é o ato material

da fala ou escrita, nem a intensão do indivíduo, nem do resultado alcançado. Assim Foucault (2000, p. 94), define o enunciado

“[...] não é o que ocorreu antes do momento do enunciado (no pensamento do autor ou no jogo de suas intenções); não é o que se pode produzir, depois do próprio enunciado, no sulco que deixou atrás de si e nas consequências que provocou; mas sim o que se produziu pelo próprio fato de ter sido enunciado – e precisamente esse enunciado (e nenhum outro) em circunstâncias bem determinadas” (FOUCAULT, 2000, p. 94).

Desse modo, os textos, resultado das transcrições feitas dos áudios produzidos por educandas(os), são considerados como enunciados, em parte, no todo e no conjunto, dependendo da sua relação com os discursos. Portanto, a escuta de cada *podcast* é tomada como um acontecimento, sempre retomando o questionamento do fato de ser aquele enunciado e não outro em seu lugar e, ainda, quais são as tramas complexas das condições de possibilidade, resultando em sua produção. Dentre essas tramas é importante pensar a função-sujeito no enunciado, porque esse lugar do sujeito é vazio e pode ser ocupado pelo preenchimento de certas condições, como normas institucionais ou jurídicas, ter o direito do que diz e usar o *status* pela capacidade ou aptidão ou função que ocupa para dizer dessa maneira e não de outra (MOMESSO, 2010). Assim, fala-se de uma posição relacionada intrinsecamente a interdiscursos, aquilo que fala antes, os já-ditos históricos a respeito de algo. Nesse sentido, Foucault vai pensar o sujeito não como uma entidade já existente, transcendental, como um ponto de partida, mas a partir da produção de sujeitos pelas relações do saber, do poder e da ética, chegou-se a esse sujeito e não o oposto (VEIGA-NETO, 2017).

A partir dos enunciados, formam-se os vários discursos presentes nos áudios: discurso científico, discurso da sexualidade, discurso religioso, discurso tecnológico e discurso midiático. Assim, é fundamental entender o conceito de discurso foucaultiano para refletir sobre a mídia. Foucault (2000, p. 135-136), chama

[...] de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. O discurso, assim entendido, não é forma ideal e intemporal que teria, além do mais, uma história; o problema não consiste em saber como e por que ele pôde emergir e tomar corpo num determinado ponto do tempo; é, de parte a parte, histórico – fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua

temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2000, p. 135-136).

O discurso, dessa perspectiva, é um conjunto de enunciados, não tem uma história própria, pois varia em função da própria história, produzindo sua unidade, descontinuidade, limites, cortes e transformações apoiados numa mesma Formação Discursiva. Destacam-se os discursos da mídia e sua influência nas escolhas dos temas dos áudios produzidos por educandas(os), por isso são centrais na composição das análises nesta tese. A mídia é um dispositivo de produção de saber e de poder, fazendo circular os discursos, constituindo-se ainda em complexas máquinas discursivas. Conforme Gregolin (2001), em referência à Foucault, o discurso é também concebido como prática, é formado por saberes e se articula com outras práticas não discursivas; o discurso é um jogo estratégico e polêmico de dominação, de lutas, de esquivas; saber e poder articulados no espaço na fala de alguém que fala de algum lugar, a partir do reconhecimento e do direito institucionalizados; a produção do discurso gerador de poder é controlada, selecionada, distribuída, organizada e redistribuída visando destruir qualquer ameaça a esse poder. Nas palavras do próprio Foucault, a definição da prática discursiva não se confunde:

[...] com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma ideia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 2000, p. 136, grifo do autor).

Dessa forma, esses discursos colocam determinados tipos de práticas discursivas em exercício e circulação. No caso dessa tese, colocam-se em embate práticas discursivas relacionadas com o gênero e a sexualidade. A investigação dos áudios aqui apresentados foi feita no conjunto do discurso, mas ao mesmo tempo ampliando as análises em outro nível, o das Formações Discursivas. Recorre-se à definição de Foucault (2000, p. 43):

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...] (FOUCAULT, 2000, p.43, grifo do autor).

Esse outro conceito, ajuda na articulação das análises de suas regularidades e dispersões dos áudios sobre uma mesma temática, especificamente, no caso dos temas direcionados como: Sociologia e Gênero, Diversidade Cultural e Gênero, e Cidadania e Gênero, propostos e produzidos por estudantes das salas de 1º ano, 2º ano e 3º ano, respectivamente. O último nível de relação dos enunciados é com o arquivo que, conforme Foucault (2000, p. 149):

[...] é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas; ele é o que faz com que não recuem no mesmo ritmo que o tempo, mas que as que brilham muito forte como estrelas próximas venham até nós, na verdade de muito longe, quando outras contemporâneas já estão extremamente pálidas (FOUCAULT, 2000, p. 149).

O arquivo é o conjunto de enunciados produzidos em determinada época, a “lei do que pode ser dito” (SOUSA; DA SILVA p. 65), não é simplesmente um acúmulo de enunciados aleatórios, não é linearidade sem ruptura, porém é o que se mantém em relações múltiplas com regularidades específicas. Tampouco os enunciados recuam no tempo obedecendo um ritmo cronológico, os mais antigos aparecem como recentes e contemporâneos podem parecer distantes e antigos. São as regras e os limites da dizibilidade no Brasil atual, por exemplo, onde proliferam discursos de negacionismo científico, teorias da conspiração, discurso de ódio, pós-verdade e, principalmente, uma retomada emergente de um profundo moralismo sobre a sexualidade. De outro lado, na tentativa de uma análise para desassujeitar essa ordem discursiva de nossos tempos, é proposta a potência do método genealógico foucaultiano, pensando a construção em torno do poder.

Portanto, a genealogia não está à busca da origem dos enunciados, ou dos discursos; procura a singularidade dos acontecimentos. Ela trabalha a partir da diversidade e da dispersão, do acaso dos começos, dos acidentes, não procura a volta no tempo para reestabelecer alguma continuidade histórica, ao contrário, procura a reconstituição dos acontecimentos em sua singularidade (REVEL, 2005). Esse enfoque trata de ativar os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, provoca uma “insurreição dos saberes dominados” (FOUCAULT, 1999b, p. 96) contra outra instância que os depura, os hierarquiza, os ordena em nome do conhecimento verdadeiro. O método genealógico pretende tirar esses saberes

históricos do assujeitamento da ordem do discurso e colocá-los em oposição e luta contra essa mesma ordem. “[...] saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível de conhecimento ou de cientificidade” (FOUCAULT, 1999b, p. 96).

Nesse sentido, a descontinuidade é outro conceito central em Foucault, assim a História Tradicional, em sua linearidade e estabilização do sujeito, não faz sentido para sua análise. Descentralizando o sujeito, Foucault propõe uma análise histórica na dispersão e descontinuidade (GREGOLIN, 2012). As críticas à História Tradicional levaram a uma corrente historiográfica chamada de Nova História, sendo a terceira geração da Escola de Annales (BURKE, 2003). Essa outra perspectiva de análise considera que os “documentos” são produzidos pelos historiadores quando eles reúnem partes de objetos distribuídos de outro modo (CERTEAU, 1974). O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época e da sociedade que o produziram (LE GOFF, 1992), portanto, há um efeito de “realidade” no texto histórico que é criado por procedimentos discursivos, linguísticos e institucionais, que é uma ilusão de objetividade. É uma produção de “efeitos de verdade”, levando a sociedade a interpretar-se e a compreender-se por meio dessa interpretação (GREGOLIN, 2012).

A partir desses estudos, houve uma revolução no conceito de “documento”, desdobrando-se em uma distinção do que é considerado “monumento”. O “documento” seria neutro, gerado espontaneamente, enquanto o “monumento”, tem intencionalidade, é um produto fabricado, segundo o poder e as relações de força vigentes. O trabalho do historiador monumentaliza os documentos (LE GOFF, 1992). Assim, cabe ao analista empreender a análise desses documentos buscando nas condições de produção demonstrar a construção de uma imagem para o futuro que toda sociedade histórica impõe para si e para os outros (GREGOLIN, 2012). O genealogista transforma os documentos em monumentos.

Em sua genealogia do poder, Foucault (2003) propõe que o questionamento de todas as genealogias acaba desembocando no poder. Ele também questiona as análises do poder reduzidas à economia, como é abordada na teoria jurídica clássica; o poder é considerado como um direito, um bem, assim quem o possui pode transferi-lo, total ou parcialmente, ou aliená-lo por meio de ato jurídico de cessão ou de contrato. O poder, desse ponto de vista, é um poder concreto, cada indivíduo cede ou transfere conforme contrato; ao mesmo tempo, constitui um poder político, uma teoria do poder e dos bens, do poder e da riqueza. De outro lado, na concepção geral da teoria do poder, essas relações propostas anteriormente não são evidentes, é tratada a funcionalidade econômica do poder. Ou seja, é pela economia que se mantêm as

relações de produção e reprodução da dominação de classe. O poder político está na economia, razão histórica de ser (FOUCAULT, 2003).

O autor, afirma, ainda, que se dispõe de poucos instrumentos para uma análise não econômica do poder, porém não nega as relações econômicas com o poder: “[...] estão profundamente intrincadas nas e com as relações econômicas e sempre constituem com elas um feixe” (FOUCAULT, 2003, p. 175). As relações da economia e da política com o poder teriam que ser explicadas de outra maneira, não tomando o poder como coisa, como algo que se dá, se troca ou se retoma, mas que é exercido: “[...] só existe na ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de força” (FOUCAULT, 2003, p. 175).

Portanto, é desse lugar em que se encontram e se atravessam as linhas teóricas propostas aqui, em relação às questões da língua, da história e do sujeito, que se encaminham as análises e a tese em geral. Os estudos discursivos foucaultianos, como já abordados, são transdisciplinares, utilizando-se de várias áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Linguística, a História entre outras. Considera-se, assim que é preciso superar a disciplinaridade (Sociologia), dialogar com a interdisciplinaridade (Educação Escolar, Ciências Sociais, entre outras) e ressignificar essas áreas do conhecimento com a transdisciplinaridade. Esse é um dos motivos pelos quais a Análise do Discurso francesa e foucaultiana é utilizada neste trabalho: explicar o objeto de análise com a articulação epistemológica de vários campos do saber. Procurar ultrapassar esses campos, ressignificando-os, é utilizar a Análise do Discurso não simplesmente como uma “[...] caixa de ferramentas no vasto conjunto dos ‘métodos qualitativos’ das ciências sociais e humanas”, como expõe o analista do discurso Maingueneau (2015, p. 32, grifo do autor), mas como uma teoria que dialoga com outras teorias durante todo o percurso desse trabalho e não somente no momento final, nas análises. E mais ainda, não se trata de encontrar “a verdade”, “[...] mas reconstruir as falas que criaram uma “vontade de verdade científica” em um certo momento histórico” (GREGOLIN, 2001, p. 11, grifo do autora). O objetivo das análises aqui empreendidas não é desvelar algo oculto ou trazer à tona uma verdade, mas pensar na construção de discursos de verdade sobre a sexualidade investigando as condições de possibilidade nos discursos de educandas(os) produzidos em 2016. Portanto, esses enunciados são tratados como acontecimentos, pois o “[...] novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 1999, p. 26).

É nesse entremeio e na perspectiva do acontecimento que as análises empreendidas nessa tese são realizadas. Para a análise dos enunciados, o dispositivo construído tem em sua base pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos (FOUCAULT, 1988, 1996, 2004,

2009), e da relação da mídia com o discurso (GREGOLIN, 2003; CHARAUDEAU, 2007). Da mesma maneira em que houve a construção de um método para esta tese, o dispositivo analítico da Análise do Discurso também se constrói, utilizando-se de uma *práxis* constante; à medida em que se desenvolve a análise na prática, busca-se à teoria e vice-versa. Com o objetivo e necessidade de incorporação às análises da dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas, produtoras de subjetividades, Foucault desenvolveu o **conceito de dispositivo** (GREGOLIN, 2015). Com implicações teóricas, metodológicas e políticas esse conceito não tem por base a ação dos dispositivos pela repressão ou a ideologia, propostas pela teoria marxista althusseriana, mas pela normalização e pela disciplina.

Foucault (1999), então, propõe três dimensões para entender o conceito de dispositivo: em primeiro lugar, a tentativa de uma demarcação de um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. O dito e o não dito fazem parte do dispositivo, ele é a rede que se pode estabelecer entre todos esses elementos (FOUCAULT, 1999). Em segundo lugar: é demarcada a natureza da relação entre esses elementos heterogêneos, sempre existe um jogo entre eles, mudança de posição, modificações de funções entre outras. Em terceiro lugar: o dispositivo é uma formação que emerge em determinado momento histórico com a função principal de responder a uma urgência:

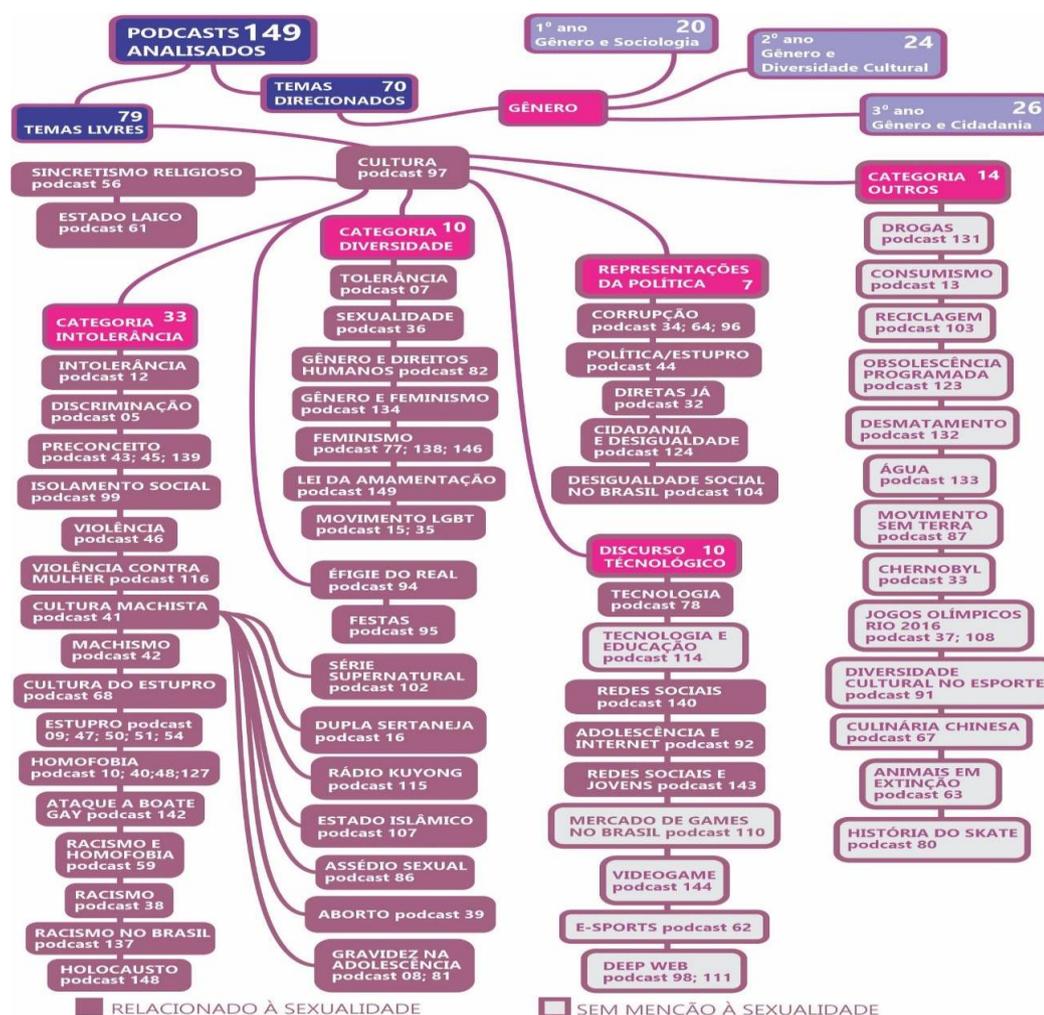
O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1999, p. 146).

Deleuze (1996) pensa o dispositivo foucaultiano em quatro dimensões que se articulam em: curvas de visibilidade, curvas de enunciação, linhas de força e linhas de subjetivação. As **curvas de visibilidade** são os “regimes de luz”, a parte mais visível do dispositivo; as **curvas de enunciação** são os “regimes de enunciados”. Essas duas dimensões estabelecem jogos do visível e invisível, eloquência e silêncio, suas derivações, transformações e mutações. As **linhas de força** são como flechas que penetram as coisas e as palavras, estão relacionadas visceralmente com o poder, atingindo todos os espaços do dispositivo, produzem-se a cada momento a partir da relação entre todos os pontos do dispositivo. As **linhas de subjetivação** são o processo e a produção de subjetividade que deriva das outras dimensões do dispositivo.

Deleuze considera a subjetivação como uma **linha de fuga**, que é produto de processos sempre mutáveis de acordo com o movimento da história (DELEUZE, 1996).

O conceito de dispositivo entrelaça o saber, o poder e a subjetividade, sintetizando as grandes categorias da analítica foucaultiana (GREGOLIN, 215). Por fim, considerando essa síntese, Courtine (2013, p. 79), reinterpreta o conceito de “Formação Discursiva”, a partir da complexidade e heterogeneidade histórica do dispositivo. Passa-se a entender a Formação Discursiva não somente como palavras, mas como coisas que os olhares captam. Dessa forma, a Formação Discursiva, aproximando-se do dispositivo, pode englobar linguagem verbal e não verbal e práticas também. Assim, a partir de pressupostos e conceitos da Análise do Discurso francesa e dos estudos foucaultianos, amalgamados com o método de pesquisa proposto, foi realizada a construção desse dispositivo de análise para investigar os enunciados dos *podcasts* produzidos por alunos do ensino médio. Abaixo um panorama geral de todos os *podcasts* produzidos em 2016, suas respectivas categorias e relações, a partir do Mapa 1, considerando-se também o dito e o não dito sobre a sexualidade:

**Mapa 3** – Panorama geral dos *podcasts* produzidos no ano 2016



Fonte: Elaborado pelo autor.

## CAPÍTULO IV

### **4 Gênero, sexualidade e midiatização: condições de possibilidade e análise dos *podcasts* do ano de 2016**

Neste capítulo, na primeira seção, pretende-se examinar aspectos sociais, históricos e culturais constituintes das condições de possibilidades do objeto de análise. A noção de condições de possibilidade aqui proposta, circunscreve-se à perspectiva da história tomada não como disciplina, mas como ferramenta, descrita nos trabalhos de Foucault (1979; 2000; 2004). Na segunda seção, trata-se da midiatização no discurso sobre sexualidade, das *Fake News* (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017), colaborando para construção da pós-verdade e influenciando o combate em torno da verdade (FOUCAULT, 2003). A terceira seção, aborda a onda conservadora no Brasil (BURITY, 2018), acrescida do conceito de midiatização (SODRÉ, 2006; BARROS, 2012). Na quarta seção, debatem-se as relações entre as crenças, a religião e o Estado (BURITY, 2018; LIONÇO, 2016) e a chamada Ideologia de Gênero, encampada pelo movimento Escola sem Partido (LIONÇO, 2016; MARAFON, 2018). A quinta seção, discute as representações da política a partir da noção do conceito de corrupção (CARVALHO JÚNIOR, 2007) e do antipoliticamente correto (WEIGEL, 2018). Na sexta seção, fala-se do contato de educandas(os) com a disciplina de Sociologia na escola e as fontes de pesquisa utilizadas para a produção dos *podcasts*. Na sétima seção, é feita a análise dos *podcasts* com temática direcionada. E, finalmente, na oitava seção, analisam-se os *podcasts* com temática livre.

#### **4.1 As condições de possibilidade no ano de 2016**

Para compreender, partindo-se de uma perspectiva foucaultiana, as condições de possibilidade e de emergência de determinados enunciados na sociedade, é preciso relacioná-los aos acontecimentos singulares de ordem cultural, social e política que emergiram num dado momento e num determinado lugar, associados ao seu surgimento e legitimação. Em sua arqueologia do saber, Foucault (2000) preocupa-se em estabelecer as condições de possibilidade dos discursos como saberes, e não sua validade.

Portanto, tomam-se os 149 *podcasts* como enunciados e 81 desses como objetos de análise, relacionando-os às determinações de suas condições de possibilidade. Para Foucault (2000, p. 32) “[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua e nem o sentido

podem esgotar inteiramente”. E, ainda, “[...] todo acontecimento está aberto à repetição, à transformação, à reativação” (FOUCAULT, 2000, p. 32). Portanto, o *acontecimento*, na perspectiva foucaultiana, não se restringe à uma interpretação estritamente linguística. Os acontecimentos discursivos não podem ser isolados, fechados em si mesmos, é preciso torná-los livres para descrever neles e fora deles, nos jogos de relações (FOUCAULT, 2000). Nesse caso específico, no Brasil do ano de 2016, foram escolhidos os acontecimentos emergentes a partir dos veículos da grande mídia, os quais pautaram e foram pautados por meio da internet, relacionando-se nesse recorte, especificamente, com os portais de comunicação mais pesquisados por educandas(os), desdobrando-se nos enunciados dos *podcasts*.

Conforme Santos (2004), a análise pode ser pensada em duas instâncias<sup>49</sup>: uma *macroinstância*, onde situa-se o discurso em sua conjuntura, buscando-se compreender suas condições de produção, aspectos, históricos, sociais, relações de poder determinantes para produção do discurso; e uma *microinstância*, onde focaliza-se uma formação discursiva, apreendem-se as regularidades, analisa-se por recortes de sequências discursivas ou enunciados seu interior. Ressalta Fernandes (2008) que essas instâncias são inseparáveis. Para analisar as condições de possibilidade dos enunciados no ano de 2016, articulam-se a noção de condições de possibilidade com as macro e as microinstâncias e com o ordenamento discursivo foucaultiano.

Foucault (1999) enfatiza uma determinada ordem do discurso, por conhecer em nossa sociedade procedimentos de exclusão, sendo o mais comum deles a interdição. Ou seja, não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar qualquer coisa. Existe um controle sobre o dizer. Portanto, pensando-se em termos de metalinguagem, entra-se, como ponto de partida, numa determinada ordem discursiva, convertendo a pesquisa com *podcasts* em texto acadêmico. Abaixo, consideram-se outras ordens discursivas constitutivas desse trabalho com *podcasts* em que educandas(os) entraram:

a) A **primeira** ordem do discurso está na cultura e é apreendida nos grupos sociais, principalmente, na família, espreado-se por outros grupos como: os amigos, a escola, a igreja, os clubes, as empresas entre outros. São as instituições socializadoras e da ordem das interações sociais reais;

---

<sup>49</sup> Faz-se aqui um paralelo com a análise sociológica onde a principal controvérsia, em termos de perspectivas de análise, continua sendo a relação da ação humana e a estrutura social, conforme Giddens (2012). Assim, persiste o questionamento sobre os limites do controle dos indivíduos de suas próprias vidas e de até onde são controlados pela estrutura social. Haguette (2013, p. 183), assevera que “[...] o grande problema que a sociologia tem enfrentado desde sua origem se expressa na antinomia entre *estrutura e ação*”; dito de outro modo, há uma tensão, de um lado, com as teorias que buscam explicar a sociedade de uma perspectiva holística, global ou de totalidade e, de outro, as teorias que enfatizam as relações dos indivíduos como responsáveis pelas configurações da estrutura.

b) O **segundo** ordenamento discursivo é o de uma memória discursiva em relação aos conteúdos enunciados em sala de aula e direcionados a partir do currículo da disciplina de sociologia, materializados nas apostilas, nos cadernos do aluno e do professor, em debates e avaliações e, dentre estes, como objeto da tese, especialmente, os ligados ao gênero e à sexualidade;

c) O **terceiro** ordenamento é o do suporte utilizado (*podcast*) e da oficina de rádio e *podcast* ministrada e aplicada. Em primeiro lugar, incluem-se as técnicas e especificidades do suporte e a sequência de produção dos áudios: pauta, roteiro, locução e gravação. Em segundo lugar, todas as conversas, as orientações, as determinações e as reuniões com os grupos durante o trabalho e, finalmente, a entrega;

d) O **quarto** ordenamento do discurso é a pauta, especificamente com a temática direcionada, uma vez que se seguiu, em cada ano, a proposta curricular da disciplina de sociologia relacionada à questão do gênero. A proposta de direcionar com mais ênfase os *podcasts* para questões de gênero e sexualidade veio a partir do contato com disciplinas do programa de pós-graduação e ingresso do professor-pesquisador no doutorado. Pautou-se no 1º ano “Sociologia e gênero”, sendo necessário pontuar que o tema “Gênero e Desigualdade” só é trabalhado em sala de aula, conforme o cronograma orientado pelo material didático, no segundo semestre, então essa discussão foi antecipada. No 2º ano, pautou-se o tema “Diversidade cultural e gênero” e no 3º ano, “Cidadania e gênero”. Portanto, no 2º e no 3º ano a temática do gênero já tinha sido trabalhada. Evidencia-se que todos esses temas fazem parte do currículo paulista. A temática livre também entra nessa mesma ordem, porém educandas e educandos definem sobre qual assunto tratar;

e) Uma **quinta** ordem está nos aspectos históricos, sociais e de relações de poder circulantes por meio da mídia e de redes sociais sobre as temáticas abordadas, impactando nos textos produzidos e na pesquisa feita a partir da internet. Além de retroalimentarem os discursos dos grupos sociais de educandas(os), família, amigos, escola, igreja entre outros, esse ordenamento está diretamente relacionado com a ideia de *midiatização* e da ordem das interações virtuais.

Esses ordenamentos discursivos estão nas condições de possibilidade e todos fazem parte da constituição do arquivo, essencial para as análises, pois ele é um sistema que rege o aparecimento e esquecimento dos enunciados em determinada sociedade (FOUCAULT, 2000). A noção foucaultiana não trata o arquivo como um lugar onde se encontra um agrupamento de textos, papéis, documentos sobre determinado conteúdo, confundindo-se com a preservação da memória, cultura e relacionado à identidade. Não é a representação de uma realidade material

ou institucional de onde se pode tirar fatos. Conforme Sargentini (2004, p. 88), não é proposta uma análise “aplainada” dos textos, buscando regularidades e relações, mas, ao contrário, considera-se o valor do arquivo não por sua unificação, mas pela especificidade de cada texto. É um processo de reatualização do enunciado. O arquivo aqui, uma vez delineado, traz fragmentos de alguns acontecimentos enunciados pela grande mídia e circulantes nos grupos sociais, refratando-se em conceitos, práticas e questões sobre gênero e sexualidade emergentes no ano de 2016. Portanto, todas essas condições estão articuladas e impressas nos enunciados e discursos nos *podcasts* feitos por educandas(os).

#### **4.2 Miatização nos discursos sobre sexualidade, pós-verdade e *Fake News***

Pensando na ideia de miatização, onde a socialização, na contemporaneidade, é estruturada de forma midiática (SODRÉ, 2006; BARROS, 2012), não se pode preterir ou deixar de forma marginal a problematização de uma “ética de mercado”; por isso insiste-se nesse ponto, por envolver, em todo esse processo de subjetivação dos sujeitos, a lógica do capital (SODRÉ, 2006). Evidencia-se, no enunciado do *Podcasts* 42 (2016), as formações discursivas relacionadas à questão do mercado, da mídia e da sexualidade:

[...] na mídia moderna o machismo aparece quando a figura da mulher é apresentada como objeto sexual, de satisfação e prazer para os homens, com intuito de venda numa conotação informal (*PODCAST* 42, 2016).

É por meio do dispositivo midiático, alimentado pela publicidade, que os discursos sobre o corpo feminino circulam, transformando-se em práticas discursivas. Exemplo “clássico” disso são as propagandas de cerveja, onde a objetificação da mulher é utilizada como chamariz desses produtos (YOSHIMOTO; RIBEIRO; DESIDÉRIO, 2018). Objetificar a mulher é analisar alguém no mesmo nível de um objeto, desconsiderando atributos emocionais e psicológicos. Vê-se a objetificação da mulher em propagandas, focando exclusivamente em atributos sexuais ou físicos, descartando qualquer outro tipo de apelo emocional (LOURENÇO et al., 2014).

A mídia, de forma geral, continua reproduzindo estereótipos e comportamentos. Ribeiro (1990), ao abordar os meios de comunicação de massa, assevera que a saturação de comportamentos desejáveis vem de indicadores da propaganda. São esses não ditos circulantes nos discursos que sedimentam nos sujeitos tanto a objetificação da mulher quanto as formas de violência materializadas nas práticas cotidianas. Como é exemplificado no *Podcast* 47 (2016):

“[...] fato é que o estupro está presente em nossa vida mesmo que seja nos noticiários”. O *Podcast 08* (2016) traz a discussão entre a orientação sexual e a mídia:

[...] a falta de orientação sexual e de informações pertinentes, a mídia que passa aos jovens a intenção de sensualidade, libido, beleza e liberdade sexual, além da comum fase de fazer tudo por impulso sem pensar nas consequências, aumenta ainda mais a incidência de gestação juvenil (*PODCAST 08*, 2016).

Esse discurso da propaganda de apelo à exploração da sexualidade, principalmente entre os jovens, é marcante em nossa sociedade. Além disso, como mais um complicador, a Educação Sexual continua a ser interdita para essa faixa etária; o mesmo, nem sempre, acontece com a propaganda. No entanto, existe um conselho que regulamenta as propagandas no Brasil, porém ele está fora do âmbito público, é o chamado Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR). O lugar de fala desse conselho é o das próprias agências de propaganda. Conforme o texto retirado de seu sítio, sua prerrogativa é

**impedir** que a publicidade enganosa ou abusiva cause constrangimento ao consumidor ou a empresas e **defender a liberdade de expressão comercial**. Constituído por publicitários e profissionais de outras áreas, o CONAR é uma organização não-governamental que visa promover a **liberdade de expressão publicitária** e **defender** as prerrogativas constitucionais da propaganda comercial (CONAR, 2017, grifos nossos).

Entre os enunciados desse fragmento, destaca-se o verbo “defender”, repetido duas vezes para tratar da liberdade comercial e suas prerrogativas. De outro lado, o verbo “impedir” não significa vetar ou proibir publicidade abusiva contra o consumidor ou às empresas. Portanto, é nebuloso o caminho de decisão do que impedir ou não impedir. Como é uma entidade privada e não governamental, não existe possibilidade de outros setores representativos da sociedade participarem na discussão do que deva ser veiculado pelas agências de publicidade como propaganda. Muitas vezes, esses julgamentos são amparados no discurso de liberdade de expressão e de mercado, tornando-se explícitas as relações de poder econômico dessas entidades privadas na sociedade. Ao praticarem uma “autocensura seletiva”, continuam difundindo discursos reprodutores de valores sexuais objetificantes, estereotipados e negativos.

Por outro lado, atualmente, os mecanismos midiáticos como câmeras e microfones são auxiliares na identificação de agressores, materializando provas “concretas” contra criminosos, situação exemplificada no *Podcast 59* (2016):

Bom dia, hoje vamos falar sobre o assunto grave que só piora a cada dia que passa, o racismo e a homofobia. [...] porém quando o agressor de uma forma é pego por uma câmera ou microfone a situação se torna totalmente diferente porque tem uma prova concreta (*PODCAST 59*, 2016).

Contudo, ainda que positivas, essas provas concretas são possibilidades individuais e legais do sujeito resistir, porém não têm grande impacto no social, em mudanças mais amplas nas práticas discursivas. Ainda no campo da legalidade, os meios de comunicação poderiam cumprir a parte que lhes cabe na Constituição Federal, especificamente, no Artigo 221 item I, “preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas” (BRASIL, 1988). Contudo, a redação “preferência” e “finalidades educativas” é muito subjetiva, abrem-se as mais variadas possibilidades de um discurso argumentando que os meios de comunicação utilizam de forma sempre correta esses espaços. De outro lado, no *Podcast 68* (2016), o grupo de educandas e educandos sugestionam que as leis existem e a mídia poderia auxiliar em campanhas contra o estupro:

[...] o Brasil possui penas para os estupradores [...] a cultura do estupro é resultado da cultura da impunidade, o problema deve ser resolvido o mais rápido possível, temos que tomar uma iniciativa, devemos incentivar as vítimas a denunciar ele começa as autoridades para que as leis sejam cumpridas. Debates ao vivo e campanhas na televisão seriam boas alternativas também (*Podcast 68*, 2016).

Já no *Podcast 86* (2016), sobre assédio sexual, a opinião é direcionada para uma possível intervenção da educação:

[...] mais do que medidas midiáticas, o que pode mesmo por fim nessas situações é educação para prevenir esse tipo de mentalidade, e o empoderamento da mulher para que ela ter [sic] consciência de quando está sendo abusada e para que saiba que em hipótese alguma a culpa é dela (*Podcast 86*, 2016).

Emerge, novamente, um enunciado que coloca em discussão a possibilidade de uma educação sexual intencional dentro da escola, a qual é defendida nesta tese, com efeito de conscientizar crianças e adolescentes sobre a inviolabilidade de seu corpo e das relações do que é aceitável, não aceitável e denunciável em relação aos outros (MAIA; RIBEIRO, 2011; LOURO 2007; MAIA 2004; RIBEIRO 1990).

Somando-se a essa “educação midiática” desregulamentada estão as redes sociais. Poderia se ter na escola, por meio de uma educação sexual sistematizada, um contraponto importante nessa discussão e a possibilidade de educar para a reflexão. O contato com o

discurso sexual é cada vez mais midiaticizado pelas redes sociais, embora exista também um lado positivo nas redes, mas parece que das muitas expectativas elencadas no enunciado desse *podcast* abaixo, poucas se cumprem:

Olá, hoje vamos falar um pouco de uma importante ferramenta da internet que faz parte do cotidiano de grande parte das pessoas, as redes sociais. [...] compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns [...] maior participação e mobilização democrática (*PODCAST* 140, 2016).

Assim, as redes sociais, febre das últimas décadas, consolidaram a virtualização dos contatos sociais e, mais do que isso, começaram a aproximar grupos de pessoas com “interesses” e “objetivos comuns”. Esse fato é inegável, mas o discurso da promessa do “conhecimento” e de uma maior “participação” e “mobilização democrática” faz parte de uma ilusão, mais precisamente, a primeira das “cinco ilusões sobre a sociedade do conhecimento” definidas por Duarte (2008, p. 14), a saber: “O conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela internet etc.[...]”. Essa análise reflete o mesmo descompasso entre a educação e a introdução dos veículos de comunicação de massa no Brasil, a partir dos anos de 1930, como foi discutido por Frigotto (2010).

Naquele ano de 2016, 70% de brasileiras e brasileiros, ou seja, 149,1 milhões de pessoas eram usuárias da internet e estavam nas redes sociais. O WhatsApp, atualmente a plataforma que está no centro da polêmica do disparo maciço de fake news, era somente a quarta rede mais acessada à época, perdendo para o Youtube, Facebook e Instagram, conforme pesquisa da *Digital in 2017 Global Overview* (WE ARE SOCIAL, 2017). Em 2019, segundo outra pesquisa *Global Digital 2019* feita em parceria com a *We Are Social*, o Youtube ainda se mantinha em primeiro, seguido pelo Facebook, mas agora com o WhatsApp vindo em terceiro lugar (WE ARE SOCIAL, 2019). Dessa forma, estamos imersos nas redes por meio desses dispositivos e, cada vez mais, inseridos numa sociedade de controle, conforme a perspectiva de Deleuze (1992).

Em alguns *podcasts*, poucos por sinal, emergiram enunciados mais críticos sobre o uso da rede de computadores, o *Podcast* 143 (2016) é um deles, discute-se a influência negativa física e psíquica das redes sociais no comportamento da faixa etária à qual elas e eles pertencem:

[...] A produtividade dos jovens no trabalho pode ser afetada [...] consequências mais graves desse vício é o sedentarismo [...] surgem mais pessoas obesas ou com sobrepeso, além disso, há o afastamento das pessoas mais próximas fazendo com que os jovens se isole [sic] no seu mundo e se torne antissocial, não querendo ter contato com outras pessoas, também podemos destacar a exposição excessiva nas redes sociais, esse critério já está sendo avaliado pelo mercado de trabalho que procura o Facebook dos candidatos a vaga para olhar o que os mesmos postam nos seus [sic] Facebook (PODCAST 143, 2016).

A midiáticação desloca essas relações do face a face para o virtual, a facilidade do acesso, sem algum tipo de mediação e orientação de algum adulto, acaba por interditar, de certa maneira, o diálogo entre gerações. Por fim, nesse mesmo *podcast* essa questão é abordada no enunciado posterior:

No mundo todo existe hoje um acesso ilimitado aos recursos tecnológicos, com tantas informações sendo possível conhecer da diversidade cultural às novas descobertas da ciência, o que torna aprendizagem mais significativa com esses recursos. **Essas facilidades de acesso impõem responsabilidade de selecionar o que é significativo da realidade imediata de acordo com, pressupostos orientadores das práticas educativas. Busca-se uma educação baseada na interlocução dos sujeitos para que a intervenção com os saberes que circulam, no ambiente escolar, expressando a realidade individual e coletiva, na tentativa de romper com bom senso comum e com o ensino desarticulado construindo o saber pedagógico significativo utilizando a rede pedagógica, a tecnologia para que o aluno possa ter acesso ao mundo globalizado.** (PODCAST 114, 2016, grifo nosso).

Essa responsabilidade de seleção cabe, na escola, a educadoras(es), isto é “selecionar o que é significativo” e orientar as “práticas educativas” neste sentido. No texto original, retirado de um sítio da *internet*, discutem-se educação e tecnologia, mas foi omitido um enunciado fundamental, posterior a esse colocado no roteiro, dando ao tema discutido um outro sentido:

A construção deste saber poderá acontecer através da troca de experiências vividas, com a intenção de fornecer novos significados à educação, visando dar unidade aos saberes fragmentados, abordando desde assuntos de seu cotidiano, de seus sentimentos e de suas emoções até os campos científicos (TRABALHOS GRATUITOS, 2020).

Essa é a proposta da escola e, mais especificamente, a proposta do Ensino de Sociologia: ressignificar o saber construído em práticas vividas, desfragmentando-o e comparando-o com o conhecimento científico (SEE/SP, 2008). Nesse sentido, pensar a noção dos saberes dominados (FOUCAULT, 1999b) é de grande valia para educadoras(es) mediar as

construções do saber na escola, proporcionando às educandas(os) uma resistência crítica na luta com os conhecimentos hegemônicos, quando esses, muitas vezes, estão descolados da realidade desses sujeitos. Porque o saber não existe sem uma prática discursiva: “Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2000, p. 207). Para educadoras(es) é fundamental a ação de fazer funcionar, no contexto escolar, esses saberes na forma de ensino-aprendizagem e, em especial, quando os expandem para além de si, desassujeitando-os, pensando no conjunto dos profissionais da educação atuantes no ambiente escolar, nas mães e pais, na comunidade e na sociedade como um todo.

Revisitando a atual conjuntura das relações sociais, fez-se presente a midiatização na influência direta da mídia em alguns áudios, sobretudo no recorte específico das reportagens divulgadas em escala nacional e global sobre o “Estupro coletivo” e o “Ataque à boate gay em Orlando nos Estados Unidos”, respectivamente. Essas duas notícias foram incessantemente veiculadas em praticamente todos os meios de informação à época. Elas destacaram-se numa paisagem social onde a violência é naturalizada e a violência sexual é somente uma parte das reportagens cotidianas sobre esse tema, no Brasil.

A notícia do estupro foi dada amplamente pelos veículos da grande mídia com as manchetes: “Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua” (G1, 2016); “Garota presta depoimento à polícia após queixa de estupro coletivo no Rio” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016); “Não sabemos se foram 30, 33 ou 36. Polícia Civil identifica quatro suspeitos vinculados ao estupro coletivo de uma jovem de 16 anos no Rio” (EL PAÍS, 2016). Uma garota de 16 anos foi estuprada numa comunidade do Rio de Janeiro e as imagens desse fato foram postadas, espalhando-se pela internet, ou seja, viralizando.

A segunda reportagem, foi a do ataque a uma boate gay nos Estados Unidos, sobre o qual destacam-se as seguintes manchetes: “Ataque em boate gay deixa 50 mortos em Orlando, nos EUA” (G1, 2016); “4 respostas sobre o ataque na boate gay de Orlando” (EXAME, 2016); “Atentado a boate gay em Orlando (EUA)” (UOL, 2016). Um rapaz de 29 anos entrou atirando em uma boate matando 50 pessoas e deixando outras 53 feridas; até então, foi o pior ataque a tiros com mortos da história dos EUA. Como essas duas reportagens foram publicadas em vários meios, conseqüentemente, tornaram-se assunto dentro e fora da escola, portanto tiveram influência direta nos *podcasts* produzidos por educandas e educandos.

Um outro acontecimento do ano de 2016 foi o tradicional Dicionário Oxford eleger a *pós-verdade* como a palavra do ano. A expressão, conforme o dicionário, é “[...] relativa a

circunstâncias em que fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que **emoções e crenças pessoais**" (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES, 2016, grifo nosso). Nesse contexto, no ano seguinte – 2017 -, nas eleições estadunidenses para a presidência da república, a palavra *Fake News* ganhou destaque. Pensando nessa mesma perspectiva, o *Podcast* 149 (2016) traz, mesmo no não dito, o termo *Fake News*:

[...] Atualmente, com a facilidade de escrever coisas infundadas e a facilidade de difusão de informações, sejam elas verdadeiras ou não, não se pode apenas compartilhar algo que está sendo falado, faça-se imprescindível checar e verificar. O mundo já tem poucos motivos para raiva, confusão, que tal espalharmos um pouco mais de amor e paz, harmonia? (*PODCAST* 149, 2016).

Allcott e Gentzkow (2017) publicaram um capítulo no *Journal of Economic Perspectives* onde discutiram e contextualizaram o termo *Fake News* nas eleições dos Estados Unidos, como uma batalha do então candidato Donald Trump contra a grande mídia local. Ainda, conforme esses autores

[...] conceitualizamos *fake news* como sinais distorcidos não correlacionados com a verdade. Notícias falsas surgem em equilíbrio porque elas são **mais baratas de fornecer** do que sinais precisos, porque os consumidores não podem inferir com exatidão sem custos, e porque os **consumidores podem desfrutar de notícias partidárias** (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 212, grifos nossos).

A articulação entre os baixos custos de produção, distribuição e uma absorção acrítica e alinhada com a visão de mundo dos seus consumidores, além de ganho certo com likes nas redes sociais, são alguns fatores que explicam a rápida proliferação das *Fake News* na internet.

Em 2018, segundo reportagem veiculada em jornal de grande circulação nacional, as eleições foram influenciadas no segundo turno pela utilização massiva da rede social WhatsApp, como agregador de eleitores e difusor de notícias falsas contra o candidato Fernando Haddad e sua legenda. Conforme essa reportagem, tudo foi bancado por empresários com disparos em massa não declarados, constituindo-se prática ilegal pela atual legislação eleitoral (MELLO, 2018). As denúncias foram feitas pelo jornal à época; contudo, após o pleito eleitoral, essas redes foram reativadas e continuaram efetuando ataques a determinadas pessoas e instituições, desencadeando a abertura tanto de um inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar fatos e infrações relativas a *Fake News* e a ameaças veiculadas na internet à corte, ministros e familiares (AGÊNCIA STJ, 2019), quanto a abertura de uma Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), denominada CPMI das *Fake News*, instalada no Congresso no dia 04 de setembro de 2019 (AGÊNCIA SENADO, 2019). As apurações, no ano de 2020, ainda estão em curso, existe também um Projeto de Lei em tramitação - a PL 2.630/2020 - para combater as notícias falsas (AGÊNCIA SENADO, 2020).

Nesse ambiente, com elementos da técnica, disseminadores de informação sem filtros ou regulação, conforme Dunker (2019), formou-se uma nova estrutura de grupos de familiares em aplicativos de mensagens, a partir de um funcionamento discursivo de massa, no qual a dimensão pública e a privada estão em permanente oscilação. Diz Dunker (2019) que o fenômeno característico dessa regressão ao estado de massa é não se fazer escutar com argumentos ou fatos, escuta-se somente a irrelevância das fontes. Portanto, nesse contexto, emoções pessoais, crenças e pré-disposição valem mais que informações devidamente apuradas e fontes seguras, pois essas últimas podem não agradar, não alinhando-se à opinião de quem entra em contato com esse discurso. Toda essa questão se torna ainda mais problemática, levando-se em conta a grande quantidade de pessoas imersa nas redes virtuais. Como já mencionado, nossa sociedade está em um processo em que as mídias ocupam lugar hegemônico nas dinâmicas culturais. Assim, a mídia se constitui em uma “nova forma de sociabilidade”. Vivemos em uma cultura midiaticizada (BARROS, 2012, p. 86-87).

Essa relação entre pós-verdade e *Fake News* tornou-se mais “orgânica” com a chegada da internet e das redes sociais, tendo um impacto mais perceptível e real depois das eleições estadunidenses e brasileiras. Muitos sujeitos, atrelando-se aos discursos dos líderes vencedores dessas eleições, propagando o descrédito da mediação dos meios tradicionais de mídia, utilizando as plataformas virtuais e não mais somente os canais institucionais para se comunicarem com seus eleitores, foram atraídos também para o anti-intelectualismo, para teorias da conspiração e para o descrédito com a ciência e com a educação. Portanto, um estatuto de verdade (FOUCAULT, 2003), antes imposto por veículos tradicionais de mídia e instituições, desloca-se para outra posição, com a facilidade de produção, distribuição a custo baixo, sem preocupação de investigação e verificação de fontes. A produção de notícias por sujeitos “sem rosto”, “sem endereço”, sem autoria conhecida e a proliferação de informações por robôs vem dominando expressiva fatia da rede, construindo parte da opinião pública.

Essa situação é grave, pois o regime de verdade em cada sociedade é feito por tipos de discurso que elas aceitam e funcionam como verdadeiros, as formas e mecanismos que possibilitam a distinção dos enunciados verdadeiros dos falsos e como uns e outros são validados; quais técnicas e processos têm valor para obter a verdade e, finalmente, a

determinação de quem tem o poder de falar o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2009).

A verdade para Foucault não é algo a se descobrir ou se aceitar, mas um conjunto de regras que seleciona o verdadeiro do falso, atribuindo-se ao verdadeiro poder. Então verdade é poder e, em consequência, a verdade é imposta por quem domina, ou por classes dominantes. Segundo Foucault (2003, p.13), existe uma luta pela verdade, por um regime de verdade:

Há um combate "pela verdade" ou, ao menos, "em torno da verdade" – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer "o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar", mas o "conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder"; entendendo-se também que não se trata de um combate "em favor" da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de "ciência/ideologia", mas em termos de "verdade/poder" (FOUCAULT, 2003, p. 13, grifos do autor).

Então, verdade é poder e, em consequência, a verdade é imposta por quem domina de alguma maneira os meios de difusão dessa verdade. Nos últimos anos, com o crescimento das redes sociais, vê-se nitidamente a luta sobre o estatuto do verdadeiro entre a mídia tradicional e as “vozes das redes”, na defesa de projetos de diferentes grupos de poder. Além disso, algumas gigantes digitais (*Google, Facebook, Netflix, Amazon* entre outras), na atualidade, rivalizam e até mesmo superam em termos de lucratividade os antigos oligopólios de comunicação tradicionais. É gravíssima a construção da opinião pública de forma artificial e com informações falsas. Esse fenômeno interferiu em plebiscitos e eleições majoritárias e está influenciando na percepção da realidade das pessoas, isso pode minar as possibilidades de um discurso democrático. Contudo, existe, ainda, a possibilidade de certa reflexividade (GIDDENS, 1991), observando-se que os discursos da grande mídia sofrem transformações, por vezes em tempo real, dos discursos de outras mídias alternativas e de espectadores, alterando o seu próprio discurso em função desse cenário de produção de “falsas verdades”, a resistência está também nos discursos que desmentem as *Fake News*, as teorias da conspiração e o descrédito da ciência e educação, está nas instituições, reagindo com as apurações de responsabilidade nos marcos jurídicos (STF) e em forma de CPMI e PL no legislativo, ainda que num contexto de governamentalidade neoliberal.

### **4.3 A onda espreada na midiaticização**

Há algum tempo, um discurso acusatório vem proliferando no cotidiano, na grande mídia, nos debates públicos e nas redes, resultando numa polarização política e a consequente interdição dos discursos de lado a lado, considerando-se que a própria política é uma polarização de ideias contrárias, porém sempre em busca de um consenso. Entretanto, dotando-se o termo “onda conservadora” de profundidade analítica e não do tom comumente utilizado de acusação política, Burity (2018) inicia sua análise salientando que essa onda não se contém em nosso país e nem se origina em seu interior. A localização e cronologia dessa onda não são brasileiras e, tampouco, definidas de modo estável e linear. Segundo esse autor, é mais que uma onda, mas uma maré de reação conservadora crescente e globalizada e dela destacam-se alguns pontos dos acontecimentos mundiais desencadeadores desse fenômeno, conforme propostos por Burity (2018):

**a)** A injunção para que as majorias reconhecessem as minorias, desde fins dos anos 1960, foram intensificadas em diversas ordens: reconhecimento, integração, inclusão, participação, as políticas de identidade, multiculturalismo, democratização, um desvio cultural para política de esquerda e um novo pluralismo liberal sintetizados no “Estar junto”;

**b)** A partir de 1990, a crescente globalização, o neoliberalismo, a desregulamentação dos mercados e o estímulo da mobilidade transnacional do trabalho, os conflitos, as crises econômicas e ambientais geraram migrações, deslocaram-se os refugiados dos países pobres para os países ricos, o que provocou um lugar de antagonismo na política doméstica global;

**c)** Os ataques terroristas, desde o de 2001 em Nova York até o de 2005 em Londres, provocaram efeitos-resposta e um processo *autoimunitário*<sup>50</sup>, transformando qualquer pessoa, potencialmente, em um terrorista; com isso houve a suspensão e autolimitação dos mecanismos legais e democráticos e uma retórica democrática com funcionamento antidemocrático das instituições. Junto a isso, a construção do “islã”, generalização feita como sinônimo de terrorismo, extremismo ou fundamentalismo, ocupando o lugar do socialismo contra o Ocidente capitalista;

**d)** A crise financeira de 2008 provocou o embate entre estatistas e desenvolvimentistas de um lado, e neoliberais do outro, gerando desemprego, inflação e perda de capacidade regulatória do Estado. Nesse contexto, dá-se uma progressiva aproximação entre as forças ultraliberais e forças ultradireitistas. Programas de cunho privatista, tecnocrático, antipopular e

---

<sup>50</sup> O sistema imune e autoimune está presente em qualquer sociedade, “[...] sentimo-nos autorizados a falar de uma forma de lógica geral da autoimunidade. Essa lógica parece-nos indispensável, hoje, para pensar as relações entre fé e conhecimento, religião e ciência” (DERRIDA, 2004, p. 80). Esse conceito pode dar pistas para analisar a crise democrática vigente no país que passa, necessariamente, pela propagação da pseudociência e de seitas religiosas.

militarista se justificariam para proteger os nacionais (as pessoas nascidas no país), contudo, os mais pobres são sacrificados porque sobrecarregam o sistema. Investidores e empreendedores são os únicos que podem fazer a “retomada do crescimento”;

e) Ao mesmo tempo que a crise deu sinais de normalização, explode a chamada *primavera árabe*<sup>51</sup> e surge o estado islâmico. Dessa forma, o clima de insegurança, belicosidade e autoimunização se aprofundam, uma massa de pessoas foge da guerra e existe uma crise migratória na Europa. Emergem discursos e formações políticas neonazistas e ultradireitistas com apelo popular aos nacionais. O inimigo já está dentro do corpo, permitido por “nós próprios”; assim, cidadãos nacionais de posições liberal-sociais de esquerda, imigrantes e refugiados, tornam-se inimigos em potencial e alvos preventivo e repressivo do Estado.

Parece pertinente nesse momento acrescentarmos à análise de Burity (2018) mais um item - a questão do dispositivo midiático em todo esse processo:

f) O “Estar junto” sintetizados no reconhecimento das minorias ganhou visibilidade e maior adesão com a rede de computadores, além da mobilização de outros movimentos como o da chamada “primavera árabe”, ressignificado em diversos países num efeito cascata; as informações e imagens das grandes migrações foram transmitidas para o mundo todo, redimensionando o impacto do “sentimento nacional”. De outro lado, houve a propagação do discurso do terrorismo, do extremismo e do fundamentalismo, ao mesmo tempo em que o Estado Islâmico utilizava a rede como forma de intimidação e de adesão, por meio de execuções em vídeo e comunicados; a informatização de todo sistema bancário junto com a financeirização dos negócios e das aplicações a nível mundial e, ao mesmo tempo, a possibilidade de um controle maior do cidadão pelas corporações privadas e pelo Estado, por meio dos registros das videoconferências, das redes sociais, do trabalho remoto e, finalmente, devido à esses rastros sendo deixados nas mídias digitais até sua localização em tempo real feita por meio do celular. Lembrando-se, ainda, que todos esses eventos são atravessados pela sociabilidade midiaticizada.

Esses efeitos sobre as instituições e a cultura democrática criaram um caldo de cultura composto pelo acirramento da competição econômica, tensões e descompassos nas demandas redistributivas por reconhecimento, somando-se, ainda, ao temor e ressentimento sobre a pluralidade étnica e cultural, levando a uma polarização política que interditou os discursos.

---

<sup>51</sup> Acontecimentos ocorridos no início de 2011 a partir do Norte de África em que as tensões e a contestação acumuladas não se resolveram, ao contrário, foram reprimidas artificialmente na tentativa de criar estabilidade naqueles países. Desdobraram-se em insurreições, mais precisamente, na Tunísia e no Egito que a princípio pareciam trazer esperanças na eclosão de mudanças democráticas no Médio Oriente e no Norte de África (JOFFÉ, 2011).

Essa onda conservadora vinha se erguendo há muitos anos no cenário internacional, alimentada pela insegurança interna e externa e por crises econômicas. O Brasil não ficou imune a essas forças e nem a construir soluções internas para as mesmas questões; dessa maneira, durante mais de uma década, as refratou (BURITY, 2018).

Em oposição a essa onda global, no Brasil, nesse mesmo período, houve grande extensão do avanço das demandas *minoritárias* pós-2003: de afrodescendentes, com o Estatuto da Igualdade Racial; as religiosas, com o novo Código Civil e políticas sociais e culturais; as feministas, com a promoção de igualdade de gênero em várias áreas do governo; LGBT's, com a lei contra homofobia e terceiro Plano Nacional dos Direitos Humanos e as/os ativistas sociais, com uma Política Nacional de Participação Social. Esses três últimos, retratam o impacto democratizador dos governos Lula (2003-2011) e Dilma (2011-2016), sendo que alguns desses incrementos foram também gestados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) (BURITY, 2018). Essa onda chegou ao Brasil e refluí nas questões do retrocesso das conquistas das minorias, desmonte de políticas públicas para esses setores da sociedade e dos trabalhadores de uma maneira geral; e mais, envolve o Estado no jogo das relações entre crenças e religião.

#### **4.4 Crenças, religião, Estado e mediação**

Dentro do tema proposto para a pauta no 2º ano, sobre diversidade cultural e gênero, evidencia-se o *Podcast 56* (2016), quando enuncia as matrizes religiosas das culturas que formam o Brasil, a diversidade e suas relações com a religião, ou seja, o sincretismo religioso, onde a

Nas regiões Norte e Nordeste a predominância é das tradições indígenas e africanas sincretizadas com os costumes dos povos europeus que colonizaram o país [...] Diversidade cultural e religiosa: a diversidade religiosa está bastante relacionada com a cultura, ou chamado sincretismo religioso conceitua desde mistura de significação de várias religiões reunidas em uma sociedade, no Brasil, por exemplo, a diversidade religiosa está presente entre as várias credências habitando o mesmo território, como os católicos, judeus, muçulmanos, hindus e etc (*PODCAST 56*, 2016).

Em referência às religiões de matriz africana, especificamente o candomblé, esse seguiu o caminho construído pela tática plurissecular de sobrevivência e subalternidade, buscando reconhecimento e participação pela via da *culturalização* (BURITY, 2018). No entanto, o sincretismo religioso não é bem visto por alguns pesquisadores. Droogers (1989) informa que esse termo tem duplo sentido: é utilizado como significado objetivo, neutro e descritivo da

mistura das religiões, e como significado subjetivo, incluindo a avaliação de tal mistura. Contudo, para Soares (2017), o sincretismo foi uma estratégia de contorno da interdição do discurso religioso da matriz dominante no enfrentamento das relações de poder com os colonizadores europeus; porém, independente disso, as religiões dessa cultura ancestral sempre se abriram para outras culturas, aproveitando o que há de positivo e importante nelas, devido à sua característica agregadora, interventiva e antropofágica. Todavia, a discussão seria se o sincretismo, trazendo elementos das religiões afrodescendentes, poderia ser menos conservador e mais inclusivo que outras matrizes na relação com a sexualidade, como as cristãs, majoritárias no país. Segundo Soares (2017, p. 50) isso é possível, pois o corpo é pensado de outra maneira:

Está no cerne da cultura ancestral a noção de corpo de sensualidade e sedução, como forma de ação e de ser no mundo, para o africano tudo passa pelos sentidos e todas as maneiras de amor e prazer corpóreo tem o seu valor, sem preconceito em relação as maneiras sexuais de ser de cada um dos orixás ou mesmo dos seus filhos (SOARES, 2017, p. 50).

Aponta-se para outra relação com o corpo, com a sexualidade e, sobretudo, em relação ao gênero feminino, a partir dos mitos fundadores e dos orixás (SOARES, 2017). No *Podcast* 71 (2016), com a mesma pauta do anterior, outro grupo de educandas(os) acabou trazendo no recorte que fez outro enunciado, confrontando-se com o anterior, a laicização do Estado e sua relação com a religião e a sexualidade:

Visto que a laicização dos Estados não foi um evento uniforme e ainda que laicos, ou seja, não trabalham de forma junta [sic] com alguma religião, muitos Estados respondem a grupos de poder que se caracterizam por premissas religiosas incompatíveis com uma visão de corpo e sexualidade que não sejam normativas (PODCAST 71, 2016).

Destaca-se que a laicização dos Estados não foi um processo uniforme, pois muitos deles respondem a grupos de poder religiosos. Atualmente, o Brasil está nessa categoria, onde as relações entre religião e política não são estanques, muito pelo contrário, a primeira está condicionando a segunda, com direta influência nas políticas públicas relacionadas à educação e à sexualidade (BURITY, 2018; LIONÇO, 2016). A inclusão do ensino religioso nas escolas, por exemplo, explicitado no enunciado do *Podcast* 61 (2016):

[...] o Brasil é oficialmente o Estado Laico [...] um aspecto que contraria essa postura é o ensino religioso nas escolas públicas brasileiras. [...] No país [sic] que não são laicos teocráticos, a religião exerce controle político na divisão das ações governativas [...] (PODCAST 61, 2016).

Os discursos de liberdade religiosa são inconclusivos e até contraditórios, atravessam o sincretismo e as prerrogativas do Estado Laico; dessa forma é possível ter uma disciplina de ensino religioso institucionalizada nas escolas, ao mesmo tempo em que a educação sexual intencional não pode ser institucionalizada. Um dos efeitos de um discurso conservador e fundamentalista, tratando-se de gênero e sexualidade, é a tentativa de desqualificação de um campo acadêmico chamado Estudos de Gênero com a pecha da Ideologia de Gênero, encampadas por projetos de lei do movimento Escola sem Partido (LIONÇO, 2016; MARAFON, 2018).

Destaca-se ainda a movimentação que as religiões realizaram nesse cenário, especialmente os evangélicos<sup>52</sup>. Burity (2018) propõe uma reflexão sobre o modelo de “ocupação do espaço público” pela religião, realizado ao longo das últimas três décadas por quatro vias: a via político-eleitoral pentecostal a via de incidência pública ecumênico-ativista e a via da culturalização das religiões afro-brasileiras. No entanto, a quarta via, hierárquico-ecclesiástica do catolicismo, suas pastorais e sua relação de Igreja com o Estado, veio, durante essas últimas décadas, perdendo força. Em contrapartida, a *via político-eleitoral pentecostal*, por meio da chamada bancada evangélica, já vinha ganhando espaço nas décadas anteriores, e atualmente existe uma tendência de crescimento. Na legislatura anterior, a chamada “Bancada Evangélica” era formada por 75 deputados e 3 senadores, um total de 78 parlamentares; porém, nas últimas eleições (pleito de 2018), seu espectro foi ampliado no Congresso Nacional, com 84 deputados na Câmara dos Deputados e 7 no Senado Federal, totalizando 91 parlamentares (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Além disso, os pentecostais não são a única força religiosa e pluripartidária organizada no Congresso Nacional, existem outras correntes também, como a Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana e religiosos de outras denominações, alinhando-se em bloco para votarem questões relacionadas à pauta moral e de costumes.

Esse embate, da legitimidade ou não de uma educação sexual nas escolas, e seu permanente bloqueio político só agrava a discussão e o acolhimento de outra questão, cada vez mais vivenciada pelas meninas em nosso país: a gravidez na adolescência. Demonstrando a influência de um discurso religioso, o fragmento enunciado no *Podcast* 81(2016) insiste como um dos fatores prováveis para a gravidez na adolescência, uma possível reprodução da “queda dos comportamentos conservadores” desses adolescentes que:

---

<sup>52</sup> Aqui, faz-se necessária uma distinção: não são todas as denominações evangélicas que aderiram a essa prática de ocupação do espaço público por meio da política partidária; existem igrejas em que essa prática é terminantemente proibida. Existem também católicos e outras matizes religiosas que ocupam esse espaço, mas o destaque na atual conjuntura é para os evangélicos de forma geral.

[...] Na maioria das vezes têm o mesmo histórico dos pais, **a queda dos comportamentos conservadores**, a liberdade idealizada, o hábito de ficar, encontros eventuais e a não utilização de métodos contraceptivos, embora haja distribuição gratuita em órgãos de saúde públicos, seja por desconhecimento ou por tentativa de esconder dos pais a vida sexual ativa, fazem com que cada dia atividade sexual infantil juvenil cresça e, conseqüentemente, haja um aumento do número da gravidez na adolescência. (*PODCAST* 81, 2016, grifo nosso).

Que comportamentos conservadores poderiam contribuir para diminuir a gravidez na adolescência? Visto que as práticas discursivas no início do século XVII, por exemplo, consideravam o casamento para as meninas, ainda adolescentes, com homens bem mais velhos como natural, e mais, o noivo era escolhido pela família e muitas vezes a menina nem o conhecia. Durante o século XIX e XX, a idade entre homens e mulheres se tornou mais próxima e os motivos dos casamentos foram se tornando objeto da decisão dos noivos (LEVY, 2009), ou seja, a queda desses comportamentos pressupõe que em outros tempos o comportamento seria melhor, parece existir no imaginário discursivo uma pretensa volta a comportamentos conservadores do passado, mas ela é anacrônica e não faz sentido, além de ser fantasiosa. Seria mais adequado dar uma formação em educação sexual, com conhecimento, reflexão e questionamento, para uma efetiva mudança de atitudes, concepções e valores, alinhados ao desenvolvimento de uma cidadania ativa (MAIA; RIBEIRO, 2011).

O pensamento de que o Brasil, em geral, não é uma sociedade conservadora é extremamente questionável, voltando-se o olhar para algumas perspectivas específicas, relacionadas à sexualidade. Por exemplo, a discussão do aborto em nossa sociedade é um tabu. É justamente o assunto que aborda o *Podcast* 39 (2016):

A questão que interfere na legalização do aborto, é que o Brasil cuja maioria da população é cristã, é contra o aborto pelo fato de acreditar que somente Deus tem o poder de tirar uma vida e os pais têm que ser responsáveis e arcar com as conseqüências (*PODCAST* 39, 2016).

Em primeiro lugar, o fragmento “o Brasil [...] maioria [...] cristã” demonstra a relação entre religião e aborto, o discurso religioso interfere diretamente nessa questão. Novamente é de se pensar a relação entre religião e Estado, as articulações políticas com o aumento da representatividade da bancada evangélica e a sua articulação com os cristãos, colocando-se, terminantemente, contra qualquer regulamentação do aborto de fato uma das reações antidemocráticas e dessecularizadoras apontadas por Burity (2018). No caso de se propor algum debate dessa questão na escola, no contexto de uma educação para sexualidade, a ação seria

taxada como ativismo da ideologia de gênero; mas, de outro lado, o que ocorre na prática é que a menina, a adolescente ou a mulher não podem de fato fazer uma escolha, e têm restringido o direito sobre seu próprio corpo; portanto uma produção de verdade religiosa é exercida sobre os corpos das mulheres (FOUCAULT, 2003).

Em segundo lugar, no fragmento “os pais têm que ser responsáveis e arcar com as consequências”, na realidade brasileira, na maioria das vezes, as meninas, adolescentes e mulheres ou as avós é que acabam arcando com essas responsabilidades e não o responsável do gênero masculino, o pai. Procurou-se pesquisas para embasar essa hipótese e a surpresa foi não ter encontrado nenhuma pesquisa acadêmica privilegiando em seu recorte a paternidade adolescente, ou pais-meninos. Encontrou-se, sobre o tema, somente um artigo publicado em um jornal do Distrito Federal, assinado por Jéssica Antunes, relatando a falta de estatísticas governamentais sobre a quantidade de adolescentes de 13 a 19 anos que são pais, visto que o enfoque das pesquisas sobre gravidez na adolescência está nas meninas-mães e nas consequências para a família (ANTUNES, 2018). Reforça-se assim o apagamento do gênero masculino no discurso do pós-parto das adolescentes e, por consequência, essas práticas discursivas cristalizam a reprodução do abandono e da não presença dos meninos-pais na criação de suas filhas e filhos.

O Brasil é um país historicamente multicultural, incluem-se nessa diversidade as crenças, rituais e religiões de vários povos, encontrando-se, por vezes, de formas sincréticas. Sendo o Brasil um Estado laico, existe a liberdade religiosa em todo território nacional. Contudo, a laicização está, nas últimas décadas, em cheque, sobretudo pela ocupação dos espaços públicos, principalmente os eletivos pelas denominações religiosas, legislando em função das próprias crenças, não observando os anseios de outros religiosos e não religiosos, ou seja, do bem comum. Assim, o enfoque dado aqui da gravidez na adolescência, contrastada com o aborto, diz muito sobre as relações de poder conservadoras mantidas pelo apagamento do gênero feminino quanto às decisões sobre seu próprio corpo, bem como sobre o apagamento do gênero masculino na questão da assunção da paternidade.

Portanto, a religião, sobretudo, as matrizes cristãs no Brasil, fazem funcionar um tipo de discurso como verdadeiro, valorizam esse discurso e somente alguns têm poder de dizer sobre esse verdadeiro (FOUCAULT, 2009). O poder sobre o discurso da sexualidade não funciona somente enquanto aconselhamento espiritual, mas na prática, com a influência decisiva no Estado dos religiosos e de seus representantes, cria e aprova leis e políticas públicas de saúde e educação, levando para essas políticas seus discursos e crenças, impondo uma só

visão de mundo e de possibilidade de existência para toda população; ou seja, existe, na atualidade, uma acirrada disputa pela moralidade pública (ALMEIDA, 2017).

#### 4.5 Mdiatização e os sentidos da política

As condições políticas e sobretudo os sentidos nos discursos do que se entende por política estão em alguns enunciados destacados nos *podcasts*, em especial, no *Podcast 32* (2016):

Boa tarde bem vindos a mais um programa estudantes futuro do país bom hoje nós falaremos sobre o movimento social conhecido que ocorreu em 1984 [...] deu início ao movimento que mais tarde culminou a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência em 1985 [...] o povo brasileiro descobriu o seu poder e atualmente por tudo que estamos passando espero que saibamos usufruir desse poder que foi tão difícil de ser conquistado. Então hoje nós digamos [sic]: abaixo a corrupção (*PODCAST 32*, 2016).

O movimento descrito acima é o das *Diretas Já*, houve uma atualização desse acontecimento retratado nesse *podcast*. Esse movimento, ocorrido nos anos 1980, relaciona-se com o ano de 2016, em primeiro lugar porque era ano de eleições para o executivo e legislativo municipais, de prefeitos e vereadores, nessas duas épocas. Em segundo lugar, dado o discurso sobre a corrupção, gestado e reproduzido incessantemente na mídia desde o chamado “mensalão”, a partir de 2005 (BATISTA, 2013), tornando-se mais agudo depois das manifestações pós-2013, caso do *Podcast 64* (2016) e do *Podcast 96* (2016):

Olá Hoje vamos falar sobre **corrupção no Brasil** a corrupção no Brasil afeta diretamente o bem-estar dos cidadãos brasileiros quando diminui os investimentos públicos na saúde, na educação, na infraestrutura, segurança, habitação entre outros direitos essenciais a vida, e fere criminalmente a constituição quando amplia a exclusão social e a desigualdade econômica (*PODCAST 64*, 2016, grifo nosso).

A **corrupção** pode ser definida como utilização ato poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para seu próprio interesse, de um integrante da família ou amigo, a corrupção é crime [...] infelizmente está presente nas 3 esferas do poder legislativo, executivo e judiciário (*PODCAST 96*, 2016, grifo nosso).

Assim, as formações discursivas sobre política remetem, muitas vezes, à “corrupção”, e, principalmente, à autoria dessa por “políticos corruptos”. No currículo da disciplina de sociologia aborda-se a política, formas de governos, estrutura do Estado, cronologicamente, no

3º ano. A percepção de educandas(os) sobre o debate em torno da política restringe-se à política partidária, ao desinteresse sobre o tema, à desconfiança, ao interesse particular dos políticos, às vantagens, ao enriquecimento, resumindo-se, à ideia de corrupção. Essa é a representação da política, ainda que em parte, da maioria dos estudantes, sedimentada em sua subjetividade, não sendo exclusividade deles, visto que está nos discursos em toda a sociedade. Nas últimas décadas, o enunciado “corrupção” povoa boa parte dos veículos da grande mídia, jornais, revistas, rádios, televisões, suas extensões e seus equivalentes na internet. Segundo Silva (2000), isso mostra o quão longe chegamos com a vontade de saber sobre a corrupção. Esse autor utiliza a metáfora do corpo doente, fazendo um paralelo com a corrupção no Estado, e essa associada a uma memória discursiva<sup>53</sup> em enunciados recorrentes: como um “vírus”, uma “doença”, um “câncer” entre outros. Como pensar a separação de um corpo doente (Estado/público) de uma mente sã (privado)? Parte considerável dos pesquisadores sobre o tema da corrupção concorda que essa noção resulta na ideia de uma subversão do público pelo privado (HEIDENHEIMER, JOHNSTON; LEVINE, 1989; HUNTINGTON, 1968). Conforme Carvalho Júnior (2007), existe, nos termos de Foucault, uma governamentalidade liberal e seu traço mais importante é assegurar o jogo entre o mercado e o Estado, garantindo a liberdade necessária para que tal jogo se realize. No limite, deve-se garantir a liberdade do processo econômico ao mesmo tempo em que não se torne um perigo às liberdades individuais e, nessa perspectiva, os interesses liberalistas só se mantêm “puros” ou livres de corrupção somente se existirem mecanismos de segurança certificando a separação da esfera pública da esfera privada (CARVALHO JÚNIOR, 2004).

O problema, na perspectiva desse mesmo autor, é a impossibilidade de remover interesses privados da ação política ou da administração pública; então, para amenizar essa questão, foi criada a ficção jurídica do *interesse público* por meio das regras, rituais e gestos performativos, com o objetivo de assegurar a pureza do domínio público. Na realidade, o autor enfatiza a inversão desse discurso, é imperativo para a legitimação do Estado burguês passar a imagem de que o jogo de interesses privados atue como se fossem interesses públicos (CARVALHO JÚNIOR, 2004). Do ponto de vista do modelo jurídico-discursivo liberal, o autor destaca que existem duas ficções tratadas como pressupostos: a primeira é a separação categórica entre interesse público e privado; a segunda é uma suposta neutralidade das categorias jurídicas, a lei é igual para todos, sendo que os atos de transgressão social são

---

<sup>53</sup> Na concepção pecheutiana, a memória discursiva é produzida por meio dos pré-construídos, de implícitos, citações, discursos relatados e transversos, sob o efeito de retomadas, remissões e efeito de paráfrases (PÊCHEUX, 1999).

tributados aos determinantes internos dos indivíduos. Na segunda ficção, pode-se acionar uma memória discursiva referente ao enunciado “a lei é para todos”, relacionando-o com os discursos contra a corrupção acionados e reproduzidos incessantemente pelo dispositivo midiático.

A razão de ser das regras que separam o corrupto do não-corrupto está nas próprias regras de sua separação. Essas regras são estipuladas criando limites do que pode ser considerado normal na relação entre público e privado (CARVALHO JÚNIOR, 2007). Nos Estados Unidos, por exemplo, existe a figura regulamentada do lobista (GOZETTO, 2012). Em comum, Silva (2000) e Carvalho Júnior (2007) compreendem que não é possível eliminar a corrupção sem eliminar a política e o próprio Estado liberal, contudo a subjetividade criada sobre a política em termos do moralismo, da simplificação binária entre bem e mal, e a personificação individualista da corrupção é insuficiente para aprofundar atitudes democráticas de conscientização sobre o debate público, melhor escolha de candidatos, distanciando-se assim, de algum tipo de totalitarismo. Nessa perspectiva, o *Podcast 34* (2016) exemplifica essa insuficiência do debate público sobre política e corrupção, ele é tomado pelos enunciados correntes à época - política, corrupção, desvio e patriotismo:

Muitos de seus aliados têm dito mesmo, e temos provas de que ele está roubando, é crime [sic] a constituição até quando existirão políticos de estimação, onde roubar é certo e discordar de suas atitudes é errado. Pesquisas comprovam que a insatisfação do brasileiro aumenta e o patriotismo diminui, o que vamos fazer? Até quando? Que país é esse? Até o próximo programa (*PODCAST 34*, 2016).

O discurso midiático sobre corrupção personificou essa prática negativa, atrelando-a aos significados da política partidária e, em conjunto com outros fatores, levou à precipitação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff no ano de 2016, embora esse movimento se inicie num momento anterior, reunindo outras forças. Uma delas foi a força religiosa, sob a direção dos pentecostais, a partir de 2013. Os evangélicos mudaram de posição e começaram a combater o projeto lulista, o qual apoiaram até meados do segundo mandato de Dilma Rousseff e, junto com ele, as vias ecumênicas/ativistas e afrodescendentes. Essa onda se quebra em cheio nas conquistas democráticas do período anterior, além de uma reação antidemocrática e dessecularizadora (BURITY, 2018). Esse modelo pentecostal aderiu também à forma de coalizão política, típica do presidencialismo brasileiro. Portanto, não existe uma fronteira nítida entre atores e demandas, entre a moralidade pessoal e a impessoalidade republicana, entre a

confessionalidade da política e a divisão entre religião e Estado. No entanto, a separação entre Estado e religião sempre é reafirmada por todos os espectros de religiosos.

É preciso retomar ainda outra força: o discurso misógino e sexista que atravessou todo o período do governo Dilma Roussef até sua retirada do poder, com seu impedimento. Nas manifestações de rua e nas redes sociais, por todo o país, esse discurso se fazia presente. A mídia impressa, por meio das revistas ISTO É, Época e Veja, também produziram e reproduziram tal discurso, pois os conservadores e a grande mídia nunca aceitaram o empoderamento feminino (AMORIN et. al., 2017); fato é que a primeira mulher na presidência da república brasileira sofreu para além das questões político-administrativas das quais fora acusada.

Nesse contexto, um outro enunciado emergiu na sociedade e, nos últimos anos, com mais força - o termo *politicamente correto*. Para a pesquisadora Moira Weigel (2018), politicamente correto é simplesmente o sinônimo de se ter educação com as outras pessoas. Contudo, conforme Weigel, essa expressão sugere outra coisa, um conjunto de forças poderosas suprimindo as verdades inconvenientes e patrulhando o idioma. O conceito de politicamente correto é ambíguo, os retóricos antigos gregos o chamariam de exônimo: um termo para definir outro grupo, indicando que o falante não pertence a ele. Ninguém diz que é politicamente correto, esse termo é sempre uma acusação. Mais ainda, conforme a autora, a oposição ao politicamente correto é uma forma muito eficaz de criptopolítica<sup>54</sup>, pois transforma o ambiente político agindo como se fosse apolítica.

Ironicamente, conforme a autora, esse termo emergiu de uma esquerda radical, surgindo entre os anos 1960 e 1970. Segundo Ruth Perry - professora de literatura do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), ativista nos movimentos feministas e pelos direitos civis -, muitas pessoas dessa esquerda radical liam o *Livro vermelho* e ela supõe que seus amigos tenham tirado o adjetivo “correto” dessa obra, mas não tinha o mesmo sentido que Mao Tsé-Tung utilizava, mas como um empréstimo irônico de um famoso discurso seu traduzido com o título “Sobre o tratamento correto das contradições no seio do povo”. O “politicamente correto” se tornou uma espécie de piada interna dentro da esquerda estadunidense. Quando a pessoa tentava ser virtuosa demais, o termo era utilizado com ironia, diz Perry, chamando a atenção para o dogmatismo (WEIGEL, 2018).

---

<sup>54</sup> Crypto vem da palavra grega *kryptos*, significa oculto, secreto. Portanto, a criptopolítica é uma maneira de ocultar determinadas intenções e práticas políticas, é esse o sentido utilizado nesta tese.

Até meados dos anos de 1970, esse era um discurso encontrado nos círculos da esquerda. Contudo, a partir de financiamento de doadores conservadores, criação de *think tanks* e “institutos de formação”, cursos de liderança, telejornalismo e bolsas especiais para estudantes conservadores, pós doutorandos e professores nas universidades de prestígio, começou um combate aos liberais (atentando-se que nos Estados Unidos o liberalismo não tem a mesma conotação que tem no Brasil) e às ideias de esquerda dentro da academia. Desde fins dos anos 1980, esse movimento foi pulverizando-se, naquele país, em *best-sellers*, com críticas à educação superior nos Estados Unidos (EUA). No início dos anos 1990, revistas conservadoras de grande circulação entraram nesse discurso. Depois vieram os veículos como *New York Times* e a *Newsweek*. Livros e artigos reagiam de alguma maneira às mudanças reais ocorridas nas universidades estadunidenses, como inclusão de *queers*, negros e mulheres, enquanto produtores de conhecimento nas universidades (WEIGEL, 2018).

Conforme Weigel (2018), depois de 2001 as discussões sobre o politicamente correto desapareceram do debate público. Em seu lugar estavam as questões do islã e do terrorismo. Porém, o politicamente correto retorna nos últimos anos do governo de Barak Obama (2009 a 2017). Ou melhor, segundo a autora o antipoliticamente correto (antiPC) voltou, houve uma grande reação ao *Black Lives Matter*<sup>55</sup> (Vidas Negras Importam) e aos movimentos contra a violência sexual, os quais foram menosprezados e criticados pelo patrulhamento do discurso. A primeira onda do antiPC era direcionada aos liberais e aos fantasmas do totalitarismo, contudo, essa nova onda, direcionou-se para estudantes e professores (os *millenials*), taxados de narcisistas, de mimados e, ainda, de quererem interditar as pessoas em expressar opiniões mesmo que essas fossem ofensivas.

Em 2015, Jonathan Chait, um colunista da revista *New York*, publicou um dos primeiros textos de grande repercussão do antiPC, com o título: “Algo não muito politicamente correto de se dizer”. Ele alertava para o perigo do politicamente correto ter ultrapassado o ambiente universitário e invadido as redes sociais, exercendo enorme influência sobre jornalistas e comentaristas da grande imprensa. A estratégia era fazer anedotas, caricaturas dos alvos de suas críticas, desqualificando-os e insistindo nas falácias de que outros julgavam o que era importante ou não nos debates; contudo eram eles próprios, os propagadores do politicamente correto, que faziam tal julgamento, caíam na mesma contradição: queixavam-se de serem silenciados em veículos de grande circulação. Os liberais de centro, Donald Trump, neonazistas

---

<sup>55</sup> Esse movimento foi reativado em maio de 2020, em meio à pandemia da COVID-19, com os históricos protestos nos EUA, depois do assassinato de George Floyd por policiais em Minneapolis (BBC, 2020).

e páginas de extrema direita se alinharam no discurso do antiPC. Trump acabou vencendo as eleições para presidente dos EUA no ano de 2016 e continuou com a retórica do antiPC e dos inimigos poderosos internos (WEIGEL, 2018).

Weigel (2018) diz ainda que muitos especialistas concluíram que o “politicamente correto” estimulou uma onda de lideranças populistas que varreu Europa e EUA, esses líderes perceberam o poder que o antiPC tinha para atrair eleitores, a maioria brancos, insatisfeitos com o *status quo* e ressentidos com mudanças do padrão cultural e social; sendo assim, utilizaram o antiPC como uma arma para tomar o poder, e pior, adversários do politicamente correto sempre se disseram contra o autoritarismo, mas acabaram abrindo caminho para o autoritarismo populista. Essa mesma onda, articulada com a onda conservadora, quebrou no Brasil nas eleições de 2018 e, apesar de suas especificidades, assemelha-se em muitos pontos com a estratégia utilizada nos EUA.

#### **4.6 As condições de possibilidade no Ensino de Sociologia**

No primeiro ano do ensino médio, as educandas e educandos têm o primeiro contato com a disciplina de sociologia, e com a própria Sociologia. Uma novidade em seu currículo, por isso, a curiosidade é expressiva. No início, aborda-se o processo de desnaturalização e estranhamento da realidade, passa-se para a discussão da diferença entre senso comum e ciência, trata-se o ser humano como ser social, fala-se da Sociologia e do trabalho do sociólogo, da socialização, das interações sociais e, finalmente, da construção social da identidade (SÃO PAULO, 2014). Basicamente esse percurso seguem as OCEM, pensando na *desnaturalização* e no *estranhamento* da realidade como um princípio (TAKAGI, 2006; DOS ANJOS, 2018). Destaca-se a discussão entre senso comum e ciência que é colocada em debate no 1º ano. Nesse contexto, acrescenta-se a importante contribuição da *imaginação sociológica* para uma melhor compreensão da História (cenário amplo dos acontecimentos) relacionada à biografia (a trajetória de vida pessoal); essa atitude é vista como uma capacidade de leitura da realidade e, conforme Mills (1972) faz deslocar as pessoas do senso comum para uma maior proximidade com a Sociologia. Contudo, falta essa importante abordagem nos Cadernos de Sociologia propostos pelo estado.

Surgem então questionamentos do mesmo tipo do enunciado no *Podcast 07* (2016):

[...] a gente tem percebido uma coisa em quase todos os comentários de vídeos científicos, sempre aparece algum amante ou ateu da ciência falando que a ciência é tudo e Deus não é nada, ou algum Cristão qualquer desacreditando

fato científico e chamando todo aquele que segue ciência de tolos [...] acreditar em alguma religião não implica a descoberta científicas [sic] por mais que ela seja contraditória com suas crenças (PODCAST 07, 2016).

É colocada a divergência entre Ciência, “amante [...] ateu da ciência” e a Religião, com um “Cristão” que desacredita o “fato científico”. A solução dada pelo grupo foi “[...] acreditar em alguma religião não implica a descoberta científicas [sic]”, ou seja, uma coisa não anula a outra; contudo, atualmente, existe um movimento de alguns representantes religiosos colocando de forma dicotômica religião e ciência. A religião tem grande poder de influência política em nossa sociedade, como já destacado (BURITY, 2018), direcionando, em última instância, políticas públicas que deveriam pautar suas diretrizes com base em ciência, saúde e educação. Isso abre espaço para discursos em que crenças se sobrepõem à ciência, sobretudo no momento de pandemia da COVID-19 e, mais gravemente, colocando-se em dúvida e contrariando as orientações científicas sobre a prevenção e o distanciamento social (OPAS/OMS BRASIL, 2020). Discursos esses articulados nas maiores rede sociais por *youtubers* que se beneficiaram com essa onda conservadora.

Outro princípio marcante no Ensino de Sociologia, desde a LDB de 1996, é a formação para a cidadania (GESTEIRA, 2018). Toda essa discussão vai aparecer no currículo paulista durante todo o 3º ano. Inicia-se com a pergunta: o que é cidadania? Passe-se à definição, desdobramentos no significado de cidadania, direitos e deveres, o processo de constituição da cidadania no Brasil, entre outros. Chega-se à importância da participação política, movimentos sociais, organização política do Estado brasileiro, sistemas de governo, entre outros e, finalmente, fala-se da não cidadania, desumanização, reprodução da violência e desigualdade social e o papel da esperança e do sonho na transformação da sociedade (SÃO PAULO, 2014). Essa discussão é condensada no enunciado do *Podcast 11* (2016):

[...] exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações, garantindo que estes sejam colocados em prática, exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. **Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da Educação de um país** (PODCAST 11, 2016, grifo nosso).

O enunciado do *Podcast 14* (2016) traz a memória discursiva de uma definição trabalhada em sala de aula, as discussões sobre o cidadão autêntico:

Geralmente pensamos que cidadania é apenas exercer os nossos direitos e deveres históricos, como por exemplo, direito de votar, porém a cidadania envolve outras coisas também, ela é uma construção coletiva e constante que

só existe quando tem a participação dos cidadãos, ela nos chama a superar o comodismo e o vício social de esperar que os políticos façam tudo para nós. Não é **cidadão autêntico** aquele que fica em casa sentado reclamando numa poltrona, da vida e do governo como se reclamar adiantasse alguma coisa, se quer mudança temos que lutar e ajudar a ser um mundo novo (*PODCAST 14*, 2016, grifo nosso).

Dentre todos os *podcasts* com a pauta sobre cidadania e gênero, somente o *Podcast 66* (2016) atingiu a maioria dos objetivos desse trabalho, qual seja, relacionar a cidadania ao gênero, apoiando-se em referências estatísticas<sup>56</sup> e científicas:

Quando se trata da população feminina, as condições que levam à conquista da cidadania são remotas, segundo dados da Organização das Nações Unidas trabalhados por Faria Nobre (1997), 70% dos quase 1,3 milhões de miseráveis no mundo são mulheres estes dados ilustram a situação de desigualdade que existe entre homens e mulheres no que diz respeito a concretização da cidadania [...] De acordo com Louro (2003), ao longo da história as mulheres foram segregadas social e politicamente [...] Para Sarraceno (1995), a cidadania ativa é exercida pela participação (*PODCAST 66*, 2016).

Por outro lado, poucos áudios referenciaram a fonte da pesquisa, ainda que essa orientação constasse na oficina e nas explicações dadas em sala de aula, no decorrer do trabalho. Esses dois *podcasts* atingiram esse objetivo: “[...] bem interessante esse assunto né? para mais informações **no site [www.dge.mec.pt/guioesda-educacao-genero-cidadania](http://www.dge.mec.pt/guioesda-educacao-genero-cidadania)**, ficamos por aqui galera, o Informa Mais, até amanhã e uma ótima tarde” (*PODCAST 24*, 2016, grifo nosso). “O papel social de gênero permite conhecer as diferenças sexuais num determinado momento ou local **referências site Conceitos e Wikipédia** boa tarde até logo” (*PODCAST 122*, 2016, grifo nosso).

Como fonte de pesquisa, alguns sítios foram mais acessados, sua recorrência apareceu na consulta feita ao programa *CopySpider*, destacando-se: <https://www.significados.com.br/> - é um sítio com domínio (endereço na internet) brasileiro, no entanto, pertencente a uma empresa de comunicação digital de Portugal. Foi base para consulta sobre sociologia, gênero e cidadania em 15 *podcasts*. Conta com revisores técnicos brasileiros licenciados em Letras, em sua maioria, História, História da Arte, Filosofia, bacharéis em Direito, Economia, Recursos Humanos, Comunicação Social e Química (SIGNIFICADOS, 2020). O segundo sítio mais

---

<sup>56</sup> É importante frisar que a Sociologia, fundou-se como ciência a partir da obra clássica *O suicídio: estudo de sociologia* escrita por Émile Durkheim que tem como central o método de análise estatística. Ao demonstrar a relação existente entre o suicídio, à época considerado como uma escolha pessoal, e as mudanças na sociedade, Durkheim conseguiu caracterizar e definir um “fato social” (DURKHEIM, 2000). Esse é outro possível exercício de interdisciplinaridade agora entre a Sociologia com a disciplina escolar de Matemática.

acessado, com 8 consultas sobre gênero e sociologia, foi o Portal Sociologia. O endereço é brasileiro: <http://www.sociologia.com.br/o-conceito-de-genero/>, contudo esse portal não pertence a um brasileiro, mas a uma socióloga francesa, sendo produzido por Léa Mougeolle, formada na universidade de *Boudeaux* e mestra pela *La Sorbonne Nouvelle* de Paris. Existe uma relação da pesquisadora francesa com o Brasil - as pesquisas da autora em favelas francesas e brasileiras; por isso ela enuncia que “[...] adora escrever e estudar sobre o Brasil” (PORTAL SOCIOLOGIA, 2020). A autora criou um sítio com domínio brasileiro para divulgar pesquisas, textos didáticos e aulas. Seu portal é descrito como fomentador do conhecimento sobre ciência humana e oferece vários modos de participação nos conteúdos e interação, além da leitura dos textos (PORTAL SOCIOLOGIA, 2020).

O próximo sítio é o Infopédia Dicionários Porto Editora; novamente, deparamo-nos com um conteúdo de Portugal, no endereço: [https://www.infopedia.pt/\\$genero](https://www.infopedia.pt/$genero), o qual teve 6 consultas sobre o verbete *gênero*. Esse sítio contém vários dicionários em diversas línguas (INFOPÉDIA, 2020). Finalmente, o sítio Conceito.De, no endereço <https://conceito.de/genero>, teve 5 consultas no verbete Conceito de *gênero*. Não existem informações sobre quem produz esse sítio, nem de onde é, mas analisando a grafia, em suas páginas parece de procedência portuguesa, pois utiliza acentos e palavras do português de Portugal como “*colectamos*”, “*direccionada*”, “*afectar*” entre outras. Além disso, o endereço não tem o “.br”, indicativo do domínio do sítio não ser brasileiro (CONCEITO.DE, 2020).

Outra fonte foi o GUIÃO DE EDUCAÇÃO GÊNERO E CIDADANIA 1º CICLO, um livro produzido pelo ministério da educação de Portugal, contando com 3 referências, disponível no endereço: <https://docplayer.com.br/7606173-1o-ciclo-guiao-de-educacao-genero-e-cidadania-guiao-de-educacao-genero-e-cidadania-1o-ciclo.html>. É preciso pontuar aqui a questão da educação sexual em Portugal, seu enquadramento legal ocorreu em várias etapas entre 1971 e 1984, estabelecendo “a educação sexual como componente do direito fundamental à educação” (RIBEIRO, 2013), ou seja, desde o início da década de 1970 já existia essa preocupação, entretanto, somente a partir da Lei nº 120/1999 e da Lei 60/2009, tornou-se obrigatória a educação sexual nos ensinos básico e secundário naquele país (OLIVEIRA; CHAGAS, 2010). A inclusão portuguesa da educação sexual formal há décadas, a proximidade do idioma e o acúmulo de material disponível na rede pode explicar o maior acesso a esses textos do que aos conteúdos brasileiros. Portanto, identificou-se uma possível lacuna na rede mundial de computadores sobre esse assunto, a ser explorada por pesquisadoras(es) e educadoras(es).

De outro lado, alguns áudios referenciaram trabalhos científicos mais complexos, como o da professora Dra. Neuma Aguiar – socióloga -, referenciada em 3 *podcasts*, com o capítulo Cidadania, concubinato e patriarcado: relações de gênero e direitos civis na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, do livro *Cidadania, justiça e violência*, no endereço: <https://www.monografias.com/pt/trabalhos-pdf902/relacoes-de-genero/relacoes-de-genero.shtml>. Porém, a produção dos roteiros limitou-se somente à reprodução. Portanto, a pesquisa teve como uma das condições de possibilidade a consulta massiva à internet, todavia, além dessa condição e conforme relatado acima, a maior referência não foi feita a sítios brasileiros com conteúdo sobre sociologia ou gênero, mas sim a sítios estrangeiros ou sob o domínio de estrangeiros, sobretudo os portugueses, por causa do idioma.

Considera-se, após a análise desse recorte das condições de possibilidades, relacionando-o aos objetivos da tese, a emergência e distinção de quatro dispositivos em funcionamento em termos foucaultianos: o dispositivo conservador, o dispositivo da sexualidade, o dispositivo escolar e o dispositivo midiático. Esses dispositivos se relacionam e articulam-se uns aos outros. No contexto do sistema capitalista, a partir da *governamentalidade neoliberal* inserida nos dispositivos aqui elencados, existe grande influência na produção de subjetividades como o separatismo, a fragmentação e a atomização dos sujeitos dentro de um discurso neoliberal individualista, meritocrático e competitivo, interferindo cada vez mais na não aceitação do outro, das minorias e do “estar junto” no mundo.

O primeiro dispositivo é o *dispositivo conservador*, articulando-se aos discursos de uma sociedade conservadora, patriarcal, machista e com raízes racistas; da não aceitação das minorias e diversidade com uma parcela das matrizes religiosas dominantes, que rompem a divisa entre a laicidade e o Estado, com a crescente representatividade e influência nas políticas públicas e leis, sobretudo, na produção de verdade no *dispositivo da sexualidade*. Esse dispositivo em conjunto com o antiPC e as representações políticas simplistas de corrupção, nos discursos apolíticos e na individualização desse processo, colaboram com a manutenção do *status quo*, dos privilégios e do poder e, ao mesmo tempo, colocando em cheque a grande mídia, as fontes de informação, a ciência e a educação.

Conectando-se a todos os dispositivos como mecanismo difusor de discursos, tem-se o *dispositivo midiático*, com a profusão e o aperfeiçoamento dos processos técnicos em relação à comunicação, seus discursos, estudos, regulamentações, organizações arquitetônicas, relações de poder, reflexividade e a rede estabelecida entre todos esses elementos. Midiatizando a cultura e as relações sociais, espalhando-se por meio de pós-verdades, fake news abastecendo uma parte do *dispositivo conservador*.

O *dispositivo escolar*, proposto por Gregolin (2015), atualizado por meio dos discursos das legislações e orientações curriculares, sobretudo a partir do Ensino de Sociologia, recortado nesta tese, enfatizando gênero e sexualidade por meio de práticas e utilizando o suporte *podcast*. Ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, há um movimento de negação e de deslegitimação do Ensino de Sociologia e da Educação Sexual, respectivamente, ativo dentro e fora desse dispositivo.

Esse trabalho com o Ensino de Sociologia a partir de práticas e utilizando o suporte *podcast* está longe da pretensão de alguma transformação massiva e imediata dessa realidade ou de mudança a curto prazo de um discurso hegemônico disseminado na sociedade, mas mesmo com a produção vigente e esmagadora de subjetividades na relação com os outros dispositivos, na perspectiva de Deleuze (1996), existem linhas de fuga no dispositivo, processos sempre mutáveis conforme a história se move. Assim, existem possibilidades de resistências e de subversões locais (que, porventura, podem ser propagadas em rede, espalhando-se pelo mundo, somando-se com outras experiências), bem como podem existir outros preenchimentos estratégicos respondendo a novas urgências no dispositivo (FOUCAULT, 2003). Mesmo que passem por pequenas frestas no discurso, é o que veremos nas análises: as condições de possibilidade de subversão e de polissemia das temáticas discutidas neste trabalho.

#### 4.7 Temas direcionados – categoria: gênero na Sociologia, na diversidade cultural e na cidadania

Nas pautas dadas para os três anos do ensino médio, direcionou-se a discussão para a categoria gênero, a partir da disciplina de Sociologia (1º ano - Gênero e Sociologia), da diversidade cultural do país (2º ano - Gênero e Diversidade Cultural) e do entendimento do que é cidadania (3º ano - Gênero e Cidadania) - Tabela 7:

**Tabela 7** – Organização dos *podcast* analisados

PODCASTS PRODUZIDOS	DIRECIONAMENTO		SUBCATEGORIAS	PODCASTS
	Temas Direcionados	Categoria Gênero	1º ano Gênero e Sociologia	20
			2º ano Gênero e Diversidade Cultural	24
			3º ano Gênero e Cidadania	26
149	70			

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Ressalta-se que, em muitos casos, a categoria gênero, em sua relação com as outras categorias propostas, foi trabalhada nas pesquisas feitas por educandas e educandos de forma desconexa. Exemplo dessa situação é o *Podcast 02* (2016), sobre Sociologia e Gênero. Ele foi produzido por educanda(os) do 1º ano. Coloca-se em evidência a transcrição desse episódio na íntegra, pois representa uma síntese do oposto da proposição dessa estratégia didática, ou seja, fomentar a pesquisa, a reflexão e a opinião crítica de educandas e educandos.

Antes de iniciar essa análise, faz-se necessário ressaltar duas questões. A primeira questão é a abordagem em sala de aula sobre o conceito de gênero. No 1º ano, essa abordagem só aconteceria no 2º semestre daquele ano, com o tema “Gênero e Desigualdade”, portanto, pautou-se essa discussão de forma antecipada. Educandas(os) dos outros anos já haviam entrado em contato com esse conceito. A segunda questão relaciona-se com as recomendações prévias acerca da produção dos *podcasts*, incluindo-se: pesquisar fontes de informação diversas e confiáveis; produzir um roteiro em grupo; resumir adequando palavras e linguagem para melhor compreensão do conteúdo, tanto pelos participantes quanto pelos ouvintes; corrigir e desenvolver o tema com o educador; utilizar as orientações técnicas para a gravação do áudio e, por fim, construir uma opinião sobre o assunto, dentre outros pormenores constantes na oficina e discutidos em sala de aula. Levando-se em conta tais ressalvas, praticamente nenhum desses procedimentos foi observado nesse *podcast*, por isso, esse áudio não atingiu os objetivos propostos no trabalho. Dessa forma, foi feita somente uma “colagem” do conteúdo de um sítio sobre Sociologia<sup>57</sup>. Assim, o *Podcast 02* (2016) é uma simples paráfrase:

Hoje iremos falar sobre o estudo da Sociologia [sic] gênero. Os sociólogos pesquisam sobre grupos e técnicos específicos sobre as classes pela dividida [sic]: como os políticos, trabalhadores, esportistas e entre outros, ela também estuda os gêneros. **O vocabulário gênero** pode se referir ao conjunto de seres que tem uma mesma origem, ou que apresentam características comuns, e a espécie ou ao tipo a que pertencem pessoas ou coisas. Características da Sociologia: a Sociologia não deixa de ser **uma disciplina humanística**, onde oferece a possibilidade de entender a consciência social, formando um espírito crítico em quem estuda. Também usada como **função ideológica**, refletindo a [sic] subsidiando a **ideia de neutralidade e objetividade** das **ciências da natureza**: química, física e biologia. Quando se fala nossos **paradigmas psicológicos** entendemos por **funcionalismo** que estuda interesse [sic] comuns e fazem que a necessidade da população sejam [sic] supridas [sic], o **marxismo** trata-se da **teoria do conflito**, o **interacionismo simbólico** cuida do caráter das ações sociais, o **estruturalismo** a **teoria de sistemas**. (*PODCAST 02*, 2016, grifos nossos).

<sup>57</sup> Endereço do sítio: <http://www.sociologia.com.br/o-que-a-sociologia-estuda/>

No início, enuncia-se a relação da Sociologia com o gênero, mas não há o sentido dessa relação no texto: “Os sociólogos pesquisam sobre grupos e técnicos específicos sobre as classes [sic] pela dividida”, esses enunciados provocam outros sentidos, os da desconexão com o tema proposto; dessa forma, o gênero é tratado como categoria biológica: “[...] o vocabulário gênero pode se referir ao conjunto de seres que tem uma mesma origem apresentam características comuns” e, nessa mesma perspectiva, a uma “[...] espécie ou ao tipo a que pertencem pessoas ou coisas”. Entretanto, não há a questão do gênero vista em uma perspectiva sociológica. Há um silenciamento, uma interdição sobre a noção de gênero enunciado por educandas(os) (FOUCAULT, 1999).

Noções de campos, conceitos e teorias dentro da Sociologia estão totalmente fora do domínio desses sujeitos e, mais ainda, nem tinham sido estudados nas aulas até aquele momento, tais como: “uma disciplina humanística”, “função ideológica”, “ideia de neutralidade”, “objetividade”, “ciências da natureza”, “paradigmas psicológicos”, “funcionalismo”, “marxismo”, “teoria do conflito”, “interacionismo simbólico”, “estruturalismo” e “teoria de sistemas”. Mais adiante, aparece a grande contradição: “[...] a Sociologia não deixa de ser uma disciplina humanística onde oferece a possibilidade de entender a consciência social formando um espírito crítico em quem estuda”. O enunciado não faz sentido para quem o escreveu. Esse é o paradoxo enfrentado durante todo o percurso desse trabalho, pois essa estratégia didática feita com educadas(os) pretende, justamente, o oposto do que foi brevemente analisado nesse episódio, ou seja, fazer sentido e mudar sentidos a partir da criticidade, nos temas relacionados com gênero e sexualidade, mídia e, extensivamente, à tecnologia.

Na maioria dos trabalhos, como no exemplo analisado, educandas(os) apenas reproduzem conteúdos digitais, falta-lhes mais leitura reflexiva e crítica. A cultura do “ctrl+c ctrl+v” revela-se nesse *podcast*, demonstrando marcas do analfabetismo funcional em função da falta de prática de leitura interpretativa em prol da decodificação imediata. As “facilidades” dadas pelos artefatos técnicos, com a crescente simplificação das operações nesses aparelhos, maior acessibilidade, menus iconográficos e navegação intuitiva, junto com a ubiquidade da informação não são sinônimas de uma leitura mais aprofundada. O tempo alargado de uso dos dispositivos televisuais por crianças e adolescentes, pode diminuir a capacidade de esforço intelectual na fase de alfabetização, contudo, quando na escola as concepções teórico-metodológicas corroboram com a mesma lógica mercadológica em sistemas de ensino e apostilas em que as atividades de pesquisa e conteúdo são tão superficiais quanto os produtos

de *marketing* minando substancialmente o interesse desses sujeitos pelas atividades de leitura e de escrita que exijam maior capacidade de concentração e de memória (PRIOSTE, 2017).

Conforme Prioste (2017) é imprescindível a capacidade de leitura e compreensão de texto para um uso produtivo e uma apropriação ativa das próteses digitais, além disso, a escrita auxilia o avanço no desenvolvimento das funções psíquicas de crianças e adolescentes. Nessa perspectiva, a escrita é terapêutica contribuindo para a contenção do fluxo de impulsividade. Dessa forma, fica bastante prejudicada a capacidade de atenção, a concentração e persistência durante o processo de alfabetização, refletindo-se ano a ano em todas as etapas da Educação Básica. Por isso, fica também prejudicada a possibilidade de desestabilização dos sentidos em torno da interpretação ou da transformação. Portanto, não há a base mínima, em muitos casos, para a realização de uma leitura numa perspectiva discursiva (CORACINI, 1991; MOMESSO, 2009). Da mesma maneira pensada para a realização da interdisciplinaridade da disciplina de Sociologia com a Biologia no Ensino Médio, quanto as questões de gênero e de sexualidade, seria oportuno salientar emergência dessa mesma necessidade para com a disciplina de Português nas questões de leitura e de escrita.

No entanto, apesar da aparente pura reprodução dos conteúdos, de certa incapacidade de interpretar esses textos e até da precariedade em trabalhar a própria escrita, numa visada foucaultiana, há sempre o questionamento sobre as condições de possibilidade, as quais fizeram emergir determinado enunciado e não outro em seu lugar, e porque esse recorte e não outro em seu lugar (FOUCAULT, 2000). Pensando a linguagem numa perspectiva discursiva, Orlandi (2012) propõe não ser possível traçar limites claros entre o mesmo e o diferente, assim o funcionamento da linguagem está na tensão entre os processos parafrásticos e os processos polissêmicos. Nos processos parafrásticos em todo dizer sempre há algo que se mantém, é o dizível, a memória, o retorno aos mesmos espaços do dizer, é a estabilização. Nos processos polissêmicos, tem-se a ruptura, o deslocamento da significação. Movimentam-se sujeitos e sentidos entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o ainda por dizer (ORLANDI, 2012). Assim, dadas essas condições de possibilidade em diversos áudios, educandas(os) estão dentro de um processo parafrástico, refletindo as características da chamada “sociedade do conhecimento”. Desse modo, muitas estratégias didáticas utilizam a técnica de forma puramente instrumental. Conforme Duarte (2008, p. 14-15), dentre as ilusões dessa sociedade do conhecimento, destacam-se: a ilusão de que o conhecimento nunca esteve tão acessível e democratizado; a habilidade de mobilizar conhecimentos é mais importante que o estudo da teoria; e educar para a consciência dos indivíduos resolveria os problemas da humanidade. Constata-se que mesmo sendo o conhecimento tão acessível não significa que esse se

transforme em aprendizado, é preciso fazer a leitura discursiva da teoria para articular uma massa de informações e transformá-las em conhecimento, para tanto é preciso produzir espaços discursivos de análise para confrontar e articular os saberes cotidianos com os saberes científicos, transformando-os em outros saberes.

Por isso, a questão do gênero é introduzida em sala de aula no 1º ano, especificamente na situação de aprendizagem *Gênero e Desigualdade*, no segundo semestre. Conforme o conceito de competências e habilidades utilizado no currículo paulista, é preciso “compreender a **diferença entre gênero e sexo**; compreender o **caráter socialmente construído do gênero**; construir um **olhar crítico a respeito das desigualdades de gênero**” (SÃO PAULO, 2014, grifos nossos).

A proposta desse assunto no currículo implica a categoria gênero na perspectiva dos Estudos de Gênero. Corroborando com essa perspectiva, Louro (2013) vai além, explicitando o deslocamento da identidade dita como “normal” - o que era uma identidade sólida do homem branco ocidental não é a única referência mais, pois nem as fronteiras e nem as posições são tão fixas. Ainda, conforme a autora, uma mudança epistemológica está em curso, a das identidades de gênero e sexuais, pondo em questão a naturalidade ao problematizar o caráter cultural da masculinidade, da feminilidade, da homossexualidade e da heterossexualidade. Para a autora, não significa negar a materialidade dos corpos e nem o conjunto de códigos, representações e práticas discursivas sinalizadores de sua identidade, mas significa compreender que são “[...] os discursos, os códigos e as representações que atribuem o significado de diferentes aos corpos e às identidades” (LOURO, 2013, p. 49). Mesmo em paráfrase e sem os desdobramentos propostos pela autora, esse discurso está na maioria dos *podcasts* ao fazerem referência à categoria gênero:

[...] o gênero é uma das primeiras categorias que a criança aprende, que exerce uma influência marcante na organização do seu mundo social e na forma como se avalia a si próprio, e como proporciona as pessoas que o rodeiam, para corresponder às normas sociais e com os modelos dominantes de masculinidade e feminilidade esse processo é movido por um processo complexo de interação entre os fatores individuais e contextuais neles incluído a relação com os pais e a mãe e pessoas significativas (*PODCAST 01*, 2016).

[...] por ser um papel social o gênero pode ser construído e desconstruído, por exemplo, uma pessoa que biologicamente nasceu com sexo masculino, mas se identifique com papel social do gênero feminino deve ser socialmente reconhecida como uma mulher [...] as pessoas nascem iguais e ao longo da vida vão construindo a sua própria identidade, as políticas públicas no Brasil na maioria das vezes não leva em consideração o conceito de gênero e sua dimensão política, sendo que essas são formuladas e executadas de maneira a reforçar a divisão sexual dos papéis masculino e feminino, mantendo o homem

no local público e a mulher no cuidado com a família, ou seja, no espaço privado (*PODCAST 58*, 2016).

Ou seja, educandas(os) trataram da questão do gênero dentro de uma formação discursiva, corroborando com os Estudos de Gênero, e não numa perspectiva alinhada ao discurso da Ideologia de Gênero, respaldada também pela leitura feita por Giddens (2012),

[...] de um modo geral, os sociólogos usam o termo “sexo” em referências às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem corpos masculinos e femininos. O gênero, por outro lado, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres” (GIDDENS, 2012, p. 430).

Esse entendimento é ampliado quando boa parte dos *podcasts* trazem um discurso científico, deslocando-se a posição sujeito para quem tem o direito e é capacitado para dizer o que diz (MOMESSO, 2009); assim, destacam-se 6 *podcasts* (22; 26; 73; 118; 119; 135) onde a referência de autoridade é um especialista; um sociólogo então é convocado para falar sobre os estudos de gênero:

O sociólogo Eric Fassin insiste dizendo que o gênero é um conceito. “Não é uma teoria, não é uma ideologia, é um instrumento que ajuda a pensar”. Os “*gender studies*” (estudos de gênero) foram criados nos Estados Unidos, nos anos 1970. Muitas vezes, este campo de estudo é considerado como um tema relativamente militante. Na verdade, depende da maneira que o sociólogo usa este conceito (*PODCAST 22*, 2016, grifo do autor).

Éric Fassin é um sociólogo francês, referência mundial nos estudos de gênero, sexualidade e raça. Discute o papel dos intelectuais em um cenário, segundo ele, do avanço internacional de uma agenda política ultraconservadora, com o objetivo de desconstruir, minar e destruir o campo dos Estudos de Gênero (PELÚCIO; PAZ, 2019). Destaca-se no fragmento acima, o mais utilizado por educandas(os), o enunciado “não é uma ideologia”. Foucault (2003), evita, explicitamente, empregar o termo “ideologia”, por ser muito carregado de significados, o que não significa, entretanto, que ele não mobilize a ideia de *luta pelo poder*. Situando a ideologia como história do saber, o autor afasta a ideia de neutralidade objetiva da ciência e da ideologia como “falsa consciência”. O autor coloca ainda três razões para não utilizar o termo: primeira - a oposição entre ideologia e verdade, pois defende estudar a produção de verdade nos discursos, não a simples oposição verdadeiro ou falso; segunda - refere-se a alguma coisa como o sujeito, Foucault não estabiliza nem essencializa uma ideia de sujeito; terceira - ela funciona na relação da infraestrutura, na determinação econômica, material entre outras (FOUCAULT, 2003).

Ao abordar o enunciado ideologia nos fragmentos de *podcasts* analisados neste trabalho, remetemo-los a algum tipo de saber e à luta pelo poder ou às relações de poder, contudo, sem jamais pensá-lo descolado do que é político. Assim, ao falar de ideologia nesta tese, faz-se uma analítica foucaultiana de sua enunciação, pois vários sentidos são mobilizados, mas principalmente e em muitos casos, propositadamente, o sentido negativo atribuído à ideologia. Essa apropriação de sentidos é explícita quando combinada com outro termo: o gênero, na expressão *ideologia de gênero*, já discutido. Éric Fassin questiona em seu trabalho justamente a ascensão de um discurso conservador, deslegitimando “moralmente” os estudos de gênero, classificando-os como ideologizados (PELÚCIO; PAZ, 2019). Opera-se uma inversão do enunciado ideologia, visto que a própria construção do gênero é uma imposição ideológica porque ordena o *status quo* das desigualdades de gênero, submetendo as meninas e mulheres às situações inferiores aos meninos e homens; manipulam-se pessoas utilizando uma ideologia sem fundamento científico (REIS; EGGERT, 2017). Como resultado disso, conforme Reis e Eggbert (2017) criou-se o discurso em que a ideologia de gênero induz à destruição da família “tradicional”, chegando-se ao absurdo de “legalizar a pedofilia”, provocando o fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros. Mais preocupante ainda é que esse discurso se articula com outro, o do negacionismo da existência da discriminação e da violência contra mulheres e pessoas LGBTQ+, mesmo que essa seja fundamentada em dados da realidade e em estatísticas oficiais.

Não obstante a construção de ideologia com esse significado restrito, continua o sociólogo no texto do *Podcast 22* (2016), esse campo de estudos de gênero: “[...] é considerado como um tema relativamente militante”. Os sentidos da palavra militante acirram os debates acerca das questões de gênero no país, na atualidade, reverberando na política e na educação. Por isso, enunciar o adjetivo “militante” nesse contexto traz à tona, nas palavras de Bobbio (1995, p. 71), a constante díade: direita e esquerda com “[...] uma conotação axiológica muito forte, quem pertence a um dos alinhamentos tenderá a definir a própria parte com palavras axiologicamente positivas e a outra, ao contrário [...]”. Esse alinhamento a um dos lados coage, automaticamente, pelo não alinhamento ao outro lado, é mais um elemento de acirramento, compondo a polarização política no pós-2013, já destacada por Burity (2018), uma das principais consequências da crise de hegemonia, em que o crescimento das demandas minoritárias sofre bloqueio e, em alguns casos, até retrocesso, pela via político-eleitoral pentecostal e de seus aliados.

Sobre o conceito de gênero, Fassin conclui: “Na verdade, depende da maneira que o sociólogo usa este conceito” (*PODCAST 22*, 2016). Pensa-se num deslocamento de sentidos,

da palavra militante e da maneira como uma educadora ou educador poderia pensar esse conceito. A partir de Sales, Fontes e Yasui (2018, p. 568) é proposta uma definição de militância “[...] como uma metodologia para produzir ações coletivas a fim de intervir, ou interferir, nas normas sociais vigentes”. Portanto, para intervir ou interferir, transformando algo dado e naturalizado na sociedade, é preciso, de certa forma, ser militante. Como no caso do conceito de ideologia, o problema é o deslocamento do sentido negativo da palavra militância para a palavra partidária, essa também com pesada conotação de repulsa em termos de seu uso e entendimento no senso comum. Entretanto, é preciso deixar bem claro que, em contexto de sala de aula, a militância partidária de educadoras(es) fere completamente a ética pedagógica, por isso, somos veementemente contra qualquer postura nesse sentido.

Recorre-se à ética das lutas em Foucault (2003) para pensar possibilidades de enfrentamento da questão do gênero na escola, travando-se o embate contra as instâncias de poder que agem diretamente sobre os indivíduos, produzindo suas identidades. Constitui-se o desejo de novas relações sociais e éticas, esse combate deve ser contra à submissão à subjetividade e pela afirmação do direito de ser diferente. Esse pode ser um dos caminhos possíveis para que educadoras(res) reflitam sobre sua prática educativa, em relação às questões de gênero. Principalmente, desestabilizando os lugares “naturalizados” nas hierarquias de gênero. Portanto, ainda, que por paráfrase e reprodução, educandas(os) trouxeram o discurso de um pesquisador dos Estudos de Gênero.

É importante pensar também que o próprio conceito de gênero passou por críticas e revisões nas últimas décadas, sendo a mais importante delas, conforme Das (2016), a não contraposição das categorias de gênero e sexo para mostrar o caráter construído das categorias masculino e feminino, e sim a constituição mútua de sexo e gênero. Esse desenvolvimento, em parte, responde a uma percepção ampliada do gênero englobada pela sexualidade, por ser profundamente política e por colocar o corpo novamente na teoria social.

Outra questão importante devendo ser explorada na escola é a da *desigualdade de gênero*:

[...] em Sociologia, recusa-se qualquer explicação com base na natureza ou essência do sexo masculino ou feminino, centrando-se a reflexão nas condições em que, cada sociedade e tempo histórico, o poder está distribuído entre homens e mulheres (ABRANTES; KATÚMUA, 2014).

Nesse sentido, conforme Reis e Eggert, (2017), existe há décadas um processo internacional e nacional direcionado para a equidade entre os gêneros e para o respeito à

diversidade sexual, no qual a educação é central na realização desses objetivos. Esses processos foram interditados em nossa conjuntura atual, como demonstrado anteriormente. No Brasil, o trabalho da educação em prol da equidade de gênero e do respeito à diversidade sexual torna-se ainda mais importante, considerando-se as estatísticas sobre violência e discriminação com base em gênero, orientação sexual e identidade de gênero (REIS; EGGERT, 2017).

Contudo, essa equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual está distante da realidade atual; constata-se isso nas interdições, silenciamentos e apagamentos identificados nos áudios de educandas(os). Primeiro analisa-se as interdições em relação às palavras, essas não são simplesmente apagadas, como no caso explícito das palavras suprimidas automaticamente na transcrição por um programa, mas como uma interdição velada, realizada tanto na troca proposital de algumas palavras enunciadas por outras quanto na supressão de determinadas frases. Na análise realizada pelo *software* de identificação de plágio, acessou-se também o endereço onde esses textos foram publicados, além da quantidade de termos reproduzidos, observando se foi realizada uma reprodução parcial ou total do conteúdo. Dessa forma, possibilitou-se fazer a comparação do texto na íntegra com os recortes enunciativos feitos pelos sujeitos-educandas(os), além de trazer detalhes de certa dispersão, como nas pequenas nuances e mudanças das palavras enunciadas. Vejamos, abaixo um exemplo ilustrando algo que aconteceu com alguns *podcasts*: a substituição das palavras:

A diferença do sexo e do gênero, é que o sexo usa somente o caráter biológico comparado ao gênero que o caráter cultural, podemos citar o exemplo: uma diferença sexo que pode ser as mulheres **amamentam** (*PODCAST* 22; 118, 2016, grifo nosso).

Ocorreu a substituição da palavra “seios” no texto original, por “amamentam” em dois *podcasts*, ou seja, essa palavra foi suprimida. Já no *Podcast* 75 (2016), a interdição ocorreu de outra maneira:

Qual é a diferença entre o sexo e o gênero? Os sexos ou somente o caráter biológico, comparado ao gênero que usa o caráter cultural, por exemplo, uma diferença de sexo pode ser que as mulheres têm **seios**, de uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam de futebol (*PODCAST* 75, 2016, grifo nosso).

Nesse caso, antes do sujeito-educanda falar a palavra seios, ela fez uma pausa. Palavras enunciando algo relacionado à sexualidade são interdidadas no cotidiano e na escola, mesmo tratando-se de um trabalho avaliativo; nesse caso não foi diferente. Relaciona-se,

especificamente, a essa interdição o *Podcast* 149 (2016), sobre a “Lei da amamentação”. Essa lei não existe de fato, contudo a polêmica se instaurou à época quando um shopping center paulistano queria proibir as mulheres de amamentarem dentro de suas dependências. Vê-se que, mesmo no ato de amamentar, a mulher tem seu corpo sempre sob algum tipo de vigilância. Existe um controle do corpo feminino presente por meio da sexualidade e da reprodução, por séculos esse controle é exercido pela submissão da mulher em relação ao homem (FRANÇA; BRAUNER, 2018). Todas essas interdições são consideradas como parte de técnicas e seu funcionamento altera subjetividades, ou seja, as técnicas certas produzem corpos dóceis, são efeitos de um biopoder (FOUCAULT, 2014).

Um aspecto bastante interessante na linguagem da região à qual foi feita a pesquisa é o enunciado marcador de gênero:

Os pais, a família e a escola têm comportamentos diferentes em função do **sexo do menino**, o menino tem que ser forte e a menina tem que ser mais tranquila, séria e ter boas notas na escola, além disso, as meninas reproduzem as ações da mãe e os meninos as ações do pai. (*PODCAST* 112, 2016, grifo nosso).

A socialização é diferente para meninos e meninas, mas destaca-se “sexo do menino”. O texto poderia trazer um substantivo que não denotasse o gênero, a exemplo: criança, por sinal um substantivo feminino. Porém, é utilizado o substantivo *menino*, marca-se, nesse enunciado, o favorecimento do masculino. A cidade em que foi realizada a pesquisa fica próxima ao estado de Minas Gerais, por lá é comum chamar crianças, adolescentes ou educandas(os) de *meninos*, seja do sexo masculino ou feminino. É um possível desdobramento do enunciado *homem*, atribuição da espécie humana, deixando o gênero masculino sempre em vantagem. Contrapondo-se a essa perspectiva, Tiburi (2018), vislumbra uma outra ideia de humanidade, não aquela do humanismo privilegiando o homem em detrimento da mulher, de outros gêneros e até mesmo de outras espécies, mas considerando que o homem deva ser incluído em um processo democrático real, não aquele do machismo. Contudo, tal pressuposto não é visto com maior seriedade, como a sexualidade no dia a dia também não o é, desdobrando-se em outra questão: das piadas, das brincadeiras e dos risos relacionados à fala sobre sexualidade, fato comum no cotidiano da vida privada, no ambiente escolar e ocorrido no *Podcast* 86 (2016):

[...] Assédio sexual inclui qualquer comportamento sexual indesejado, por exemplo, tocar ou até menos, fazer comentários ligados à sexualidade (*PODCAST* 86, 2016).

Antes de dizer o enunciado “sexualidade”, o sujeito-educanda conteve sua risada; durante todo o *podcast* o tom parecia ser de brincadeira. Esse grupo foi formado somente por meninas. Para fazer um contraste com essa situação é pertinente pensar que a educação sexual existe desde os últimos três séculos e, se fosse institucionalizada, poderia não ter seus sentidos ligados a formações discursivas desqualificantes. Foucault (1984), descreve a cena de uma festa na escola:

[...] Diante do público reunido, um dos professores, Wolke, formulou aos alunos questões selecionadas sobre os mistérios do sexo, do nascimento, da procriação: levou-os a comentar gravuras que representavam uma mulher grávida, um casal, um berço. As respostas foram esclarecidas, sem embaraço nem vergonha. Nenhum riso indecoroso veio perturbá-las – salvo, justamente, da parte de um público adulto bem mais infantil do que as próprias crianças e ao qual Wolke repreendeu severamente. Finalmente, foram aplaudidos os meninos rechonchudos que, diante da gente grande, traçaram com destreza as guirlandas do discurso e do sexo (FOUCAULT, 1984, p. 31).

A sexualidade, ao contrário do imaginado no senso comum e mesmo dentro das escolas, nunca foi interdita totalmente, contudo não pode ser enunciado qualquer discurso em torno do sexo e das práticas sexuais por qualquer sujeito, é dito somente o resultante da produção de um discurso verdadeiro sobre o sexo. Na obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Foucault (1979) demonstra como a sexualidade, a partir do século XVIII e, especialmente, no século XIX, tornou-se objeto de investigação científica, do controle administrativo e de preocupação social, sua importância reside em seus vínculos com o poder visando o controle dos indivíduos e da população.

A produção dos discursos sobre a sexualidade, com as normas reguladoras da vida social, faz parte do *dispositivo da sexualidade*, privilegiando-se as formas heterossexuais e, em especial, novamente o gênero masculino. Assim, confrontando-se os fragmentos dos enunciados ditos por sujeitos-educandas(os) nos áudios com os textos originais de onde retiraram parte ou íntegra do roteiro, identificou-se nos *podcasts* as escolhas de um lugar do silenciamento e apagamento do sujeito-mulher, sendo o que emergiu nas análises a seguir. Embora, paradoxalmente, segundo Abramtes e Katúma (2016), muitos países adotaram medidas de proteção às mulheres e os níveis de escolarização delas aumentaram de forma intensa, muitas vezes superando as habilitações literárias dos homens, isso não é suficiente, ainda, para colocar as mulheres como sujeitos da produção da ciência, rompendo-se com o cânone masculino do cientista. Como no exemplo abaixo do *Podcast 28* (2016):

O conceito de gênero tem a ver com a diferenciação social entre os homens e as mulheres, têm a vantagem sobre a palavra sexo e sublinha as diferenças sociais entre os homens e as mulheres e de separá-las as diferenças estritamente biológicas, procurando mostrar como é que o casamento constitui um contexto institucional de cristalização de normas valores, papéis e padrão de interação entre os homens e as mulheres, que são ideologicamente dominantes e que subjagam e oprimem a mulher. (*PODCAST 28*, 2016).

Consultando-se o texto de onde foi retirado esse fragmento, houve a supressão total em relação à parte que falava que esses estudos foram feitos pela socióloga feminista norte americana Jessie Bernard, nos anos 40 do século XX e, mais ainda, ela foi uma das precursoras da abordagem de gênero na organização da sociedade (INFOPÉDIA, 2020). Outro exemplo é o contraste entre o *Podcast 75* (2016) e o *Podcast 31* (2016):

Para falar desse conceito falávamos, antigamente, de sexo social ou de diferença social dos sexos, nos anos de 1972, **Ann Oakley socióloga britânica**, queria diferenciar o sexo do gênero [...] (*PODCAST 75*, 2016, grifo nosso).

Para falar deste conceito falávamos, antigamente, de sexo social ou diferença social do sexo. A **sociologia britânica** queria diferenciar o sexo do gênero, sexo é biológico e gênero é referente ao que é masculino ou feminino dentro de uma sociedade. (*PODCAST 31*, 2016, grifo nosso).

O *Podcast 75* (2016) traz o crédito de autoria à socióloga Ann Oakley; já no *Podcast 31* (2016) seu nome foi suprimido e trocado pela expressão “sociologia britânica”. O mesmo acontece nos *podcasts 65* e *69*:

[...] **a cidadania costuma ser incorporado no masculino**, abstraídas assim as históricas diferenças que tem caracterizado as relações entre homens e mulheres (*PODCAST 65*, 2016, grifo nosso).

[...] segundo o ponto de vista de **Aguiar** uma peculiaridade nem sempre observada é que cidadania costuma ser incorporada como masculino, abstraídas assim as históricas, diferenças têm caracterizado as relações entre homens e mulheres (*PODCAST 69*, 2016, grifo nosso).

Dessa vez, no *Podcast 65* (2016) suprimiu-se a autora do texto - a socióloga Neuma Aguiar; no *Podcast 69* (2016) tem-se seu sobrenome – Aguiar -, mas ainda assim é problemática a identificação do sujeito, pois não há como saber seu gênero. Além disso, o mais grave está no próprio enunciado no texto: “[...] a cidadania costuma ser incorporado no masculino”, assim, tanto há a omissão da pesquisadora quanto o reforço da afirmação da própria pesquisadora, que a cidadania é incorporada pelo masculino. O silenciamento das mulheres continua sendo

atualizado pelos ditos e não ditos em nossos dias, mesmo em processos muito sutis como o investigado aqui. Na própria Sociologia ocorreu isso, Giddens (2012) aponta como alguns fundadores da Sociologia foram negligenciados, especialmente as mulheres. Embora, Comte, Durkheim, Marx e Weber sejam fundadores da Sociologia, outros pesquisadores em períodos anteriores ou contemporâneos a esses deveriam ser reconhecidos também.

Entretanto, pouquíssimas mulheres tiveram oportunidade de fazer estudos sociológicos no chamado período clássico, fins do século XIX e começo do século XX. Elas tinham dificuldade ou eram proibidas de terem acesso aos estudos básicos naquela época. Harriet Martineau (1802 - 1876), pesquisadora inglesa, escreveu mais de 50 livros e inúmeros ensaios. Foi precursora da Sociologia na Grã-Bretanha, traduzindo o tratado de Comte *Filosofia positiva*; fez uma investigação sobre a sociedade estadunidense e foi a primeira a propor um estudo da vida das mulheres em questões antes ignoradas, como o casamento, filhos, a vida doméstica e religiosa e as relações raciais (GIDDENS, 2012). Quase todas essas questões, negligenciadas e desvalorizadas pelos homens, fazem parte das práticas discursivas das mulheres, mesmo na atualidade.

Ampliando a perspectiva dos Estudos de Gênero na Sociologia e as controvérsias motivadas pelo desenvolvimento dessa ciência, desde a época clássica até nossos dias, criaram-se disputas, embates teóricos e dilemas. Conforme Giddens (2012), um desses dilemas é outra questão que até pouco tempo também era negligenciada, a de como incorporar o gênero na análise sociológica. Pelo fato dos primeiros sociólogos clássicos fundadores serem todos homens, associado ao apagamento das sociólogas, não foi dada a devida atenção à divisão dos seres humanos entre mulheres e homens. Nas primeiras obras esses sujeitos são “neutros”, abstratos, ao invés de mulheres e homens diferenciados. Giddens (2012) coloca esse dilema da seguinte forma:

[...] devemos construir o “gênero” como uma categoria geral em nosso pensamento sociológico? Ou, de maneira alternativa, devemos analisar as questões de gênero decompondo-as em influências mais específicas que afetam o comportamento de mulheres e homens em diferentes contextos? (GIDDENS, 2012, p. 74-75).

Esse dilema está longe de ser resolvido pelos teóricos da sociologia, porém somente com esse acúmulo de todos os enunciados mobilizados por uma luta, afirmando a identidade feminina, e das práticas discursivas decorrentes delas (FOUCAULT, 2000) foi possível a comunidade acadêmica chegar atualmente à emergência desse dilema enunciado acima por

Giddens. Em consonância com a atual realidade, o *Podcast* 04 (2016), não ilustra o simples apagamento, mas a desqualificação do feminino:

Para Lerry Henris Morgan, antropólogo clássico do evolucionismo, a descendência pela linha feminina é [sic] só é possível em sociedades menos avançadas, sendo a passagem da descendência para a linha paterna, o que marcaria a passagem à civilização e emergência de uma nova ordem social (*PODCAST* 04, 2016).

Destaca-se “[...] a descendência pela linha feminina é [sic] só é possível em sociedades menos avançadas, [...]”. Pensa-se então, por meio das formações discursivas, quais outros enunciados se articulam para provocar esse efeito de sentido, desqualificando-se a linhagem feminina, colocando-a como inferior. Nesse instante, emergem o paternalismo, o patriarcado, o machismo e as questões de gênero circulantes nos discursos. Curiosamente, os sujeitos-educandos não reproduziram esse outro enunciado, logo abaixo do anterior da fonte de onde recortaram o texto:

A crítica feminista pontua que, assim como Morgan e Lévi-Strauss, a maior parte dos antropólogos clássicos observou e descreveu cuidadosamente o comportamento dos homens e das mulheres nas diversas esferas de atividade, seus desempenhos no ritual e sua presença no imaginário mítico. No entanto, essa descrição etnográfica é marcada pelo etnocentrismo, inclusive na abordagem das distinções de gênero e das relações entre homens e mulheres (WIKIPÉDIA, 2018).

O não dito é reforçado pelo apagamento da crítica à Morgan e aos antropólogos dessa época, abordando-se de forma etnocentrista as distinções e relações de gênero, reforçando-se uma posição naturalizada em nossa sociedade e, em alguns casos, até superada. Contudo, desdobra-se em um outro não dito, o *podcast* foi feito por um grupo formado somente por meninos. Por fim, destaca-se o total silenciamento sobre o gênero ocorrido no *Podcast* 105 (2016) e em outros 3 *podcasts* (02; 06; 14):

**Olá, vamos falar sobre cidadania e gênero** significado da palavra cidadania qualidade ou condição de cidadão [...] é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais [...] preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação (*PODCAST* 105, 2016, grifo nosso).

No início, fala-se sobre gênero, mas no decorrer de todo o *podcast* as questões expostas foram somente sobre cidadania, sem mencionar gênero em momento algum. Assim, nesse episódio, a interdição sobre gênero foi completa, bem como nos outros *podcasts* mencionados.

Esse mesmo silenciamento só não ocorreu nos áudios do 2º ano, contudo, a grande parte dos sujeitos apenas reproduziu enunciados da fonte de pesquisa. Por isso, é urgente desenvolver dentro da escola contrapontos a esses silenciamentos sobre questões de gênero nas diversas disciplinas, estendendo-se à coordenação pedagógica, à gestão e aos outros profissionais, pois a escola é uma agência socializadora que, além de inserir as gerações mais novas na cultura da sociedade a qual pertencem, também faz circular um discurso científico transmitido por ela. “[...] a escolarização é um processo formal: os alunos seguem um currículo com disciplinas definidas” (GIDDENS, 2010, p. 212). A escola legitima o conhecimento dado em diversas disciplinas. É preciso trabalhar com esse discurso científico, mas também confrontá-lo, produtivamente, com outros saberes, saberes esses que independem da ciência e que são formados por práticas discursivas (FOUCAULT, 2000). Esses saberes estão ativos e circulantes fora da escola, nos diversos grupos sociais e na mídia.

No entanto, existe um sentido mais sutil dessa socialização feita na escola por meio de práticas discursivas. Essas práticas, sobre gênero e sexualidade, são silenciadas ou, como já abordado em pesquisas citadas aqui, mantêm um foco fisiologista e voltado ao corpo biológico como reprodutor (MOLINA; SANTOS, 2018). Como Foucault (2000) assevera, o saber nasce com uma prática discursiva definida e toda prática discursiva se define pelo saber que está formado sobre ela. A escola reproduz um saber que coloca em prática tanto o apagamento de outros saberes sobre a sexualidade - até mesmo os científicos e intencionais - que poderiam confrontar, desestabilizar e transformar certas concepções sobre o sexo, quanto a reprodução de um debate superficial, limitando-se a somente um aspecto, a discursividade “mais aceita” pela comunidade, apagando-se o histórico, o político e o social desse processo.

Essa condição, a do apagamento, é refletida por sujeitos-educandas(os) em 19 dos 20 *podcasts* do 1º ano. Não há uma opinião sobre o assunto, mas desconexões entre conceitos, reproduções e até plágios. Contudo, isso reflete os limites da escola, referindo-se aos temas, teorias e conceitos sobre gênero e sexualidade e a própria aprendizagem em si. Exceto no *Podcast* 89 (2016), os sujeitos-educandas(os) produzem o acontecimento enunciativo, uma opinião:

[...] concluímos que sociologia e gênero andam juntos, pois sociologia estuda tudo o que diz respeito ao homem, e gênero separa as funções de deveres dos humanos de forma que nem a biologia, nem a genética são responsáveis pela escolha de cada um (*PODCAST*, 89, 2016).

Explicitaram, a sua maneira, o conceito de construção cultural do gênero; em contrapartida, os outros sujeitos, quando muito, limitaram-se apenas a reproduzir uma ideia de autoridade científica sobre o tema de gênero na Sociologia. Transfere-se essa autoridade e a função enunciativa sobre gênero ao especialista, visto que o silenciamento é muito forte; a opinião, a partir de alguma prática relacionada com gênero na cotidianidade desses sujeitos, não apareceu nos áudios. Assim, constata-se que os mesmos sentidos do masculino e do feminino, na maioria dos casos, continuam fortalecidos. Existe um espaço discursivo dentro da família restrito e, muitas vezes, até inexistente para pensar as questões de gênero, de forma a fazer uma crítica à desigualdade entre o feminino e o masculino. Logo, a sexualidade continua sendo controlada pela sociedade nos discursos religiosos, culturais e, inclusive, científicos (FOUCAULT, 1979). Visto que as gerações anteriores também não tiveram contato com uma Educação Sexual *intencional* na escola, educa-se pela via *não intencional*, por isso, esses discursos continuam estabilizados (MAIA; RIBEIRO, 2011).

Durante esse trabalho, uma educanda do 3º ano compartilhou em sala de aula um questionamento que fez à sua mãe: a possibilidade de seu irmão fazer as tarefas domésticas que ela sempre fazia durante o final de semana em sua casa, como por exemplo, lavar louças do almoço dominical. A resposta de sua mãe, segundo ela, foi simplesmente: “Faça você, sempre foi assim.”, a menina insistiu, “Por que sempre foi assim?”, a mãe então foi categórica: “Não, sei, mas faça você!”. É nesse contexto, que as pesquisas feitas por Carvalho e Melo (2019), com adolescentes de 14 e 16 anos e por Bordini e Sperb (2012), com adolescentes de 14 e 15 anos, sobre a família e as concepções de gênero na adolescência, revelaram a estabilização do discurso heteronormativo hegemônico, reforçando-se os papéis de cada gênero e do que é “aceitável”, tanto para o homem quanto para a mulher.

Para além desse reforço de uma visão heteronormativa, o fragmento enunciado no *Podcast 03* (2016) lidou com a desigualdade entre homem e mulher, quando a proposta era falar sobre diversidade cultural e gênero; contudo, os sujeitos-educandas ensaiaram uma opinião e uma desestabilização dos sentidos construídos do gênero:

A desigualdade de homem e mulher é um fator histórico pelo fato das mulheres sempre estarem inferiores aos homens em termos religiosos machistas, aos poucos as mulheres conquistaram sua independência e essa conquista continua até os dias de hoje. Muitas mulheres estão buscando além da desigualdade serem superiores aos homens buscando o feminismo radical, nenhum gênero deve ser superior ao outro todos têm o direito de serem tratados com igualdade independente de sua religião, sexo, cor, estrutura financeira pois personalidade continua a mesma, até a próxima. (PODCAST 03, 2016).

Mesmo ao enunciar, inicialmente, uma possível transformação dos sentidos, os sujeitos-educandas caem no persistente estereótipo de um “feminismo radical”, imagem disseminada nos discursos do senso comum sobre o feminismo, representando um movimento perigoso à ordem natural. O discurso conservador tenta capturar o discurso feminista, convertendo-o em mercadoria, porém quando não consegue, “[...] o feminismo é transformado por seus detratores em excrescência inútil” (TIBURI, 2018, p. 27). Destaca-se a proposta de falar nesse *podcast* sobre o gênero e a diversidade cultural, curioso foi o silenciamento em relação à essa última, pois não foi nem enunciada, trabalhou-se somente com a questão do gênero.

O *Podcast 19* (2016) desloca a questão da desigualdade entre os gêneros para o campo do discurso jurídico, procurando comparar de forma positiva o aumento de direitos conquistados pelas mulheres no Brasil:

[...] quando falamos de gêneros, lembramos primeiramente de desigualdade entre eles, há uma diferença entre a mulher e o homem em várias culturas, no Brasil, ao longo tempo, isso vem mudando as mulheres já têm mais direitos, em outras culturas isso é diferente como no Islamismo, a cultura islâmica tem grande impacto na vida de uma mulher na educação, oportunidade de emprego, herança, casamento, justiça entre outros (*PODCAST 19*, 2016).

Se comparado a outras culturas historicamente mais machistas, onde a supressão do direito das mulheres é quase total, é lógico que esse discurso tenha efeito de sentidos positivos; porém, falando-se da cultura brasileira, isso não elimina a grande desigualdade, especialmente em relação às mulheres.

Existe também um discurso de naturalização das diferenças e das desigualdades, o *Podcast 57* (2016), explicita essa questão:

[...] cada um escolheu sua própria diversidade cultural, tem gente de todo jeito na minha família, minha irmã é dona de casa eu sou empresário e meu irmão é padre, mas respeito todos porque cada um tem a sua cultura e seu gênero e todos devem ser respeitados da maneira que são. Aqui vemos várias diversidades de vários gêneros (*PODCAST 57*, 2016).

Tal afirmação é ingênua: “[...] cada um escolheu sua própria diversidade cultural”, essa escolha não é possível, como sustenta Cuche (2002, p. 9), a noção de cultura é necessária para pensar a unidade da humanidade na diversidade, para além de questões biológicas. Dessa forma, o ser humano é um ser de cultura. O autor destaca ainda:

A noção de cultura se revela então o instrumento adequado para acabar com as explicações naturalizantes dos comportamentos humanos. A natureza, no

homem, é inteiramente interpretada pela cultura. As diferenças que poderiam parecer mais ligadas a propriedades biológicas particulares como, por exemplo, a diferença de sexo, não podem ser jamais observadas “em estado bruto” (natural) pois, por assim dizer, a cultura se apropria delas “imediatamente”: a divisão sexual dos papéis e das tarefas nas sociedades resulta fundamentalmente da cultura e por isso varia de uma sociedade para outra. (CUCHE, 2002, p. 10-11, grifos do autor).

É produtivo pensar o conceito de cultura de uma perspectiva não naturalizante, articulando-se no social, por meio da escolarização, conforme Cuche (2002, p. 91):

Deve-se à escola [...] a ênfase na importância da educação no processo de diferenciação cultural. A educação é necessária e determinante entre os homens, pois o ser humano quase não tem programa genético que guie o seu comportamento. Os próprios biólogos dizem que o único programa (genético) do homem é o que leva a imitar e aprender. As diferenças culturais entre grupos humanos são então explicáveis em grande parte por sistemas de educação diferentes que incluem os métodos de criação dos bebês [...] muito variados de um grupo a outro. (CUCHE, 2002, p. 91).

Família e escola são instituições de socialização, moldam as visões e as formas de ser e de estar no mundo, portanto, também podem naturalizar a desigualdade de gênero, isso fica explícito no enunciado “minha irmã é dona de casa e eu sou empresário” (PODCAST 57, 2016). Não por acaso a mulher é dona de casa e não empresária. Mas é no Podcast 128 (2016) que se nota o lugar enunciativo explícito da reprodução da desigualdade de gênero em nosso país, representada na opinião dos sujeitos-educandos. Nesse caso, é preciso frisar, é um grupo formado somente por meninos:

Os temas propostos nesse trabalho, cidadania e gênero, [...] esferas dicotômicas: o público e o privado responsável por uma desqualificação das mulheres no âmbito do político. O feminismo contemporâneo discute essa visão criticando-a, propõem novas abordagens que permite interagir homens e mulheres nas suas relações no desenvolvimento dos processos sociais. **A opinião geral do nosso grupo** concorda que nos tempos atuais **existe sim uma pequena discriminação perante a mulher como violência doméstica, etc, mas uma grande parte dos casos das minorias, exemplo: LGBT, feministas, negros não passam de uma vitimização. Exemplo: as mulheres hoje têm todos os direitos que um homem tem, mas tem deveres a menos como tiro de guerra, benefício da aposentadoria, etc.** (PODCAST 128, 2016, grifo nosso).

Assim, os sujeitos-educandos não veem além da condição cotidiana, ou dos discursos circulantes no senso comum e na mídia, nos termos da proposta da imaginação sociológica (MILLS, 1972). Para eles não existe uma construção dos gêneros e sim a reprodução de uma

naturalização, e pior, enfatizam um suposto vitimismo das mulheres e de outras minorias (DIOGO, 2014; CAZELATTO; CARDIM, 2016; BURITY, 2018; TIBURI, 2018). Para marcar essa tentativa de deslizamento dos sentidos nesse enunciado: “[...] existe sim uma pequena discriminação perante a mulher como violência doméstica, etc, [...]”, retoma-se a questão da pandemia da COVID-19. Em relação à violência doméstica, uma revisão de literatura sobre esse tema demonstrou o que todas as estatísticas já indicavam: uma tendência de crescimento desse tipo de violência, especialmente contra a mulher, mesmo antes da situação de pandemia e da estratégia do distanciamento social, com a quarentena adotada como modo de contenção da doença; mas durante a pandemia houve aumento expressivo dos casos de violência desse gênero em praticamente todos os países pesquisados, inclusive no Brasil (RIBEIRO, YOSHIMOTO E MONTEIRO, 2020).

Portanto, os sujeitos-educandos, para argumentarem sobre esse fato, teriam que pesquisar mais, por isso eles estão na formação discursiva do já dito, do mesmo, da paráfrase, como apontado por Orlandi (2012), em relação à desigualdade de oportunidades, de direitos e de deveres, não só das mulheres, mas de outras(os). Dessa forma, não existe a possibilidade de enxergarem os privilégios na condição de serem do gênero masculino, ao invés, conseguem inverter essa condição: “as mulheres hoje têm todos os direitos que um homem tem, mas tem deveres a menos como tiro de guerra, benefício da aposentadoria, etc.” (PODCAST 128, 2016).

De outro lado, em todos os anos do ensino médio, somente 12 *podcasts* (03; 17; 19; 49; 57; 60; 70; 74; 89; 90; 128; 145) enunciaram uma opinião. Retoma-se o *Podcast* 89 (2016), para analisá-lo em outra perspectiva. Primeiramente, os sujeitos-educandas(os) reforçam o discurso científico já dado:

[...] concluímos que Sociologia e gênero andam juntos, pois Sociologia estuda tudo o que diz respeito ao homem, e gênero separa as funções de deveres dos humanos de forma que nem a biologia nem a genética são responsáveis pela escolha de cada um (PODCAST 89, 2016).

Essa opinião, porém, continua a estabilizar os sentidos do discurso científico, por designar “homem”, enquanto espécie humana e equivalente a homens e mulheres, como em outro *podcast*. Depois, no fragmento “gênero separa as funções de deveres dos humanos”, pode-se também associá-lo ao discurso heteronormativo vigente, no qual os papéis de homens e mulheres estão definidos dentro dos estereótipos habituais (BUTLER, 2015). Todavia, existe um deslizamento dos sentidos apontando para a construção social do gênero: “nem a biologia nem a genética são responsáveis pela escolha de cada um”.

Por outro lado, a maioria dos *podcasts* não transitou nessa formação discursiva, pois enunciaram uma opinião parafrástica. Apenas 4 *podcasts* (74; 89; 128; 145) conseguiram

realizar a polissemia, ou seja, identificou-se a partir da pesquisa uma opinião construída, ainda que não fosse bem elaborada e estruturada, como no *Podcast 74* (2016)

[...] os homens também estão presos ao seu papel de masculinidade hoje ainda vivemos padrões de papéis femininos e masculinos diariamente, se um bebê nasce menino ganha presentes associados a cor azul se menina rosa, carrinho para meninos, bonecas para meninas. O gênero constrói uma identidade do feminino e do masculino ele **pode prender homens e mulheres em papéis rígidos, eu acho isso totalmente ridículos [sic], todos nós devíamos ser tratados iguais da mesma forma sem essa coisa machista de tal coisa para menina e tal coisa é pra menino, enfim pessoal espero que vocês tenham gostado do áudio e um pouquinho da minha opinião também, e é isso tchau tchau (PODCAST 74, 2016, grifo nosso).**

Nesse caso a pesquisa resultou em uma opinião do sujeito-educanda fora das formações discursivas anteriores e de forma bastante clara, em linguagem coloquial. Por isso, deve-se sempre incentivar a pesquisa. O processo de pesquisa deve levar o pesquisador, ao final, a tomar posições em relação aos resultados; além disso, é preciso fomentar a busca de educandas(os) à reflexão crítica para interpretar sua realidade (TESSER, 1995; SEE/SP, 2008; 2014). Nesse sentido, o *Podcast 83* (2016), enfatiza a ação e a conquista das mulheres, sobretudo no campo político partidário:

[...] as mulheres vivem em média 7 anos acima [sic] dos homens, e são a maioria da população e do eleitorado. Elas conseguiram, reduzir diversas desigualdades de gênero, porém mesmo tendo uma mulher na presidência ainda falta muito para o Brasil chegar à [sic] uma justa igualdade de gênero (PODCAST 83, 2016).

É preciso destacar que a produção desse *podcast* foi feita por sujeitos-educandos - meninos. Apesar das mulheres serem a maioria da população no Brasil - 51,7%, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2018 (IBGE, 2018), e ainda, ser “[...] a maioria do eleitorado”, a explicação para a baixa representatividade feminina em cargos dos três poderes, mais, especificamente, no legislativo e executivo, passa necessariamente por todos os apontamentos discursivos realizados até aqui, causados por essas condições de possibilidade. Como ilustra Foucault (2009), o saber-poder, ligando-se aos jogos de verdade do gênero dominante masculino em nossa sociedade, seleciona, restringe e limita a participação das mulheres em todas as esferas da vida social, além de reproduzir a desigualdade contida no

discurso machista. Além disso, o *dispositivo conservador à brasileira*<sup>58</sup>, por meio da não aceitação do empoderamento feminino, aliado ao dispositivo midiático, limita ainda mais a representatividade das mulheres nas esferas governamentais de comando; por isso, muitas mulheres não votam em mulheres. Uma mulher no mais alto cargo do executivo além de ser uma exceção à regra é também uma afronta. Contudo, existe o que escapa à ordem do discurso, enunciados contrários a essas práticas discursivas acabam aparecendo, como no *Podcast 145* (2016):

As diferenças estarão sempre presentes na sociedade, só será possível conviver em paz se nos esforçamos para entender e respeitar o próximo, aceitando toda e qualquer diversidade (*PODCAST 145*, 2016).

Se em muitos *podcasts* não houve a expressão de uma opinião, objetivo principal desse trabalho, a maioria dos trabalhos atingiu um outro objetivo: o de discutir o gênero como uma categoria sociológica, partindo-se de sua construção social e corroborando com a perspectiva dos Estudos de Gênero, saindo do estereótipo hegemônico e do senso comum. No entanto, os enunciados, em sua maioria, foram somente reproduzidos e, ainda, repetem-se como colagens em vários outros *podcasts*. Dessa forma, mesmo pesquisando a partir de conceitos contra-hegemônicos, em relação à sexualidade não houve, por parte da maioria dos sujeitos-educandas(os), reflexão sobre o assunto por meio de uma opinião ou de um posicionamento. As próprias condições de possibilidade explicam essa questão, levando-se em conta o contato com os saberes, quase sempre de forma superficial, efêmera e virtual da chamada sociedade do conhecimento, reproduzida na escola. Houve assim, uma constante dicionarização dos conceitos, ou seja, a pesquisa do léxico, evidenciando-se uma leitura ágil e rápida, proposta nos discursos visuais dos sítios produzidos para internet, a mesma para qual estão acostumados esses sujeitos.

Por outro lado, é a partir do léxico das palavras que sujeitos-educandas(os) podem construir um conhecimento mais aprofundado em outro momento. Segundo Bertonha e Zavaglia (2017), existe atualmente um aumento exponencial do léxico por meio das redes sociais, conectando, ao mesmo tempo, grande número de usuários nativos e estrangeiros em um mesmo ambiente e disseminando novas palavras. Os dicionários tradicionais não conseguem

---

<sup>58</sup> Como a pesquisa não tem o objetivo do aprofundamento de uma definição das perspectivas desse dispositivo, pretende-se desenvolver suas características e implicações de forma mais pontual em outros trabalhos. Por isso, limitou-se somente a delinear, ainda que provisoriamente, alguns de seus aspectos iniciais demandados por esta tese.

acompanhar esse movimento, eles não são uma simples descrição linguística, mas uma obra, um fenômeno verbal complexo, são instrumento de memorização, de movimentos culturais, sociais e históricos por meio dos itens lexicais, seus significados e conceitos (BERTONHA; ZAVAGLIA, 2017).

Em relação aos objetivos principais do Ensino de Sociologia e ao dispositivo escolar, tem-se a questão da desnaturalização e do estranhamento da realidade, por meio do confronto entre senso comum e conhecimento científico. Esse exercício foi realizado quando quase todos os *podcasts* tiveram base em citações de pesquisas científicas de sociólogos, estudiosos das questões de gênero, dados estatísticos entre outros. A discussão sobre cidadania, outro objetivo dessa disciplina na escola, em certa medida foi contemplada, em alguns *podcasts* cidadania e gênero foram bem articulados.

Contudo, ainda no campo da Sociologia, a interdição e o apagamento das mulheres-sociólogas foram explícitos e ao mesmo tempo atualizados, pois os sujeitos não conseguiram romper com o cânone da figura do homem como representação do cientista. A própria Sociologia colaborou, em certa medida, com essa construção reflexiva. Além disso, é explicitado, mesmo regionalmente, a reprodução do privilégio da definição da espécie humana pelo gênero masculino, no caso de “menino” e “homem”. Outras agências socializadoras, além da escola reforçam essa questão dos estereótipos heteronormativos, família, mídia dentre outros. Por isso, somente o discurso dentro da escola sobre gênero e sexualidade não ultrapassa de forma mais ampla essa bolha, sobretudo porque os cursos de formação de professores não têm essa disciplina como obrigatória e, no caso específico da sexualidade, não existe Educação Sexual institucionalizada nas escolas. A dificuldade em falar sobre o sexo, mesmo quando relacionado à amamentação, denota o quão os seios ficam numa dicotomia entre o sagrado e o profano,

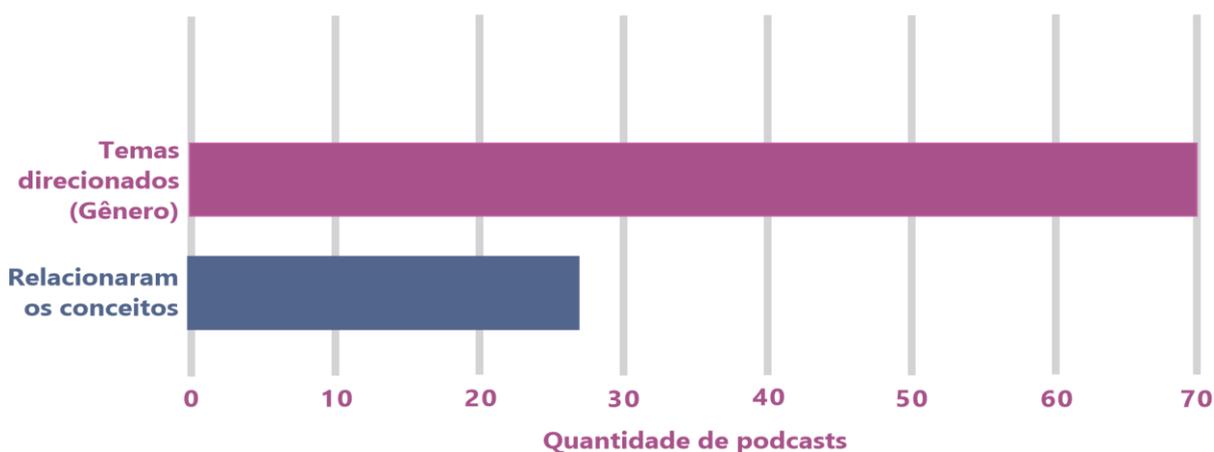
[...] nesse discurso encontram-se implícitas duas características da tradição judaico-cristã: a ideia da maternidade sagrada, o que provoca a perda simbólica do valor erótico do seio maternal, tornando-o quase intocável; e a ideia de que o sexo seria “não sagrado”, impuro e até desrespeitoso (SANDRE-PEREIRA, 2017, p. 215).

As piadas e brincadeiras relacionadas ao sexo também apareceram nas falas de alguns sujeito-educandas(os). Isso tem grande influência na desqualificação do gênero e da sexualidade como objeto de estudos científicos. Em alguns casos, os *podcasts* enunciavam o tema gênero, mas não falavam dele, uma interdição total. Em sua maioria, os *podcasts* apenas estabilizaram a heteronormatividade e um discurso naturalizante e, por vezes, também um

discurso machista. Reforça-se que nesse trabalho sempre foi cobrado um posicionamento de educandas(os) em relação aos temas direcionados. Acredita-se que, mesmo de forma incipiente, o contato dos sujeitos-educandas(os) com o tema gênero tenha desestabilizado, em alguns, os sentidos dados pela cultura, caso de algumas poucas opiniões polissêmicas enunciadas.

A **análise quantitativa** complementa as questões emergentes pontuadas na análise discursiva. Em primeiro lugar, a desconexão entre os conceitos propostos atravessou todo o trabalho. É preciso sempre trazer as questões sócio-históricas para fazer sentido no cotidiano de educadas(os), senão não há possibilidade de ressignificação de sentidos. Dessa forma, mesmo com o direcionamento das aulas nestes termos, um número bastante significativo de sujeitos-educandas(os) não fez relações entre os conceitos e temas, sendo que dos 70 *podcasts* sobre o tema gênero, apenas 27 grupos conseguiram fazer essa relação (**38, 5%**), como demonstrado abaixo (Gráfico 1):

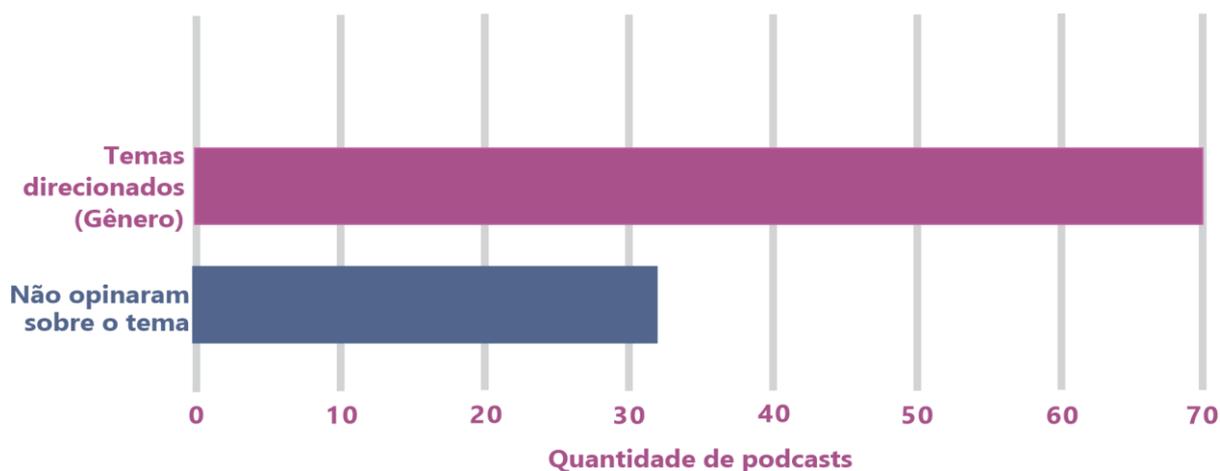
**Gráfico 1** – Relação entre conceitos e temas



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Sem a possibilidade de construção de algum tipo de repertório por meio de leituras variadas ou sem alguma predisposição para pesquisar fontes confiáveis, é muito difícil ter elementos para desenvolver um posicionamento coerente sobre determinado assunto. Isso se reflete na significativa inexpressão de opiniões nos trabalhos. Dessa forma, dos 70 *podcasts* tratando como fio condutor a temática relacionada a gênero em 32 áudios, não houve opinião do grupo sobre esse assunto (**45%**). Gráfico 2:

**Gráfico 2** – Porcentagem de opiniões



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

É um percentual muito alto, considerando-se a possibilidade de poder opinar, sem censura, mesmo que, naquele momento, orientava-se para uma ética editorial, pontuando-se novamente que a questão da ética foi inicialmente desenvolvida em trabalhos iniciais e práticos, a partir de uma ética editorial do campo da comunicação, mas à medida em que a tese foi exigindo mais pesquisa, essa transformou-se em uma ética pedagógica, pensada especificamente a partir desse trabalho.

#### **4.8 Temas livres – categoria: intolerância: preconceito, discriminação e violência**

Nesta outra seção, a análise é feita sobre enunciados nos *podcasts* com uma pauta que não teve direcionamento prévio algum, educandas e educandos tiveram certa liberdade discursiva, contudo, dentro de uma autonomia relativa (SILVA JÚNIOR, 2017) para trazerem os assuntos que mais lhes interessassem, não existindo hipótese de censura; porém sempre pensando no norteamento dado com base na ética editorial proposta na oficina aplicada.

A partir da categoria intolerância, discutem-se as articulações com o preconceito, a discriminação e a violência, levando-se sempre em conta o potencial da atitude intolerante em gerar variados tipos de violência psicológicas, físicas e simbólicas. O ambiente virtualizado pela internet amplificou todos os discursos, inclusive discursos intolerantes; dessa forma, gestaram-se massas intolerantes virtualizadas. Dunker (2019) denomina estas últimas de massas digitais, as massas formadas artificialmente, como no Exército ou na igreja; nelas o indivíduo se sente forte e poderoso. O seu discernimento cai, torna-se crédulo, impulsivo e excitável e quando contrariado, emerge uma certeza reativa e incorrigível, ele suspende suas inibições, regredindo cognitivamente até chegar ao ódio. Segundo o autor, a massa é anônima, mas o

grupo reúne pessoas que se reconhecem, forma-se uma economia dos grupos, como a família ou a comunidade e, para que o grupo fique coeso, é preciso manter certa rivalidade com outros grupos, seja essa permanente ou periódica e, mais ainda, para manter a coesão interna do grupo é necessária a luta constante pelo reconhecimento dentro dele.

Enquanto indivíduos lutam por reconhecimento dentro de seus grupos e contra outros grupos, as massas são o oposto, dissolvem os interesses individuais, pois esses são reduzidos aos traços do próprio grupo. Porém, essa disposição foi alterada completamente com o advento das redes virtuais, permitindo a formação e aproximação de grupos distantes e separados fisicamente, ao mesmo tempo tornando o anonimato como um recurso no funcionamento de massa, por meio de avatares, perfis falsos e robôs (DUNKER, 2019). O fato é que a internet facilitou o contato de pessoas com gostos, objetivos, valores, ideias e visões de mundo semelhantes em comunidades, reverberando todo tipo de mobilizações, situação antes dificultada fisicamente pela distância entre as localidades e pela comunicação precária. Outro fato é que a intolerância, a discriminação e o preconceito fazem parte de um discurso, de um já dito, as redes não o criaram, mas ampliaram seu potencial de variadas maneiras.

Em outra frente, foi construído um discurso dos intolerantes, alega-se a “liberdade de expressão contra a censura”, porém nem tudo pode ser dito em uma sociedade como a nossa, nas palavras de Foucault (1999, p. 09): “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Na época em que Foucault (1999a) proferiu sua famosa aula a *Ordem do discurso*, o sistema de exclusão e as interdições no discurso, como o exposto acima, levavam em conta, como alvos preferências, as grades mais fechadas e buracos negros infinitos da sexualidade e da política. Vê-se, atualmente, uma continuidade dessa interdição quanto à sexualidade; entretanto, o discurso político transmutou-se, a intolerância virou opinião. Há um apelo à defesa da liberdade de expressão, mesmo quando a intolerância desloca seus sentidos para um discurso de ódio. Cazelat e Cardin (2016) explanam sobre os limites da liberdade de expressão:

[...] toda liberdade tem limites lógicos, que estão consubstanciados na própria concepção genérica de liberdade, de modo que, ela se finda para preservar, proteger e promover os direitos de personalidade de outrem.  
Por mais que a liberdade de expressão seja elencada como um direito fundamental de primeira geração, trata-se, no caso do discurso de ódio, de um abuso no exercício desse direito, cabendo, conforme as lições de George Marmelstein, a aplicação do princípio da proibição de abuso de direito (2016, p. 932).

Dessa forma, não há confusão entre o discurso de ódio e a censura, mas o abuso de um direito fundamental que ataca e não preserva, nem protege os outros. Mesmo com esses limites no discurso jurídico, existe uma grande adesão a enunciados confrontadores e alinhados a temas como preconceito, discriminação, racismo entre outros, constituindo-se em práticas discursivas que, nas últimas décadas, aumentaram sua aceitação gradativamente, subvertendo o entendimento sobre o “politicamente correto”, convertendo-se em algo negativo, patrulhando o discurso e censurando as opiniões, principalmente as ofensivas e, sobretudo, às minorias, como exposto por Weigel (2018). O *Podcast 12* (2016) enuncia essa intolerância e resume algumas de suas mazelas:

Olá pessoal tudo bem com vocês? Quem fala é a Simone da Rádio Sete Mulheres e o tema de hoje é intolerância. [...] falta de respeito, aversão e a violência ao outro, caracteriza-se como intolerância [...]. Intolerância é a incapacidade de enxergar o outro, acatar a sua opinião entender que “todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto” declarou o autor Frei Betto na entrevista dada ao *Le Monde Diplomatique* Brasil [...]. Por isso, é importante educar jovens e crianças a aceitar o diferente para que no futuro [sic] adultos conscientes e tolerantes. (*PODCAST 12*, 2016, grifo das autoras).

É essa “incapacidade de enxergar o outro”, de “acatar a sua opinião”, interditando o discurso do outro lado, também expressado nos discursos do antipoliticamente correto, que por sua vez, liberaram práticas discursivas em torno de ideias de uma “verdade inconveniente”, um termo de acusação ao outro, agindo como uma força apolítica relacionada a questões raciais e à violência sexual não acolhidas por uma parcela das pessoas (WEIGEL, 2018). Não por acaso, essa aversão a um imaginado patrulhamento do discurso é um bom alibi para o chamado discurso de ódio, todos esses elementos, das massas digitais, arrebanhadas com o suporte das redes sociais, o discurso de ódio e o antiPC confluem, formando um dispositivo conservador. De outro lado, o dispositivo escolar pode contribuir para a mudança desse discurso, uma forma é “educar jovens e crianças para aceitar o diferente” (*PODCAST 12*, 2016), como sugerido pelos sujeitos-educandas(os), nesse *podcast*. Contudo, essa possibilidade é aberta e atua como a resistência ao poder dos outros dispositivos na microfísica local, pensando-se nas pequenas mudanças das subjetividades, nas linhas de fuga (DELEUZE, 1996).

Entretanto, é preciso pensar que o próprio dispositivo escolar também reproduz as linhas de força (DELEUZE, 1996). No caderno para o 2º ano, 1º bimestre, aborda-se o tema da diversidade cultural, numa perspectiva estritamente do discurso culturalista, ou seja, da formação étnico-cultural do povo brasileiro, imigração, migração, emigração e aceitação do estrangeiro (SÃO PAULO, 2014). Cria-se certa confusão com um não-dito entre os conceitos

de desigualdade social e diversidade cultural, pois os recursos materiais, econômicos e as oportunidades, estariam, de certa forma, desvinculados da cultura, demonstrando uma naturalização e uma romantização da beleza cultural das favelas e dos morros, em contraste com os bairros nobres das cidades. Se não há explicação de causa e efeito, sócio-histórica, pode-se reproduzir um discurso naturalizante da pobreza, aceitando-se a terrível desigualdade econômica e a incrível concentração de renda existente no Brasil. O objetivo proposto para essa temática é abordá-la na tentativa de desnaturalização dos preconceitos e discriminações e do estranhamento do outro, a partir da desconstrução histórico-social-política desses efeitos, para encontrar suas possíveis causas.

Contrastando com esse objetivo na escola, vê-se, de forma crescente, a intolerância na sociedade, isso se traduz em variados tipos de discriminação, pois existe a interdição imposta pelo dispositivo conservador à brasileira, porém algo sempre vaza, a exemplo dos enunciados do *Podcast 05* (2016) e do *Podcast 45* (2016):

A discriminação sempre esteve presente, seja racial, social, religiosa entre outras. Desde a antiguidade notamos que os casos de discriminação, como por exemplo, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos por considerá-los maléfica. E aos persas consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade. Essa ilusão de superioridade é chamada de racismo ou bullying, nos dias atuais (*PODCAST 05*, 2016).

O preconceito trata-se de um conceito associado a discriminação e as diferenças que existem no mundo, cujos preconceituosos atribuir um juízo de valor sobre determinado aspecto, seja a classe social, a cultura, a região, a etnia, a cor de pele, a preferência sexual dentre outros. [...] Vale ressaltar que todos os tipos de preconceito geram hostilidade e violência física ou verbal, e estão intimamente relacionados a irracionalidade e ignorância, geralmente associados a uma ideologia (*PODCAST 45*, 2016).

Em sua pesquisa, os sujeitos-educandas(os) verificaram que a “discriminação” sempre esteve presente na sociedade “desde a antiguidade”, somente a semântica mudou, o enunciado foi atualizado para “bullying”, por exemplo. O “preconceito” é “associado a discriminação”, que por sua vez, “gera hostilidade e violência física e verbal” e faz parte de uma “ideologia”, ou seja, das relações de poder existentes em nossa sociedade. O tema da diversidade veio dissolvendo-se em variadas frentes, ao mesmo tempo em que, cada vez mais, dentro do dispositivo conservador, foram emergindo discursos e formações políticas neonazistas e ultradireitistas com o apelo populista dos símbolos nacionais (Burity, 2018). Existe um inimigo interno representado pelos próprios cidadãos do país, os de posições liberais, de esquerda, imigrantes e refugiados, inimigos potenciais de um Estado que se pretende autoritário. O Brasil,

desde 2019, com a subida ao poder de um governo sustentado pelo discurso abordado acima, não pacificou os lados, ao contrário, investe nessa retórica, mobilizando os radicais. Com um constante discurso de confronto, paradoxalmente, o chefe do executivo parece não falar para todos, mas fala para uma minoria. Nesse sentido, no 4º bimestre do 2º ano, a discussão vai para o tema da violência. Abordam-se a violência no contexto brasileiro, as diferentes formas de violência, a violência contra os jovens, até chegar na violência contra a mulher (SÃO PAULO, 2014). O caderno do aluno traz um texto sobre o conceito de violência:

É importante ter em mente que, tal como diversos outros conceitos da Sociologia, não há uma definição única sobre o que seja a violência, aceita de forma unânime pelos sociólogos. [...] Essa noção, entretanto, não deve ser entendida como um conceito fechado e acabado, mas, sim, aberto ao debate e à reflexão crítica (SÃO PAULO, 2014, p. 43).

Debatem-se então os tipos de violência sugeridos no texto da apostila. A violência é uma ação ou ameaça de um indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas com o objetivo de causar danos; pode ser uma violência direta, quando atinge o corpo da pessoa, ou indireta, quando se dá por uma alteração do ambiente em que essa se encontra, se retira, destrói ou danifica algum recurso material dela; existe a violência que resulta em constrangimento, não apenas físico, mas psicológico e moral; por fim, a violência simbólica não causa morte ou dano físico, mas atenta contra as crenças, a cultura e a identidade dos indivíduos atingidos (SÃO PAULO, 2014). O *Podcast* 116 (2016), discute a questão específica da violência contra a mulher:

Oi gente eu sou a Vanya sou da turma do segundo X da escola ESTADUAL e viemos aqui para falar sobre a violência contra a mulher. [...] se manifestam por meio das relações assimétricas, entre homens e mulheres, envolvendo, por vezes, discriminação e preconceito, a violência contra a mulher pode assumir diversas formas, que não é uma agressão sociopática da natureza sexual e perversa no sentido psicanalítico do termo, até formas como assédio sexual, discriminação, desvalorização do trabalho doméstico, de cuidados com a prole e maternidade (PODCAST 116, 2016).

Em um debate sobre a mulher e a violência, Marilena Chauí discute dois aspectos de violação e transgressão de normas, sejam essas jurídicas, morais ou éticas:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade, e pelo silêncio, de modo que,

quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (CHAUI, 1997, p. 35).

A questão da violência não se resume à violência mais visível, as agressões físicas. Ela é muito mais complexa, sua representação envolve inúmeros comportamentos repressivos, de exploração e de dominação, a vítima é transformada de ser humano em uma coisa. Todos esses discursos que povoam o dispositivo conservador, sejam esses discursos políticos, ideológicos, religiosos acabam por disseminar, de forma dissimulada, um tipo de violência simbólica. Essa violência vai deslizando do simbólico para o que é físico. Portanto, vê-se o aprofundamento da questão da violência, especialmente contra a mulher; assim, toma-se por base o conceito de violência de gênero, segundo a Sociologia. “A ocorrência de atos violentos entre homens e mulheres é um fato em nossa sociedade. E a maioria desses atos é cometida por homens contra mulheres” (SÃO PAULO, 2014, p. 56). É feita então uma tentativa de desnaturalizar o papel de gênero, refletindo-se no poder social que os homens têm em uma sociedade como a nossa: eles ganham mais, ocupam mais cargos de chefia e mais cargos na política. São reproduzidas as representações sociais e de dominação masculina e de masculinidade idealizadas. De outro lado, mostra-se o discurso legal materializado nos dispositivos jurídicos institucionalizados como tentativa de coibição da violência contra a mulher. A violência de gênero ocorre, majoritariamente, contra as mulheres. As relações de poder entre mulheres e homens se estabeleceram dentro de um sistema. Considerando-se a ordem social atual como natural, o patriarcado é um enunciado estranho. Tiburi (2018), ao falar dessa questão, pondera que as pessoas não refletem sobre como se organiza a sociedade, favorecendo uns e obrigando os outros a se submeterem aos favorecidos.

Conforme a autora, enquanto sistema de privilégios, o patriarcado precisa manter os que usufruem das vantagens ao mesmo tempo em que os outros mantenham o sistema funcionando. Por isso, esse sistema é necessariamente autoritário e violento; então o patriarcado também é parte do dispositivo conservador. Cabe o questionamento da priorização da chamada ideologia de gênero sobrepondo-se ao debate, muito mais grave e urgente, da violência contra a diversidade sexual e, principalmente, de gênero contra a mulher. Esses discursos de intolerância, de preconceito e de discriminação somam-se ao discurso conservador com o antiPC, discurso de ódio e práticas institucionais exercidas por governos e seus representantes, apoiando-se em moralismos, com todas as especificidades desses elementos emergidos no Brasil. A essa trama de relações de poder articulada no dispositivo conservador à brasileira.

É o potencial da atitude intolerante que gera variados tipos de violência. A internet não criou o discurso intolerante, ele é um já dito, mas o mobilizou entre as pessoas, ampliando sua articulação: na incapacidade de enxergar o outro, no antiPC e no discurso de ódio. Enunciou-se também as transformações do preconceito em bullying, ou seja, uma atualização. Foi destacado em um *podcast* o papel da escola na possível transformação desse discurso, que vem em uma crescente na sociedade. Portanto, foi grande a preocupação dos sujeitos-educandas(os) com a intolerância, pois 24 *podcasts* (5; 9; 10; 12; 38; 40; 41; 42; 43; 45; 46; 47; 48; 50; 51; 54; 59; 68; 116; 127; 137; 139; 142 e 148) abordaram algum tipo de atitude intolerante. Por fim, houve também a preocupação em enunciar a violência de gênero.

#### **4.8.1 O machismo e suas marcas em todas, todos e todes**

Dos variados tipos de violência discutidos em sala de aula, destacam-se a violência contra a mulher ou violência de gênero e a homofobia. Esses tipos de violência, como outras, não podem ser explicados de maneira descolada do social, sua causa está muito além do momento em que ocorrem no cotidiano individualizado. Como diz Deleuze (1996), essa violência faz parte das curvas de visibilidade do dispositivo, como no caso do panóptico descrito por Foucault (2004), se faz ver sem ver visto, relaciona-se, pois, com um discurso na sociedade, atravessando o sistema cultural, cristalizando-se num discurso em funcionamento: o machismo. Os *Podcasts* 41(2016) e *Podcast* 42 (2016) enunciam esse tema; já no *Podcast* 16 (2016) e no *Podcast* 115 (2016) a enunciação do machismo é mais sutil.

O machismo, conforme Tiburi (2018), é

o *ismo* do patriarcado [...]. O machismo privilegia os “machos” enquanto subestima todos os demais. Ele é totalitário e insidioso, está na macroestrutura e na microestrutura cotidiana. Está na objetividade e na subjetividade, isto é, mesmo que seja uma ordem externa ao nosso desejo, foi e é introjetado por muitas pessoas, inclusive mulheres. E, porque o machismo faz parte de um modo orgânico de pensar, de sentir e de agir, é tão difícil modificá-lo (TIBURI, 2018, p. 62-63, grifos da autora).

Nesse mesmo sentido, Drumont (1980) define o machismo como um sistema de representações simbólicas em que as relações de exploração, de dominação e de sujeição entre o homem e a mulher são mistificadas. Dessa maneira, o machismo é um sistema que oferece modelos de identidade para o masculino e para o feminino, além disso, ele é aceito por todos e mediado sempre pela “liderança” masculina (DRUMONT, 1980, grifo do autor). Sobre esse

modelo de identidade, complementa Saffioti (1987), a identidade social da mulher e a do homem é construída por meio da atribuição de papéis específicos e a sociedade exige o cumprimento desses, além de delimitá-los nos campos que cada um pode atuar, tanto mulher quanto homem.

Contudo, adotando-se uma perspectiva foucaultiana, o machismo é pensado enquanto discurso que faz parte de um dispositivo enraizado em uma rede complexa, onde o sujeito é construído e produzido por esses elementos apontados por Drumont (1980) e Safiotti (1987). No machismo o gênero masculino é privilegiado, portanto, há desigualdade. A partir dessa condição é gerada e reproduzida a dominação e a desqualificação do lugar e das atividades relacionadas com o feminino, inclusive por parcela considerável das mulheres. Além da violência psicológica e simbólica que essa desqualificação do feminino produz, não raramente chegam à formas de violência física e feminicídio. No *Podcast* 42 (2016) aparece essa definição: “Machismo é o comportamento expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino.”

A imposição da ordem desse dispositivo é tamanha que nem mesmo o próprio gênero masculino escapa de suas interdições, “[...] quando um homem foge as ditas regras de masculinidade, já pode ser enquadrado como alvo de preconceito em uma sociedade machista” (*PODCAST* 41, 2016). Nesse mesmo áudio, os sujeitos-educadas(os) abordam esse dispositivo como uma “cultura machista”, depois de terem encontrado uma pesquisa feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e divulgada por um jornal da grande mídia em Minas Gerais:

[...] segundo a socióloga e integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Nina Madsen. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que 58,5% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase "Se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros" [...] Das 3.810 pessoas entrevistadas, 66,5% eram mulheres (O TEMPO, 2014, grifo do autor).

A autora da pesquisa, Nina Madsen, sugere que esse panorama só pode ser modificado por meio da educação, alterando os padrões culturais estabelecidos (O TEMPO, 2014).

Neste *PODCAST* 41(2016), pode-se dizer que houve a polissemia. Além de não parafrasearem o texto da reportagem, os sujeitos ainda opinaram:

Temos que interferir nesse processo, e ensiná-los que essa maneira de pensar está completamente errada, e que cada pessoa tem a total liberdade de se vestir da maneira que quiser, sem se preocupar com que as outras pessoas irão achar ou falar. É uma atitude bastante machista e egoísta, e está presente no mundo inteiro. Há atitudes sexistas dos homens que têm uma posição superior em relação à mulher, e há relação do machismo entre [sic] a violência. A cultura machista deve acabar, e todos nós homens e mulheres devemos nos respeitar. (PODCAST 41, 2016).

Existem ainda outras implicações: a socióloga destaca a influência conservadora no Plano Nacional de Educação (PNE), onde há o apagamento da educação para a igualdade de gênero, fomentada com as pressões do discurso da ideologia de gênero (O TEMPO, 2014). Vê-se novamente a influência da mídia, nesse caso, produtiva, proporcionando o acesso às informações e divulgação de pesquisas científicas sobre os estudos de gênero. No entanto, essa mesma mídia é difusora de textos, vídeos, áudios, cinema, música, entre outros, contribuindo com a reprodução dos discursos machistas, situação encontrada no *Podcast* 16 (2016):

Hoje vamos falar sobre biografia da dupla de cantores Henrique e Juliano dois irmãos que cantam desde pequenos [...] nascidos na pequena cidade de Palmeirópolis no estado do Tocantins [...] em 2013 quando lançaram seu primeiro dvd foi de onde saíram alguma [sic] das músicas mais tocadas do ano como: **Recaídas**, **Mistura Louca** e **Tô valendo nada**, desde então a dupla vem com muito sucesso por todo Brasil (PODCAST 16, 2016, grifo nosso).

Essas músicas, no estilo chamado de sertanejo universitário, que, conforme Antunes (2012), para atingir um público específico com temas de amor e traição, alterou a temática inicial do sertanejo caipira, ligada às questões da vida no campo. Contudo, essa transformação do estilo está marcada também pelo machismo, a dupla citada é formada por homens. Destaca-se na letra da música *Recaídas* o seguinte enunciado: “E hoje mesmo separados sinto que o **seu corpo ainda é meu**” (LETRAS, 2020, grifo nosso). No contexto da música, mesmo separados, ele ainda sofre por seu amor antigo, chama à atenção o desejo da posse do corpo feminino.

Dentro dessa mesma formação discursiva, no enunciado da letra da música *Mistura Louca*, a relação de dominação machista é ainda mais evidente:

A vida é minha e é assim que **eu quero viver, rodeado de mulher quase o tempo todo** [...] agora **eu vou selecionar** [...] você pode ir, você pode também, essa dali não pode, nem idade ela tem, solteiras podem ir, casadas vêm também, **o marido não pode, porque homem aqui já tem** (LETRAS, 2020, grifos nossos).

Essa música traz sentidos ligados a uma apologia ao machismo, marca-se um lugar de dominação desse sujeito-homem, pois vive do jeito que quer, sempre rodeado de mulheres, as seleciona, relaciona-se com mulheres casadas, no final reforça sua condição de poder também sobre outros sujeitos-homens.

Por fim, na letra da música *Tô Valendo Nada*, o sujeito-homem sai com a namorada para a balada e encontra uma outra mulher, diz que essa outra o seduz, então tem um plano: “Vou esperar minha mulher querer ir no [sic] banheiro, aí eu ganho cinco minutinhos de solteiro, é rapidinho, ela nem vai desconfiar” (LETRAS, 2020). Esse *podcast* foi produzido por um grupo formado por sujeitos-educandas, vê-se nas letras dessas músicas a reprodução da condição de superioridade do gênero masculino e, mais grave, a naturalização do discurso machista, replicado pela indústria cultural (ADORNO, 2002).

O mesmo sintoma, desse atravessamento do discurso machista abordado na pesquisa da socióloga Nina sobre a reprodução dessa condição pelas mulheres, está também em letras de duplas femininas, ao aderirem ao discurso femista (O TEMPO, 2014). É o que demonstra o *Podcast 115* (2016), trazendo uma *playlist* das 10 melhores músicas, na opinião de sujeito-educandas. Houve também um acontecimento técnico, a reprodução do formato dos programas de rádio envolvendo um *Top List* com as músicas mais tocadas. Na edição de áudio elas falaram o nome da música e, a seguir tocaram um pequeno trecho dela:

Em quarto lugar, agora uma música das garotas que ganharam o seu lugar nas *playlists* de todas as rádios Brasil, Maiara e Maraisa com 10%. Em terceiro lugar a dançante *Work*, da atriz, modelo, cantora e compositora e maravilhosa Rianna [...] E, em primeiro lugar, mas não menos importante, pra finalizar nossa *playlist*, do momento, que estreou em 2008 e até hoje faz sucesso no cenário *pop* Ariana Grande com *Dangerous woman* (PODCAST 115, 2016).

A letra da música *10%* remete à taxa de serviço ou gorjeta, cobrada em bares, é o lugar ambientado na música. Ao invés de um sujeito-homem distraído-se num bar por causa de uma relação terminada, é um sujeito-mulher assumindo essa mesma posição: “A terceira música nem acabou, eu já tô [sic] lembrando da gente fazendo amor, desse jeito você me desmonta [...]” (LETRAS, 2020), entra em cena a bebida, um elemento comum dentro desse estilo, “aí cê [sic] me arreventa! e o coração não aguenta, cada dose cai na conta e os dez por cento aumenta” (LETRAS, 2020).

O *videoclip* da música da cantora Rianna *Work* é mais impactante, ambientado num contexto de grande sexualização, com roupas sensuais e cenas de dança extremamente provocadoras. O discurso imagético insinua prostituição, pois o lugar é recheado de bebidas e

fumaça de cigarro e o enunciado trabalho aqui remete ao sexo: “Ele me vê fazendo. Sacanagem, sacanagem, sacanagem, sacanagem, sacanagem. Então me coloque para: trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar” (LETRAS, 2020, tradução nossa). Essa música tem a participação do rapper Drake, em determinado trecho da música ele canta: “Se você tivesse uma irmã gêmea eu ainda te escolheria” (LETRAS, 2020, tradução nossa). Novamente o poder de escolha é representado pelo sujeito-homem.

Portanto, todos esses discursos machistas acabam, de forma direta e indireta, conotando um padrão de objetificação das mulheres. Um padrão em que a mulher é quase sempre sexualizada pelo simples fato de usar um tipo de roupa que, pretensamente, abriria espaço para a apropriação do sujeito-homem. Esse é um dos pressupostos para algo mais grave, a posse do corpo feminino autorizado pelo discurso do machismo.

É preciso destacar que os *podcasts* analisados nessa seção foram todos feitos por grupos de sujeitos-educandas. Demonstra-se como o dispositivo midiático, com mecanismos já conhecidos, mas não ultrapassados da indústria cultural, produz por meio de um discurso machista a subjetividade do sujeito-mulher, utilizando-se especificamente da música, atingindo todas as crianças, meninas e mulheres, reproduzindo padrões machistas também nas cantoras sertanejas. O que ocorre é um espelhamento, uma inversão do machismo e não o feminismo, assim elas continuam a impulsionar o discurso do mesmo, ou seja, do machismo.

A partir de seus ídolos musicais, sujeitos-educandas reproduzem o padrão machista sem ter a percepção desse discurso. Por isso emergem esses enunciados sobre o machismo e não outros, transformadores dessa condição discursiva. A partir desse dispositivo e dessas condições enunciativas acabam ocorrendo outros desdobramentos, muito mais graves que o simples consumo desses produtos culturais, pois eles podem legitimar as ações e as práticas discursivas violentas, principalmente, contra as mulheres.

#### **4.8.2 A violação do corpo: estupro**

É necessário fazer um movimento de pensamento das condições de possibilidade, especificamente, na questão da conjuntura social da sociedade brasileira, referente à violência de gênero, ao discurso machista e à influência midiática, no caso do crime cometido com uma adolescente na Zona Oeste na cidade do Rio de Janeiro. Essas três condições de possibilidades convergem no tema mais abordado pelos sujeitos-educandas(os) nos áudios aqui analisados: o estupro. Sua emergência ocorre em 7 *podcasts*, *Podcast 9*; 44; 47; 50; 51; 54 e 68 (2016).

Segundo estudos do Instituto Pesquisa Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 50,9% dos registros de estupros no sistema de saúde em 2016 foram contra menores de 13 anos de idade, lembrando-se que esse número pode ser maior por causa da subnotificação das vítimas. Além disso, esse crime, ao contrário da suposição do senso comum, não é cometido, majoritariamente, por pessoas desconhecidas da vítima, pois quase um terço são amigos ou conhecidos e outros 30% são familiares mais próximos, como pais, mães, padrastos e irmãos (AGÊNCIA BRASIL, 2018). O *Podcast 47* (2016), também traz esse dado alarmante, onde “[...] crianças também sofrem com esse tipo de agressão. Sendo os agressores, na maioria das vezes, pessoas próximas a família” (*PODCAST 47*, 2016). É exatamente o que aponta o Atlas da Violência de 2018, pois o perpetrador é conhecido da vítima em 54,9% dos casos e 78,5% dessas ações aconteciam na própria residência da vítima (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018). Foucault (1999a, p. 08-09) define sua hipótese sobre a ordem do discurso:

[...] suponho que em toda sociedade, a produção no discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominarem seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 1999a, p. 08-09)

Essa “temível materialidade” interdita a discussão mais profunda sobre o estupro na sociedade e, especificamente, quando envolve o paradoxo de não se falar “dessas coisas” com crianças e adolescentes sendo essas, conforme exposto, as maiores vítimas desse crime. Ainda mais grave, conforme os dados expostos no Atlas, é que, na maioria dos casos, o criminoso é um parente próximo da vítima. Como essas discussões praticamente não existem na escola, sob o pano de fundo de uma educação sexual intencional, planejada e institucionalizada, isso é o mesmo que calar ao invés de orientar, prevenir e denunciar. Assim, no transcorrer das análises, sentiu-se a necessidade de tratar dos 7 *podcasts* (9; 44; 47; 50; 51; 54 e 68) sobre estupro de uma forma integrada, pois os discursos se atravessam e uma de suas condições de possibilidade veio do dispositivo midiático. Começa-se então pelo *Podcast 09* (2016):

Olá boa tarde somos da Escola Estadual e tivemos que gravar um áudio com tema livre. Então eu e minha dupla resolvemos [sic] sobre o **estupro coletivo** no Rio de Janeiro, um fato verídico. O caso aconteceu no mês de maio de 2016 (*PODCAST 09*, 2016, grifo nosso).

Esse fato retomou uma memória discursiva, trazendo à tona a interdição sobre o tema estupro. Essa outra emergência reativou as discussões e debates na grande mídia, num movimento de retroalimentação, mas são os especialistas convocados pela mídia que dão voz ao problema, ou seja, a mídia opera uma seleção, um efeito valorativo, por meio desses “especialistas”, produzindo um efeito de saber (CHARAUDEAU, 2013). Contudo, essa discussão surge e desaparece no meio da dinâmica das outras “novidades”. Nesse sentido, não há possibilidade de uma outra prática discursiva, pois esses discursos são efêmeros, na superfície, não alteram as relações profundas desse crime enraizadas na sociedade e, sobretudo, nas próprias famílias.

No *Podcast 54* (2016), destaca-se uma modalidade específica de estupro: “[...] em definição o estupro pode ser um ato de um ou mais indivíduos contra uma vítima ou um grupo pequeno o que caracteriza estupro coletivo” (*PODCAST 54*, 2016). Essa modalidade específica do crime, o estupro coletivo, foi o praticado contra a adolescente e divulgado pela mídia. O crime de estupro por si é um ato chocante e abominável, porém, é algo corriqueiro no cotidiano brasileiro. Conforme o Atlas da violência 2018, foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos de estupro e no sistema de saúde foram registrados 22.918, no ano de 2016. Nesses dados existe grande parcela de subnotificação. Nos EUA, por exemplo, apenas 15% do total dos casos são notificados à polícia (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2018). Conforme esse mesmo estudo, comparando a taxa estadunidense com a brasileira, pensando em uma margem mínima de 90% nas subnotificações, seria crível apontar no Brasil entre 300 mil a 500 mil estupros a cada ano, conforme estudo feito pelo IPEA. Essa interdição vem do dispositivo conservador, reforçado pelo discurso machista e de dominação da mulher. Chama atenção esses dados, ano a ano, reportados por órgãos e agências de pesquisas oficiais. Contudo, o estupro coletivo parece causar maior impacto, pois está na ordem da emergência midiática, ou seja, ainda não se tornou comum, naturalizado e invisibilizado, como o da estatística cotidiana. Ele aparece também no *Podcast 68* (2016):

O termo cultura do estupro veio à tona há quase enorme [sic] repercussão do caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, o assunto pode ser novidade para alguns, mas está presente na sociedade desde sempre, temos como exemplo o Egito antigo e o Estado Islâmico, mulheres capturadas em guerra podem tornar escravas sexuais [...] O instituto de pesquisa econômica aplicada divulgou uma pesquisa revelou que 65% das pessoas incluindo mulheres disseram que a culpa é da vítima quando está usando roupas curtas (*PODCAST 68*, 2016).

Outro grupo de sujeitos-educandas(os) também traz esse conceito, mas vai além, definindo-o: “Em 1975, nasceu o termo **cultura do estupro** que se baseia na ideia de que a vítima tem uma parcela significativa de culpa no crime” (PODCAST 47, 2016, grifo nosso). No campo das regularidades, ampliou-se a formação discursiva relativa à cultura do estupro na rede digital e, em muitos casos, no mesmo sentido definido acima, muito devido à grande repercussão desse caso de estupro no Rio de Janeiro, tanto que à época o sítio do *Guia do Estudante*, publicação dedicada às discussões sobre cursos de formação profissional em faculdades e direcionada a adolescentes, abordou esse assunto (GUIA DO ESTUDANTE, 2016). Decompondo-se a cultura do estupro, primeiro na definição de cultura, proposta por Cuche (2002), rompendo com a ideia da cultura somente como transmissão e depois incorporando a questão do poder do sujeito-masculino exercido em todas as esferas da sociedade, explica-se o porquê das maiores vítimas de estupro no Brasil serem as crianças, as meninas, as adolescentes e as mulheres. Portanto, numa sociedade como essa, com um dispositivo conservador dentro de um sistema patriarcal e com um discurso machista em pleno funcionamento, o discurso de dominação explícita do gênero masculino faz inverter a posição da vítima, a *priori*, quase sempre, culpabilizando-a pelo crime.

A construção desses comportamentos dá-se a partir de **práticas discursivas**, em que “Foucault estabelece explicitamente as relações entre os dizeres e os fazeres, isto é, as práticas discursivas materializam as ações dos sujeitos na história” (GREGOLIN, 2012, p. 88), tanto relativizam quanto silenciam sobre a violência sexual sofrida pelas mulheres, pois existe a manutenção, em muitos casos, dos privilégios masculinos e outros elementos como o medo, a dependência emocional e a financeira, essas engrossam o silenciamento das vítimas e a subnotificação desse crime (MONTEIRO; YOSHIMOTO; RIBEIRO, 2020). Assim sendo, o dispositivo conservador estrutura as condições de possibilidade da chamada “cultura do estupro”, corroborando com o discurso de culpabilização das vítimas, explicitado novamente no *Podcast* 86 (2016) e no *Podcast* 51 (2016), respectivamente:

**[...] Sabemos que muitos brasileiros concordam com a afirmação de que: mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas, ou melhor, ser assediadas**, mas acreditamos que o tipo de roupa usado não seja motivo para nenhum homem se achar no direito de desrespeitar uma mulher (PODCAST 86, 2016, grifo nosso).

[...] muitas pessoas põe a culpa na vítima usando como justificativa a roupa mais curta os lugares que frequenta, porém estão totalmente erradas [...]. É sempre bom deixar bem explícito que o estupro não tem hora, lugar, muito menos motivo para que aconteça e, portanto, o único culpado é o estuprador. Se caso você sendo mulher ou homem já sofreu ou sofre algum tipo de ameaça

a [sic] estupro denuncie e faça a diferença nós Silmara, Luiza, Vitorino, Carlos e José Carlos da Rádio DFV agradecemos a atenção de todos tenha um ótimo dia e até (*PODCAST 51*, 2016).

Por fim, o *Podcast 54* (2016) traz a estatística dos estupros por estado da federação, articulando-se assim com um dos métodos de estudos do Ensino de Sociologia na escola:

No Brasil, **Roraima é o estado com maior taxa de estupros do país, levando em conta os boletins de ocorrência 55,5 casos a cada 100 mil habitantes.** Espírito Santo registra a menor 6,1, só outros três estados têm uma taxa inferior a 10 a cada 100 mil Rio Grande do Norte, Goiás e Minas Gerais. O estado do sudeste, no entanto, foi o que teve a maior variação de 2013 para 2014. De 874 estupros, passou a 1475, quase 70% de aumento (*PODCAST 54*, 2016, grifo nosso).

Nesse episódio, para fundamentar a pesquisa numa perspectiva sociológica, a estatística dos estupros por estado foi trazida. Dessa forma, considera-se que os sujeitos-educandos saíram do senso comum, do individual e do imediatismo, para um contexto social e científico dessa questão. De posse das estatísticas é possível desenvolver algum tipo de enfrentamento do problema em questão. No caso do estupro, considerado crime em nossa sociedade, parte-se para o campo das leis.

No discurso jurídico, o estupro é um crime previsto em lei, conforme o Artigo 213 do Código Penal: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2009). O Título VI, “DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES”, foi modificado pela Lei de 2009 para: “DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL”. Houve outra alteração, trocou-se “Constranger mulher” por “Constranger alguém”, o sujeito ativo até então era sempre o homem (MAGGIO, 2013). Houve grande mudança nesse discurso, alterou-se, de certa forma, a hereticonormatividade desse crime.

Percebe-se na própria lei uma tardia atualização dos termos em seu título - “costumes” para “dignidade sexual”. Por conta do significado, a palavra dignidade conota mais autonomia, respeito, enquanto costume remete ao hábito. Contudo, a palavra “sexual” chama atenção por ser silenciada ou apagada do discurso público, mas com o tempo as práticas discursivas mudaram, deram-se as condições de sua emergência na redação atual. Porém, as normas e as leis em si não conseguem conter esse ato violento, como foi discutido até aqui e reforçado pelas estatísticas. Tem-se, nas condições de possibilidade estruturais da sociedade e nos dispositivos os discursos circulantes sobre machismo, concomitante à sua reprodução nas práticas

discursivas, materializa-se a possibilidade de emergência do discurso da cultura do estupro. Dadas essas condições, representantes eleitos por parcela de nossa sociedade para o legislativo, ambigualmente, defendem e contestam essa prática publicamente:

A deputada Maria do Rosário chamou o deputado de estupro e Jair Bolsonaro disse, logo em seguida, **“não te estupro, porque a senhora não merece ser estuprada”**. **Se ele disse que ela não merece ser estuprada, porque foi acusado de apologia a um crime que o deputado acha hediondo?** Lembrando que Bolsonaro é autor da PL 539 2/2013 que aumenta a pena para estupro e pede castração química a esse crime (*PODCAST* 44, 2016, grifo nosso).

O enunciado “não te estupro, porque a senhora não merece ser estuprada”, justifica-se com atributos do antiPC, articulando-se com o discurso machista; porém, argumentam os sujeitos-educandos: “Se ele disse que ela não merece ser estuprada, porque foi acusado de apologia a um crime que o deputado acha hediondo?”. O enunciado dos sujeitos-educandos não leva em conta uma inversão do discurso; no primeiro enunciado: “não te estupro”, o sujeito-deputado coloca-se na posição de poder, ele quem decide sobre o outro e sobre o que fazer ou não com o outro; no segundo enunciado: “a senhora não merece ser estuprada”, conota a objetificação da mulher, seja por causa de sua aparência, seja devido a algum tipo de desqualificação ou desprezo. De outro lado, conforme os sujeitos-educandos, uma lei resolveria o problema, com um discurso autoritário, apoiado num dispositivo jurídico: “Lembrando que Bolsonaro é autor da PL 539 2/2013 que aumenta a pena para estupro e pede castração química a esse crime”. Contudo, volta-se à questão: é dado um peso e um imediatismo demasiado às leis para a resolução dos problemas sociais; viu-se que os dispositivos jurídicos podem auxiliar na mudança de práticas discursivas, contudo, sozinhos, não alteram essas práticas, pois essas estão enraizadas na cultura e nos discursos circulantes na sociedade, especificamente, sobre o gênero.

Por fim, no enunciado “A deputada Maria do Rosário chamou o deputado de estupro”, analisando-se a formação discursiva a qual pertence o sujeito-deputado, existe grande reincidência do discurso de violência em seus enunciados. Somam-se assim o discurso da violência de gênero e de não dar voz à deputada em questão. Todo esse embate foi registrado em vídeo na época e houve condenação do sujeito-deputado, contudo, reitera-se a incompletude do dispositivo jurídico para lidar com questões pulverizadas na cultura, reforçando-se o ponto de vista das condições de possibilidade em que todos os sujeitos estão imersos. Por isso, Foucault (1995) pensa o sujeito não como uma entidade já existente, transcendental, nem como

sujeito completo e centrado, mas como produto das relações de saber, poder e ética. Para além desse episódio e de sua condenação judicial, e como produto das relações aqui descritas por Foucault, o sujeito-deputado continuou a reproduzir e reforçar a mesma discursividade até chegar ao cargo mais alto do executivo federal anos depois.

Como um discurso se sustenta em outros e esses deslizam os sentidos (ORLANDI, 2012), formando outras práticas discursivas, cristalizando-se na sociedade e atingindo todos os sujeitos, devido a esse fato, não é incomum, no caso do estupro, a grande proximidade entre criminoso e vítima. Essa condição é novamente enunciada no *Podcast 54* (2016):

Boa tarde, esta é mais uma edição do trabalho de sociologia, neste episódio viemos falar um pouco sobre estupro. [...] Uma forma especial é o estupro de vulneráveis, quando a vítima se encontra sobre poder ou responsabilidade do estuprador. Outra forma especial é o estupro dentro do casamento [...] infratores [...], eles quase sempre acabam condenados ao linchamento dentro de presídios (*PODCAST 54*, 2016).

As relações de poder são expostas quando “a vítima se encontra sobre poder ou responsabilidade” do criminoso ou quando está no próprio núcleo familiar - o “estupro dentro do casamento” ou quando é um parente próximo. Outra forma especial de estupro, descrita no *Podcast 54* (2016), é quando estupradores são condenados e vão cumprir sua pena: eles são “[...] condenados ao linchamento dentro de presídios”. Existe um código de ética no crime, e esse, por sua vez, é estendido aos presídios. Conforme a pesquisadora Silvia Pimentel, os homens na cadeia julgam ter um dever ético de punir os estupradores, pensam que esses homens colocam em risco suas filhas e mulheres, consideram-nas suas propriedades, assim o estuprador usurpa e invade propriedade alheia (CONSULTOR JURÍDICO, 2009). Dessa forma, esse discurso da “justiça” converge com o discurso de objetificação da mulher, além de ser mais uma peça na construção da violência de gênero, contidos no dispositivo conservador.

Como, na maioria dos casos, o crime do estupro é cometido por pessoas conhecidas e próximas, existe grande subnotificação, pois o sujeito-vítima não consegue enunciar o nome do sujeito-agressor. Essas discussões, a do abuso e do estupro, também acabam sendo interditadas na escola, pois é preciso ter conhecimento e preparo para desenvolver a prevenção em casos tão delicados quanto esses, ou seja, sem uma formação em Educação Sexual das educadoras e dos educadores, além de todos os profissionais que compõem o quadro do magistério e funcionárias e funcionários, o não dito acaba se transformando em omissão.

Por fim, o *Podcast 92* (2016), traz essa discussão para a rede virtual: “Outra consequência para os jovens da internet é o contato com desconhecidos que, muitas vezes, estão

mal intencionados o que pode levar ao abuso sexual ocasionando problemas psicológicos, traumas e etc” (*PODCAST 92*, 2016).

A constituição do sujeito e a construção da identidade são formadas nas relações e, nesses processos, caracterizam-se a permanente transformação, a perda de uma essência, a fluidez, a porosidade, a flexibilidade e a mobilidade (FOUCAULT, 1995; BAUMAN 2005; HALL 1998). Todos os sujeitos estão imersos nesse processo, mas os mais jovens, na atualidade, devido à estruturação da internet e dos artefatos móveis, a partir de meados dos anos 1990 no Brasil, estão participando de uma sociabilidade virtualizada e potencializada por esses meios (SODRÉ, 2006; BARROS, 2012; BRAGA 2012). E com essa sociabilidade virtual, por meio da midiatização, intensificaram-se tanto os crimes quanto sua visibilidade, como no caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro em que houve a divulgação de vídeos e fotos nas redes. A rede social trouxe mais uma voz, entre as diversas vozes, dispersas, heterogêneas, provisórias do momento histórico-social e das relações de poder, atravessando de forma conflituosa e dissonante a identidade do sujeito.

Além disso, como mais um complicador, a identidade é também uma ilusão, existe como construção imaginária (CORACINI, 2003). O “contato com desconhecidos” multiplicou-se com as redes sociais, assim, a construção de identidades imaginárias, avatares, perfis falsos, entre outros tomam outras dimensões. De certa forma, protegidos por esses subterfúgios, criminosos se aproveitam para assediar crianças, adolescentes e, em alguns casos, não só virtualmente, chegando-se às vias de fato.

De outro lado, esses meios reativaram o debate sobre o estupro, mas não discutem o assunto com profundidade. A mídia motivou a emergência desses enunciados nos *podcasts* sobre esse tema, contudo, esses *podcasts* trouxeram a culpabilização da vítima: a chamada “cultura do estupro”. No discurso jurídico do crime de estupro houve mudanças significativas, uma delas foi a perda da conotação heteronormativa; porém, esse dispositivo jurídico não consegue alterar as práticas discursivas ligadas ao estupro. De um lado, são postos enunciados em que, pretensamente, a lei daria conta por si desse fenômeno; de outro lado veio à tona o enunciado defendendo o discurso machista e da culpabilização da vítima e, justamente, por um grupo de sujeitos-educandos, reproduzindo as desigualdades entre os gêneros e, mais grave, endossados por um representante do poder público. Por fim, um outro *podcast* trouxe a questão da midiatização das relações e a possibilidade de ampliação de crimes sexuais pela maior exposição das pessoas, principalmente, crianças e adolescentes. Pela égide dos dispositivos em funcionamento em nossa sociedade, faz-se somente aumentar crimes desse tipo.

### 4.8.3 O medo de outras possibilidades da sexualidade: a homofobia

Mergulhados nas mesmas condições de produção resultantes na temática do estupro, emerge a questão da homofobia. Esse foi o assunto mais abordado nos áudios, está nos *Podcasts* 5\*; 10; 40; 48; 59\*; 127 e 142 (2016) (\*esses *podcasts* interseccionam a discriminação racial e sexual).

Existem outras possibilidades de constituição da sexualidade nos sujeitos, para além da heteronormatividade, porém, são excluídas, estigmatizadas e intoleradas. A noção de identidade que impera em nossa sociedade é a da tradição operada a partir do binarismo hetero/homossexual, ou seja, homem/mulher e masculino/feminino. Conforme Louro (2001), essa oposição é presente nos discursos homofóbicos e mesmo nos discursos favoráveis à homossexualidade. A autora afirma ainda que esses dois discursos não escapam à referência da heterossexualidade como padrão e, a todo momento, compara-se a homossexualidade à outra coisa, colocada como seu oposto e seu superior. Para afirmar a identidade é necessária a negação do seu oposto, constituindo-se a diferença. Para a autora, o “outro” é indispensável, pois essa identidade negada é constitutiva do sujeito, fornecendo o limite, a coerência e, ao mesmo tempo, assombrando-o com a instabilidade (LOURO, 2001).

Nesse sentido, tanto a possibilidade de desestabilização da identidade quanto da possibilidade de novas existências, como disse a autora, “assombra” esse sujeito, é o medo do desconhecido ou de desconhecer-se. Assim, o sentido do neologismo “homofobia” está posto, por meio da composição dos radicais gregos *ὁμός* – “homo” (iguais, semelhantes, parecidos), e *φόβος* – “fobia” (medo, aversão, receio). A homofobia é um fenômeno de cunho negativo e violento em nosso país e no mundo, reforça a hierarquização da heteronormatividade e é praticada contra indivíduos e contra a comunidade LGBTQ+, materializando-se nas diversas formas de intolerância, preconceito, violências físicas, psicológicas e simbólicas, além de violar direitos básicos de suas vítimas. Em resumo, conforme Borrillo (2010), a homofobia é uma atitude hostil contra as/os homossexuais, mulheres e homens. Essa afirmação é colocada pelo *Podcast* 40 (2016):

[...] podemos entender homofobia, assim como outras formas de preconceito, como uma atitude de colocar a outra pessoa, no caso a homossexual, a condição de inferioridade e anormalidade baseada no domínio da lógica heteronormativa, ou seja, a heterossexualidade como padrão (*PODCAST* 40, 2016).

O enunciado homofobia aparece no início dos anos 1970, nos EUA, com um artigo publicado em 1971 por K. T. Smith, analisando traços da personalidade homofóbica. Passado um ano, G. Weinberg definiria a homofobia como “o receio de estar com um homossexual em um espaço fechado e, relativamente aos homossexuais, o ódio por si mesmo” (BORRILLO, 2010, p. 21). Na definição proposta por Borrillo (2010), a homofobia é a aversão pelos homossexuais, rejeição e a hostilidade sistemática contra homossexuais. A emergência desse enunciado já traz consigo toda uma carga de aversão. Um exemplo emblemático desse ódio e hostilidade foi o ataque a uma boate gay nos EUA, repercutido, internacionalmente, pela mídia. Conforme o *Podcast* 48 (2016),

[...] autoridades afirmaram, nesse domingo dia 12, que 50 pessoas morreram e outras 53 ficaram feridas no ataque a boate voltada ao público LGBT. O número de mortos fez do ato o pior ataque a tiros da história dos Estados Unidos, o último com proporções comparáveis foi o massacre de 2007 na universidade de Virgínia Tec, que deixou 32 mortos, esse é o pior massacre terrorista em solo americano depois do 11 de setembro (PODCAST 48, 2016).

Entretanto, Borrillo (2010) salienta que, mesmo sendo o fator principal uma rejeição irracional e o ódio a lésbicas e gays, a homofobia nunca pode ser pensada reduzindo-a somente a esse aspecto. Portanto, existe, segundo o autor, um sistema em que a sociedade organiza, conforme a orientação sexual, uma forma de tratamento segregacionista definido como *heterossexismo*. O heterossexismo é a crença existente em uma hierarquia das sexualidades; nela, a heterossexualidade é superior às outras. Além disso, todas as “[...] outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização” (BORRILLO, 2010, p. 31). Por isso, esse discurso heterossexista ratifica, dentro de um jogo de verdade e em última instância, casos de violência como esse ocorrido em Orlando.

No *Podcast* 05 (2016), o assunto tratado é a discriminação racial, social, religiosa entre outras. A pesquisa foi realizada a partir de um artigo científico (SANTOS, 2019), reproduzindo uma breve história da discriminação, desde a antiguidade, passando pela escravidão até a modernidade. No entanto, enuncia-se ao final do áudio a questão da homofobia:

Como podemos observar, o mundo antigamente era cheio de dominações racistas, ou seja, preconceito e discriminação [...] **Porém, se formos analisar, com o passar do tempo a discriminação não deixou de existir, apenas encontrou novos métodos como [sic] homofobia**, e com isso passa a ser considerado crime, gerando a forma de punição para quem comete tal ato (PODCAST 05, 2016, grifo nosso).

A discriminação racial tem relações estreitas com a homofobia. O sujeito-educanda continua o texto, onde a homofobia seria criminalizada, como prevê o art. 20 da Lei 7.716/1989, da discriminação racial: “[...] e com isso passa a ser considerado crime gerando a forma de punição para quem comete tal ato” (PODCAST 05, 2016). Porém, até aquele momento, ano de 2016, só existiam propostas e projetos de lei. Dois anos antes, em 2014, fora proposto pela Procuradoria Geral da União (PGR) (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2014) e enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) considerar a homofobia e a transfobia como crime de racismo, até haver uma legislação específica. Em 2016, começou a tramitar no Congresso Nacional, especificamente no Senado, a Sugestão nº 5 de 2016 (SENADO FEDERAL, 2016), a qual: “Propõe a criminalização da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, equiparando ao crime de Racismo” (BRASIL, 2016). No decorrer dessa pesquisa, os ministros do STF decidiram pela criminalização da homofobia e transfobia (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019); o discurso acima se concretizou três anos depois, no ano de 2019. Contudo, no ano de 2020, essa matéria ainda está tramitando no legislativo.

Para efeito de análise, é reproduzida a manchete da grande mídia: “STF criminaliza homofobia, **mas faz ressalva quanto à liberdade religiosa**” (MOURA, 2019, grifo nosso). Formada maioria de 8 a 3 votos, os ministros entenderam que a legislação sobre o racismo passa a ser também aplicada a crimes de homofobia, porém é nítida a interferência do dispositivo conservador nesse processo, destacado pela manchete jornalística e no corpo da reportagem:

O tribunal também fez ressalvas, no sentido de deixar claro que **a repressão contra essas condutas não restringe o exercício de liberdade religiosa**. Ou seja: fiéis, pastores e líderes religiosos têm assegurado o direito de pregar suas convicções, desde que essas manifestações não se convertam em discursos de ódio, incitando hostilidade ou a violência contra a comunidade LGBT (ESTADÃO CONTEÚDO, 2019, grifo nosso).

Foucault (1994, p. 237-238) caracteriza o poder como a ação sobre a ação dos outros, o poder também não pode ser exercido sem liberdade, pois quando há dominação total “[...] as determinações estão saturadas não há relações de poder”. Portanto, o autor destrói o paradoxo entre liberdade e poder. O poder se exerce sobre “sujeitos livres”, dessa maneira, sob o discurso de liberdade religiosa, existe então um poder imposto pela religião, atravessando as fronteiras subjetivas, indefinidas e confusas do Estado laico em nosso país. Esse poder se relaciona com o modelo de ocupação do espaço público pela religião, descrito por Burity (2018). Conforme esse autor, nas últimas três décadas, as vias político-eleitoral pentecostal, a via de incidência pública ecumênico-ativista, a via da culturalização das religiões afro-brasileiras e a hierárquico-

eclesiástica do catolicismo, confundiram-se em vários momentos com o Estado, mas a via político-eleitoral pentecostal, sob a denominação de evangélicos, com alas conservadoras do catolicismo e movimentos como ideologia de gênero, escola sem partido e da cura gay, alinharam-se contra a criminalização da homofobia. Todos esses discursos, movimentos e grupos e suas estratégias constituem o dispositivo conservador.

A análise foucaultiana do poder exige a fixação de alguns pontos, um deles é a institucionalização do poder em estruturas jurídicas, por exemplo (REVEL, 2005). Nesse sentido, as igrejas não conseguiram alcançar a interdição total do processo de criminalização da homofobia, mas gerando pressão no STF conseguiram a tal “ressalva” quanto a liberdade religiosa em atuar nesse campo, ocorreu um preenchimento estratégico do dispositivo, pois um efeito que não estava previsto ou era negativo foi reutilizado em uma nova estratégia, ocupando esse espaço vazio (FOUCAULT, 2003).

No *Podcast 10* (2016) é discutida a grande violência enfrentada por homossexuais no Brasil. Inicia-se definindo o termo homofobia como a “[...] repulsa ou preconceito contra homossexualidade ou homossexual [...]”; essa repulsa localiza-se no dispositivo da sexualidade e especialmente no discurso sobre a homossexualidade, classificada como anormalidade e patologia. Assim, tal repulsa não se deu simplesmente pela via da interdição, mas pela “classificação e inteligibilidade” em que esses discursos emergiram, criando-se “nomes e sujeitos com sexualidades anormais” (FOUCAULT, 1979, p. 43-44). Portanto, fabrica-se um sujeito para separá-lo, normalizá-lo, ignorá-lo ou, até mesmo, eliminá-lo: “[...] agredir pessoas fisicamente ou verbalmente é um **ato de ignorância** muito comum pelos quais podem levar uma pessoa à morte apenas por sua orientação sexual” (*PODCAST 10*, 2016, grifo nosso). Os sujeitos educandas(os) relacionaram essas questões com sua opinião: “Através dessas informações sobre a homofobia concluímos que é preciso muita proteção a essas pessoas iguais para com eles, pois são pessoas como todas as outras e merecem respeito por sua orientação sexual” (*PODCAST 10*, 2016). Esse áudio, dentre poucos, atendeu a quase todos os objetivos do trabalho.

O *Podcast 48* (2016) traz a pesquisa estatística, citando uma sondagem feita nas escolas com educandas e educandos sobre orientação sexual:

Quase 20% dos estudantes em escola pública, entre 15 e 29 anos, não gostaria de ter um colega de classe travesti, homossexual, transexual ou transgênero, sendo que, no caso dos meninos, esse percentual sobe para 31% entre esses dados relatados na pesquisa “Juventudes na escola sentidos de buscas: Por que frequentam?” (*PODCAST 48*, 2016).

Os resultados dizem que 20% de adolescentes de escolas públicas não gostariam de ter um colega LGBTQ+; no caso de meninos o percentual sobe para 31% (ABRAMOVAY; CASTRO; WAISELFISZ, 2015)<sup>59</sup>. Novamente emergem os discursos de ignorância e de preconceito e principalmente do machismo, retratado no aumento percentual quando os entrevistados são do sexo masculino, tratando-se de uma pesquisa realizada com sujeitos-adolescentes nas escolas públicas esse percentual demonstra, nos discursos das gerações mais novas, o reflexo reativo de parte das gerações mais antigas às demandas conquistadas pelas minorias nas últimas décadas, principalmente, com os movimentos organizados mobilizadores de questões de diversidade sexual, essa questão aparece tanto na onda conservadora tratada por Burity (2018) quanto no antiPC definido por Wiegel (2018).

Dessa forma, o discurso machista funde-se com o discurso religioso, trazendo elementos da onda conservadora e do antiPC, todos abarcados no dispositivo conservador à brasileira. Por outro lado, existe uma resistência a esses discursos, pois na análise do poder foucaultiana o papel do poder não é somente repressivo, mas também produtivo, cria efeitos de verdade, subjetividade e lutas, assim, enraíza fenômenos de resistência no interior do próprio poder, contestando-o (FOUCAULT, 1995). Mesmo que o dispositivo escolar não apresente discursos sobre diversidade sexual, gênero e sexualidade de maneira intencional, planejada e organizada, porque é pressionada pelo poder de outros dispositivos, discursos de instituições e interdita pela legislação que não institucionalizou a obrigatoriedade de uma educação sexual nesse espaço, a resistência sempre estará instalada, desde os não ditos até discursos divergentes produzidos nas relações sociais, por educandas(os) e educadoras(os) e todos os sujeitos no espaço escolar. Esse é o caso da Educação Sexual, ela ainda é “o que está fora da escola”, mas dentro da escola as relações e os discursos sobre sexualidade continuam, na maior parte das vezes reproduzindo o senso comum, refletindo-se “[...] aqui por meio do que é negado na escola, ou seja, práticas exercidas na e pela escolarização que, por serem consideradas naturais, não foram e não são postas em questão” (SILVA, 2013, p. 93).

Como forma de resistência nas escolas aos discursos ignorantes e preconceituosos sobre a sexualidade, geradores de violência de gênero, homofobia, transfobia entre outros, é preciso mais educação, ou seja, uma formação específica para educadoras(es) é essencial para a reflexão desses sujeitos, contribuindo com uma possível dissolução desses preconceitos, além

---

<sup>59</sup> Para mais informações consultar o livro produzido com os resultados da pesquisa *Juventudes na escola sentidos de buscas: por que frequentam?* Disponível no link: <http://flacso.org.br/?publication=juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas-por-que-frequentam>.

de não reproduzi-los e nem disseminá-los. Para que educadoras(es) “[...] possam compreender a manifestação da sexualidade de seus alunos e educá-los em relação a isso é preciso que tenham clareza tanto na abordagem histórico-cultural sobre a construção da sexualidade quanto a compreensão científica do desenvolvimento psicosssexual” (MAIA; RIBEIRO, 2011, p. 80).

O *Podcast* 48 (2016) é outro que atendeu a quase todos os objetivos do trabalho proposto. Tanto a qualidade técnica, locução, música de fundo quanto a pesquisa realizada, resultaram no roteiro bem estruturado, embora o conteúdo seja uma colagem de vários sítios sobre o tema da homofobia, inclusive a opinião:

Apesar das conquistas, no campo dos direitos, a homossexualidade ainda enfrenta preconceitos, o reconhecimento legal da união homoafetiva não foi capaz de acabar com a homofobia, nem proteger inúmeros homossexuais de serem rechaçados, muitas vezes de forma violenta. Respeitar o jeito de cada ser humano viver é o mínimo que todos deveríamos fazer, respeitar as diferenças e viver em harmonia é o que faria do mundo um lugar melhor para viver (*PODCAST* 48, 2016).

Embora os sujeitos-educandas(os) não tenham elaborado um enunciado com sua opinião, como em outros áudio já analisados, procuraram um enunciado e um recorte que se alinhassem a sua posição sobre o assunto. O *Podcast* 127 (2016) converge com esse mesmo posicionamento: “Não devem existir regras para o amor ele deve seguir apenas com respeito e a liberdade, aceitar é uma escolha sua, respeitar é um dever de todos”; porém o próximo enunciado contradiz esse primeiro: “Cada um tem direito de ser feliz como bem entender, e ninguém não tem nada a ver com isso, **tem coisa muito pior do que amar uma pessoa do mesmo sexo** (*PODCAST* 127, 2016, grifo nosso). Esse enunciado acaba reproduzindo um juízo de valor do discurso machista: se “tem coisa muito pior” que amar uma pessoa do mesmo sexo, nesse sentido, amar essa pessoa é só “pior”, dentro dessa lógica hierárquica valorativa. Dessa forma, esse *podcast*, a princípio, ensaia uma polissemia, mas acaba, sutilmente, alinhando-se à formação discursiva que desqualifica outras formas de relacionamentos humanos.

Em contrapartida, o *Podcast* 59 (2016) começa falando sobre o racismo, contudo, traz a questão da homofobia também, transitando entre esses dois temas e enunciando uma opinião: “Então não existem raças diferente [sic], existem seres humanos iguais independente dos outros e **opção sexual** ou de sua cor de pele, a aceitação tornará o mundo muito mais fácil e muito mais feliz.” (*PODCAST* 59, 2016, grifo nosso). Nossa primeira inclinação seria considerar a “opção sexual” como um enunciado errôneo e substituí-lo por “orientação sexual”, sendo o mais apropriado. Porém, existem pesquisas que questionam esses termos e ainda não há um

consenso científico amplo nessa área, sobre esse assunto. Conforme Oliveira Júnior e Maio, (2016, p. 341), de um lado, componentes do Movimento LGBTQI+ articulam-se “[...] por ambas as concepções elegendo a prática homossexual como uma conquista política ao assumi-la como: preferência, escolha, eleição, opção, orientação [...]”, pois acreditam que assim poderiam desestabilizar a homogeneização do discurso e essa seria uma decisão emancipatória. De outro lado, existem “[...] os que temem o uso do argumento por pessoas homofóbicas de que se há possibilidade de escolha, por que não escolher a heterossexualidade, tida como compulsória, verdadeira e natural?”, o que reforçaria uma determinação biologizante. Os autores defendem que só deixará de ter significado essa controvérsia quando da desestabilização da heteronormatividade, assim, qualquer forma de manifestação da sexualidade deixaria de ser caracterizada como desviante ou patológica (OLIVEIRA JR.; MAIO, 2016, p. 341).

Ainda que o discurso em alguns casos tenha se modificado, dando maior abertura ao tema da homossexualidade, a ideia da identidade homossexual como oposta à heterossexualidade e inferior, acaba por vazar em alguns enunciados. Porque esse discurso é muito forte, está organizado por meio das formações discursivas e do dispositivo na sociedade a séculos como um sistema de exclusão, e o heterossexismo representa uma parte do dispositivo conservador, principalmente, alinhado ao discurso machista e religioso, apropriando-se da ciência, enquanto discurso médico, para tentar classificar e separar o sujeito.

De outro lado, no campo discursivo, a homofobia já se relacionava com o racismo. Essa proximidade agora foi instituída em nosso país pelo discurso jurídico, utilizando a lei existente contra o racismo, expandindo seu enunciado para punir crimes homofóbicos. Insiste-se que, por meio da formação de sujeitos-educadoras(es) em Educação Sexual, outra frente se abre para uma possível resistência ao silenciamento sobre sexualidade na escola. Esse tema emerge demonstrando a necessidade de fala e de escuta sobre a sexualidade, retratada aqui do ponto de vista da homossexualidade, mas sobretudo coloca em questão o funcionamento do discurso da violência quando mostra, a partir da perspectiva do atentado na boate gay e da discussão sobre homofobia, como somente o dispositivo jurídico não é capaz de conter esses crimes enraizados nos discursos e dispositivos em nossa sociedade. Atualmente, na escola *locus* desse trabalho, existe uma minoria representativa de educandas(os), em quase todos os anos e turmas do ensino médio, constituindo um lugar de fala não possibilitado pela heteronormatividade.

#### **4.8.4 As cicatrizes expostas na pele: o racismo**

O fenômeno do racismo está interligado com a intolerância, o preconceito e existem, ainda, articulações com a sexualidade e com a própria homofobia, produzindo ecos, segundo

Foucault (1979). A emergência desse fato pautou 4 *podcasts*, forma os *Podcasts* 38, 59\*, 137 e 148 (2016) (\*esses *podcasts* interseccionam discriminação racial e sexual).

Inicia-se essa discussão com o *Podcast* 38 (2016):

O racismo é qualquer atitude que separa as raças humanas por considerarem algumas superiores às outras [...] O racismo, em uma pessoa, tem diversas origens, depende da história de cada um, em alguns casos pode ser por crescerem ouvindo as diferenças e sua prioridade de determinadas raças [...] não importa como o racismo cresceu na mente das pessoas, mas vale ressaltar, que se ele for provado, é um crime inafiançável com pena de até 3 anos de prisão (*PODCAST* 38, 2016).

No enunciado sobre a origem do racismo destacado “depende da história de cada um [...] em alguns casos pode ser por crescerem ouvindo as diferenças e sua prioridade de determinadas raças”, vê-se uma contradição entre o individual e o social, pois não existe tal dicotomia, individual e social estão imbricados e são reflexivos (GIDDENS, 1991). O racismo está imerso na cultura, nos enunciados e nos discursos circulantes influenciando o tempo todo na subjetividade dos sujeitos. Nos estudos de Diogo (2014), a autora descreve como é reforçada a perversidade do racismo, pois a discriminação racial tem base nas relações de poder, manifestando-se na construção social do Outro e na edificação, a partir de um processo histórico, onde uma elite branca desenvolveu estratégias de exclusão e de subalternidade em relação ao negro.

Evidencia-se o *Podcast* 59 (2016), por sua enunciação relacionando a homofobia ao racismo:

Bom dia, hoje vamos falar sobre o assunto grave que só piora a cada dia que passa: o racismo e a homofobia. O racismo e homofobia são as piores formas de discriminação cometidas pelo homem. [...] A falta de educação anda de mão dada com a homofobia e com o racismo, e é a na falta desse em que as pessoas acreditam ter o direito e o poder de discriminar e agir com força, onde há educação há respeito, há harmonia entre os mais variados tipos de vontades, então não existem raças diferentes, existem seres humanos (*PODCAST* 59, 2016).

Foucault, em seu primeiro volume da *A história da sexualidade I: a vontade de saber*, diz que “[...] por muito tempo, o sangue constituiu um elemento importante nos mecanismos do poder [...] o poder fala através do sangue; esta é uma realidade com função simbólica” (FOUCAULT, 1979, p. 138). São premissas para a construção de uma sociedade de “sanguinidade”, por meio de privilégios de quem tem determinado sangue e quem não o tem.

Dessa maneira, a ideia de divisão, de separação, de diferença e de raça e de racismo ganha sustentação na sociedade. A sujeito-educanda então diz, no *Podcast 59* (2016),

No artigo 5 da Constituição Federal dispõe: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade e a segurança e a propriedade nos termos seguintes, a constituição é extremamente clara (*PODCAST 59*, 2016).

Ela faz um comentário logo após apresentar o artigo de nossa Constituição: “[...] não é isso que ocorre, não é isso que vemos no nosso dia a dia” (*PODCAST 59*, 2016). Ou seja, ter o sangue de um dominador ou de um dominado faz toda diferença numa sociedade escravocrata. Ter o sangue negro bastava para definir as “castas” sociais no Brasil no século XIX. Aparece então a relação do racismo com a homofobia: “[...] o mesmo ocorre com a homofobia, onde as pessoas espancam humilha [sic] e destrói [sic] outras pessoas [...]” (*PODCAST 59*, 2016). Segundo Foucault (1979, p. 138), atualmente, vive-se numa sociedade de “sexualidade”, os mecanismos de poder se dirigem “[...] ao corpo, à vida, ao que a faz proliferar, ao que reforça a espécie, seu vigor, sua capacidade de dominar, ou sua aptidão para ser utilizada”. Diz ainda o autor que a analítica da sexualidade e a simbólica do sangue podem pertencer a regimes distintos de poder, no entanto, eles não se sucederam, eles interagiram, produziram ecos. Um desses ecos na história é a formação do racismo moderno, na segunda metade do século XIX. Um racismo Estatal, biologizante e com

[...] toda uma política do povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam então **cor** e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 1979, p. 140, grifo nosso).

Portanto, ainda vivemos nessa sociedade em que a cor e a sexualidade estão entrelaçadas; somando-se à herança de um passado escravagista, são elementos muito fortes constituintes desse país (DIOGO, 2014). Por fim, o último fragmento: “A falta de educação anda de mão dada com a homofobia e com o racismo, e é na falta desse em que as pessoas acreditam ter o direito e o poder de discriminar e agir com força. Onde há educação há respeito, há harmonia, entre os mais variados tipos de vontades” (*PODCAST 59*, 2016). Seria a educação realmente harmoniosa e poderia resolver esses problemas? Esse sentido, dado no senso comum, expressa-se em outros enunciados e remetem a um arquivo: “A educação é fundamental”, “Só

a educação salva”, “A educação é prioridade”, entre outros, esse discurso está inserido há muito tempo no imaginário dos sujeitos.

Para Foucault (2000), o arquivo não se trata de um registro histórico, mas é um sistema que transforma os enunciados em acontecimentos e coisas. O arquivo é a lei do que pode e não pode ser dito e, ainda, estabelece relações entre os discursos. Em seu limiar, seleciona o que deixa de ser dito, ficando de fora da prática discursiva. Seleciona o que continua na história e o que é excluído dessa. Portanto, existe um sentido ainda dito em que a educação seria “redentora”, perspectiva comum em nossa sociedade, a escola serviria para equalizar as diferenças em sociedade, ou seja, o racismo e a homofobia seriam “[...] mais um fenômeno acidental que afeta individualmente um número maior ou menor de seus membros, o que, no entanto, constitui um desvio, uma distorção que não só pode como deve ser corrigida” (SAVIANI, 1999, p. 4). Dessa maneira, são apartadas escola e sociedade de uma forma acrítica; mais grave é que o destino já está traçado, assume-se uma posição na sociedade e é preciso adaptar-se a ela, aceita-se o *status quo*. A questão é que racismo e homofobia estão estruturados na sociedade, nos discursos e nas práticas discursivas, atravessadas pela cultura e estabilizados nos dispositivos. Dessa forma, tanto a escola produz como pode somente reproduzir a realidade social a qual está inserida e, é claro, as relações de poder hegemônicas dentro de uma sociedade.

Contudo, atualmente, até esse consenso, o da escola “redentora”, vem sofrendo um constante deslizamento de sentidos, exemplificado no discurso do movimento Escola Sem Partido e nas intervenções dos ministros da educação do atual governo federal, primeiro por Ricardo Velez Rodrigues e depois por Abraham Weintraub (UOL, 2019).<sup>60</sup> Eles corroboram com um discurso crescente de desvalorização, desconfiança e vigilância das educadoras e educadores de instituições escolares e superiores.

Por fim, no *Podcast* 148 (2016), antes de analisar seu enunciado, ocorreu um acontecimento técnico: “**Bom dia, boa tarde e boa noite** estamos aqui na rádio ESCOLA estou com a Judith e Maria e eu sou a Maristella e nós vamos falar sobre a mais terrível fase da Segunda Guerra Mundial o Holocausto” (grifo nosso). No início do áudio há um deslocamento dos sentidos de temporalidade no enunciado “Bom dia, boa tarde e boa noite”, é produzido um efeito de sincronia da sujeito-*podcaster* com a ouvinte ou o ouvinte, independente do período em que se escute esse episódio (YOSHIMOTO, 2014).

---

<sup>60</sup> Após a publicidade dada a uma reunião de governo em que Abraham Weintraub fez ataques ao STF, ele foi afastado, transferiu-se para os EUA para um cargo da diretoria no Banco Mundial (G1, 2020). O ministério da educação encontrava-se vago, pois dois possíveis candidatos não chegaram a assumir a pasta, no entanto, no dia 10 de julho de 2020 assume o cargo o professor Milton Ribeiro (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2020).

O meio técnico provoca outros efeitos, também altera o conteúdo transmitido pela mídia (MCLUHAN, 1964), como observaremos a seguir. O racismo é discutido nesse *podcast*, da perspectiva do nazismo e no contexto da Segunda Guerra Mundial: “[...] o ponto fundamental era o **racismo** segundo essa **ideologia** os alemães pertenciam a uma **raça superior uma raça pura e única que deveria comandar o mundo** (PODCAST 148, 2016, grifos nossos). A propaganda foi o principal aliado na ascensão e propagação do regime nazista. Por meio dos suportes técnicos da época (impressos, artes, teatro, rádio e cinema), implantou-se um sistema de comunicação utilizado até hoje como modelo para campanhas publicitárias, entretanto, esse sistema disseminou uma ideologia supremacista, preconceituosa e persecutória entre os alemães orquestrada por Joseph Goebbles e aplicada por Adolf Hitler (EICH et al., 2014).

Nessa perspectiva, a mídia tem um papel decisivo em relação ao racismo brasileiro, pois a representação do negro é culturalmente definida pela aparência (características físicas e cor). O Brasil é um país miscigenado e predominantemente negro, porém, quando o negro é representado discursivamente nos meios de comunicação, na maioria das vezes, é de forma negativa ou estereotipada (DIOGO, 2014). A autora, ao analisar as personagens negras em telenovelas, demonstra como aparentes possibilidades de representação positiva podem ser enganosas. Ela desenvolve, em seu ensaio, uma demonstração de como a mídia, em especial a televisão, cumpre um papel de reforço das relações raciais no Brasil. Mesmo apresentadas como protagonistas de novelas, atrizes negras ou com ascendência negra, na rede de televisão aberta, primeira colocada em audiência, pensa cumprir “cotas” afrodescendentes em suas telas, além desse sentido deslizar, caindo em estereótipos negativos e de submissão nas várias situações em que as personagens são retratadas nas tramas.

Nesse sentido, Sodré (1999, p. 79) demonstra que o “[...] abolicionismo da elite branca fazia o trânsito histórico do racismo de dominação para o de exclusão: o homem concreto, o povo, seria socialmente discriminado, excluído, mas formalmente realocado num padrão culto de inspiração europeia”, ou seja, os negros participam da sociedade, mas a partir de modelos eurocêntricos, sem considerar sua própria cultura a partir de sua descendência africana, fato que se reflete em nosso sistema de comunicação:

A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento do povo como “público”, sem comprometer-se com causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira. O racismo modula-se e cresce à sombra do difusionismo culturalista euroamericano e do entretenimento rebarbativo oferecido às massas pela televisão e outros ramos industriais do espetáculo (SODRÉ, 1999, p. 244).

A questão do racismo nunca é vista numa perspectiva crítica, com a ideia de diversidade e com profundidade pela mídia, colocando-se o povo como um sujeito. Antes, a mídia nega o racismo, mas ao mesmo tempo noticia os episódios racistas, superficialmente, sem uma reflexão estrutural sobre essa questão, ao contrário, há uma captura individualista e moralista desses episódios. Mais ainda, como diz Florestan (1978), a população negra foi desestruturada pela escravidão e sua inserção na sociedade de classes, após a abolição, foi de forma totalmente desprovida de possibilidades em detrimento de uma mão de obra branca, especializada e europeia. Esses programas noticiosos redundam em mostrar crimes, estampando neles a negritude, dado que a maioria da população é negra ou parda e pobre, reforçando-se ainda mais a negatividade e o estereótipo. É um discurso do não dito no sócio-histórico, silenciado e reprodutor da desigualdade, do preconceito e da violência.

O racismo é construído nas relações de poder de exclusão e subalternidade do outro, especialmente do negro no Brasil. Dois *podcasts* trouxeram o enunciado sobre as relações entre racismo e homofobia numa sociedade de representação por sanguinidade que, de acordo com Foucault (1979), a relação da sexualidade e a simbólica do sangue interagiram, portanto o racismo moderno se constitui também como um biopoder (FOUCAULT, 1995). Houve também o enunciado em outro *podcast*, trazendo a ideia da “redenção pela educação”, trouxe também uma possível reflexão: tanto a escola pode reproduzir quanto pode produzir outra subjetividade, mas não depende só dela, pois o dispositivo escolar não é descolado de outros dispositivos nem dos saberes e nem dos poderes dentro de uma sociedade. Na questão do racismo, há que se pensar também no holocausto, esse fato histórico emergiu com a relação entre o nazismo, o racismo e a mídia e, como o discurso midiático não discute racismo de forma equilibrada e profunda, ele acaba atualizando as práticas discursivas que mais reforçam estereótipos do que abrem possibilidades críticas e transformações.

O racismo que acontece no Brasil gera um tipo de violência que atravessa toda nossa sociedade, por isso, ele aparece nesses *podcasts*. Tendo em vista as possibilidades do Ensino Sociologia na escola é preciso reforçar as articulações entre o sujeito e a sociedade, o cotidiano e as relações sócio-históricas, com o objetivo de proporcionar o estranhamento para desnaturalizar e problematizar as relações preconceituosas e racistas instauradas nesse país. Mesmo com poucos *podcasts* sobre essa questão, houve a necessidade qualitativa de destacá-los. Naquele ano de 2016, dado o perfil descrito da instituição e das estratégias dos sujeitos, de migração de colégios particulares para públicos tanto por conta da possibilidade das cotas de ingresso em universidades públicas quanto devido à crise econômica, poucos sujeitos-

educandas(os) nessas turmas do Ensino Médio eram negras(os), fato é que em anos anteriores a representatividade de afrodescendentes na escola era maior.

É necessário descrever um fato emblemático ocorrido no percurso desse trabalho: um sujeito-educando negro, de seu lugar de fala, não conseguia fazer a relação entre seu cotidiano com as práticas discursivas discriminatórias, preconceituosas e estereotipadas instaladas amplamente na sociedade brasileira. Pelo fato de, em sua concepção, nunca ter sido desrespeitado ou sofrido preconceito no ambiente escolar e, especificamente, em sua turma que o acompanhou durante grande parte do período escolar, assim, naturalizou uma exceção. É justamente esse ponto de vista individualista que deve ser desconstruído.

#### **4.9 Categoria – diversidade: diretos e movimentos sociais**

O tema da tolerância é tratado no *Podcast 07* (2016), um enunciado atual visto que nos últimos anos há um aumento do tom do discurso binário e, principalmente, dada a polarização feita pelo discurso extremista. Discutiui-se com Burity (2018) o crescimento de uma maré conservadora global, onde o acirramento da competição econômica, tensões e descompassos nas demandas redistributivas por reconhecimento, somados ao temor e ressentimento sobre a pluralidade étnica e cultural, surtiram efeitos sobre as instituições e a cultura democrática. A disseminação desses discursos nas mídias acentuou, nas últimas décadas, a polarização política em curso atualmente. Nos *podcasts* seguintes, inicialmente, pensou-se ser produtivo abordar a questão da tolerância como contraposição às articulações com essa onda de conservadorismo que trouxe em seu bojo à intolerância; mas posteriormente observou-se nessas marés e refluxos o funcionamento do dispositivo conservador à brasileira e que a análise não poderia se centrar a partir dos sentidos da tolerância. Contudo, a própria pesquisa delineou outro caminho para essa categoria.

Em primeiro lugar, destaca-se a ambiguidade da palavra tolerância. Conforme Santana (2012, p. 179), o termo tem sofrido ressignificações ao longo do tempo, passando a ter um caráter pejorativo, “tolero, mas não suporto”. Nesse contexto, nos últimos anos, tem-se reativado enunciados antigos como: “Brasil: ame ou deixe-o”, “Intervenção militar”, palavras de ordem aos que discordavam do governo de Michel Temer no pós-impeachment e aos que discordam do atual governo de Jair Bolsonaro: “Comunistas”, “Petistas”, “Vá pra Cuba” ou a atualização “Vá pra Venezuela”. Consonante com De Mario (2016, p. 267), é o discurso da intolerância funcionando como orientador do discurso político e das relações sociais, porém, mesmo quando esse discurso, aparentemente, muda de sentido, reforça a autora, é “[...] a

manifestação do poder inerente ao discurso político da tolerância cuja eficácia é justamente promover a despolitização e neutralização dos conflitos e diferenças”.

Nesse mesmo sentido, toma-se a perspectiva de Brown, a partir da referência ao debate sobre o poder da tolerância realizado em 2014, entre Wendy Brown e Rainer Forst. Aponta-se a existência de um complexo nexo da tolerância com o poder, pois essa opera como se estivesse descolada deste último. A tolerância implica em uma relação hierárquica de poder, pois para alguém que tolera existe um outro que é tolerado. Para Brown, além de manter as hierarquias entre majorias e minorias, é uma forma de governo que cria e regula identidades, serve também para legitimar o imperialismo cultural do ocidente, pois a tolerância e os toleráveis são identificados a partir dos valores ocidentais; por isso, Brown é cética com a tolerância, enquanto projeto emancipatório (DE MARIO, 2016). Além disso, o discurso de tolerância implica também práticas excludentes, pois enquanto as pessoas acreditarem que os homens brancos são superiores e a heterossexualidade é natural, outras etnias e homossexuais são objetos a serem tolerados. Brown diz que a tolerância funciona enquanto *éthos* de respeito ao outro, suas crenças e práticas no nível da virtude individual, porém, como discurso político circulante do Estado para a sociedade, do indivíduo para a comunidade, ela reproduz práticas excludentes e de dominação, ao ter como objetos centrais as etnicidades, sexualidades e culturas (DE MARIO, 2016). Ou seja, é preciso construir um *éthos* tolerante numa base que não seja etnocêntrica nem excludente, mas, principalmente, que não se utilize como pressupostos as etnicidades, sexualidades e culturas hegemônicas, como é do dispositivo conservador.

A relação desse tema com o Ensino de Sociologia parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), indicando como lidar com as diferenças e com as minorias sociais a partir das ideias de diversidade e de inclusão presentes no ensino de Ciências Sociais, especificamente, orientando para o rompimento com uma postura etnocêntrica, respeitando a diversidade para construir uma cidadania plena (BRASIL, 2000).

Há outro limite na tolerância, a apatia; ser tolerante não significa aceitar tudo passivamente (CHELIKANI, 1999; CARDOSO, 2003; POPPER, 1974). Conforme esses autores, ser tolerante não pode significar curvar-se aos intolerantes. Nesse contexto, ressalta-se o paradoxo da tolerância de Karl Popper (1974), ele está numa nota de rodapé de sua obra *A Sociedade aberta e seus inimigos*, mas se torna essencial para essa reflexão:

[...] a tolerância ilimitada pode levar ao desaparecimento da tolerância. Se estendermos a tolerância ilimitada até aqueles que são intolerantes; se não estivermos preparados para defender uma sociedade tolerante contra ataques

dos intolerantes, o resultado será a destruição dos tolerantes e, com eles, da tolerância (POPPER, 1974, p. 289).

Pensa-se pontos comuns e aproximações entre a defesa de Popper do paradoxo da tolerância onde, no extremo, ela própria pode destruir a si mesma, e com o justo ceticismo de Brown, onde a tolerância é emancipatória. Dessa forma, retoma-se a ideia de ambiguidade da tolerância em Santana (2012), mas agora com o acréscimo da ponderação de Sargentini (2017) sobre um dispositivo da cordialidade/polidez e (in)tolerância. Sargentini (2017) expõe que esse dispositivo parte da cordialidade, no caso brasileiro, como autoridade de poder, movendo-se sem contradições entre a superioridade da complacência/tolerância, chegando-se até a intolerância. A autora diz, ainda, que esse dispositivo pode responder, nos termos de Foucault (2014), a uma urgência e um preenchimento estratégico do sujeito da autoridade. Em suma, conclui que “[...] a tolerância não é o signo da cordialidade, mas da articulação da autoridade e do poder e isso pode deslizar facilmente para a intolerância” (SARGENTINI, 2017, p. 290). Sendo assim, quando o sujeito da autoridade é desautorizado, esse dispositivo, ora preenchido com a tolerância, preenche-se facilmente à intolerância.

Ponderados esses aspectos ambíguos sobre a tolerância, mudou-se a concepção dessa categoria no decorrer desta tese, após aprofundar a pesquisa desse conceito. Assim, passou-se a trabalhar com a categoria **diversidade**, já pontuada nos PCN para Ciências Sociais. Considera-se, ainda, que o respeito à diversidade é uma categoria mais ampla da inclusão (KHATER; DE SOUZA, 2018).

A diversidade aparece em 9 *podcasts* (07; 15; 35; 77; 134; 138; 146 e 147). Verificou-se que, apesar de não ter sido propriamente enunciada nos *podcasts* aqui organizados, *diversidade* e *inclusão* aparecem como não dito nos temas e nas relações desses em muitos episódios, é uma dispersão no universo dos 10 *podcasts* constituintes dessa categoria. Neles a diversidade está presente, conectando grande parte dos áudios em enunciados como: “garantir a igualdade das pessoas” (PODCAST 07, 2016); “mesmos direitos dos homens heterossexuais” (PODCAST 15, 2016); “igualdade social para as pessoas LGBT” (PODCAST 35, 2016); “saúde sexual [...] direito humano básico” (PODCAST 36, 2016); “legalização do aborto” (PODCAST 39, 2016); “liberdade e a igualdade [...] as mulheres possam ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens” (PODCAST 77, 2016); “[...] à superação das desigualdades de gênero no Brasil” (PODCAST 82, 2016); “É justo que há algumas diferenças anatômicas e hormonais coloquem um dos sexos abaixo, socialmente, do outro?” (PODCAST 134, 2016); “[...] não é um movimento sexista, ou seja, que defende a figura feminina sobre a masculina, mas sim uma luta pela igualdade entre ambos os gêneros” (PODCAST 138, 2016); “As

mulheres são pessoas e devem ter exatamente os mesmos direitos que os homens [...]” (*PODCAST* 146, 2016); e “A polêmica lei da amamentação. [...] Nós sabemos que cada pessoa tem sua opinião sobre esse assunto, mas também não podemos ser ignorantes e desrespeitar uma mãe seu filho [...]” (*PODCAST* 149, 2016). Esses *podcasts* trouxeram em seus enunciados a diversidade e a possibilidade de discursos sobre equidade. Ainda que determinada equidade tente funcionar dentro dos dispositivos jurídicos, existe uma subjetividade em construção, em termos de resistência ao poder da intolerância do dispositivo conservador.

Feita a análise sobre a tolerância, enquanto dispositivo, vê-se claramente seus limites a emancipação e liberdade dos sujeitos, especialmente quando as articulações entre a autoridade e o poder sofrem perdas para uma posição não hegemônica, nesse caso uma posição não heteronormativa. Em especial, no momento em que o dispositivo conservador à brasileira está em pleno funcionamento em nosso país, transitando no paradoxo tolerante por meio dos discursos extremados e polarizados potencializados no contexto da onda conservadora é notória essa posição de poder e de intolerância. Por isso, essa categoria teve a mudança para diversidade, conceito este que pode ser capaz de desestabilizar a identidade etnocêntrica, heteronormativa e hegemônica, subvertendo a ideia dicotômica entre indivíduo e sociedade, ao mesmo tempo em que pode ativar um projeto de inclusão política das minorias, das identidades e das formas de ser e estar no mundo.

#### 4.9.1 Do campo dos direitos e das resistências

No campo do direito foram analisados os *Podcasts* 36; 82 e 147. A emergência das formas jurídicas ao longo da história, centralizando-se no campo do direito, desenvolveu um espaço discursivo institucionalizado de conflitos e certa pacificação em nossa sociedade, as mutações de sua forma e de sua produção de discursos, durante o tempo, não a torna nem suprassocial e muito menos natural; é, portanto, mais um produto das relações de poder (FOUCAULT, 2003). Todas as cartas de direito, por sua vez, são resultado dessas relações de poder.

O *Podcast* 36 (2016) trata de questões sobre sexualidade, destacando-se um enunciado relacionando direito e saúde sexual: “Se a saúde é um direito humano fundamental, a **saúde sexual também deveria ser considerado um direito humano básico** (*PODCAST* 36, 2016, grifo nosso). No entanto, a saúde sexual já faz parte dos Direitos Sexuais, constantes nos Direitos Humanos. A Assembleia Geral da *World Association for Sexology* (WAS), aprovou

emendas para a Declaração dos Direitos Sexuais em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia em 1997. Maia e Ribeiro (2011) resumem os direitos sexuais nos seguintes pontos:

direito à liberdade sexual, à autonomia sexual, integridade sexual e segurança do corpo, à privacidade sexual, à liberdade sexual, ao prazer sexual, à expressão sexual, à livre associação sexual, a escolhas reprodutivas livres e responsáveis, **à informação baseada no conhecimento científico, à educação sexual compreensiva** e à saúde sexual (MAIA; RIBEIRO 2011, p. 81, grifo nosso).

Assim, esses direitos não só já existem como preveem a inclusão da educação sexual na escola e deveria abranger temáticas, para além da saúde sexual e reprodutiva, bem como discussões dos relacionamentos sociais, cidadania e direitos humanos, incluindo-se nessas o respeito à diversidade sexual. Portanto, vê-se a existência do direito, mas não existe de fato sua regulamentação e aplicação, por isso o desconhecimento e o não dito.

Um outro áudio também lida com a questão de gênero e Direitos Humanos, é o *Podcast* 82 (2016):

Hoje vamos falar de gênero e direitos humanos [...] No Brasil, a luta do movimento de mulheres por instrumentos legais democráticos tem se dado em duas direções, voltada para o Estado para exigir a realização dos direitos conquistados, em direção à sociedade, através de ação pedagógica visando a mudança de mentalidades com a difusão de uma nova cultura de respeito às diferenças [...] a elaboração pela Organização das Nações Unidas na convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres em 1979 (*PODCAST* 82, 2016).

A conquista de direitos é importante, contudo, mesmo com diretrizes internacionais como “eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres em 1979”, editada pela ONU, e de uma legislação que as proteja, fato é que essas iniciativas não são suficientes, os índices de violência contra mulher não diminuem, é preciso uma “ação pedagógica para mudança de mentalidades” (*PODCAST* 82, 2016), ou melhor dizendo, que a partir dessa ação pedagógica se produza uma mudança das práticas discursivas atuais. No sentido dessa mudança, desdobra-se uma luta da sociedade civil representada pelos movimentos de mulheres, por meio da resistência. Importante conquista dos movimentos civis organizados foi a promulgação da chamada Lei Maria da Penha, Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006, assinada por Luiz Inácio Lula da Silva (BRASIL, 2006), sendo que essa lei “[...] é mais um mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (*PODCAST* 116, 2016).

Os *podcasts* acima enunciaram os direitos internacionais. O primeiro áudio questiona a possibilidade do direito de se ter uma educação para saúde sexual, no entanto, ela já existe dentro da carta dos direitos humanos, sendo interdita institucionalmente na perspectiva defendida na tese, traduzindo-se na impossibilidade de uma educação sexual institucionalizada na escola. O segundo *podcast* enfatiza o direito à igualdade de gênero, proposta da ONU, mas na realidade essa não se cumpre, exigindo a constante mobilização e luta das mulheres. Esses dois áudios estão interligados por tocarem à questão da sexualidade como direito.

Contudo, a conquista de direitos não depende somente de iniciativas individuais ou de governos, mas passa pela militância, no sentido de intervenção e mudança nas normas sociais (SALES; FONTES; YASUI, 2018). São essas lutas, desses novos movimentos insurgentes, onde Foucault (1995) observava a possibilidade do desejo de novas relações sociais e éticas. Portanto, é por meio dos movimentos sociais que essas lutas são ativadas na sociedade. Por movimentos sociais contemporâneos organizados como: o Movimento Sindical, o Movimento Negro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e, mais especificamente em torno da questão da sexualidade, o Movimento Feminista e o LGBTQ+, todos eles têm utilizado estratégias no campo jurídico e da conquista de direitos. Novamente, chama atenção a problematização da violência feita pelos sujeitos-educandas(os), aqui representada pela luta por igualdade entre gêneros e pela livre expressão da sexualidade.

#### **4.9.2 O movimento LGBT**

Os *podcasts* 15 e 35 abordaram o movimento LGBT. César, Duarte e Sierra (2013), analisando os movimentos sociais na contemporaneidade, asseveram que os grupos sociais organizados e, principalmente, aqueles relacionados à questão da diversidade sexual, empregam estratégias teóricas e políticas em torno do campo jurídico da conquista de direitos. A ênfase recai sobre o reconhecimento das identidades, individuais e de grupos específicos, lésbicas, *gays*, bissexuais, transsexuais e travestis. Conforme os autores, na década de 1980, a luta política era a da desvinculação da homossexualidade à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (*Acquired Immunodeficiency Syndrome – AIDS*) e, ao mesmo tempo, contra a Classificação Internacional de Doenças (CID), listando a homossexualidade como doença e passível de cura, ou seja, um discurso patológico. Sem campanhas oficiais de combate à AIDS, naquela época, o movimento homossexual foi o primeiro a organizar campanhas de enfrentamento à pandemia e tratamento da doença, propondo o atendimento dessas demandas

ao poder público. Esse momento marca a futura pacificação e aliança entre Estado e movimentos sociais. Nas décadas seguintes é também consolidada a estratégia de instituir políticas de identidade, onde orientam-se as políticas de governo como as da própria militância (CÉSAR; DUARTE; SIERRA, 2013; BURITY, 2018). Esse panorama é enunciado no *Podcast* 35 (2016):

Os movimentos LGBT organizados são compostos por um amplo leque de ativismo político e atividade cultural, incluindo marchas de rua, grupos sociais, mídia, arte e pesquisa acadêmica. O movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970 [...]. Esse movimento é sem dúvida fundamental para pensarmos em termos como: diferença, desigualdade, diversidade e identidade de gênero. Na sociedade brasileira, onde seus maiores desafios também se colocam para todos os movimentos sociais, gestores públicos e sujeitos políticos implicados com combate às desigualdades (*PODCAST* 35, 2016).

Como em outros *podcasts* que abordaram esse tema, há uma descrição do histórico do movimento LGBT, suas relações com o Estado e as políticas públicas, direcionando-as para questões identitárias, de diferença e de desigualdade - esse foi o recorte da pesquisa feita pelos sujeitos-educadas(os). Contudo, o *Podcast* 15 (2016), expande a perspectiva das políticas públicas e questiona a estabilização dos discursos e da ideia da homossexualidade através da história:

[...] **Em outros tempos e momentos a homossexualidade era uma prática considerada comum nos padrões morais de determinadas culturas**, por sua vez, em períodos distintos da história das mais variadas localizações geográficas ela ficasse de um ato caracterizado como imoral ou pecaminoso. Em alguns países inclusive o ato homossexual foi ou ainda é crime e pode levar a prisão ou mesmo a pena de morte. [...] **A população LGBT é uma das mais vulneráveis em relação a observância de seus direitos humanos** (*PODCAST* 15, 2016, grifos nossos).

Utilizando o conceito foucaultiano de emergência, analisa-se por que a homossexualidade não pode ser pensada com o mesmo sentido durante toda a história. Veiga-neto (2017) acrescenta que a epistemologia, de certa forma, coloca o presente na origem e assim estabelece critérios para julgar o passado, podendo se tornar o tribunal do passado. A ideia de homossexualidade é uma invenção do século XIX, as práticas homoeróticas não causaram, durante a história, as mesmas reações causadas atualmente (RIBEIRO, 2005) e, conforme Borrillo (2010, p. 41), a homossexualidade, durante os últimos dois séculos, é “[...] combatida, simultaneamente, enquanto pecado, crime e doença: mesmo escapando à Igreja, ela acabava caindo sob o jugo da lei laica ou sob a influência da clínica médica”. Mesmo com certa proteção

garantida pela lei contra a homofobia, os discursos sobre a homossexualidade geram práticas de violência, de Estado e na sociedade, como enuncia outro fragmento do *Podcast 15* (2016):

Em alguns países inclusive o ato homossexual foi ou ainda é crime e pode levar a prisão ou mesmo a pena de morte [...] A população LGBT é uma das mais vulneráveis em relação a observância de seus direitos humanos, nos últimos anos, no Brasil, foram assassinados em torno de 2500 indivíduos da população, vítimas do ódio que se manifesta na forma cruel como são praticados tais homicídios (*PODCAST 15*, 2016).

As estatísticas não cessam em apontar a violência gerada pela homofobia. O discurso de ódio é um dos principais instrumentos de sua concretização, incidindo sobre a discussão dos limites da liberdade de expressão. Essas pessoas recorrem a uma suposta permissão da livre comunicação para propagarem ideias e atos discursivos de ódio (CAZELATTO; CARDIN, 2016). Retoma-se o caso concreto na boate estadunidense:

Apresentadora: Olá, hoje nossa entrevista será com Gabriela, e falaremos sobre o ataque a boate gay de Orlando, Estados Unidos. Gabriela: Olá, bom como disse falaremos sobre o triste ataque que ocorreu na boate Pulse em Orlando na madrugada de domingo 12 de junho, deixou 50 mortos e 53 feridos (*PODCAST 142*, 2016).

Se, conforme Foucault (1979), as identidades sexuais foram formadas por processos históricos iniciados no século XIX, também foram concebidos nos limites daquilo que o autor denominou de dispositivo da sexualidade, essa rede de saberes e poderes sobre os corpos e as populações, as quais produziram normatizações e normalizações. Portanto, qualquer sujeito fora dessas normas deve ser esquadrihado moralmente, juridicamente e cientificamente, ou seja, nos limites da separação entre a normalidade e a anormalidade, em outras palavras, entre a heterossexualidade e a homossexualidade. Dessa forma, um atentado como o massacre na boate Pulse, em Orlando, demonstra como o extremismo nesses discursos pode se materializar em nossa sociedade.

Por fim, aponta-se o *Podcast 43* (2016), cujo texto é original, produzido por duas sujeitos-educandas. Nota-se como o discurso, à primeira impressão, traz a questão da socialização:

Em uma sociedade existe vários grupos sociais de convivência e entreterimento [sic], tais como os grupos familiares, de amigos, de profissionais e de religiões. **Muitas pessoas que participam gostam e continuam seguindo este grupo, mas [sic] maioria delas sofrem**

**preconceitos por serem de sexos opostos**, o [sic] de suas raças (*PODCAST* 43, 2016, grifo nosso).

Contudo, o fragmento enunciado “Muitas pessoas que participam gostam e continuam seguindo este grupo, mas [sic] maioria delas sofrem preconceitos por serem de sexos opostos, o [sic] de suas raças”, foi trocado no roteiro original. Antes da gravação o enunciado era: “Muitas pessoas entram nesses grupos participam e gostam, muitos não entram pois sofrem preconceitos sexuais, raciais”. Além disso, explicita-se ainda mais essa troca de enunciados, pois existe uma pausa feita pela sujeito-educanda antes de enunciar “por serem de sexos opostos”. O *podcast* segue e aparecem outras marcas do preconceito:

Boa parte desses acabam participando apenas de seus grupos familiares que são seus contatos primários. Mas também existem aqueles que por conta de todo o **preconceito sofrido**, toda a **vergonha passada** e até mesmo aquele **medo** que ainda os pertence **se isolam** de todo mundo e de todos que o amam. Na nossa identidade demoramos um pequeno tempo para saber quem seremos de verdade na sociedade e neste mundo tão grande que vivemos, passaremos por muitas experiências, muitas convivências e muitas vivências que ficarão marcados [sic] até nos tornamos cidadãos. Em nossa vida nada conseguiremos sozinhos, pois todo apoio e tudo que temos que nos suporta [sic] é a família, os amigos e as pessoas que nos rodeiam (*PODCAST* 43, 2016, grifos nossos).

Inicialmente parecia um tema sobre a socialização, mas está mais próximo de um depoimento pessoal: os enunciados “preconceito sofrido”, “vergonha passada”, “medo” e “se isolam” estão na ordem do discurso de algum tipo de interdição sofrida pelo sujeito. Essa aparece com força, principalmente nos enunciados trocados anteriormente: “sexos opostos” por “preconceitos sexuais”; junto às mazelas do preconceito e do distanciamento social existe uma possível posição desse sujeito silenciada em sua sexualidade.

De forma geral, os *podcasts* enunciaram o tema do reconhecimento de identidades (políticas de identidade). Os *podcasts* que abordaram esse tema trouxeram o histórico do movimento LGBT, relações com o Estado, políticas públicas, questões de identidade, diferença e desigualdade. Entretanto, somente um *podcast* questiona a estabilização do discurso heterossexual e a ideia de homossexualidade de uma perspectiva sócio-histórica, ele é a descontinuidade e um corte, em termos foucaultianos; traz, ainda, a violência gerada pela homofobia, no caso do massacre ocorrido na boate gay nos EUA. O dispositivo da sexualidade age em torno dessas identidades, separando-as e normatizando-as, articulando todos esses discursos machistas, moralistas, antiPC e de ódio entre outros, inter-relacionados com o dispositivo conservador, reproduzindo práticas discursivas excludentes e preconceituosas e

todas as violências cotidianas, psicológicas, simbólicas e físicas, mas que, no limite, também produzem ataques pontuais extremos, como o da boate.

No *Podcast* 43 (2016) tem-se o acontecimento, ele é um texto original, marcado por enunciados de preconceito, aproximando-se de um relato pessoal. Identificou-se que o roteiro inicial foi modificado na locução, na tentativa de interditar a própria sexualidade, mas ela acaba aparecendo. Existe um sofrimento real transmitido pela voz dessa sujeito-educanda quando fala do preconceito, do medo e da exclusão.

Em todos esses episódios produzidos por sujeitos educandas(os), desde as subcategorias identificadas em enunciados do machismo, do estupro, da homofobia e do racismo, abarcados pela categoria da intolerância, circulam os discursos excludentes resultando em diversos tipos de violência. De outro lado, a partir da categoria da diversidade e das subcategorias nas lutas e da conquista de direitos, faz-se a resistência dos sujeitos, organizados na sociedade civil em movimentos sociais como o feminismo e o movimento LGBT. Esses enunciados vieram à tona por meio da estratégia didática com os *podcasts*, empreendendo-se assim a possibilidade de dar voz a educandas(os) para que, mesmo em paráfrases, alguns saberes sejam desassujeitados, ainda que num esforço localizado e de pouca visibilidade provoquem nesses sujeitos-educandas(os) algum deslizamento, na perspectiva do sujeito etnocêntrico ocidental e heteronormativo, alterando-se os discursos para a diversidade e a inclusão de outras possibilidades de modos de vida e de existência em sociedade. Os sujeitos-educandas e educandos, mesmo livres para abordar qualquer temática, em sua maioria, enunciaram sobre gênero e sexualidade de um lugar de sofrimento, pois a dominação exercida pelo sujeito-patriarcalista tem causado a todas, todos e todes violências - de gênero, homofobia e racismo.

#### **4.9.3 Resistência e equidade: a luta feminista**

No mesmo campo dos movimentos sociais os *podcasts* 77, 134, 138 e 146 trouxeram a emergência do movimento feminista. Para melhor compreender o movimento feminista, de acordo com Pinto (2010), é preciso, em primeiro lugar, levar em conta a existência de uma peculiaridade: esse movimento é reflexivo, produz sua própria crítica e teoria. Dessa forma, militância e teoria coincidem, derivadas, entre outras questões, do lugar social das militantes que o originaram na metade do século XX, mulheres de classe média e educadas nas Humanidades, Crítica Literária e Psicanálise (PINTO, 2010). Ainda, segundo a autora, pode-se estudar o movimento feminista a partir de duas perspectivas: a primeira, da história do feminismo, das suas lutas e suas ações; e a segunda, da produção teórica feminista nas áreas da

História, das Ciências Sociais, da Crítica Literária e da Psicanálise. Esse movimento ultrapassou seus limites, influenciando outros movimentos e teorias nas Ciências Humanas e, especificamente, na Sociologia, como já referido com Giddens (2012).

Na história ocidental sempre houve mulheres que ousaram se rebelar e desafiar sua condição e, na luta por liberdade, muitas pagaram com a própria vida. Por exemplo, as chamadas bruxas, na época da Inquisição, eram julgadas por desafiarem os dogmas da Igreja. As mulheres não deixaram suas lutas; nesse processo, paulatinamente, foram construindo um movimento de mulheres, o movimento feminista.

Para estudar esse movimento, convencionou-se pensar em três principais ondas na história do feminismo. Conforme Pinto (2010), a primeira onda aconteceu a partir do século XIX, nas últimas décadas daquele século, com a luta do direito ao voto. A segunda onda, nos anos 1960, questiona de forma direta a relação de poder entre homens e mulheres. Contextualizando a terceira onda, enquanto na Europa e nos EUA o contexto era favorável a movimentos identitários, o Brasil passava por turbulências políticas após a renúncia de Jânio Quadros, assumindo em seu lugar Jango. Em 1963, as coisas se radicalizaram entre a esquerda partidária, estudantes e governo de um lado, e os militares, governo estadunidense e classe média do outro. Em 1964 vem o golpe militar, moderado no começo, mas radicalizado em 1968 com o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Nesse ambiente do regime militar, de vigilância e de desconfiança aconteceram as primeiras manifestações feministas na década de 1970. Contudo, a partir da redemocratização nos anos 1980, o feminismo é reativado no Brasil, convergindo nas discussões sobre violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde entre outros e, nesse mesmo cenário, o movimento também organizava-se com movimentos populares de mulheres em bairros pobres e favelas, influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) da Igreja Católica. Conforme a autora, isso foi fundamental para que o movimento feminista, embora com origens na classe média intelectualizada, entrasse em contato com outra realidade, a das classes populares e produzisse assim outras percepções, ações e discursos (PINTO, 2010).

A partir de todas essas lutas, a Constituição de 1988 é a que mais tem garantias de direitos para as mulheres no mundo. Por fim, a autora destaca o Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado em 1984, mas esvaziado em sua importância nos governos de Fernando Collor e de Fernando Henrique Cardoso. De outro lado, no governo subsequente, houve a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de ministério, ainda no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva, além da recriação do conselho original.

De acordo com Pinto (2010), na última década do século XX o movimento feminista profissionalizou-se, atrelado à tendência da criação de Organizações Não-Governamentais (ONG's), para intervir junto ao Estado na questão da proteção contra a violência e busca de um espaço maior de participação política da mulher. Questão central da época era a violência, principalmente, a doméstica. Conquistas como as Delegacias Especiais da Mulher, entre outras e, a maior delas, a Lei Maria da Penha, já abordada. Chega-se ao feminismo da terceira onda englobando outras perspectivas.

Femenías (2012), na obra *Sobre sujeto y género: re-lecturas feministas desde Beauvoir a Butler*, explora duas perspectivas centrais do feminino atual: os feminismos da igualdade e os feminismos da diferença. Essa pesquisadora apresenta questões tensionadas entre o pensamento feminista que propõe igualdade, representadas pelas teóricas europeias, e os feminismos da diferença, com a matriz pós-moderna estadunidense. De um lado, a categoria *mulheres*, construída por Beauvoir em *O segundo sexo*, produz um sujeito da ilustração ocidental, típico da racionalidade universalista e patriarcal, marcada por um essencialismo. De outro lado, Butler enfatiza a interseccionalidade como fundamental na definição dessa categoria. Pensando a partir de Foucault, é posto em xeque o sujeito *mulher* estabilizado, centrado e naturalizado, denominado biologicamente, trazendo-o para a enunciação histórica, disciplinar e de relações de poder (FEMENÍAS, 2012). O *Podcast 146* (2016), traz essa ideia da interseccionalidade:

O feminismo interseccional, abrange também o direito à igualdade de pessoas da comunidade LGBT, pessoas de cor e religião, e é por isso que o feminismo é tão importante, pois resultam [sic] num apanhamento de minorias a lutar pela justiça a igualdade é bastante subjetiva, mas tem de ser para todos e não só para alguns (*PODCAST 146*, 2016).

Contudo, diferente do enunciado feito pelos sujeitos-educandas(os), Femenías (2016) defende ponderar sobre a fragmentação da categoria *mulheres*, para que esta não se torne incompatível com a articulação de lutas em níveis coletivos e internacionais e, principalmente, com um projeto de emancipação feminista. A diferença não pode ser entendida como contraposta à igualdade, no entanto, pode ser contraposta à identidade e aos preceitos estabilizadores do sujeito, pois o mais importante é observar que a igualdade é a contraposição às relações sustentadas por desigualdades (FEMENÍAS, 2012). O *Podcast 77* (2016), também aborda o tema do feminismo em sua atual conjuntura: “Hoje o movimento [sic] constitui de mulheres jovens, politizadas e **divertidas**, com isso, surgiu a marcha das vadias, retomaram várias reivindicações feministas” (*PODCAST 77*, 2016, grifo nosso). Destacou-se a palavra “divertidas” pois seu sentido foi alterado no enunciado do texto original citado abaixo:

Hoje, o movimento se constitui de mulheres jovens, politizadas, **divertidas** e inovadoras. Bila Sorj, professora titular de sociologia da UFRJ, se surpreende: "Achei que o feminismo desapareceria com a morte das militantes dos anos 80, 90. Mas se percebe que ele renasceu, se recriou nesses últimos três, quatro anos, sendo original, com muito humor e manifestações cheias de performances, trazendo o corpo exposto como forma de protesto", conta (VILA MULHER, 2016, grifos da autora e grifo nosso).

O enunciado “divertidas” é deslocado do contexto da matéria jornalística e, principalmente, da visão da entrevistada numa perspectiva de atualização: assim o movimento “renasceu, se recriou”, “sendo original”, ou seja, trazendo outros elementos da emergência, próprios das condições de possibilidade para um discurso nessa época e não dos anos 1980 ou 1990. Houve, ainda, outras mudanças feitas nesse mesmo *podcast* no enunciado original, alterando-se os sentidos, no fragmento:

[...] As palavras de alguns homens são: “acho muito bom **que possamos ser feministas** é uma ajuda grande na luta” estão bastante cientes que o feminismo também é bom para eles [...] **os homens têm que entender que elas não precisam ser oprimidas** pelo padrão e masculinidade imponente (*PODCAST 77*, 2016, grifos nossos).

Agora o enunciado original:

“Acho muito bom que **eles possam ser feministas**, é uma ajuda grande na luta e esses homens estão bastante cientes de que o feminismo também é bom para eles. Nenhuma relação onde há um que domine e outro dominado dá certo. Em toda relação de opressão, ambos estão presos. Os **homens têm que entender que não precisam ser oprimidos** pelo padrão de masculinidade imposto, que é muito duro e difícil de atender”, explica ela (VILA MULHER, 2016, grifos nossos).

O sentido foi alterado completamente, pois os dois enunciados colocavam o lugar de fala e a perspectiva do sujeito-mulher em relação ao feminismo e a opressão. Posto que os sujeitos-educandas(os) modificaram esse lugar para o lugar de fala do sujeito-homem, “os homens têm que entender que **elas** não precisam ser oprimidas” (grifo nosso), houve uma inversão, deslocou-se o sentido do lugar de uma possível conscientização sobre o machismo pelo sujeito-homem a outro lugar onde ele próprio não deva “ser oprimido pelo padrão de masculinidade imposto”, colocando-se novamente o sujeito-mulher do outro lado dessa luta, ou seja, da passividade, ao depender de uma possível atitude do sujeito-homem. O *Podcast 134* (2016) está na mesma formação discursiva e opera outra inversão do discurso feminista:

O Brasil é um país com resquícios de machismo, embora a situação tenha mudado muito, desvelou-se a falsa justificação do domínio do homem sobre a mulher. O movimento feminista pressiona a favor da quebra destes usos [...] O risco, porém, é o de que a mulher acha-se [sic] melhor que o homem, em vez de igualar-se (*PODCAST* 134, 2016).

Uma possível reflexão sobre a inversão desse enunciado é dada por sujeitos-educandas produtoras do *Podcast* 138 (2016):

Olá queridos ouvintes, aqui quem fala é Maria do Socorro e hoje retornamos nosso programa com o tema feminismo, que por sua vez, possui significado completamente diferente de femismo. [...] O femismo, por sua vez, pode ser considerado sinônimo do machismo ao mesmo tempo que é seu oposto pois trata-se de uma ideologia de superioridade da mulher sobre o homem (*PODCAST* 138, 2016).

O discurso circulante no senso comum sobre o feminismo é o do femismo. A opinião das sujeito-educandas vai ao encontro dos enunciados sobre igualdade, contudo, isso não está imune das relações de poder, nesse caso vai de encontro à dominação exercida pelos homens, e esses, em última instância, precisariam abrir mão desse poder. Por outro lado, como o discurso do machismo circula indiscriminadamente, atingindo todas as mulheres, algumas acabam por reproduzir, ainda que, inconscientemente essa condição. Dessa forma, refletir sobre uma possível mudança de posição para alguns sujeito-mulheres nem pode ser enunciada, essa estrutura é dada como natural, o espaço doméstico é da mulher e o homem está livre para ocupar qualquer outro espaço público (SAFFIOTI, 1987).

Esses discursos do femismo e do machismo, por sua vez, formam um conjunto de discursos quando se repetem, apoiando-se na mesma formação discursiva, porém Foucault (2000) atentava-se, principalmente, quando ocorria a sua descontinuidade. Foi nesse grupo, formado por sujeitos-educandas que uma delas, após ter pesquisado sobre o feminismo, mudou sua opinião e seu discurso sobre esse movimento. Anteriormente ela o criticava, admitindo depois que era por desconhecimento. Esse acontecimento também interferiu diretamente na construção da pesquisa feita para o *podcast* e na opinião dada por todas no final do áudio:

[...] Será que nós seres humanos a maioria não luta por direitos iguais? Mas por que será que não aceitamos isso com o nome de feminismo? Na verdade grande parte das pessoas, principalmente as mulheres é feminista, e oculta isso não somente dos outros e sim também de si próprio [sic] (*PODCAST* 138, 2016).

A indagação feita por sujeitos-educandas no final do áudio pode ser respondida pela interdição que o discurso machista, funcionando dentro do dispositivo conservador à brasileira, impõe: “Mas por que será que não aceitamos isso com o nome de feminismo?” De outro lado, Butler (2015), quando questiona como construir um sujeito-feminista, propõe uma alternativa para a possibilidade de construção desse sujeito: a criação de espaços introdutórios de pesquisa e de comunicação. Acredita-se que, ainda que seja de forma incipiente, a estratégia didática proposta com *podcasts* pode colaborar com a construção desses espaços e discussões sobre posicionamentos diferentes, articulando-se com a noção de perspectiva em Young (2000, p. 136):

Contrariamente àqueles que pensam que políticas de diferenciação de grupos somente criam divisão e conflito, eu argumento que diferenciação de grupo oferece recursos para um público comunicativo democrático que objetiva a justiça, porque pessoas diferentemente posicionadas têm experiências diferentes e conhecimento social e histórico derivado deste posicionamento, e eu chamo isto de perspectiva” (YOUNG, 2000, p. 136).

Pinto (2010), em consonância com Young (2000), argumenta que é preciso pensar além dos limites das formas postas entre feministas e não-feministas, entre a presença da mulher e da mulher que incorpora a ideia. Esse parece ser um caminho possível para que essas ideias possam circular e compor outras subjetividades também para os sujeitos que não estão na condição de feministas e nem na condição de mulher.

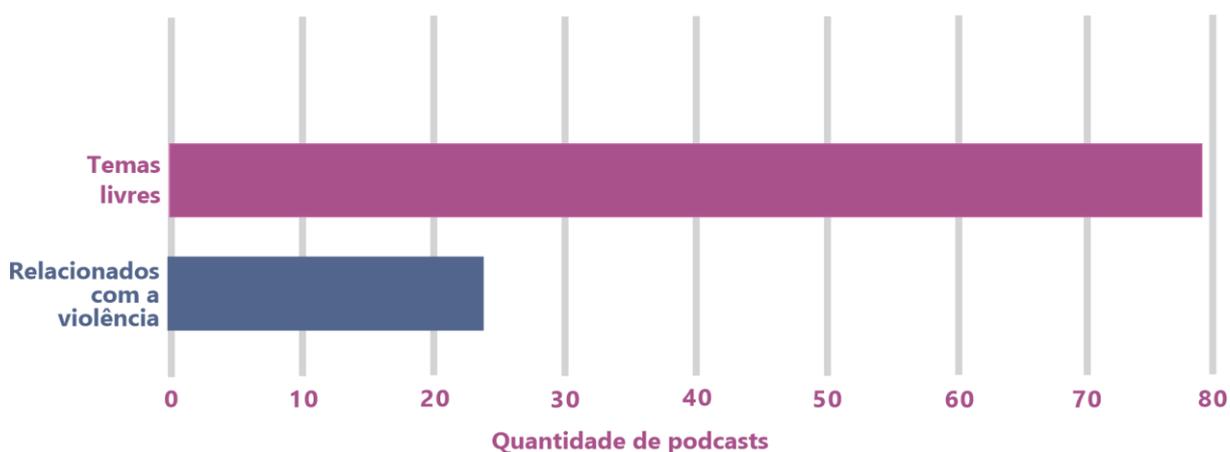
Assim, os *podcasts*, nessa seção, procuram atualizar a continuidade do feminismo. Um movimento inovador onde teoria e prática são articuladas, superando essa dicotomia e inovando na análise para além da classe. Por isso, os sujeitos num áudio enunciam a ideia do feminismo interseccional, *Podcast* 146 (2016), as análises são mais detalhadas, levando-se em conta as mulheres a partir da etnia e da classe. Em outro *podcast* sujeitos-educandas(os) discutem a mutação do feminismo atual, *Podcast* 77 (2016), contudo, ao recortar demasiadamente o texto, os sentidos foram alterados, acabaram deslizando para certa desqualificação do movimento, desvirtuando a proposta inicial de falar sobre feminismo. O *Podcast* 134 (2016) opera uma inversão do discurso feminista, da igualdade para desigualdade, como se as mulheres defendessem algum tipo de superioridade (discurso do senso comum influenciado pelo dispositivo conservador à brasileira), desconstruído pelo *Podcast* 138 (2016).

Entre tantos pontos questionáveis, da simples paráfrase à polifonia, destaca-se uma transformação no sujeito, realizada a partir dessa estratégia didática. A opinião sobre o feminismo de uma sujeito-educanda mudou radicalmente depois da pesquisa, pois ela se abriu

para a possibilidade de ler sobre o assunto, discutindo-o com os outros sujeitos, tanto que influenciou diretamente o trabalho do grupo, gerando uma reflexão sobre o preconceito e o desconhecimento existente em relação ao feminismo. Considera-se, ainda, após articuladas as reflexões de autoras nessa área, a possibilidade da criação de um espaço introdutório de formação desse sujeito-feminista a partir da estratégia didática com os *podcasts*.

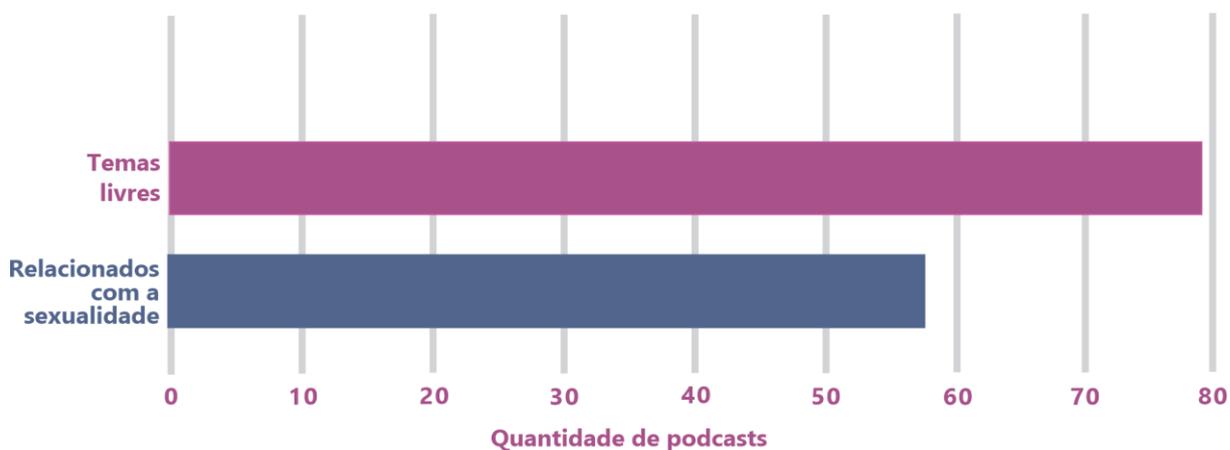
Numa **análise quantitativa**, de todos os 79 *podcasts* com temas livres, identificam-se **24 *podcasts*** com temáticas associadas à violência - **30,3%** (Gráfico 3) e **57 *podcasts*** abordando, de alguma maneira, direta ou indiretamente, a temática da sexualidade, ou seja, a maioria, **72,1%** dos áudios (Gráfico 4). Dessa forma, confirma-se a grande demanda em falar sobre esse assunto.

**Gráfico 3** – *Podcasts* relacionados à violência



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

**Gráfico 4** – *Podcasts* relacionados à sexualidade



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Ao cabo de todas as análises realizadas em relação às condições de possibilidade, aos discursos políticos, sociais e históricos relacionados a outros discursos, como os das leis de diretrizes da educação, currículos, *fake news*, reportagens da grande mídia, entre outros, faz-se presente o interdiscurso, ou seja, a presença de diferentes discursos originados em diversos pontos da história e de diversos lugares sociais (FERNANDES, 2008). Esses discursos emergiram e se atualizaram na materialidade discursiva dos 81 *podcasts*, nos fios interdiscursivos possibilitando o discurso desses sujeitos-educandas(os).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve início, efetivamente e nos moldes de uma pesquisa acadêmica de doutorado, em 2016. Naquele ano, a pós-verdade era eleita como palavra do ano pelo tradicional Dicionário Oxford, a disseminação e o direcionamento de *fake news* no exterior chegou em um outro patamar, evidenciado na eleição presidencial estadunidense. Passaram-se 4 anos e, no meio desse caminho, uma presidenta eleita foi destituída do cargo, foi realizada uma eleição presidencial na qual as redes sociais tiveram um impacto nunca visto antes no Brasil e, em 2020, ano do término deste trabalho, o mundo está às voltas com uma pandemia, coisa que não acontecia a mais de um século. Para tentar minimizar a condição do distanciamento social nas escolas, as Tecnologias de Informação e Comunicação estão a pleno vapor na Educação Básica. Houve um aceleração na incorporação dos recursos virtuais pelos sistemas de ensino, instituições de ensino, educadoras(es), mães e pais para que a educação não parasse completamente, utilizando-se do Ensino Remoto Emergencial. Uma série de acontecimentos, em termos foucaultianos, profundamente relacionados com gênero e sexualidade, com a educação e, principalmente, com o modo de vida de todas, todos e todes está em curso no planeta com a emergência da COVID-19.

Nesse contexto, de grandes mudanças no modo de vida planetário, as considerações nesta tese, bem como nas Ciências Humanas e Sociais, são sempre provisórias, refletem-se nos estudos teóricos, práticos e nas análises feitas até esse momento também como forma de um acontecimento. Inicialmente é preciso destacar o atravessamento do dispositivo midiático em todos os outros dispositivos pontuados nesta tese, isso se dá, dentre outros aspectos, a partir da extrema concentração dos meios de comunicação no Brasil nas mãos de poucas famílias de empresários dessa área, igrejas e políticos. Mesmo para padrões globais de fusão de mídias, é uma concentração absurda, isso não ocorre em outros países democráticos, a exemplo dos EUA, França e Reino Unido - nesses países existem legislações que proíbem a propriedade cruzada da mídia. No entanto, com a difusão de mais suportes por meio da *internet*, atualmente existe um campo de disputa em construção e um outro tipo de rede midiática, desde a chamada mídia alternativa, as redes de *fake news* até as redes subterrâneas da *Deep web*.

Essa realidade, combinada com a estrutura precária do dispositivo escolar, nos dão pistas de que a influência do discurso da mídia ainda é muito grande na população de forma geral. Por sua vez, essa influência é capturada também pelo dispositivo conservador à brasileira onde valores, comportamentos e estereótipos em relação a concepções de gênero e de sexualidade são dispersos no campo político e social, interditando e negando outras formas de

ser de e de estar no mundo. Mesmo essa influência não sendo direta, pois os sujeitos podem fazer a resistência, já que não são passivos, acríticos e assujeitados, ainda assim os discursos midiáticos penetram no senso comum e se instalam em forma de práticas discursivas no cotidiano, amplificando o que já é próprio de nossa cultura – demonstrou-se esse fato nas análises sobre o estupro, por exemplo.

O **objetivo geral** da tese foi atingido ao fazer a análise dos enunciados produzidos por educandas(os) a partir da estratégia didática pensada para discutir questões de gênero e de sexualidade com o *podcast* escolar. Desdobrando-se no **primeiro objetivo específico**, observou-se nas análises dos *temas livres* as categorias do estupro e da homofobia foram as que mais apareceram, seguidas pelo racismo e pelo preconceito. O mais grave: todas essas categorias expõem algum tipo de violência, seja psicológica, física ou simbólica, além de estarem todas conectadas, de várias maneiras, pela interseccionalidade, à categoria de gênero. Deve-se, mesmo com as limitações impostas pelo dispositivo escolar, possibilitar que educadoras(res) iniciem a desconstrução e prevenção, em nosso caso, mas não exclusivamente, por meio do Ensino de Sociologia, das questões sobre violência de gênero, violência contra LGBTQ+ e o racismo, muito comuns e abordados nas estatísticas trazidas nos vários *podcasts* produzidos por educandas(os). Dessa forma, fazer a ação voltada para uma cidadania ativa a partir de práticas discursivas diferentes dessas reproduzidas e estabilizadas em nossa sociedade e não essa flexibilizada pela governamentalidade neoliberal.

Confirma-se a grande demanda de educandas(os) sobre discussões das questões envolvendo sexualidade, comprovada quantitativamente pela maioria dos *podcasts* abordarem esse tema - foram 72,1% dos áudios. Assim, educadoras(es) têm papel primordial, pois é no *locus* escolar que as dúvidas sobre sexualidade surgem e as respostas acabam se restringindo, muitas vezes, a fatores médico-biológicos, como prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), contracepção e descrição e funcionamento dos órgãos sexuais. É preciso pensar na interdisciplinaridade entre o Ensino de Biologia e o Ensino de Sociologia. O conhecimento sobre sexualidade é reconhecido internacionalmente como constituinte da carta dos Direitos Humanos, dessa maneira, constituindo-se essencial na formação para a cidadania.

No entanto, o que ocorre na prática é a retirada desse direito das diretrizes curriculares nacionais, sobretudo, com maior expressão nos últimos anos, sob pretextos sustentados moral e politicamente no dispositivo conservador à brasileira. Essa interdição do dispositivo conservador dá-se por meio dos discursos religiosos, moralistas e anti-politicamente corretos. Por isso, é dada a possibilidade da emergência de determinados discursos, por exemplo, os da chamada *Ideologia de Gênero* e do *Movimento Escola sem Partido*, num embate extremamente

moralista, secundarizando o real problema a ser enfrentado que é a violência de gênero e a homofobia, as quais poderiam ser combatidas com políticas públicas preventivas, como uma educação sexual intencional nas escolas. Em contraste com essa realidade social e institucional, é interessante destacar no trabalho com *podcasts*, em primeiro lugar, que mesmo nas pautas livres, como já dito, educandas(os) abordaram a questão da sexualidade, colaborando com a circulação dessa temática no espaço escolar, ou seja, emerge a necessidade do sujeito falar dessas questões interditas na escola e fora dela.

Dessa maneira, primeiramente proporcionou-se, com essa estratégia didática, a criação de um espaço para a discussão de gênero e sexualidade de outro ponto de vista, que não é o estritamente preventivo-biológico, nem o institucionalizado naquela escola e, tampouco, silenciado por alguns documentos oficiais de ensino, mas um possível tensionamento entre paráfrase (reprodução das práticas discursivas naturalizadas na sociedade) e polissemia (transformação, outros sentidos construídos para as práticas discursivas). Em segundo lugar, considera-se que educandas(os) ao realizarem a pesquisa da pauta, a partir das fontes disponíveis, organizando e reorganizando as informações no formato de um roteiro, construindo com a locução e gravação um programa de áudio, implicam-se num outro tipo de relação com a educação, com a mídia e, conseqüentemente, com a ideia de gênero e de sexualidade.

De outro lado, muitos não trataram a pesquisa de forma científica e sociológica, não se desvencilharam do senso comum e de questões pontuais e individuais do cotidiano, assim, não conseguiram fazer a relação com a sociedade. Por outro lado, descobriu-se grupos de educandas(os) que apresentaram *podcasts* com conteúdo, superando nossas expectativas, rompendo com o senso comum e trabalhando com uma visão científica sobre os fatos, opinando nessas questões com maior profundidade. Entretanto, em todo o material analisado esses constituem uma minoria.

Na questão da técnica desdobrada pela tecnologia abordada nesta tese, articulando o discurso midiático com o suporte *podcast*, considera-se que a junção entre esses elementos nunca pode ser tomada como neutra. Nesse sentido, todos esses elementos descritos acima, de certa forma, estão alienados às condições de possibilidades que os desenvolveram, ou seja, a uma sociedade capitalista numa fase específica da história, dentro da lógica de uma governamentalidade neoliberal. As técnicas e tecnologias são produzidas pelos sujeitos, por isso os condicionam, mas não determinam as relações de poder. Considera-se possível alguma resistência dentro desse sistema, na medida em que uma ética-pedagógica subverta alguns interesses de mercado dessa base técnico-midiática-social que visa somente a formação de mão de obra para o sistema e a reprodução do capital. Nesse contexto, o processo de midiaticização

das relações humanas na escola ainda pode ser ressignificado com o contato face a face de educadoras(es) e educandas(os), pois, cada vez mais, nossa sociedade virtualiza o contato social, sobretudo agora em tempos de distanciamento social devido à pandemia. Desse modo, a escola é uma instituição fundamental nesse processo cultural, pensando novamente na subversão de um espaço redentor ou reprodutor para um espaço transformador e de múltiplas possibilidades de resistência.

Utiliza-se a técnica nesse trabalho dentro da escola a partir de diretrizes éticas do cuidado de si. Dessa maneira, no decorrer desse caminho, percebeu-se que um manual, um tutorial, uma capacitação ou uma oficina para desenvolver algum trabalho com TIC's dentro da sala de aula não estava mais no centro da pesquisa, poderia ser redundante e/ou reducionista, além do possível foco inicial no desenvolvimento de um plano de aula, uma estratégia didática, uma sequência didática, uma prática pedagógica ou um plano de ação pedagógica, inserindo-se o *podcast* como um objeto educacional, pois já existem inúmeras propostas didáticas e pesquisas dentro dessa perspectiva. Algumas delas somente reforçam a lógica já impregnada do mercado e das “pedagogias do aprender a aprender” (DUARTE, 2008, p. 5). Dessa forma, pensa-se uma educação com a técnica, não para e nem pela técnica; portanto, parte-se do principal, ter uma base ético-pedagógica para aplicar uma estratégia didática com *podcast* na escola demonstrando a educandas(os) que a sexualidade é constituinte do ser humano enquanto modo de ser e de viver dos sujeitos no mundo. A estratégia didática utilizada nesse trabalho é só um exemplo integrador do *podcast* no trabalho pedagógico, mais importante é pensar as diretrizes com o *Podcast* Escolar e adequar a realidade didática de educadoras(es) nas especificidades de cada espaço escolar.

Educandas e educandos construíram, a partir do *podcast* inserido em uma estratégia didática, enunciados sobre gênero e sexualidade, nos *temas direcionados*, em sua maioria reproduzindo a interdição e a naturalização de equidade nas relações entre os gêneros em nossa sociedade. Nesse sentido, como o dispositivo conservador à brasileira é estruturado pelo sistema patriarcal, os discursos, inclusive o do machismo, e a reprodução dos privilégios do masculino resultaram no silenciamento total e apagamento do gênero em alguns *podcasts*, a exemplo de quando fora excluída a pesquisa sobre o gênero proposta nas diretrizes do trabalho e, sobretudo, o apagamento sutil da não citação de pesquisadoras e de sociólogas nas pesquisas, o que não nos surpreendeu. Por outro lado, também sem grandes surpresas, todavia expondo a extensão das práticas discursivas deploráveis em nossa sociedade, torna-se muito grave os enunciados da maioria dos *podcasts* de temática livre abordarem a violência, especialmente aquela ligada ao gênero e à sexualidade.

Contemplando o **segundo objetivo específico**, aprofundando os estudos teóricos em Educação Escolar na interface entre o Ensino de Sociologia, Educação Sexual, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação e o Discurso, a produção desta tese trouxe a emergência de alguns achados. Ao pensar nas condições de possibilidade do ano de 2016, para fundamentar as análises sob a influência dos dispositivos em perspectiva foucaultiana, a pesquisa foi delineando as formas de um dispositivo conservador. Nesse sentido, a medida em que a própria análise do dispositivo é, ao mesmo tempo, o processo de construção da enunciação deste, verificou-se que não bastava partir de elementos genéricos de conservadorismo de outros lugares, mas era preciso aprofundar as especificidades dos elementos em funcionamento na realidade brasileira atual. Assim, emergiu a possibilidade de pensar no dispositivo conservador à brasileira, ainda que de forma introdutória, chegando-se em algumas características desse dispositivo na tese, pretendendo-se desenvolver com mais profundidade a ideia desse dispositivo em trabalhos subsequentes.

Esta tese também proporcionou pensar nas relações entre Ensino de Sociologia e Educação Sexual, a partir das aproximações entre esses dois campos. Teorias, conceitos e temas no Ensino de Sociologia convergem e se relacionam com as diretrizes propostas para Educação Sexual por Maia e Ribeiro (2011). Visto que os conteúdos sobre sexualidade permanecem, predominantemente, vinculadas na Educação Básica às Ciências e ao Ensino de Biologia é preciso pensar quais as possibilidades de a disciplina de sociologia ocupar também esse lugar de fala, realizando a interdisciplinaridade com a biologia, além de outras disciplinas, no Ensino Médio.

Dessa forma, em consonância com o currículo proposto pelo estado de São Paulo para a disciplina de sociologia, é possível desenvolver a partir de preceitos e diretrizes da Educação Sexual uma base teórica mais sólida em relação a gênero e à sexualidade, refletindo-se em uma melhor atuação do educador, referente ao acolhimento de possíveis questões levantadas por educandas(os) nesse tema, produzindo orientações mais assertivas, bem como quando essa demanda extrapolar uma possível resolução imediata, direcionar o encaminhamento a outros profissionais especializados em outras instâncias. Portanto, esse empreendimento, na interface entre Ensino de Sociologia e Educação Sexual, quiçá poderá desenvolver-se como continuidade destes escritos também em outro momento.

Tendo em vista um dos dilemas sobre gênero na sociologia, comentado por Giddens (2012), qual seja, o aprofundamento sobre o conceito de gênero que o trabalho nesta tese nos proporcionou, a partir desse momento, considera-se fazer mais sentido a construção do gênero como uma categoria geral, não decompondo-a em questões específicas em diversos contextos

e situações, pois expressa de forma mais coerente os resultados alcançados com essa pesquisa e, a partir desses, o atual posicionamento do professor-pesquisador. Um desses resultados foi a tematização da gravidez na adolescência enunciada em um *podcast*, relacionando-se com a polêmica do aborto. Tensionando-se a questão do apoio e presença do pai-adolescente nos cuidados com o pré-natal da mãe-adolescente e depois nos cuidados da mãe e da criança, levantou-se uma simples hipótese empírica de que esses pais, dessa faixa-etária, são tão ausentes quanto os pais adultos. Procurou-se pesquisas para embasar essa hipótese cientificamente e a surpresa foi não ter encontrado nenhuma pesquisa acadêmica privilegiando em seu recorte a paternidade adolescente, ou pais-adolescentes. Comprova-se, contrastando com as pesquisas sobre mães-adolescentes, a ausência quase total da figura masculina nesse caso, por isso, é uma questão que está reproduzida estruturalmente em diversas sociedades, a partir das condições de possibilidade do gênero e, a tal ponto naturalizada, que sequer investigações sobre esse tema existam, pois é um fato muito comum.

Em vias de conclusão deste texto ocorre o acontecimento da pandemia da COVID-19, como já foi dito, num primeiro momento, paralisando todo o sistema de educação mundial em função da estratégia do distanciamento social para evitar o contágio. Com o fechamento das instituições de educação, universidades, faculdades e escolas, houve ampliação do processo de mediatização, que já vinha acontecendo de forma crescente na sociedade, com a capilarização das redes sociais, a disseminação dos aparatos técnicos móveis convergindo para a ampliação da EaD nos níveis superiores de ensino, porém, agora, desdobrando-se nos sistemas da Educação Básica Nacional por meio do Ensino Remoto Emergencial. Considera-se necessária uma reflexão mais aprofundada sobre esse ponto específico a ser realizada, pensando-se no pós-pandemia contrastada com a proposição do “estar junto” descrita por Guimarães Neto, Guimarães e Assis (2012) e com as perdas de oportunidades do presencial em Dalbosco (2015).

Embora uma tese não se constitua apenas de uma pesquisa sobre um assunto inédito, acredita-se que o presente trabalho, na confluência entre Educação, Ensino de Sociologia, Educação Sexual, Gênero e Sexualidade e o suporte *Podcast*, seja a primeira produção com essa temática específica no Brasil a nível de mestrado e de doutorado. A partir das pesquisas e análises com essa articulação entre temas, houve os achados elencados acima na tese que, possivelmente, contribuíram de forma original para o conhecimento, desenvolvimento e criação de espaços educativos virtuais, proporcionados com a utilização do suporte *podcast*, expandindo-se a discussão das questões de gênero e sexualidade na Educação Básica, especialmente no ensino de nível médio, com subsídios teóricos e metodológicos do Ensino de Sociologia e da Educação Sexual. Nesse sentido, espera-se que esta tese possa servir às

educadoras(es) para, a partir desses estudos, com a caracterização do *Podcast* Escolar como um suporte inserido em uma estratégia didática, fomentar a criação de mais espaços de discussão no ambiente escolar, especificamente sobre conteúdos de gênero e de sexualidade, ou qualquer outro conteúdo produzido em torno de diretrizes ético-pedagógicas e de qualquer outra disciplina do currículo escolar.

No decorrer desta tese, o **terceiro objetivo específico** foi alcançado ao definir as características específicas de um *Podcast* Escolar para a aplicação em uma estratégia didática. Nesse sentido, deparamo-nos com a ainda incipiente produção de pesquisas sobre *podcasts* utilizados na Educação Básica, porém, houve um crescimento significativo de trabalhos nos últimos anos, especificamente ao nível de mestrado e de doutorado. Entretanto, mesmo buscando referências nas bibliografias produzidas, existia uma insuficiência da definição do que seria um dos objetos desse estudo: o *podcast* produzido na escola. Para tanto, depois de uma revisão sistemática de literatura e das práticas com esse suporte, procurou-se chegar a uma proposta de definição das características específicas de um *Podcast* Escolar. Acredita-se que essa definição colabora, em primeiro lugar, não como simples ampliadora de uma taxonomia ou subdivisão do que seja o *podcast* em contexto educativo, não foi esse o foco da tese e nem a pretensão dessa definição, pois essas referências já existem, inclusive uma delas é utilizada neste trabalho (CARVALHO; AGUIAR, 2011). Entretanto, pretende-se, com essa definição específica, gerar a reflexão sobre as definições propostas em outras pesquisas e, por contraste, fomentar nas pesquisas ponderações sobre as especificidades de outros *podcasts* em relação ao *Podcast* Escolar.

Como o processo da pesquisa exigiu definir o objeto de que se falava, não foi estudado qualquer *podcast* genérico, mas um em especial que atendesse aos objetivos pedagógicos propostos nesse trabalho educativo. Espera-se que a definição aqui proposta seja produtiva, principalmente para os educadoras(res) que queiram utilizar esse suporte nas escolas. Por outro lado, também pode ser de grande valia para educadoras(es) de outros níveis de ensino, da educação informal e para os *podcasters* de forma geral. O *Podcast* Escolar aqui caracterizado é produzido a partir da escola e, especificamente, na instituição pública, fundamenta-se numa ética-pedagógica, afastando-se da lógica do mercado e ressignificando um espaço discursivo, transformando-se numa outra possibilidade de prática discursiva sobre diversos temas.

O **quarto objetivo específico** foi problematizar, a partir do *Podcast* Escolar e de uma sociedade em midiatização, as questões de gênero e sexualidade para a Educação Escolar. Dessa forma, é preciso sempre alargar o debate quanto ao dispositivo midiático, desdobrando-se no discurso da mídia e no suporte das TIC, no contexto da midiatização na sociedade, pois todos

esses processos fazem parte da vida de crianças e de adolescentes e de todas, todos e todes, como uma sociedade digital, replicando conteúdos, informações, estereótipos, preconceitos e tabus que acabam, ainda que informalmente, ou melhor, não intencionalmente, socializando e formando as subjetividades dos sujeitos; por isso é fundamental um contraponto e, cada vez mais, conhecer o dispositivo midiático e seus discursos, subvertendo-os com uma educação formal e intencional em sexualidade, tanto para educadoras(res) quanto para educandas(os).

Com a hipótese empírica depois confirmada de que a grande maioria das pesquisas de educandas(os) seria feita na internet, o achado na dispersão foi verificar que esta pesquisa se baseou em muitos sítios de outros países, buscando-se conteúdo de Ensino de Sociologia. Atualmente, existem até alguns *podcasts* desenvolvidos por professores de instituições públicas com aulas sobre conceitos, teorias e temas sociológicos, porém naquela altura ainda eram escassos os sítios quando a busca era feita com os termos: “sociologia”, “gênero” e “sexualidade”. Entretanto, a procura foi dicionarizada, fazendo parte da construção de uma estratégia de “mínimo esforço” para a realização do trabalho de pesquisa, procurou-se por verbetes específicos reproduzindo uma leitura rápida, ágil e, muitas vezes, superficial dos conteúdos, a mesma feita na internet e no cotidiano desses sujeitos. Mesmo propondo a roteirização, ou seja, a entrega de um roteiro da pesquisa realizada para discussão e correção, os erros gramaticais expressos nas locuções foram constantes. Denota-se certa incapacidade de leitura e compreensão de textos ocasionadas por falhas estruturais no processo de ensino. Assim, é preciso estender uma possível interdisciplinaridade com o Ensino de Português.

É necessário pontuar que até o ingresso nesse programa de pós-graduação, o professor-pesquisador desta tese também desconhecia as diretrizes para uma educação sexual intencional e nem, ao menos, sabia que a Saúde Sexual é um direito dentro da carta dos Direitos Humanos; portanto, em todo esse processo o sujeito-pesquisador passou por grandes mudanças subjetivas em relação a esses temas e, mais importante, em relação a sua própria educação sexual não intencional, inclusive essa questão, a da mudança nessa relação, é também abordada por Maia e Ribeiro em suas diretrizes (2011).

É fato que a implementação de programas formais de iniciativa governamental por meio de políticas públicas em educação sexual está longe de ocorrer, porém não podemos nos furtar enquanto educadoras(es) de desenvolvermos nossos estudos nessa área, para atendermos as demandas no dia a dia, de educandas(os). É essencial educadoras(es) construirmos esse possível espaço de discussão, para tanto precisam de iniciativa e de formação adequada. A proposta da estratégia didática discutida nesta tese pode servir de ponto de partida para a possibilidade de uma abordagem alternativa das temáticas de gênero e de sexualidade que não se restrinjam

somente à disciplina de sociologia na escola. Defendem-se outras práticas discursivas em relação à sexualidade, as quais deveriam começar a circular durante a própria escolarização; mesmo não sendo suficientes fariam algum tipo de resistência e poderiam potencializar mudanças futuras na sociedade.

No transcorrer das experiências aqui relatadas com os *podcasts* comprova-se que a técnica pode abrir espaços para discussão de temas tão polemizados e disputados em nossos dias, como gênero e sexualidade. Por outro lado, mesmo com esses “espaços abertos”, afirma-se ainda a precariedade da formação de educadoras(es) e de sua capacitação para tratar de forma ético-pedagógica-científica as demandas de educandas(os) sobre as manifestações de sua sexualidade como uma limitação. Foi o que ocorreu, a princípio, com o professor-pesquisador antes do contato com a teoria e com as diretrizes e orientações práticas relacionadas a uma Educação Sexual intencional. Portanto, existe a emergência dessa formação, além de uma formação continuada articulada com o suporte das Tecnologias de Informação e de Comunicação e, principalmente, relacionada com o discurso da mídia inserido no dispositivo midiático, principalmente, relacionados à sexualidade.

Institucionalmente, o próprio currículo, nas tensões nele expressadas pelas relações de poder, territórios de disputas e na política curricular eleita para orientar os sistemas de ensino é outro fator limitante. No caso específico em relação à pesquisa realizada na BNCC, é flagrante o descrédito com a disciplina de sociologia e a retirada dos termos *orientação sexual* e *identidade de gênero*, esse último ainda mais grave, pois foram simplesmente apagados e, conseqüentemente, excluídos oficialmente do trabalho educativo no espaço escolar. Dessa maneira, prejudica-se a institucionalização de iniciativas para tratar de Educação Sexual nas escolas. Defende-se a manutenção da disciplina de sociologia na Educação Básica e uma formação de educadoras(es) que contemple a Educação Sexual em todas as licenciaturas e, se não atendida, oferecida como formação continuada. Demonstra-se na tese a grande demanda desses assuntos no ambiente escolar e é fundamental para esses profissionais e para o próprio campo de estudos a tratativa dessas questões de forma ético-científica. Dessa maneira, a sexualidade pode ter a chance de ser discutida no espaço escolar de uma perspectiva científica, ressignificada por meio do conhecimento, na tentativa de se desvincular das interdições, estereótipos e dos preconceitos. Enquanto não se alcança, nas instituições e nas políticas públicas essa possibilidade, é preciso contornar a interdição e o silenciamento por meio da resistência dos sujeitos, nos espaços escolares.

Considera-se como uma outra limitação desta pesquisa a impossibilidade da realização do *feedback* com educandas(os), imediatamente após a produção dos *podcasts*, o qual seria feito

por meio de instrumentos de coleta de dados como: questionário direcionado, entrevista semiestruturada ou roda de conversa. Devido a questões burocráticas, de prazos legais e, especificamente, com a incerteza do processo de afastamento do professor-pesquisador para se dedicar integralmente à tese, ocorrido posteriormente ao ingresso no programa de doutorado, o ainda incipiente projeto de pesquisa não havia sido reformulado, considerando-se essa possível etapa da pesquisa. Assim, não foi viável a realização do feedback após o professor-pesquisador se desligar da sala de aula e do contato com educandas(os). A impossibilidade da continuidade do acompanhamento dessas turmas dos 1º e 2º anos e término dos 3º anos inviabilizou a coleta desse material. Foi levantada a hipótese de aplicar questionários via rede social, mas dado o lapso temporal, as respostas estariam fora do contexto e seriam prejudicadas. Portanto, limitamo-nos a analisar somente os enunciados produzidos por esses sujeitos à época.

Sobre a **pergunta de pesquisa**: Que sentidos foram construídos nos enunciados dos *podcasts* escolares produzidos por educandas(os) do ensino médio de uma escola pública paulista, após a aplicação de uma estratégia didática para discutir questões sobre gênero e sexualidade, no contexto de uma sociedade midiaticizada?

Dentre os vários sentidos construídos nos enunciados, os mais evidentes foram os da emergência das representações da intolerância e da violência, as paráfrases e formações discursivas dentro do dispositivo conservador, reproduzindo o machismo, invertendo o discurso, ocultando ou mesmo silenciando o feminino; De outro lado, os enunciados de inclusão, trazendo os direitos, as lutas dos movimentos sociais e das minorias. A grande influência do meio e do dispositivo midiático também se fez presente e, finalmente, a precariedade do letramento, desdobrando-se no letramento digital, prejudicando uma leitura discursiva e crítica em meio ao constante bombardeio ubíquo de conteúdos digitalizados propagados pelas telas.

Define-se essa tese como a defesa da aplicação de uma TIC, especificamente do *Podcast* Escolar, a partir de diretrizes éticas-pedagógicas, por meio de uma estratégia didática, produzindo aproximações entre o Ensino de Sociologia e a Educação Sexual, resultando em um espaço alternativo de discursividades entre educandas, educandos e educador, gerando enunciados sobre gênero e sexualidade potencialmente ressignificadores das subjetividades desses sujeitos. Por fim, é preciso apropriar-se de elementos do cuidado de si foucaultiano, com potencial para ressignificar, tanto em nós quanto em nossos estudantes, os discursos engendrados pelos dispositivos e propagados pela grande mídia, pelas mídias digitais e redes

sociais, em especial sobre uma sexualidade superficial, consumista, estereotipada, intolerante, excludente e geradora de violência.

## REFERÊNCIAS

- ABPOD. **Podpesquisa 2018**. PodPesquisa. 2018. Disponível em: <http://www.abpod.com.br/media/docs/PodPesquisa-2018.pdf>. Acesso em: 15, nov. 2019.
- ABPOD. **Podpesquisa 2019**. PodPesquisa. 2019-2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14fyrRYmz1QSOCI5DeEhssLQL376EbEUu/view>. Acesso em: 13, jul. 2020.
- ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Juventudes na escola, sentidos e buscas: Por que frequentam? Flacso**. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas-por-que-frequentam>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- ADMIN. O que é um Spot de Rádio? Som S/A, [s.d.]. Disponível em: <https://somsa.com.br/faq-itens/o-que-e-um-spot-de-radio/>. Acesso em: 7 nov. 2020
- ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Trad. Juba Elisabeth Levy [et al]. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AGÊNCIA BRASIL. **Atlas da Violência: 50% das vítimas de estupro têm até 13 anos**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-06/atlas-da-violencia-2018-50-das-vitimas-de-estupro-tinham-ate-13-anos>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- AGÊNCIA BRASIL. **Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso**. Agência Brasil, Brasília/DF, 06 fev 2012. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>. Acesso em: 11 fev. 2020.
- AGÊNCIA SENADO. **CPMI das Fake News é instalada no Congresso**. Senado Federal. Brasília 04, set. 2019. Senado notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>. Acesso em: 01, jun. 2020.
- AGÊNCIA SENADO. **Na pauta, votação de projeto sobre fake news enfrenta resistência**. Da redação. 30 jun. 2020. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/06/30/na-pauta-votacao-de-projeto-sobre-fake-news-enfrenta-resistencia>. Acesso 01 jul. 2020.
- AGÊNCIA STF. **Presidente do stf abre inquérito para apurar ameaças e fake news que têm a corte como alvo**. Imprensa. Brasília: 14, mar. 2019. Notícias STF. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=405790>. Acesso em: 01 jun. 2020.
- ANDRADE, Eliane Oliveira de; GIVIGI, Luiz Renato Paquiela; ABRAHÃO, Ana Lúcia. A ética do cuidado de si como criação de possíveis no trabalho em Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 22, n. 64, p. 67–76, 19 out. 2017.

AKITA, Tieko. **Produção e utilização de *podcast* para abordagem do tema *bullying* em uma escola de educação profissional e tecnológica**. Orientador: Ricardo Castro de Oliveira. 2019. 105 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT)) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Sertãozinho, 2019. Disponível em: [https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=7848107#](https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7848107#). Acesso em: 10 mar. 2020.

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. 2017. *Social Media and Fake News in the 2016 Election*. *Journal of Economic Perspectives*, 31(2): 211-36. Disponível em: <<https://goo.gl/TLYvEP>> Acesso em: 06 mar. 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de. A onda quebrada - evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.50, e175001, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/18094449201700500001>. Acesso em: 30 jul. 2020.

ANJOS, Bruna Lucila dos. Sociologia no ensino médio: os discursos presentes nos documentos curriculares nacionais. In: MAIÇARA, Juliana Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (Org.). **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

ANTUNES, Edvan. **De caipira a universitário**. Matrix Editora, 2012.

ANTUNES, Jéssica. **Pouco discutida, paternidade na adolescência sequer tem números que dimensionem os casos**. *Jornal de Brasília*, Brasília, 06, mar. 2018. Cidades. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/pouco-discutida-paternidade-na-adolescencia-sequer-tem-numeros-que-dimensionem-os-casos/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

AMORIN, André Felipe; CARVALHO, Angelo; SANTOS, Mayane Cristina; SANTOS, Dalila Carla dos. **A face machista do impeachment**: postura de revistas brasileiras perante o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff. INTERCOM. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Fortaleza - CE – 29/06 a 01/07/2017. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-1163-1.pdf>. Acesso: 20, fev. 2020.

BALAMINUT, Lucas. **A Nova Estratégia do Google para Podcast**. Medium. 2018. Disponível em: <https://medium.com/@LBalaminut/a-nova-estrat%C3%A9gia-do-google-para-podcast-df09c39c56ec>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BANDEIRA, Lourdes; BATISTA, Anália Soria. Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 119–141, jan. 2002.

BARROS, Daniela Melaré Vieira. EaD, tecnologias e TIC: introduzindo os aspectos didáticos e pedagógicos do tema. In: YONEZAUWA, Wilson Massashiro; BARROS, Daniela Melaré Vieira (Org.). **EaD, tecnologias e TIC**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2013.

BARROS, Laan Mendes. Recepção, mediação e midiaticização: conexões entre teorias europeias e latino-americanas. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. **Mediação & midiaticização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, 328p.

BATISTA, Liz. **Cronologia do Mensalão**. O Estado de S. Paulo. Acervo Estadão. 2013. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,cronologia-do-mensalao,9271,0.htm>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BBC. **George Floyd**: o que aconteceu antes da prisão e como foram seus últimos 30 minutos de vida. News Brasil. Redação. 31 mai. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52868252>. Acesso em: 01 jul. 2020.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação para a mídia**: missão urgente na escola. Universidade Metodista de São Paulo. Revista: Comunicação e Sociedade, nº17, 1991. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/8338>. Acesso em: 12, mai. 2018.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é mídia-educação**. 3 ed. Ver. Campinas: Autores Associados, 2012.

BERTONHA, Fábio Henrique de Carvalho; ZAVAGLIA, Claudia. **Dinamismo lexical nas redes sociais**: contribuições para a Lexicografia. Revista Calidoscópico. Unisinos, Vol. 15, n 3, 2017, p. 407-416. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.01/6325>. Acesso em: 16, abr. 2020.

BIRMAN, Joel. Jogando com a verdade. Uma leitura de Foucault. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 301–324, dez. 2002.

BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BONAMINO, Alícia; BRANDÃO, Zaia. O currículo: **tensões e alternativas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.92, p.16-25, fev. 1995.

BONASSOLI, Kell. Uma mão lava a outra, duas mãos batem palmas. In: LUIZ, Lúcio (org.). **Reflexões sobre o podcast**. Nova Iguaçu, RJ; Marsupial Editora, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Trad. Guilherme João Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BRAGA, José Luiz. Circuitos *versus* campos sociais. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. **Mediação & midiatização** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, 328p.

BRANDÃO, Zaia. **A dialética micro/macro na Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Cadernos de Pesquisa. Puc-Rio, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n113/a08n113.pdf>. Acesso: 08 jun. 2019.

BRASIL. Decreto-lei Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. **Lex**: Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm). Acesso: 10 de jan. 2018.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 13 de mai. 2019.

BRASIL. IBGE. **PNAD Contínua TIC 2016**: 94,2% das pessoas que utilizaram a Internet o fizeram para trocar mensagens. Agência IBGE Notícias, 21 de fev. 2018. Editoria Estísticas Sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/20073-pnad-continua-tic-2016-94-2-das-pessoas-que-utilizaram-a-internet-o-fizeram-para-trocar-mensagens.html>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino Médio. Brasília: Secretara de Educação Média e Tecnológica. 2000.

BRASIL. MEC. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações Educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Vol. 2. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996**.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017**, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm)>. Acesso em: 10, mai. 2017.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Sugestão nº 5, de 2016**. Atividade Legislativa. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125495>. Acesso em: 12, jun. 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Campanha visa reduzir altos índices de gravidez precoce no Brasil.** Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2020-2/fevereiro/campanha-visa-reduzir-altos-indices-de-gravidez-precoce-no-brasil>. Acesso em: 12, fev. 2020.

BRIZOLA, Jairo.; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **Revista de Educação do Vale do Arinos**, v. 3, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/relva/article/view/1738/1630>. Acesso em: 19 jun. 2020.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales, 1929 - 1989.** São Paulo: UNESP, 2003.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Trad. Renato Aguiar. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO, Maria Raquel. A base nacional comum curricular e os sujeitos que direcionam a política educacional brasileira. **Revista Contrapontos.** Univali. Itajaí.v19 n2. 2019. p132-141. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:qRSn4nNlgF0J:https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/download/13673/8528+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-b-d>. Acesso em: 11 fev. 2020.

CALEIRO, João Pedro. **4 respostas sobre o ataque na boate gay de Orlando.** Exame. Mundo. Disponível em: <https://exame.com/mundo/5-respostas-sobre-o-ataque-na-boate-gay-de-orlando/>. Acesso em: 9 set. 2020.

CAMPOS, Lorraine Vilela. **Novo Ensino Médio: entenda a reforma.** Brasil Escola. Educação. 2017. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/novo-ensino-medio-entenda-reforma.htm>. Acesso em 04 de junho de 2020.

CAMPUS PARTY BRASIL. **Sobre nós.** , [s.d.]. Disponível em: <https://brasil.campus-party.org/cpbr/sobre-nos/>. Acesso em: 8 nov. 2020.

CARLOMAGNO, Márcio C.; ROCHA, Leonardo Caetano da. **Como criar e classificar categorias para fazer análise de conteúdo: Uma questão metodológica.** Revista Eletrônica de Ciência Política, vol 7 nº 1, 2016. UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/45771/28756>. Acesso em: 14, abr. 2020.

CARTA CAPITAL. A nova onda conservadora no Brasil. **Revista Carta Capital**, 07, dez. 2017. Seção Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/a-novaonda-conservadora-no-brasil>. Acesso em: 10, mai. 2018.

CARVALHO, Ana Amélia; AGUIAR, Cristina (org.). **Podcast para ensinar e aprender em contexto.** Braga: De facto, 2010a.

CARVALHO, Ana Amélia; AGUIAR, Cristina. Taxonomia de *Podcast*. In: CARVALHO, A. A; AGUIAR, Cristina (org.). **Podcast para ensinar e aprender em contexto.** Braga: De facto, 2010b.

CARVALHO JÚNIOR, Orland Lyra de. **Corrupção e morte da política: Análise de uma patologia social.** Revista de Ciências Sociais Mediações, Londrina: v. 12, n. 2, 2007, p. 154-

174. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3324/2723>. Acesso em: 11, jan. 2020.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO. Disponível em: [www.unesco.org.br/publicacoes/livros/juvsexualidade/mostra\\_documento](http://www.unesco.org.br/publicacoes/livros/juvsexualidade/mostra_documento). Acesso em: 21 jan. 2020.

CAZELATTO, Caio Eduardo Costa; CARDIN, Valéria Silva Galdino. **O discurso de ódio homofóbico no Brasil**: um instrumento limitador da sexualidade humana. *Revista Jurídica Cesumar set/dez*, v. 16 n. 3. 2016 p. 919-938.

CECARELLO, Carla. Mídia e sexualidade: benefícios ou malefícios? In: DESIDÉRIO, Ricardo (org.). **Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas**. Londrina: Eduel, 2016.

CERTEAU, Michel de. L'opération historique. In: LE GOFF, J. & NORA, P. *Faire de l'histoire*. Paris: Galimard, 1974.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Ângela S.M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: CARDOSO, Ruth, CHAUÍ, Marilena e PAOLI, Maria Celia (Org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher 4**, São Paulo: Zahar, 1985

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CORACINI, Maria José R. F. **Um saber persuasivo**: o discurso subjetivo da ciência. Campinas. Pontes editores, 1991.

CORACINI, Maria José R. F. Transdisciplinaridade e análise de discurso: migrantes em situação de rua. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 91–112, 12 nov. 2010.

CUCHE. Denys. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. EDUSC, Bauru-SP, 2002.

DAS, Veena. (2016). O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cadernos Pagu**, (37), 9-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645006>. Acesso: 15, jun. 2020.

DALBOSCO, Claudio A. Formação humana na sociedade digital. In: MAIA, Fernando Ari; ZUIN, Antônio Álvaro Soares; LATÓRIA, Luiz Antônio Calmon Nabuco (Org.). **Teoria crítica da cultura digital**: aspectos educacionais e psicológicos. São Paulo: Nanquin, 2015.

DAVID, Alessandra. **Política e gestão educacional**: questões contemporâneas em debate. 1ª ed. Curitiba: Appis, 2017, 199 p.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega/Passagens, 1996, p. 83-96.

DELEUZE, Gilles. Post scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: 34 Letras, 1992.

DERRIDA, Jacques. “**Autoimunidade**: suicídios reais e simbólicos – Diálogos com Jacques Derrida” In Filosofia em Tempos de Terror: Diálogos com Habermas e Derrida. Tradução de Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

DESIDÉRIO, Ricardo; MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. O discurso intencional da sexualidade na tv: agordagens da educação sexual em programas brasileiros no período de 1980 a 2010. In: DESIDÉRIO, Ricardo (org.). **Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas**. Londrina: Eduel, 2016.

DIAS DE OLIVEIRA, Pâmella Rochelle Rochanne; OLIVEIRA, Geilson Fernandes de; NOGUEIRA, Maria Adriana. Análise do discurso, Foucault e mídia: entrevista com Maria do Rosário Gregolin. **Revista diálogos das Letras**, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, v.7, nº1, p. 201-207, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/dialogodasletras/article/view/2982/1592>. Acesso: 15, abr. 2020.

DIOGO, Rosália. **Mídia e racismo**: ensaios. 2 ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014.

DROOGERS, André. Syncretism: the problem of definition, the definition of the problem. In: GORT, J. et al. (Ed.). **Dialogue and syncretism**: an interdisciplinary approach. Amsterdam: William B. Eerdmans: Rodopi, 1989. p. 7-25.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos Para Uma Análise do Machismo**. Perspectivas, São Paulo, 3: 81-85, 1980.

DUARTE, Newton. “As pedagogias do aprender a aprender”. In. **Revista Brasileira de Educação**, n. 18, set-dez 2001, pp. 35-40.

DUARTE, Newton. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? **quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. In: **Democracia em risco?** 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Vários autores.

DURKHEIM, Émile. O suicídio: **estudo de sociologia**. Trad. Monica Satahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DUTRA, Edna Falcão. Relação entre Teoria e Prática em Configurações Curriculares de Cursos de Licenciatura. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências**, Florianópolis/SC, 2009, p. 1-12.

EICH, Pedro Henrique; DAROCESKI, Elinton Luiz; CARDOSO, Luíz Augusto Zilmer; OLIARI, Deivi Educardo. A influência da propaganda nazista: no marketing político atual.

**Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul** - Palhoça (SC) - 08 a 10 maio 2014. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-1701-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

Emprego dos sinais de pontuação. **Michaelis On-line**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/nocoes-gramaticais/emprego-dos-sinais-de-pontuacao/>. Acesso em: 3 ago. 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Vítimas da doutrinação processam Estado de Santa Catarina por danos morais**, 2019. Home. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 31 mai. 2020.

FERNANDES, Cleudemar Alves. A noção de enunciado em Foucault e sua atualidade na AD. In: FERNANDES, Cleudemar Alves; SANTOS, João Bôscio Cabral dos. (Org.). **Percursos da análise do discurso no Brasil**. São Carlos: Editora Claraluz, 2007.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso: reflexões introdutórias**. 2 ed. São Carlos: Editora Clara Luz, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés do paradigma da sociedade de massa. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINHO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 12. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas, SP: Mercado das Letras; Londrina: Eduel, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Mídia, máquinas de imagens e práticas pedagógicas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 12, n. 35, p. 290-299, maio/ago. 2007.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Garota presta depoimento à polícia após queixa de estupro coletivo no Rio - 26/05/2016 - Cotidiano - Folha de S.Paulo**. Cotidiano. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/05/1775312-garota-presta-depoimento-a-policia-apos-queixa-de-estupro-coletivo-no-rio.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FOUCAUT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAUT, Michel. **A ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

FOUCAUT, Michel. **Arqueologia do saber**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a.

FOUCAUT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes por acordo com Portugália Editora Ltda, 1967.

- FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso do Collège de France (1975-1976). Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999b.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b. (Ditos & escritos II).
- FOUCAULT, Michel. **Estética, literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2009. (Ditos & escritos III).
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder, saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: 2003. (Ditos & escritos IV).
- FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade e política**. Motta, M. B. da (org.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 211-212.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.
- FOUCAULT, M. O jogo de Michel Foucault. In: Motta, M. B. da (org.). **Genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Ditos e Escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa, Paz e Terra, São Paulo, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Revista Movimentação**, Dourados v.3 n 5 p. 39-55, 2016.
- FRIGOTTO, G. “Prefácio”. In: AUED, B. W. (org.) **Educação para o (Des) emprego** (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento. 2 ed. SP: Vozes, 2000. pp. 07-13.
- FRIGOTTO, Gaudêncio; Ciavatta, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? In: **A formação do cidadão produtivo**: a cultura de mercado no ensino médio técnico. (Org.) Gaudêncio o Frigotto e Maria Ciavatta. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Aplicadas Anísio Teixeira, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 Ed. São Paulo. Cortez, 2010.

G1. **Banco Mundial anuncia aprovação de Abraham Weintraub como diretor-executivo**. Redação. Brasília. 30 jul. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/30/banco-mundial-anuncia-aprovacao-de-abraham-weintraub-como-diretor-executivo-da-instituicao.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2020.

G1. **Vítima de estupro coletivo no Rio conta que acordou dopada e nua**. G1. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/vitima-de-estupro-coletivo-no-rio-conta-que-acordou-dopada-e-nua.html>. Acesso em: 20 abr. 2020.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GESTEIRA, Beatriz Muniz. Os discursos ideológicos sobre a inclusão da sociologia nas tramitações dos projetos de lei 3.178/1997 e 1.641/2003. In: MAIÇARA, Juliana Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. trad. Ronaldo Cataldo Costa; rev. Fernando Coutinho Cotanda. 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

GONINI, Fátima Aparecida Coelho; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade na construção histórica: alguns apontamentos para educadores que trabalham com educação sexual. In: JANONERO, M.; BRIS, M.M.; ARIAS, A.M.; BIZELLI, J.L. (Eds.) **Miradas diversas de la educación em Iberoamericana**. Bucaramanga: Universidad Autónoma de Bucaramanga, 2015, p. 265-277.

GOODSON, Ivor. **Tornando-se uma matéria acadêmica**: padrões de explicação e evolução. Teoria e Educação, Porto Alegre, n 2, 1990.

GOSCIOLA, Vicente. Narrativas transmídia: conceituação e origens. In: CAMPALANS, Carolina; RENÓ, Denis & GOSCIOLA, Vicente (eds.) *Narrativas transmedia: Entre teorías y prácticas*. Bogotá: Universidad del Rosario, 2012.

GOZETTO, Andéa Cristina Oliveira. Instituições de Controle em perspectiva comparada: a regulamentação do lobby nos EUA e Brasil. **36º Encontro Anual ANPOCS**. GT12 - Estudos sobre Estados Unidos. 21 a 25 out. 2012. Lindóia. disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjRx-XCiq3qAhXkHbkGHe-vCYEQfjAQegQIChAB&url=https%3A%2F%2Fwww.anpocs.com%2Findex.php%2Fpapers-36-encontro%2Fgt-2%2Fgt12-2%2F7971-instituicoes-de-controle-em-perspectiva-comparada-a-regulamentacao-do-lobby-nos-eua-e-brasil%2Ffile&usq=AOvVaw0Zx9UhhIZOL1KMWCfJUBAp>. Acesso em: 01 jul. 2020.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valenise. Análise do discurso: os sentidos e suas movências. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valenise (et al.) (org). Análise do discurso: **entornos do sentido**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001.

GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). **Discurso e mídia a cultura do espetáculo**. São Carlos: Editora Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: duelos e diálogos**. São Carlos: Claraluz, 2004a.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da história. In: FERNANDES, C.A.; SANTOS, J.B.C. (org). Análise do Discurso: **Unidade e Dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004b, p. 19-42.

GREGOLIN, Maria do Rosário. GEADA - GRUPO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO DE ARARAQUARA. <http://www.ciad.ufscar.br/wp-content/uploads/2018/07/GEADA-SITE1.pdf>

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: **discurso, poder, identidades**. Belém. 2012 (Apostila do Programa de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura).

GREGOLIN, Maria do Rosário. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. **Revista eletrônica do programa de pós graduação da faculdade federal do Pará Moara** n 43. Dossiê A literatura luso-brasileira no contexto global: atravessando fronteiras. Belém: 2015.

GUIMARÃES NETO, Euclides; GUIMARÃES, José Luis Braga; ASSIS, Marcos Arcanjo de. **Educar pela sociologia: contribuições para formação do cidadão**. Belo Horizonte: RHJ, 2012.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 14 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **A questão da identidade cultural**. Trad. Andréa B. M. Jacinto e Simone M. Frangella. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1998.

HAMMERSLEY, B. *Why online radio is booming*. **The Guardian**. 12 fevereiro 2004. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/media/2004/feb/12/broadcasting.digitalmedia>. Acesso em: 12 março 2012.

HEIDENHEIMER, Arnold J.; JOHNSTON, Michael; LEVINE, Victor T. **Political Corruption: A Handbook**. New Jersey: Transaction, 1989.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNTINGTON, Samuel P. *Political Order in Changing Societies*. New Haven: Yale University Press, 1968.

INFOPÉDIA. **gênero (sociologia)**. Porto: Porto Editora. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/\\$genero-\(sociologia\)](https://www.infopedia.pt/$genero-(sociologia)). Acesso 13 mar. 2020.

IBGE. **Panorama**. Cidades. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/franca/panorama>. Acesso em: 26 mai. 2020.

IBGE. **Conheça o Brasil** – População Quantidade de homens e mulheres. IBGE Educa jovens. 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso: 20, mai. 2020.

INEP. **Resultados do Enem 2016 estão liberados para consulta**. Notícias. 2017. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset\\_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-do-enem-2016-estao-liberados-para-consulta/21206](http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/resultados-do-enem-2016-estao-liberados-para-consulta/21206). Acesso em: 23, abr. 2018.

INEP. **Resultado do IDEB 2017**. Resultado. Disponível em: <https://Ideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em: 23 abr. 2018.

IPEA. **Atlas da violência 2018**. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf). Acesso: 24 abr. 2019.

JESUS, Beto de et. al. **Diversidade Sexual na Escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. São Paulo: Ecos, Corsa, 2006.

JOFFÉ, G. *The Arab Spring in North Africa: origins and prospects*. *The Journal of North African Studies*, v. 16, n. 4, p. 507–532, dez. 2011.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?** 2 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. **Políticas de juventude**: políticas públicas ou políticas governamentais? Estudos de Sociologia n18/19, Araraquara: 2005, p. 193-203.

KHATER, Eduardo; DE SOUZA, Kelen Cristina. Diversidade x inclusão: Conceito, teoria e prática na educação infantil. **Revista Educação em Foco**, Ed. nº 10, p. 29-38, 2018. Disponível em: [http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003\\_DIVERSIDADE\\_X\\_INCLUS%C3%83O.pdf](http://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/06/003_DIVERSIDADE_X_INCLUS%C3%83O.pdf). Acesso em: 22 mai. 2020.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Débora Cristina ; BENZECRY, Lena. *Podcasting tensiona categorizações e ganha, enfim, destaque como objeto de estudos*. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, v. 11, n. 1, 3 jul. 2020.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e Educação. In: SILVA, Tomás (Org.). **O sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

LIRA, Andreia; JOFILI, Zélia. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes? **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niteroi, v. 3, n. 1, p. 22-41, 2010. Disponível em: <<http://www.ensinosaudeambiente.uff.br/index.php/ensinosaudeambiente/article/view/105/104>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

LEÃO, Andreza Marques; RIBEIRO, Paulo Rennes; BEDIN, Regina Celia. **Sexualidade e orientação sexual na escola em foco**: reflexões sobre a formação de professores. Revista Linhas v11, n 01 UDESC. Florianópolis, p. 36-52, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2015/1568>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

LEMES, Sebastião de Souza. **O currículo para a escola democratizada**: das distas históricas às perspectivas necessárias. Acervo digital UNESP/UNIVESP, 2013. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65506/1/u1\\_d28\\_v2\\_t01.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65506/1/u1_d28_v2_t01.pdf). Acesso em: 31 jan. 2020.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **A escolha do cônjuge**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, 2009, p. 117-133. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982009000100009&lang=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982009000100009&lang=pt). Acesso: 01, jun. 2020.

SANDRE-PEREIRA, Gilza. Seio de mulher, seio de mãe: sexualidade e aleitamento materno. In: LIMA, Claudia Feio; REIS, Anderson; DEMÉTRIO, Fran. **Sexualidade e saúde**: perspectivas para um cuidado ampliado. Rio de Janeiro: Bonecker Editora, 2017, p. 205-227.

LIONÇO, Tatiana. (2016). Criminalização do assédio ideológico nas escolas: ideologia de gênero como argumento central na disputa fundamentalista da política de educação. In: A. Rodrigues, G. A. Monzeli, & S. R. Ferreira (Orgs.), **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa** (pp. 145-158). Vitória: EDUFES.

LOURENÇO, Ana Carolina Silva; ARTEMENKO, Natália Pereira; BRAGAGLIA, Ana Paula. A “objetificação” feminina na publicidade: uma discussão sob a ótica dos estereótipos. **Intercom — Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste — Vila Velha (ES) — 22 a 24 maio 2014**.

LOURES, João Victor. **Podcast de Storytelling**: A produção de narrativas históricas digitais para o ensino de história. Mestrado. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/198594>. Acesso em: 28 jan. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo Gênero e Sexualidade**. Editora Vozes 2011

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Editora Vozes 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação**. Scielo. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

LUIZ, Lucio. A história do *podcast*. In: LUIZ, Lúcio (org.). **Reflexões sobre o podcast**. Nova Iguaçu, RJ; Marsupial Editora, 2014.

MACK, Steve; RATCLIFFE, Mitch. **Podcasting Bible**. Indianapolis: Wiley, 2007.

MAGGIO, Paula Rodrigues. **O estupro e suas particularidades na legislação atual**.

Jusbrasil. Direito Penal. Disponível em:

<https://vicentemaggio.jusbrasil.com.br/artigos/121942479/o-estupro-e-suas-particularidades-na-legislacao-atual>. Acesso em: 7 ago. 2020.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 153-179.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Educação sexual: princípios para ação. In: **Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação/ Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara**. Vol.14. Araraquara: UNESP/FCLAR-Laboratório Editorial, 2011, p. 74-84.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MARAFON, Giovanna. **Análises críticas para desmontar o termo “ideologia de gênero”**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, n 70. Rio de Janeiro, 2018, p. 117-131.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: **atividades de retextualização**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Trad. Ronaldo Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MARTÍN, María. **“Não sabemos se foram 30, 33 ou 36”**. El País. Brasil. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/politica/1464368490\\_333302.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/politica/1464368490_333302.html). Acesso em: 20 abr. 2020.

MARTINO, Luis Mauro Sá. Mediação e midiatização da religião em suas articulações teórica e práticas: um levantamento de hipóteses e problemáticas. In: MATTOS, MA., JANOTTI

JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. **Mediação & mediação** [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, 328p.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MASTERMAN, Len. *La enseñanza de los medios de comunicación*. Trad espanhol. Madrid: Ediciones de la Torre, 1993.

MATOS, Gabriel Ferreira de; BICALHO, Mariana Ferreira; SOUZA, Luciana Cristina de. Música livre: uma análise do futuro da circulação de obras musicais. Apresentado em **VIII Simpósio Nacional da ABCiber**. São Paulo: 2014.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCLUHAN, Marshall. 1964. **Os meios de comunicação como extensões do homem** (*Understanding media*). São Paulo, Editora Cultrix.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. **Análise textual discursiva: dispositivo analítico de dados qualitativos para a pesquisa em educação**. Laplage em Revista (Sorocaba), vol.3, n.3, set.-dez. 2017, p.247-260. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-kYyYyNXuAhVOGbkGHe1bC3wQFjAHegQIBxAC&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F6192041.pdf&usg=AOvVaw00bWRoV4A-DpLfCbhY\\_IOU](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwj-kYyYyNXuAhVOGbkGHe1bC3wQFjAHegQIBxAC&url=https%3A%2F%2Fdialnet.unirioja.es%2Fdescarga%2Farticulo%2F6192041.pdf&usg=AOvVaw00bWRoV4A-DpLfCbhY_IOU). Acesso em: 14 jan. 2021.

MELLO, Patrícia Campos. **Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp**. Folha de São Paulo. São Paulo. 18, out. 2018. Eleições 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MERTON, Robert K.; LAZARFELD, Paul F. Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 103-127.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, v.9, n.3, p.239-262, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Gabinete do Ministro**. Quem é quem. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/gabinete-do-ministro>. Acesso em: 8 ago. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Para PGR, homofobia pode ser considerada crime de racismo**. Jusbrasil. 2014. Disponível em:

<https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/203280057/para-pgr-homofobia-pode-ser-considerada-crime-de-racismo>. Acesso em: 10 set. 2019.

MOLINA, Ana Maria Ricci; SANTOS, Welson Barbosa. **Educação sexual e currículo de ciências/biologia**: desafios à prática docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1149-1163, jul./set., 2018.

MOMESSO, Maria Regina. Diário de classe virtual: práticas educacionais transtextuais e transdiscursivas. **Revista Linha D'água**, n 22, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/37326/40046>. Acesso em: 20 fev. 2019.

MOMESSO, Maria Regina. Mídia eu-cêntrica: a constituição de sujeitos flexíveis e fluidos. In: **XXV Encontro Nacional da ANPOLL**, 2010. Disponível em: [http://dln.fllch.usp.br/sites/dln.fllch.usp.br/files/ANPOLL\\_RES\\_EXPANDIDO\\_MREGINAMO\\_MESSO\[1\].pdf](http://dln.fllch.usp.br/sites/dln.fllch.usp.br/files/ANPOLL_RES_EXPANDIDO_MREGINAMO_MESSO[1].pdf). Acesso em: 26 ago. 2019.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; YOSHIMOTO, Eduardo; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da COVID-19 em decorrência do isolamento social. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 152–170, 1 jun. 2020.

MORAES, Amaury Cesar; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: relendo as OCEM-Sociologia. In: MORAES, Amaury Cesar. (Coord.). **Sociologia**: ensino médio. Brasília: MEC, SEB, 2010.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 16 ed. Campinas, SP: Papirus, 1997.

MORAES, Maria Cândida. **Transdisciplinaridade e educação**. *Revista Rizoma Freiriano Xàvita*: Instituto Paulo Freire Espanha. Vol 6. 2010. Disponível em: <http://www.rizoma-freireano.org/transdisciplinaridade-e-educacao--maria-candida-moraes>. Acesso em: 13 fev. 2020.

MORANDI, Maria. I. W. M.; CAMARGO, Luis Felipe Riehs. Revisão sistemática da literatura. In: *DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JR, J. A. V. (Orgs.). Design sciencie research*: método e pesquisa para avanço da ciência e da tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. 3 ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeane Sawaya. 6 ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2002.

MOURA, Adelina; CARVALHO, Ana Amélia A. **Podcast**: potencialidades na educação. *Revista Prisma*, n3, 2006. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2112/1945>>. Acesso em: 06, fev. 2017.

MOURA, Rafael Morais. **STF criminaliza homofobia, mas faz ressalva quanto à liberdade religiosa**. O Estado de São Paulo. São Paulo: 13, jun. 2019. Cotidiano. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2019/06/13/stf-criminaliza-homofobia-mas-faz-ressalva-quanto-a-liberdade-religiosa.htm>. Acesso em: 28 mai. 2020.

NICOLESCU, Basarab. *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom, 1999.

O GLOBO. **Atlas da Violência 2018: Crianças são maiores vítimas de estupro no país**. Brasil 05/06/2018 Daniel Salgado. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/atlas-da-violencia-2018-criancas-sao-maiores-vitimas-de-estupro-no-pais-22747251>. Acesso em: 01/07/2019.

OLIVEIRA, Maria. Teresa.; CHAGAS, Isabel. Investigação em educação sexual em Portugal. In: TEIXEIRA, F. et al. (orgs.) **Sexualidade e educação sexual: políticas educativas, investigação e práticas**. Braga: Edições CIEd (Centro de Investigações em Educação), Universidade do Minho, 2010, p. 139-176.

OLIVEIRA, Dennis de; NOGUEIRA, Silas (Org.). **Mídia cultura e violência: leituras do real e da representação da sociedade midiaticizada**. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2009.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Opção ou orientação sexual? **(des)controvérsias na (des)contextualização da homossexualidade**. Uberlândia: Ensino em Revista v 23 n 2 p. 324-344, 2016.

OPAS/OMS BRASIL. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)**. Histórico. Disponível em: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#historico](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875#historico). Acesso em: 19 mai. 2020.

**O que é cultura do estupro?** Guia do Estudante. Redação 14 jun 2016 Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/o-que-e-cultura-do-estupro/>. Acesso em: 6 ago. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10 ed. Campinas: Pontes editores, 2012.

O TEMPO. **Machismo está impregnado na sociedade brasileira, diz socióloga**. Belo Horizonte, 28 mar. 2014. Brasil. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/brasil/machismo-esta-impregnado-na-sociedade-brasileira-diz-sociologa-1.815313>. Acesso: 06 mar. 2019.

ORWELL, George. 1984. 29ª ed. São Paulo: Ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

PÁDUA, Elizabete Mattalo Machesini de; POZZEBON, Paulo Moacir Godoy. O estudo de caso: **aspectos pedagógicos e metodológicos**. Revista de Ciência Médicas PUCCAMP: Campinas, v.5, n.2, p.76-82, maio/agosto 1996.

PAIXÃO, Y. N. DA F. **O uso da narrativa transmídia no ensino de Geografia**. Tese 2016. Disponível em: [http://www.bdt.d.uerj.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=11495](http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=11495). Acesso em: 28 jan. 2019.

PAULA, João Basílio Costa e. **Podcast educativos**: possibilidades, limitações e a visão de professores de ensino superior. Belo Horizonte, 2010, 144 p. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.et.cefetmg.br/permalink/19843ce4-a3e1-11df-aeaa-00188be4f822.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2017.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: Achard, Pierre et al. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997. p. 61-105.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5ª Edição. Campinas: Pontes Editores, 2008.

PELÚCIO, Larissa; PAZ, Diego. “**A democracia sexual no coração da democracia**”: a centralidade do gênero para a leitura do presente - entrevista com Éric Fassin. Botucatu: Revista Interface vol. 23, 2019. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-32832019000100603](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100603)> . Acesso 03, mar. 2020.

PINHO, Angela; MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan. **Doria manda recolher material sobre identidade de gênero por suposta apologia**. Folha de São Paulo, São Paulo, 03, set. 2019. Educação. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/09/doria-manda-recolher-material-que-cita-identidade-de-genero-e-fala-em-apologia.shtml>. Acesso em: 02, jun. 2020.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

PRADO, Magaly. Audiocast – Redes colaborativas de conhecimento. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Natal, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1322-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Vl 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Governo amplia lista de serviços e atividades essenciais**. Secretaria Geral. Notícias. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/governo-amplia-lista-de-servicos-e-atividades-essenciais>. Acesso em: 19 mai. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm). Acesso em: 7 ago. 2020.

POPPER, Karl. Raimund. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974. V. I, II.

PROFÍRIO, Luíza Gomes. Brinquedos e brincadeiras da infância: Um debate sobre socialização e desigualdades de gênero. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 16–28, 10 jul. 2020.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Galdêncio. Medida Provisória 746/2016: a contra-reforma do ensino médio do golpe de estado de 31 de agosto de 2016. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 16, n. 70, p. 30–48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207/15754>. Acesso em 5 set. 2018.

REIS, Toni; EGGERT, Edgla. **Ideologia de gênero**: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. CEDES Unicamp Revista Educação e Sociologia v. 38 n 138. Campinas 2017, p. 9-26.

REIS, Giselle Volpato; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: (Orgs.). **Sexualidade e educação sexual**: apontamentos para uma reflexão. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Editora Laboratório Editorial FCL, 2002. p. 81-96.

RIBEIRO, Francisco Taunay Costa. **A comunicação das imagens e a interação homem-imagem**. Orientador: Miguel Serpa Pereira. 2007. 100 f. Mestrado (Mestrado em Comunicação Social) Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=10407@1>. Acesso: 13 out. 2019.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: EPU, 1990.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. (orgs.) RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. 1 ed. Petrópolis: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 7-15.

RIBEIRO, Rodrigo Vieira. **O radioblog como interface de autoria de alunos**: Pesquisa-ação em uma escola pública. Orientadora: Estrella D’Alva Benaion Bohadana. 2011. f. 188. Mestrado (Mestrado em Educação) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://estacio.br/mestradoedoutorado/docs/dissertacao-mestrado/Rodrigo-Vieira-completa.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

RIBEIRO, Vanessa Simões. **Análise dos cadernos do professor e do aluno do São Paulo Faz Escola da disciplina de sociologia no ensino médio**: contradições e apontamentos. UNESP – PROGRAD, 2015. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/analise-dos-cadernos-do-professor.pdf>. Acesso em: 20, fev. 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Clara Luz, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTAELLA, Lucia. **A aprendizagem ubíqua na educação aberta**. Revista Tempos e Espaços em Educação. São Cristóvão, v. 7, n. 14, 2014. p. 15-22. Disponível em: <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/3446/3010>. Acesso em: 19 mai. 2019.

SANTANA, Maiara Damasceno da Silva. **Educar para a tolerância ou para o respeito aos povos indígenas?** v8 n13 Vitória da Conquista: Práxis Educacional, 2012, p. 177-192.

SANTOS, Akiko. Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, p. 71–83, abr. 2008.

SANTOS, Fabio Ferreira dos. **Um Modelo de Aplicação Pedagógica de uso de Podcast (MAPP): Um Estudo de Caso de Aplicação em Contexto Educacional**. Orientadora: Maria de Fátima Ramos Brandão. 2014. f. 68. Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SANTOS, João Bosco Cabral. Uma reflexão metodológica sobre Análise do Discurso. In: \_\_\_\_; FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: unidade e dispersão**. Uberlândia: Entremeios, 2004, p. 109-118.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SANTOS, Mário Bispo. **A sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da sociologia no ensino médio**. Orientador: Carlos Benedito dos Santos. f. 191. Dissertação (Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002. Disponível em: [https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/7477/6/2002\\_MarioBispoSantos.pdf](https://www.repositorio.unb.br/bitstream/10482/7477/6/2002_MarioBispoSantos.pdf). Acesso em: 04 jul. 2015.

SANTOS, Manoel Gonçalves dos. **A relação teoria e prática na formação do pedagogo à luz do materialismo histórico-dialético**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016, 298p.

SANTOS, Marcos de Freitas. **Discriminação racial: reflexos no processo de ensino e estudo**. Brasil Escola. Disponível em: <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/a-discriminacao-racial-seus-reflexos-no-processo-ensino.htm>. Acesso em: 10 set. 2019.

SARGENTINI, Vanice Maria de Oliveira. A descontinuidade da história: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P.M. **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p.77-96.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: **Novas tecnologias, trabalho e educação**. Petrópolis /RJ : Vozes, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SEE/SP. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Caderno do professor. (Sociologia). São Paulo: IMESP, 2014.

SEE/SP. **Caderno do aluno, (sociologia)**. São Paulo: IMESP, 2014.

SEE/SP. **Caderno do professor, (sociologia)**. São Paulo: IMESP, 2014.

SEE/SP. **São Paulo Faz Escola**. Disponível em: [www.educacao.sp.gov.br](http://www.educacao.sp.gov.br). Acesso em: 10 de ago. 2017.

SEE/SP. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo: Sociologia**. 2008.

SEE/SP. **Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli. – 1. Ed. Atual. – São Paulo: SE, 2012. 152p.

SEE/SP. **Currículo Paulista**. Ensino Médio. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/ensino-medio/>. Acesso em: 04, jun. 2020.

SEE/SP. **Resolução SE Nº 81, de 16-12-2011**. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/81\\_11.HTM?Time=01/08/2019%2019:11:27](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/81_11.HTM?Time=01/08/2019%2019:11:27). Acesso: 20 fev. 2018.

SENA, Juliana. Yporti. DE. **Atividades mediadas como colaboração para aprendizagem de conceitos científicos sobre doenças epidêmicas**. 2016. f. 142. Orientadora: Zenaide de Fátima Dante Correia Rocha. Mestrado (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2016. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/1668>. Acesso em: 28 jan. 2019.

SENADO FEDERAL. **SUG 5/2016**. Atividade Legislativa. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125495>. Acesso em: 10 set. 2019.

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: A escola em tempos de dispersão**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

SILVA, Ileizi Fiorelli. Prefácio. In: MAIÇARA, Juliana Polessa; FRAGA, Alexandre Barbosa (org.). **Saberes e práticas do ensino de sociologia**. Rio de Janeiro: Autografia, 2018, p. 10.

SILVA, Rosimeri Aquino da; SOARES, Rosângela. Juventude, escola e mídia. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SILVA, Fábio Luiz Lopes da. A vontade de saber sobre a corrupção. **Revista do Programa de Pós-graduação em Linguística, Working Papers em Linguística**, Florianópolis, UFSC,

nº4, 2000, p. 70-79. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/4715/3955>. Acesso em: 05, fev. 2020.

SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. Organização do trabalho da escola pública: prática docente e teoria necessária. In: TORRES, Julio Cesar; OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; DAVID, Alessandra. **Política e gestão educacional: questões contemporâneas em debate**. 1ª ed. Curitiba: Appis, 2017, 199 p.

SOARES, Emanuel Luís Roque. **Sexualidade, sensualidade e cultura ancestral**. Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 2, n 3, vol. 3, 2017. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwiP0OXwzOHpAhXnGrkGHarOBpYQFjAAegQIARAB&url=http%3A%2F%2Fperiodicos2.uesb.br%2Findex.php%2Fodeere%2Farticle%2Fdownload%2F1572%2F1355%2F&usq=AOvVaw3mktffvzzZeQn-nEz-ivIr>. Acesso: 01, jun. 2020.

CopySpider. Sobre. 2013. Disponível em: <https://copyspider.com.br/main/pt-br/about>. Acesso em: 4 ago. 2020.

SODRÉ, Muniz. **A comunicação do grotesco: um ensaio sobre a cultura de massa no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: DE MORAES, Dênis (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

SOUSA, Cleudemir; DA SILVA, Francisco Vieira. Discurso, memória e acontecimento: a disseminação do medo na mídia. **Littera on line**, v. 7, n. 12, 27 nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoselectronicos.ufma.br/index.php/littera/article/view/5705/3439>. Acesso em: 07 nov. 2020.

SOUZA, Sauloéber Társo de; RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. Educação escolar e modernização no interior paulista (franca - década de 60). **Cadernos de História da Educação**, v. 7, 27 mar. 2009.

SOUZA-LEITE, Célia Regina Vieira de. Televisão, novela e educação: as “duas caras” da mulher brasileira. In: OLIVEIRA, Dennis de; NOGUEIRA, Silas (Org.). **Mídia cultura e violência: leituras do real e da representação da sociedade midiaticizada**. São Paulo: CELACC-ECA/USP, 2009.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **STF enquadra homofobia e transfobia como crimes de racismo ao reconhecer omissão legislativa**. Imprensa. 13 jun. 2019. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 10 set. 2019.

TECHTUDO. **Itunes 12 tem design reconfigurado e novas funções; confira.** Downloads. Frederico Canequela, 14, out. 2015. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/itunes.html>. Acesso em: 15 fev. 2019.

TECMUNDO. **O que é script?** Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/1185-o-que-e-script-.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

TESSER, Gelson João. **Principais linhas epistemológicas contemporâneas.** Revista Educar n. 10. Curitiba: Editora UFPR, 1995, p. 91-97.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum:** para todas, todes e todos. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto Santoro. **Sociologia da tecnologia:** bioprospecção e legitimação. São Paulo: Centauro, 2009.

VALENTE, Fernanda. **Juíza acolhe pedido de professores de SP e suspende recolhimento de apostilas.** Consultor Jurídico, São Paulo, 10, set. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-set-10/juiza-suspende-recolhimento-apostilas-sao-paulo>. Acesso em: 02, jun. 2020.

UNESP. **Linhas de Pesquisa.** Pós-graduação em Educação Escolar. FCL-UNESP. Araraquara. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/educacao-escolar/linhas-de-pesquisas/>. Acesso em: 20, jan. 2017.

UOL. **Atentado a boate gay em Orlando (EUA).** Internacional, 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/album/2016/06/12/tiroteio-em-boate-gay-deixa-mortos-e-feridos-nos-eua.htm?foto=43>. Acesso em 20 abr. 2020.

UOL. **Bolsonaro anuncia troca de Vélz por Abraham Weintraub no Ministério da Educação. Congresso em Foco,** 8 abr. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/educacao/bolsonaro-anuncia-troca-de-velez-por-abraham-weintraub-no-ministerio-da-educacao/>. Acesso em: 12 agos. 2019.

URBAN DICTIONARY. **Podfade.** Top definition. MC, 30 jul. 2008. Disponível em: <https://www.urbandictionary.com/define.php?term=podfade>. Acesso em: 23, nov. 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. **A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault.** 2013. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

VILLANI, Alberto.; FREITAS, Denise de. Estrutura disciplinar, estratégias didáticas e estilo docente: categorias para interpretar a sala de aula. In: **REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO,** 24., 2001, Caxambu -MG. Anais... Rio de Janeiro: ANPED, 2001.

VILA MULHER. **O feminismo de hoje**. Sexo. Juliany Bernardo (MBPress), 2016. Disponível em: <https://vilamulher.com.br/sexo/o-feminismo-de-hoje-9142.html>. Acesso em 10 mai. 2020.

WE ARE SOCIAL. *Digital in 2017: South America*. In SlideShare. Disponível em: <https://www.slideshare.net/wearesocialsg/digital-in-2017-south-america>. Acesso em: 01/06 2020.

WE ARE SOCIAL. *Digital 2019 Brazil (January 2019) v01*. In SlideShare. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DataReportal/digital-2019-brazil-january-2019-v01>. Acesso em: 01/06 2020.

WEIGEL, Moira. **Um álibi para o autoritarismo**. Revista Serrote n 29. Editora IMS: Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <https://www.revistaserrote.com.br/2018/10/um-alibi-para-o-autoritarismo-por-moira-weigel/>. Acesso: 10 ago. 2019.

WIKIPÉDIA. **Gênero Ciências Sociais**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/G%C3%A9nero\\_\(ci%C3%A2ncias\\_sociais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/G%C3%A9nero_(ci%C3%A2ncias_sociais)). Acesso em: 12 mar. 2018.

WIKIPÉDIA. **Jornadas de Junho**. 07 nov. 2020. (Nota técnica). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas\\_de\\_Junho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jornadas_de_Junho). Acesso em: 07 nov. 2020.

WIKIPÉDIA. **Think tank**. 10 jun. 2020. (Nota técnica). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Think\\_tank](https://pt.wikipedia.org/wiki/Think_tank). Acesso em 07 nov. 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Cristina Matheus Herrera. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YOSHIMOTO, Eduardo. **Das ondas do rádio à teia da rede: Podcast Café Brasil**. 2014. F. 136. Orientadora Profa. Dra. Naiá Sadi Câmara. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Linguística) - Universidade de Franca, São Paulo, 2014.

YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina. Das ondas do rádio aos *podcast* e *audiobooks*. In: YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina; CARVALHO, Ana Amélia; DIEGUES, Vitor; MEIRELLES, Mauro (Org.). **Educar com podcast e audiobooks**. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 57-80.

YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina. Criação e desenvolvimento de *podcast* Educativo: uma experiência brasileira. In: YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina; CARVALHO, Ana Amélia; DIEGUES, Vitor; MEIRELLES, Mauro (Org.). **Educar com podcast e audiobooks**. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 96-109.

YOSHIMOTO, Eduardo; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; DESIDÉRIO, Ricardo. O verão não é mais o mesmo: campanha de cerveja “moralizada” no bojo de onda conservadora. In: DESIDÉRIO, Ricardo (Org.). **Reflexões sobre sexualidade nos espaços midiáticos**. Londrina: Syntagma Editores, 2018, p. 54-73.

## APÊNDICE A – Oficina de R@dio e Podcast versão1.2



### *O projeto*

Esta oficina teve o início de seu desenvolvimento no âmbito do Projeto Observatório da Educação (OBEDUC) em 2012, passando por essa segunda versão, integrando o trabalho de conclusão da pós-graduação em Mídias na Educação na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) no ano de 2016.

## *Oficina de rádio e podcast*

- Essa oficina faz parte do desenvolvimento da mídia de áudio dentro do projeto de doutorado, partindo-se do *podcast*;
- É uma introdução às técnicas básicas de produção radiofônica;
- As técnicas introduzidas aqui são fundamentadas em manuais produzidos por profissionais da área de radiojornalismo e pesquisadores em educomunicação;

## *Justificativa*

- A história do rádio está diretamente ligada à educação e ao letramento no Brasil;
- Pretende-se que os educadores e educandos sejam autores de objetos educacionais em mídia de áudio, utilizando-se o *podcast* para essa finalidade;
- A autoria, nessa mídia, envolve criação, interpretação, contextualização e criatividade, mobilizando assim várias capacidades intelectuais e as desenvolvendo.

## Objetivos

- **Desenvolver** práticas de interpretação, de redação, de transdisciplinaridade e de intertextualidade nos textos produzidos;
- **Trabalhar** a oralidade, desinibição, dicção e interpretação;
- **Utilizar** *software* de edição de textos para montar o roteiro dos programas;
- **Aprender** técnicas básicas de montagem e edição em áudio, utilizando-se *software* livre;
- **Socializar**, por meio do áudio, as informações trabalhadas, desde o contexto local até o mundial;
- **Orientar** educandos e educadores para produzirem e distribuírem conteúdo em áudio;

## Metodologia

- O coordenador e editor dos trabalhos é sempre um educador que ficará responsável pela seleção e produção dos episódios;
- O educador responsável poderá, a seu critério, realizar uma oficina para outros professores, gestores, coordenadores pedagógicos ou funcionários interessados em contribuir com o projeto.

## *A oficina*



## *Oficina de rádio e podcast*

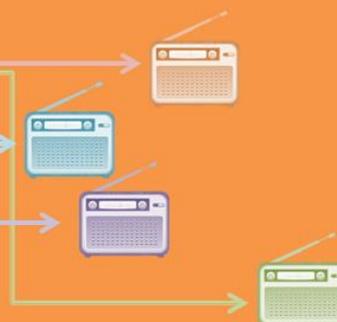
Esta oficina é uma introdução básica as técnicas utilizadas pelos profissionais do rádio e está dividida em quatro módulos:

-Módulo 1 – **Pauta**

-Módulo 2 – **Roteiro**

-Módulo 3 – **Locução**

-Módulo 4 - **Edição**



## Oficina de rádio e podcast

### Os Módulos

- **A pauta** é o norte inicial do futuro episódio, nela debatem-se quais os possíveis assuntos serão abordados. Privilegia-se a escolha de temas relevantes e, principalmente, qual será o foco de sua abordagem;
- **O roteiro** é o texto que será falado pelo locutor, têm-se nele marcações próprias da linguagem radiofônica, além de técnicas para deixar a comunicação mais clara, evitando-se palavras de difícil pronúncia, **cacófos** e outros;

## Oficina de rádio e podcast

### Os Módulos

- **A locução** - a expressividade do locutor é essencial, trabalha-se com **vocalização, entonação, ritmo e atitude**. Existem exercícios específicos para desenvolver cada característica; uma voz sem expressão ou lenta demais pode prejudicar totalmente o trabalho realizado;
- **A edição** - com a captação do áudio feita, chega-se à fase de seleção, corte, inserção de efeitos sonoros, eliminação de ruídos indesejáveis, inserção de trilha sonora em primeiro plano ou *background* (fundo), tudo feito no programa de edição de som, o **Audacity**.

## Módulo 1 - Pauta



## Módulo 1 - Pauta

- A pauta é uma lista e também um expediente criado para orientar os trabalhos;
- No sentido jornalístico “dar a pauta” é sugerir qual assunto será tratado no episódio que será produzido;
- A pauta é o **ponto de partida** para a criação do roteiro do episódio;
- A pauta deve ser discutida em conjunto com todos os participantes do grupo, é um momento de **expor ideias, debatê-las e refleti-las** para definir um ou mais assuntos a serem tratados;

## Módulo 1 - Pauta

Para direcionar a pauta, deve-se levar em consideração algumas questões:

- **A linha editorial** do *podcast* educativo deve sempre respeitar princípios éticos e pedagógicos, debatendo assuntos relevantes para a comunidade escolar e para a sociedade como um todo;

- Não existe assunto ou tema **censurado**, no entanto, deve-se evitar: polêmicas desnecessárias, ataques pessoais ou à grupos específicos, propagandas comerciais ou pessoais, discriminações ou favorecimentos, assuntos sem fundamentação científica em fatos ou acontecimentos (*Fake News*);

- **Outro ponto de atenção:** esta mídia será divulgada e poderá ser escutada em qualquer lugar, por qualquer pessoa podendo essa sentir-se ofendida e procurar a justiça;

- Portanto é **essencial que esses princípios sejam respeitados**, afinal a proposta principal do *podcast* é educar;

## Módulo 1 - Pauta

Reforçada a linha editorial, vamos agora para algumas questões que podem ser levantadas na reunião de pauta:

1- Qual assunto será abordado?

2- Esse assunto é relevante?

3- É viável? (se existem referências para consultar, se é possível conseguir uma entrevista com alguém da área, entre outras);

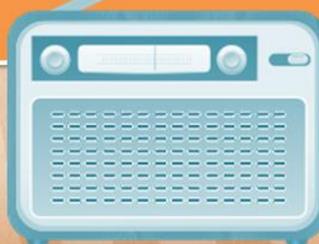
4- Alguém colheu contribuições de pauta com outros colegas?

Pode-se levantar mais questões na reunião de pauta, foram exemplificadas aqui somente algumas das várias possibilidades.

## *Módulo 1 - Pauta*

Depois de definida a pauta é hora de pesquisar ou sair a campo para fazer entrevistas e montar o texto que dará origem ao **roteiro**.

## *Módulo 2 - Roteiro*



## Módulo 2 - Roteiro

O **roteiro** é o texto a ser lido pelo locutor, é o final do processo onde foram enxugados os exageros, adequando-o ao tempo do episódio.

O programa para o desenvolvimento do roteiro é o *Writer* do pacote de software livre *OpenOffice.org*, pode-se utilizar também o *Word*.

### Observações importantes em relação ao texto:

- Ler sempre o texto em voz alta;
- O texto deve ter uma sequência lógica e simples, sujeito + verbo + predicado;
- Substituir palavras de difícil pronúncia por sinônimos, quando possível;

## Módulo 2 - Roteiro

- Evitar **cacófonos**, exemplo: por cada, nunca ganhou, entre outros;
- Evite frases longas;
- Evitar o **não**, redija o que aconteceu, não o que não aconteceu;
- Evite **seu, sua, seus e suas**, esses pronomes podem causar confusão;
- Evite **cujo, cuja**;
- Endereços, CEPs, Telefones ou *e-mails* devem ser repetidos para que o ouvinte os anote se for necessário;
- As siglas mais conhecidas não precisam ser desdobradas, FMI, INSS, **para facilitar a leitura escrever com hífen I-N-S-S.**

## Módulo 2 - Roteiro

- Escreva os números por **extenso**, por exemplo: 32 - trinta e dois;
- Evite o “queísmo”, uso frequente do pronome **que**;
- As palavras pronunciadas com ênfase devem estar em **negrito** ou **sublinhadas**;
- Arredondar números, dessa maneira a comunicação fica mais clara, exemplo: Um milhão trezentos e cinquenta e quatro pessoas – **Mais de um milhão de pessoas.**
- Identifique os lugares, por exemplo: **Poços de Caldas, interior de Minas Gerais**;
- Enxugar sempre o texto sem prejudicar a informação;

## Módulo 2 - Roteiro

- Use o cargo, profissão ou título para identificar autoridades ou personalidades, eles devem vir sempre antes do nome: **Professor Eduardo**, pessoas consagradas dispensam qualificação, exemplos: Bill Gates, Madonna, entre outras;
- Após redigir o texto, **leia-o em voz alta** para conferir se existe alguma dificuldade na locução;
- A pontuação deve sempre respeitar a **respiração**;
- Quando a frase for interrogativa usa-se **(?)** no começo da mesma, isso vale para exclamação também, assim o locutor já sabe qual entonação dará à frase;

## Módulo 2 - *Writer*



## Módulo 2 - *Writer*

- O programa *Writer* faz parte do pacote de *software* livre da suíte de aplicativos *OpenOffice*;
- É um pacote de código livre, desta forma, é distribuído gratuitamente;
- Tem compatibilidade de importação e exportação de arquivos para outros programas de edição de texto, inclusive *softwares* proprietários;
- Sua interface é semelhante ao *software* líder de mercado;

## Módulo 2 - Writer

- O formato do roteiro utilizado é padrão em estações de ráiodifusão;
- Com duas colunas: uma para a parte **técnica** e outra para a **locução**;
- O modelo está disponibilizado em arquivo no *blog*.

Data para gravação	titulo	Sociologia podcast 1	tempo	Data de veiculação
	criação			
	locução	Professor Eduardo	edição	
Obs:				
TECNICA		AUDIO		
Vinheta de abertura 5'		OLÁ TURMA, VAMOS COMEÇAR NOSSOS ESTUDOS SOBRE SOCIOLOGIA? O QUE É SOCIOLOGIA? COMO SURTIU?		
Música background		O SER HUMANO SEMPRE TENTOU EXPLICAR OS FENÔMENOS A SUA VOLTA, UM TRAÇO OU UMA CARACTERÍSTICA DA NOSSA		

## Módulo 3 - Locução



## Módulo 3 - Locução

O texto do *podcast* é diferente de um texto lido, existem algumas técnicas radiofônicas que são utilizadas para a locução, tais como:

- Evitar ler tudo na mesma entonação;
- Ler descrevendo uma curva sinuosa na entonação e no ritmo;
- A atitude também é fundamental, a fala com entusiasmo ou sem, por exemplo;
- Conferir se as vírgulas estão nos lugares certos, sincronizando-as com a respiração;

## Módulo 3 - Locução

- A locução deve ser a **da fala coloquial**, os textos não são lidos, devem ser **ditos**;
- O **tom amigável** é sempre muito positivo;
- O redator pode substituir, se possível, as palavras que representarem alguma dificuldade na pronúncia por um sinônimo mais fácil;
- Senão for possível substituí-la, **separar a palavra por sílabas**;
- Quatro variáveis são essenciais na locução: **a vocalização, a entonação, o ritmo e a atitude**;

## Módulo 3 - Locução

As variáveis essenciais na locução: a **vocalização**, a **entonação**, o **ritmo** e a **atitude**;

- A **vocalização** clara facilita o entendimento, na comunicação interpessoal (presencial) dispomos de mais mecanismos de entendimento além da fala, a linguagem não-verbal, por isso, não nos esforçamos para **pronunciar todas as sílabas claramente**;

- A **entonação** radiofônica não é a mesma da leitura de textos em voz alta, ou seja, **o tom não deve ser constante**. A entonação deve descrever uma **curva variável como a fala do dia a dia** e o ar deve ser renovado, sempre que o texto permitir, para evitar ruídos;

## Módulo 3 - Locução

- O **ritmo** não pode ser constante, deve **alternar-se** com uma combinação de **ritmos mais lentos e mais rápidos**;

- A **atitude** depende, em grande medida, do ouvinte que se quer atingir; uma atitude muito **formal** ou muito **informal** pode gerar uma reação positiva ou negativa, pode-se provocar tanto um distanciamento indesejável, quanto a falta de credibilidade;

## Módulo 3 - Locução

Alguns exercícios podem ajudar no desenvolvimento de uma boa locução:

### Vocalização

- Leitura de um texto com um lápis na boca procurando pronunciar as palavras com o máximo de clareza;

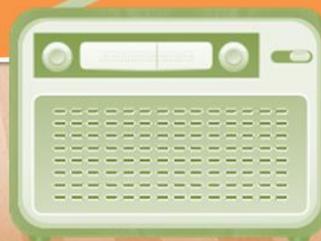
### Entonação

- Ler um texto dramatizando, expressando-se rindo e depois chorando;

### Ritmo

- Leitura de um texto com a máxima lentidão, depois ler com a máxima rapidez, tomando o cuidado para pronunciar todas as sílabas e, finalmente, lê-se o texto alternando entre um e outro.

## Módulo 4 - Edição



## Módulo 4 - Edição

A edição do áudio é a última etapa para a finalização do episódio. Quanto mais evita-se erros, menor o trabalho de edição e mais rapidamente finaliza-se o programa.

### Algumas dicas para a gravação:

- Procurar um local (sala) com pouco ruído externo;
- Falar a uma distância, em torno, de 15 cm do microfone;
- Evitar soprar o microfone.

## Módulo 4 - Edição

### Algumas dicas para edição:

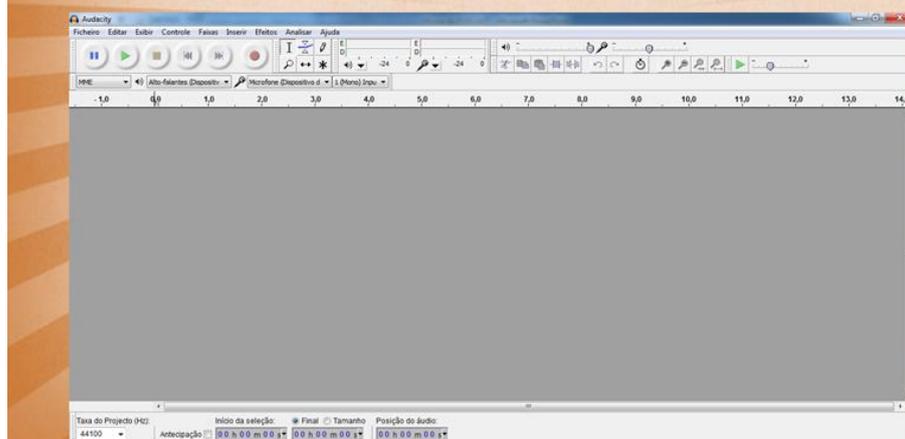
- Gravar dando **pause** e não **stop**, quando houver algum erro, repetir a fala logo em seguida, **somente a frase novamente**, depois é só deletar o erro;
- Usar o filtro **Efeitos > Redução do ruído** (Audacity) selecione o ruído, clique em obter perfil, volte em Redução de ruído e clique em **OK**;
- Se houver fundo musical – *background* (BG) - tomar cuidado com o volume para que não atrapalhe a locução;

## Módulo 4 - Audacity



## Módulo 4 - Audacity

O programa utilizado para a edição de som é o **Audacity**, por ser um *software* não-proprietário, com código livre, simples e sem custos;



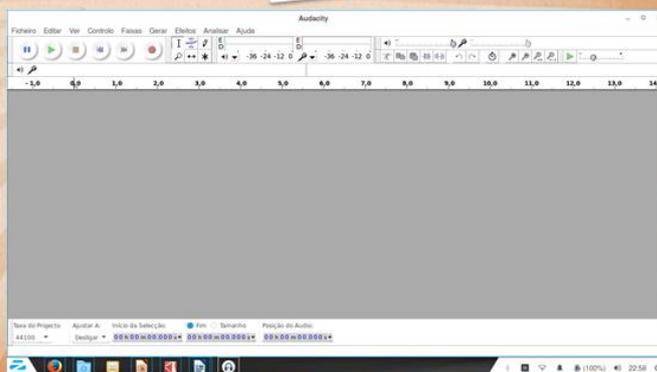
## Módulo 4 - Audacity

### Gravando no notebook ou no PC utilizando um microfone

#### Passo 1:

Iremos aprender como você deverá gravar uma locução. Primeiro, você deverá ter um microfone que deve está conectado ao seu computador ou utilizar o microfone de seu *notebook*.

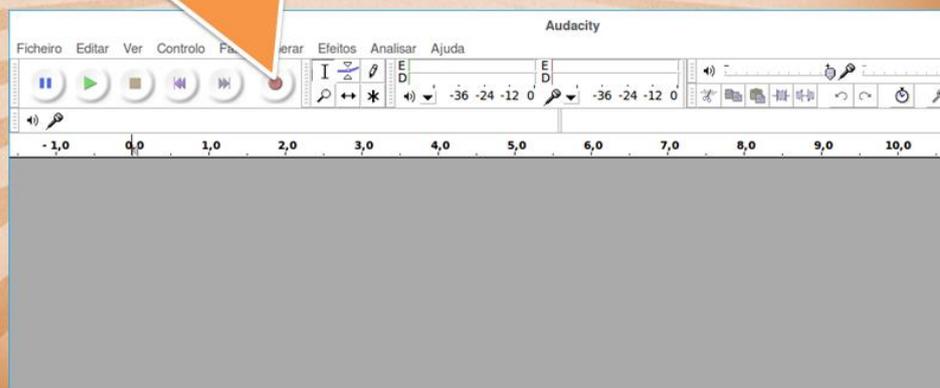
Abra o programa *Audacity*. Você encontrará uma tela, conforme imagem abaixo:



## Módulo 4 - Audacity

#### Passo 2:

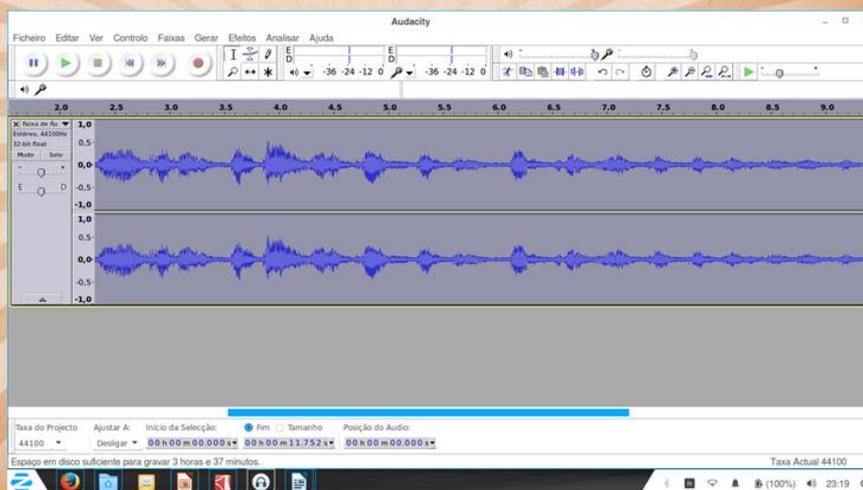
Agora nosso próximo passo será falar ao microfone. Calma! Não inicie a leitura do roteiro. Teste apenas o microfone. Antes de iniciar a leitura do texto, clique no botão **REC** (ou **GRAVAR**), que é representado pela imagem abaixo:



## Módulo 4 - Audacity

### Passo 3:

Após clicar neste botão, inicie a narração do roteiro. Perceba que sua tela deverá ficar similar a imagem abaixo:



## Módulo 4 - Audacity

### Passo 4:

Quando você terminar a narração do texto clique no botão **STOP** (ou PARAR).

### Passo 5:

Pronto!! Você gravou sua narração. Agora, para escutá-la basta clicar no botão **PLAY** (ou REPRODUZIR).



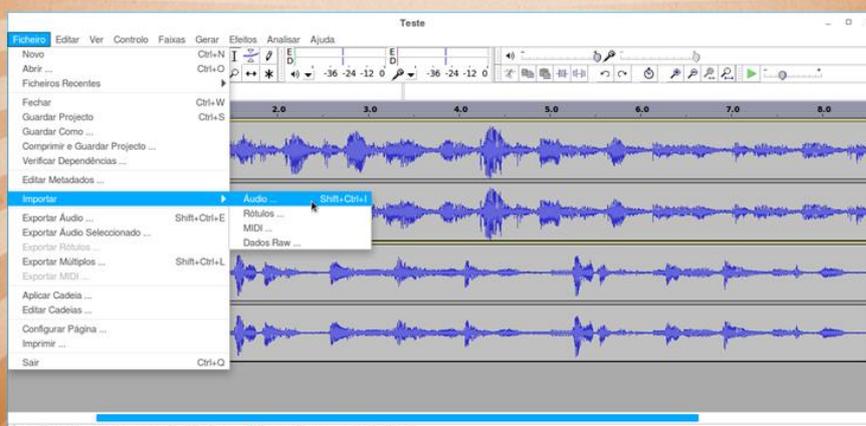
## Módulo 4 - Audacity

### Importando um arquivo como MP3

Após gravação de sua locução você poderá aplicar uma música de fundo (BG – Back Ground) ao seu áudio. Basta importar um áudio para o mesmo projeto no qual você gravou a sua locução.

Agora, você deverá ir ao **Menu > Ficheiro (Arquivo)** e escolher a opção **Importar > Áudio**. O Audacity importa arquivos nos formatos WAV, AIFF, AU, IRCAM, MP3 e arquivos OGG.

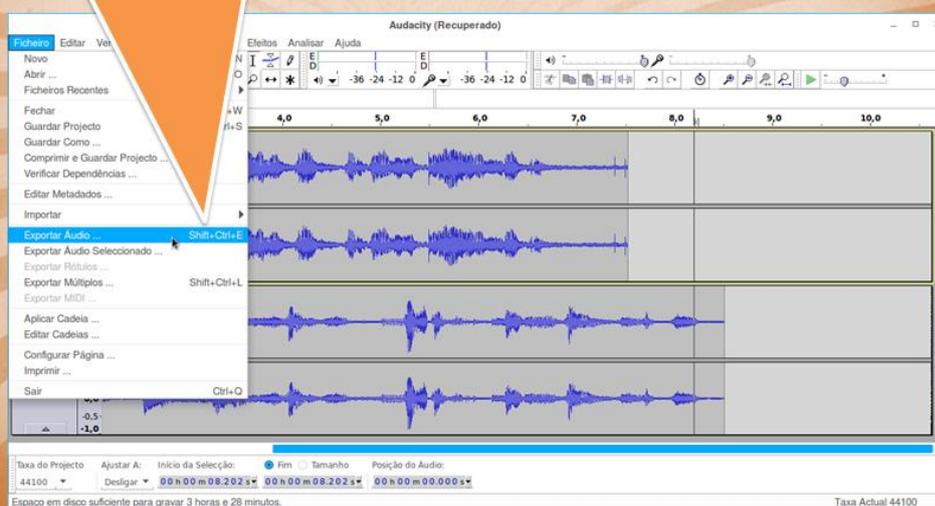
O arquivo importado deverá agora ser apresentado em uma nova trilha de áudio na parte inferior:



## Módulo 4 - Audacity

### Exportando um arquivo como MP3

Vá ao menu **Ficheiro (Arquivo)** e clique em **Exportar Áudio** conforme imagem abaixo; Depois o local para gravar o arquivo.



## Prática



- Divisão da turma em grupos de 3 a 5 pessoas;
- Escolher uma pauta referente a tecnologia e educação;
- Pesquisar;
- Desenvolver um roteiro com, mais ou menos, 250 palavras;
- Gravar no celular;
- Mandar o áudio para o email: eduyoshimoto@gmail.com

## Referências



BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual do radiojornalismo: produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PRADO, Emílio. **Estrutura da informação radiofônica**. São Paulo: Summus, 1989.

PRETTO, Nelson De Luca; TOSTA, Sandra Pereira. **Do MEB à WEB. O rádio na educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

YOSHIMOTO, Eduardo. Das ondas do rádio à teia da rede: Podcast Café Brasil. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Franca, São Paulo, 2014.

YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina. Criação e desenvolvimento de *podcast* educativo: uma experiência brasileira. In: YOSHIMOTO, Eduardo; MOMESSO, Maria Regina; CARVALHO, Ana Amélia; DIEGUES, Vítor; MEIRELLES, Mauro (Org.). **Educar com podcasts e audiobooks**. Porto Alegre: Cirkula, 2016. p. 96-109.

## ANEXO A – Transcrição integral dos *podcasts* analisados

Neste anexo estão somente os *podcasts* citados no texto da tese. Do total de 149 *podcasts* produzidos, 30 áudios são de temas direcionados e 50 de temas livres. É preciso fazer duas observações: a primeira, a transcrição dos áudios está na íntegra sem correções de erros de pronúncia e gramaticais; a segunda, para preservar o anonimato de educandas(os) foram suprimidos os nomes pelos sinais gráficos “\*\*\*\*\*”;

### 1- Temas direcionados

**01-** Bom dia. Hoje falaremos sobre **cidadania e gênero**. O gênero como categoria social o gênero é uma das primeiras categorias que a criança aprende que exerce uma influência marcante na organização do seu mundo social e na forma como se avalia a si próprio e como proporciona as pessoas que o rodeio para corresponder às normas sociais e com os modelos dominantes de masculinidade e feminilidade esse processo é movido por um processo complexo de interação entre os fatores individuais e contextuais neles incluído a relação com os pais e a mãe e pessoas significativas de que falamos. Quando falamos de cidadania termo cidadania no ambiente da sua aplicação ao ensino e a educação começou a ser usado como expressão corrente nos últimos anos no entanto Surgiu uma clara apresentação dos seus múltiplos significados por isso é importante questionarmos sobre o que é realmente a cidadania a cidadania confira o direito de ter direito de cidadania assenta no conjunto de três tipos de direitos civis, direitos, políticos e direitos sociais aquele que possui um status de cidadão ou cidadã são que respeita aos direitos e responsabilidades a esses status associados por hoje é só tenha um bom dia.

**02-** Hoje iremos falar sobre o estudo da **sociologia e gênero**. Os sociólogos pesquisam sobre grupos e técnicos específicos sobre as classes sob as quais a sociedade é dividida como os políticos, os trabalhadores, os esportistas e entre outros. Ela também estuda os gêneros, o vocabulário gênero pode se referir ao conjunto de seres que tem uma mesma origem ou que apresentam características comuns e a espécie ou ao tipo a que pertencem pessoas ou coisas. Características da sociologia. A sociologia não deixa de ser uma disciplina humanística onde oferece a possibilidade de entender a consciência social formando um [automaticamente um] espírito crítico em quem a estuda. [Ela pode ser usada] Também usada como função ideológica refletindo a subsidiando [os interesses de uma das categorias] a ideia de neutralidade e objetividade das ciências da natureza, química, física e biologia. Quando se fala nos paradigmas psicológicos entendemos por funcionalismo que [o qual] estuda interesse [em] comuns e fazem que a necessidade [geral] da população sejam supridas, o marxismo trata-se da teoria do conflito, o interacionismo simbólico cuida do caráter das ações sociais, o estruturalismo e a teoria de sistemas.

**03-** Olá meu nome é \*\*\*\*\* estou com \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* somos do segundo B viemos dizer um pouco sobre **desigualdade cultural e gênero**. Desigualdade é uma diferença sendo ela social, cultural, racial de classe e outras, pois cada indivíduo tem o seu modo de pensar e agir. Em uma desigualdade social é muito notável pessoas de classes altas estão ganhando mais a cada dia enquanto os de classes baixas estão falindo a todo momento. A desigualdade não deveria ser um motivo para tanta diferença, e sim o motivo de mudança para o mundo que não ocorria injustiças. No Brasil mesmo sendo um país rico em recursos naturais e com o PIB produto interno bruto em 2010 a ONU Organizações das Nações publica a lista dos países de números maiores de desigualdade social e o Brasil aparece em terceiro lugar em um desses motivos seria saneamento básico, educação, saúde, transporte entre outros motivos mostrando a grande desigualdade entre rico e pobre. Quando pensamos em desigualdade de gênero logo

percebemos que a diferença entre homem e mulher. Em 1988 foi estabelecido o artigo quinto a relação jurídica desigualdade de gêneros na qual homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações como depois de 28 anos ainda persistem essa desigualdade? A desigualdade de homem e mulher é um fator histórico pelo fato das Mulheres sempre estarem inferiores aos homens em termos religiosos machistas, aos poucos as mulheres conquistaram sua independência e essa Conquista continua até os dias de hoje. Muitas mulheres estão buscando além da desigualdade serem superiores aos homens buscando o feminismo radical, nenhum gênero deve ser superior ao outro todos têm o direito de serem tratados com igualdade independente de sua religião, sexo, cor, estrutura financeira pois personalidade continua a mesma até a próxima.

**04-** Bom dia pessoal aqui quem fala é o Bruno e agora vou falar para vocês um pouco sobre a diversidade cultural. Bom vamos para o que interessa: a **diversidade cultural** portanto além de se vestir com discursos de resistência a mercantilização da cultura é posta como uma bandeira de paz emblemática. A Alemanha nazista foi um exemplo recorrente para que a exploração dos direitos culturais fosse ampliada, a política extermínios daqueles que não pertencem a raça superior Ariana bem como a destruição de obras que fossem denominadas de degeneradas ilustrados ao teor de intolerância de um estado onde a cultura era mais um dos instrumentos do poder. Esta visão vista na história recente com grande facilidade durante o nazismo alemão foi difundida por séculos dentro da antropologia quando a diversidade era vista como uma aberração uma fuga do modelo correto representado pelos civilizados na antiguidade grega aqueles que não compartilham dos valores helenidade eram bárbaros. Durante o Renascimento do século 17 e 18 o discurso passa a ser classificado como selvagens uma forma de opor um animal ao humano estas expressões na teoria justificam práticas de dominação e exploração durante os séculos visivelmente expressas nas descrições dos povos da América do Sul e África pelos navegantes e pesquisadores europeus. Agora meu amigo Antony falar um pouco para vocês e sobre o gênero. Bom, na antropologia clássica a distinção de **gênero** é recorrente no estudo da organização social e do parentesco, mas a questão não é problematizada ficando restrita a esses dois aspectos. Para Lerry Henris Morgan, antropólogo clássico do evolucionismo, a descendência pela linha feminina [é] só é possível em sociedades menos avançadas, sendo a passagem da descendência para a linha paterna, o que marcaria a passagem a civilização e emergência de uma nova ordem social. Na tradição estruturalista, Levy-Strauss percebe que a troca de mulheres através do casamento representa uma forma básica de garantir a aliança entre os grupos de parentesco e constituir assim a sociedade. Bom pessoal isso é tudo, ficamos por aqui e esperamos que tenham uma ótima manhã.

**06-** O que é **sociologia**, para que ela não serve? Você certamente já se perguntou isso em alguma das aulas sobre a matéria ou mesmo depois de ler uma entrevista feita com um sociólogo que falava interminavelmente sobre os mais diversos e complexos assuntos que aparentemente pareciam tão simples de se tratar de serem tratados. Você me pergunta então a sociologia é uma ciência que complica tudo? Bom, é quase isso, a sociologia estuda à vida social humana de grupos e sociedades. Isto quer dizer que os sociólogos ocupam-se do estudo sobre o comportamento humano em seu meio social na tentativa de compreender os desdobramentos de nossos atos individuais ou comunitários. Como você pode imaginar não é um trabalho simples na verdade trata-se de um esforço monumental portanto não há caminho simples de serem tomados a ideia de uma matéria que se dedicaria ao estudo da sociedade percorreu um caminho sinuoso que está diretamente conectado aos vários ramos do conhecimento humano. O período entre a Revolução Francesa e as grandes mudanças que acompanharam a Revolução Industrial pavimentou um caminho para o surgimento de uma matéria que se dedicaria ao estudo das enormes mudanças que se passavam no ritmos acelerados no meio social europeu foi o

filósofo francês Augusto Comte que se destacou na busca pela construção de uma área do completamente voltado para o estudo desse novo fenômeno social.

**11-** Boa tarde queridos ouvintes eu me chamo \*\*\*\*\* estudo na ESTADUAL estou no terceiro A estou fazendo um trabalho em grupo juntamente com os integrantes: \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\*. O tema do nosso trabalho é **cidadania e gênero** espero que vocês gostem. Cidadania é o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão ou indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive, o termo cidadania vem do latim civitas que quer dizer cidade. Uma boa cidadania implica que os direitos e deveres estão interligados e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações garantindo que estes sejam colocados em prática, exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da Educação de um país. Gênero pode ser definido como aquilo que identifica e diferencia os homens e as mulheres, ou seja, o gênero masculino e o gênero feminino por ser um papel social o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável e não limitado como defini a ciências biológicas. Nos estudos biológicos o conceito de gênero é um termo utilizado na classificação científica e agrupamento de organismos vivos que formam o conjunto de espécies com características morfológicas e funcionais, refletindo a existências de ancestrais comuns e próximos. De acordo com Louro ao longo da história as mulheres foram segregadas social e politicamente, com isso compreender as relações desiguais entre homens e mulheres em uma sociedade implica observar não somente seu sexo, mas o que é construído socialmente sobre esses. Ainda nessa condição de análise Scott rejeita o determinismo biológico posto sobre os sexos femininos e masculinos colocando como relevante para entender as relações de gênero. Superar os limites das abordagens descritivas dando visibilidade às mulheres nos processos históricos compreendendo os processos de organização social, as relações dominação, exploração e desigualdade entre homens e mulheres. Desta forma, pode-se notar que as mulheres, na maioria das vezes, são responsabilizados pela condição de subalternidade que lhe é imposta ocultando outros fatores que contribuem para que continuem nessa condição tais como o sistema econômico vigente, orientando pelo neoliberalismo, as relações dominação exploração dos homens sobre as mulheres, a cultura machista da sociedade, as diferenças entre classe e etnia, e entre outras. Chegamos ao fim de nós explicação espero que tenham gostado e entendido um pouco do assunto agradeço a atenção e um ótimo dia a todos.

**14-** Olá queridos ouvintes eu sou o \*\*\*\*\* da escola ESTADUAL do 3º ano B estou aqui representando o meu grupo \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* o professor de sociologia deu um tema chamado **cidadania e gênero** que através desse áudio irei explicar o que meu grupo teve em mente. Geralmente pensamos que cidadania é apenas exercer os nossos direitos e deveres históricos, como por exemplo, direito de votar, porém a cidadania envolve outras coisas também ela é uma construção coletiva e constante que só existe quando tem a participação dos cidadãos ela nos chama a superar o comodismo e o vício social de esperar que os políticos façam tudo para nós. Não é cidadão autêntico aquele que fica em casa sentado reclamando numa poltrona da vida e do governo como se reclamar adiantasse alguma coisa, se quer mudança temos que lutar e ajudar a ser um mundo novo. O cidadão autêntico vai atrás das coisas se organiza com o grupo de pessoas para discutir e resolver os problemas sociais a respeito da Cidadania na teoria ela é para todos os grupos mas não é bem assim se dividindo em entre as classes sociais e gêneros fazendo com que as vezes ela suma. Muito obrigado pela atenção de vocês espero que também vocês ouvintes tenham compreendido nossa ideia.

**19-** Olá boa tarde somos da Rádio estudantil da escola ESTADUAL. Eu e meu grupo \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* estamos aqui para falar sobre um tema bem polêmico a **diversidade cultural** e seu jeito de falar sobre diversidade e tenta entender a variedade de ideias características ou elementos diferentes entre si determinado assunto situação ou ambiente diversidade está ligada a multiplicação e a visão de diferentes ângulos sobre a sociedade a diversidade é muito amplo em todos têm plano filosoficamente procurando os pensamentos humanos a partir de opiniões ou. de o tema é muito usado na formação de professores e também é o assunto em alguns encontros de faculdades como surgiu dois milhões de anos ele se espalhou por todo o planeta ficaram diferentes condições ambientais e sociais tratando de forma diferente assim várias sociedades heterogêneas espalhadas pelo mundo o caso do Brasil ele é um país multicultural influenciando primeira indígenas africanos e portugueses depois por Imigrantes Árabes e italianos japoneses e etc as regiões brasileiras são muitos principalmente pela influência recebida na época da colonização sobre ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço a crenças comportamentos valores e instituições regras Morais permanecem e preenche a sociedade quando falamos de **gêneros**, lembramos primeiramente de desigualdade entre eles, há uma diferença entre a mulher e o homem em várias culturas, no Brasil, ao longo tempo, isso vem mudando as mulheres já têm mais direitos, em outras culturas isso é diferente como no Islamismo, a cultura islâmica tem grande impacto na vida de uma mulher, na educação, oportunidade de emprego, herança, casamento, justiça entre outros.

**22- Gênero na sociologia**, iremos falar sobre o gênero da Sociologia. O sociólogo Éric Fassin insiste dizendo que o gênero é um conceito uma teoria não é uma ideologia, é um instrumento que ajuda a pensar, muitas vezes este campo de estudo é considerado como um tema relativamente militante. A palavra gênero foi utilizada primeiro nas Ciências Médicas, na psicologia e na sociologia e a partir dos anos 1980 na história das mulheres, na França nos anos 1970. Para falar deste conceito falávamos antigamente de sexo social ou de diferença social dos sexos, nos anos 1972 Anne Oakley socióloga britânica queria diferenciar o sexo do gênero. A diferença do sexo e do gênero, é que o sexo usa somente o caráter biológico comparado ao gênero que o caráter cultural, podemos citar o exemplo: um diferença sexo que pode ser as mulheres amamentam, e uma diferença de gênero que pode ser que os homens gostam de futebol. Podemos tratar o conceito de gênero na sociologia em diversos casos, por exemplo: o conceito de gênero é usado para falar das questões de desigualdades sociais, da hierarquias, das denominações masculinas, muitas vezes nos tratamos das desigualdades nas tarefas domésticas, o fato que em termos de horário em geral as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, esse fato pode ser trabalhado com o conceito de gênero, a desigualdade é uma questão mais de cultura.

**24-** Bom dia estamos agora com a rádio de frente com você. E hoje vamos começar a falar de um tema bem diferente e pouco discutido, porém interessante **gênero e cidadania**, no informa mais. A diversidade de características dos homens e das mulheres constitui uma manancial de recursos de tal maneira valioso que a trajetória de cada pessoa ao longo do seu ciclo de vida está continuamente em aberto construindo em função de uma multiplicidade de fatores históricos e contextuais essas possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem tem sido no entanto historicamente restringidas sempre com base na defesa de estereótipos arcaicas conducentes a desigualdades e discriminações penalizadoras em maior escala para o sexo feminino. Embora as mulheres sejam efetivamente a face legitimamente mais visível da Batalha pela igualdade e direito e oportunidades é indubitável que um tratamento produtivo desta problemática deve incluir também a consciência do impacto que esta desigualdade acarretam para o sexo masculino condição disso bastante expressivos factos [português] a maior taxa de

abandono escolar dos rapazes sobretudo no ensino secundário o número gravidade dos acidentes de Viação dos rapazes na adolescência Associados a uma pressão societal para uma forma de masculinidade hegemônica que também constrange. A ideia de cidadania e a construção de identidade de gênero tem sido definidas como um entendimento da sociedade que parte da definição de esferas dicotômico o público e o privado responsáveis por uma desqualificação das mulheres no âmbito do político, o feminismo contemporâneo discute essa visão criticando-a E propõe novas abordagens que permite integrar homens e mulheres nas suas relações no desenvolvimento dos processos sociais Elaine Vojouposkiou diz, “mas a aplicação correta do princípio da igualdade e de que se trata o que é igual de modo igual e o que é diferente de modo diferente desde que se verifica em situações de desigualdade a partida haverá que corrigir essa desvantagem inicial através de ações produtivas que procurando anulá-la criem condições para uma rela igualdade de oportunidades bem interessante esse assunto né para mais informações no site [www.dge.mec.pt/guioesda-educacao-genero-cidadania](http://www.dge.mec.pt/guioesda-educacao-genero-cidadania), ficamos por aqui galera o informa mais até amanhã e uma ótima tarde.

**26-** Agora vamos abordar o tema de **gênero na sociologia**, segundo o sociólogo Éric fassin o gênero é um conceito não é uma teoria nem uma ideologia, é um instrumento que ajuda a pensar. Os estudos de gênero começaram nos Estados Unidos nos anos nos anos de 1970 e pendendo de como o sociólogo as esse conceito, esse campo de estudo é considerado relativamente militantes [corte]. A palavra gênero foi usada primeiro na Ciências Médicas, na sociologia, na psicologia e também na história das mulheres. No ano de 1972 a socióloga desejava diferenciar o sexo do gênero. Diferença entre sexo e o gênero, é que o sexo é utilizado somente o caráter biológico, já o gênero se usa o caráter cultural. O gênero trata-se das construções sociais e culturais. O conceito de gênero é utilizado para falar das desigualdades sociais como por exemplo as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, esse fato é uma desigualdade social e não cultural. No livro A Dominação masculina de Pierre Bourdieu, ele explica que temos que tratar do gênero como costumes sexuadas [sexuais], as desigualdades de gênero começam desde a infância, como, por exemplo os meninas que gostam de bonecas e meninos de carrinhos, a menina tem que se portar dedicadamente, séria, dedicada e etc. Já os homens, tem que demonstrar força. Para os meninos normalmente o pai é seu espelho já as meninas se espelham na mãe, o indivíduo, desde a socialização primária, aprende as diferenças de gênero. Participantes do grupo \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* da sala 1 A.

**28-** O que é **gênero na sociologia**? Qual é o conceito dela? O que significa? O conceito de gênero tem a ver com a diferenciação social entre os homens e as mulheres tem a vantagem sobre a palavra sexo e sublinha as diferenças sociais entre os homens e as mulheres e de separa-las as diferenças estritamente biológicas, procurando mostrar como é que o casamento constitui um contexto institucional de cristalização de normas valores, papéis e padrão de interação entre os homens e as mulheres que são ideologicamente dominantes e que subjagam e oprimem a mulher. A posição ocupada na sociedade pelos homens e pelas mulheres não são apenas diferentes, mas também desiguais e a desigualdade social entre homens e mulheres resulta principalmente da organização da sociedade e nada diferenças biológicas e psicológicas significativas entre os mesmos. O gênero é assim considerado um elemento que condiciona a posição social dos indivíduos tais como a classe ou rendimentos econômicos a profissão o nível de escolaridade a idade a raça a etnia a religião e a nacionalidade. Neste âmbito tem se desenvolvido estudos sociológicos centrados na discriminação e na diferenciação social em função do gênero em diversas áreas da vida em sociedade tais como por exemplo a desigualdade no acesso ao poder e o emprego e na atribuição dos rendimentos salariais. Uma parte significativa dos estudos no domínio das relações sociais desse gênero suponha que a diferenciação de comportamento de traços de personalidade consoante. O gênero resulta de

expectativas socialmente e contidas nos indivíduos desde a infância pelas quais as crianças são socializadas no sentido de desempenhar diferentes papéis masculino ou feminino basicamente trata-se de investigar como é que ao nível das interações entre os indivíduos são construídos e recriadas de um modo permanente as dicotomias entre os homens e assim podemos ver do gênero na sociologia não é somente a diferenciação biológica e sim em várias áreas da sociedade em que ambos ocupam.

**31-** Olá hoje falaremos sobre o **que é a Sociologia**. Na sociologia, essa palavra, foi utilizada primeiramente nas cidades [sic] médicas e na sociologia a partir dos anos de 1980. Para falar deste conceito falávamos, antigamente, de sexo social ou diferença social do sexo. A sociologia britânica queria diferenciar o sexo do gênero, sexo é biológico e gênero é referente ao que é masculino ou feminino dentro de uma sociedade. A sociologia é a ciência que estuda o convívio entre as pessoas em grupos, associações, comunidades entre outros. Em vários tamanhos de rede social, desde uma pequena família, até grandes grupos étnicos, religiosos entre outros. É a criação das teorias baseadas no cotidiano em coisas que acontecem muitas vezes, as vezes de forma padronizada, mesmo e sociedade completamente diferentes. Os sociólogos utilizavam as estatísticas como método de estudo e a partir delas descrevem o comportamento da sociedade perante um determinado assunto, é tratado por ela.

**56-** Roteiro trabalho Sociologia, **diversidade cultural** no Brasil. O Brasil é um país incrivelmente rico em diversidade cultural devido à sua extensão territorial e a pluralidade de colonização influências que sofreu ao longo do processo de construção da sociedade brasileira. As diferenças são bastante visíveis mesmo entre as diferentes regiões do país norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Nas regiões norte e nordeste, a predominância é das tradições indígenas e africanas sincretizadas com os costumes dos povos europeus que colonizaram o país. Na região centro-oeste, onde predomina o Pantanal, existe ainda uma presença da diversidade cultural indígena com forte influência da culinária mineira e paulista. No sudeste e sul, destacam-se costumes de origem europeia com colônias portuguesas, germânicas, italianas e espanholas que ainda hoje mantém a cultura típica de seus países de origem. [outro locutor, fala muito rápida e confusa] A diversidade religiosa está bastante... diversidade cultural indígena, a declaração universal sobre a diversidade cultural, prevê ações de preservação das múltiplas culturas de origem indígena e africano como as línguas indígenas ameaçadas [inaudível] estão, além dos rituais e festas tradicionais do povo indígena e afrodescendentes. Diversidade cultural e religiosa: a diversidade religiosa está bastante relacionada a com a cultura, ou chamado sincretismo religioso conceitua desde mistura de significação de várias religiões reunidas em uma sociedade. No Brasil, por exemplo, [a diversidade do Brasil por exemplo] a diversidade religiosa está presente das várias crendices que habitam o mesmo território [riso] como os católicos, judeus, muçulmanos, hindus e etc. Esse foi mais um trabalho desenvolvido por \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\*... até o próximo áudio, fui.

**57-** Vinheta: Sociologia FM, a rádio do conhecimento. Hoje aqui no nosso programa, temos a participação de 5 convidados o índio pataxó, \*\*\*\*\* , mulher trabalhadora, a \*\*\*\*\* , dona de casa, o \*\*\*\*\* , empresário e pai de família e o sociólogo \*\*\*\*\* . E hoje o assunto é diversidade cultural e gênero. Mim ser da Amazônia fui criado na tribo, aprendi logo cedo a sobreviver, mim ter minha linguagem, meu cocar, minha religião, mim ser feliz longe desses perigos da cidade. Já eu sempre fui dona de casa, minha mãe era assim, isso vem da nossa cultura lá de casa. Nunca dependi de ninguém, minha família me ensinou a ser trabalhadora isso vem da minha cultura a minha realidade diferente da Valéria, trabalho fora. Eu vim de uma família onde cada um escolheu sua própria diversidade cultural, tem gente de todo jeito na minha família, minha irmã é dona de casa eu sou empresário e meu irmão é padre, mas respeito todos

porque cada um tem a sua cultura e seu gênero e todos devem ser respeitados da maneira que são. Aqui vemos várias diversidades de vários gêneros, vou resumir o que é **diversidade cultural** e o que é **gênero**. A diversidade cultural faz diferenças culturais que existem entre o ser humano, há vários tipos como linguagem, danças, roupas, religiões, etc. O gênero refere-se a identidade que é adotado por uma pessoa, de acordo com o seu genitais, psicologia ou seu papel na sociedade. Para a maioria das pessoas, homem ou mulher, ainda que gênero seja usado como sinônimo de sexo, nas ciências sociais e na psicologia, refere-se às diferenças sociais conhecida nas ciências biológicas como papel de gênero. Eu agradeço a todos pela presença e término esse programa falando que toda a diversidade cultural e todo o gênero tem seu valor e deve ser respeitado boa noite e até amanhã. Você ouviu Sociologia FM, a rádio do conhecimento.

**58-** Bom dia ouvintes do ESTADUAL esta é mais uma edição do trabalho de sociologia e nesse Episódio viemos falar um pouco sobre cidadania, para começo de conversa vamos saber o que é cidadania. **Cidadania** é o exercício dos direitos e deveres civis políticos e sociais tecidos na Constituição de um país a cidadania também pode ser definida como a condição do cidadão indivíduo que vive de acordo com o conjunto de estatutos uma comunidade politicamente e socialmente articulada uma boa cidadania e os direitos e deveres estão interligados e o respeito e cumprimento de ambos contribuem para a sociedade o conceito de cidadania também está relacionado com o país onde a pessoa exerce seus direitos e deveres assim a cidadania brasileira está relacionada com o indivíduo que está ligado aos seus direitos e deveres que estão definidas na Constituição do Brasil a partir do ponto de vista das Ciências Sociais e da Psicologia principalmente o gênero é entendido como aquilo que diferencia socialmente as pessoas levando em conta os padrões histórico-culturais atribuídos para os homens e mulheres, por ser um papel social o gênero pode ser construído e desconstruído por exemplo uma pessoa que biologicamente nasceu com sexo masculino, mas se identifique com papel social do gênero feminino deve ser socialmente reconhecida como uma mulher de acordo com essa ideologia as pessoas nascem iguais e ao longo da vida vão construindo a sua própria identidade as políticas públicas no Brasil na maioria das vezes não leva em consideração o conceito de gênero e sua dimensão política, sendo que essas são formuladas e executadas de maneira a reforçar a divisão sexual dos papéis masculino e feminino mantendo o homem no local público e a mulher no cuidado com a família, ou seja, no espaço privado. Para a incorporação de políticas públicas sociais, na perspectiva de **gênero**, é necessário possibilitar condições que favoreçam a emancipação política e social das mulheres como forma de garantir sua plena cidadania, impulsionando assim, a superação da subalternidade feminina. Conclusão, é importante ressaltar que a exclusão das mulheres, no tocante a cidadania, foi construída histórica e socialmente, residindo aí o grande desafio de toda a sociedade e, principalmente, das mulheres para superarem essa realidade, dessa forma, percebe-se a necessidade de mudança de paradigmas na configuração de políticas públicas sociais no Brasil, afim de que essas efetivem a participação cidadã da mulher nos espaços públicos de decisão. Agradecemos pelos colaboradores do 3 ano C, \*\*\*\*\* na pesquisa, \*\*\*\*\* na produção e \*\*\*\*\* na gravação, obrigado pela atenção de todos vocês e até a próxima edição.

**66-** Hoje vamos falar de um assunto muito importante para o nosso aprendizado mas que infelizmente muitos não dão o seu devido valor o assunto de hoje é **cidadania e gênero**. Quando se trata da população feminina, as condições que levam a conquista da cidadania são remotas, segundo dados da Organização das Nações Unidas trabalhados por Faria Nobre [1997] 70% dos quase 1,3 milhões de miseráveis no mundo são mulheres, estes dados ilustram a situação de desigualdade que existe entre homens e mulheres no que diz respeito a concretização da cidadania. De acordo com Louro [2003], ao longo da história as mulheres foram segregadas

social e politicamente com isso compreender as relações desiguais entre homens e mulheres em uma sociedade implica observar não somente seu sexo, mas o que é construído socialmente sobre estes. Diante da relação de dominação dos homens sobre as mulheres, que foram socialmente construídas ao longo da história da humanidade, o processo de ruptura com tais modelos de dominação é dificultado por ações, supostamente democráticas, que, ao contrário, reforçam a submissão das mulheres. De acordo com tais considerações a sociedade brasileira que se denomina democrática, está distante deste modelo, haja vista, a realidade de submissão do sexo feminino em relação ao masculino. A concepção de cidadania liberal reforça este modelo de não cidadania das mulheres, pois tal cidadania incentiva o individualismo na busca por interesses próprios, sem uma conotação política e coletiva do conceito restringindo as ações das mulheres ao espaço privado. Para Sarraceno [1995], a cidadania ativa é exercida pela participação, neste sentido, a autora salienta que a dependência econômica das mulheres, que se dedicam de forma exclusiva ou prioritária a família, restringe parte de seus direitos à cidadania, reduzindo sua própria cidadania política, uma vez que tal direito não se limita ao voto, sendo necessária a capacidade e disponibilidade para o engajamento e participação. É necessário construir espaços em que a cidadania ativa seja garantida. Integrantes \*\*\*\*\* número 5 \*\*\*\*\* número 27 \*\*\*\*\* número 31 \*\*\*\*\* número 20 e \*\*\*\*\* 12.

**71-** Em sociologia **diversidade cultural** diz respeito à existência de uma grande variedade de culturas humanas. Há vários tipos de manifestações culturais que nos revelam essa variedade, tais como, a linguagem, danças, vestuário, religião e outras tradições como organização da sociedade. Conceito principal: a ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade e muitas vezes também pode ser encontrada na comunhão de contrários na interseção de diferenças ou, ainda, na tolerância mútua. A diversidade cultural é complicada de quantificar mas uma boa indicação é pensar em uma contagem do número de línguas faladas em uma região ou no mundo como um todo. Gênero: porque não está em nenhuma parte da convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais é que o corpo já nasce maculado pela cultura. A ausência do corpo como um lugar de cultura no texto da convenção pode ser entendido pela multiplicidade de formas de estados que estavam negociando o acordo. Visto que a laicização dos Estados não foi um evento uniforme e ainda que laicos, ou seja, não trabalham de forma junta com alguma religião, muitos Estados respondem a grupos de poder que se caracterizam por premissas religiosas incompatíveis com uma visão de corpo e sexualidade que não sejam normativas. O sexo não é exterior cultura e a história, pois a maneira de olharmos para as diferenças anatômicas, os sistemas de classificação que adotamos, e etc são desde já construções culturais que variam dependendo do contexto histórico, em outras palavras, o corpo é sempre visto através de uma interpretação social de modo que o sexo não pode ser visto independentemente do gênero. Trabalho sobre a diversidade cultural é de gênero gravado por \*\*\*\*\* 2 E.

**73-** Vamos começar falando sobre o que é **diversidade cultural** e dela no Brasil e também de **gênero** o que é a diferença do gênero e do sexo diversidade cultura são os vários aspectos que apresentam particularmente as diferenças das culturas como linguagem as traduções a culinária religião os costumes o modelo de organização familiar a política entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território o Brasil é um país incrivelmente rico em diversidade cultural devido à sua extensão territorial é a pura habilidade de colonização e influências que sofreu ao longo do processo de construção da sociedade brasileira as diferenças são bastante visíveis mesmo entre as diferenças entre as diferentes regiões do país como norte nordeste centro-oeste sudeste é sul nas regiões norte é nordeste a predominância é das tradições indígenas e africanos sincretizados com o costume

dos povos europeus que colonizaram o país e agora vamos comentar sobre o gênero gênero refere-se a identidade adotado por uma pessoa de acordo com os seus genitais psicológica ou seu papel na sociedade para a maioria das pessoas homem ou mulher o sociológico Eric Fassin sim diz que o gênero é um conceito não é uma teoria não é uma ideologia é um instrumento que ajuda a pensar o sexo usa somente o caráter biológico comparado ao gênero que usa o caráter cultural por exemplo uma diferença de sexo pode ser que as mulheres têm peitos e uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam de futebol gênero trata das diferenças que são os resultados das construções sociais é culturais não resultados da natureza humana gênero é usado para falar das questões de desigualdades sociais da Síria arquiias dominação masculina etc., pronto isso foi um pouco um pouco de diversidade cultural e gênero.

**74-** Olá pessoal, bom hoje estou aqui para falar sobre **gênero na sociedade** toda vez que você vai preencher um questionário é comum aparecer o seguinte campo sexo a pergunta é qual seu gênero seu sexo o mais comum é que existem 2 alternativas para você assinalar masculino ou feminino no entanto o sexo não determina por si só identidade de gênero orientação sexual de uma pessoa orientação sexual por exemplo dizia respeito a atração um centímetro por outros indivíduos e geralmente envolve questões sentimentais e não somente sexuais embora a definição do que é ser homem ou ser mulher tem surgido a partir de uma de visão biológica a experiência humana nos mostra que um indivíduo pode ter outras identidades que refletem diferentes representação de gênero como sexuais estrangeiros diz que não se encaixam nas categorias padrão tá mas agora você deve ser te perguntando como gênio não funciona nas relações sociais pois bem irei te falar agora a questão de gênero surgiu como importante reflexão para o feminismo no fim do ano de 1940 aplauso foi francesa Simone de Beauvoir afirmou que ninguém nasce mulher mas torna-se mulher para filósofo o senhor mulher é uma construção social e cultural assim eu nascer uma pessoa deve ter uma determinada conduta que seguir normas de comportamentos aceitáveis de acordo com seu gênero num passado recente as mulheres não podiam estudar voltar a trabalhar fora de casa deveriam ser exclusivamente papel da maternidade os homens também estão presos ao seu papel de masculinidade hoje ainda vivemos padrões de papéis femininos e masculinos diariamente se um bebê nasce menino ganha presentes associado a cor azul se menina Rosa carrinho para meninos bonecas para meninas te gênero constrói uma identidade do feminino é do masculino ele pode prender homens e mulheres em papéis rígidos eu acho isso totalmente ridículos todos nós vimos ser tratados iguais da mesma forma seria essa coisa machista de tal coisa para menina e tal coisa é pra menina, enfim pessoal espero que vocês tenham gostado do áudio é um pouquinho da minha opinião também, e é isso tchau tchau.

**75-** Este trabalho apresentará o **gênero na sociologia**. Qual é a origem do conceito de gênero? Essa palavra foi utilizada primeiro nas ciências médicas, psicologia e sociologia e a partir dos anos 80 na história das mulheres na França nos anos 70. Para falar desse conceito falávamos antigamente de sexo social ou de diferença social dos sexos, nos anos de 1972, Ann Oakley socióloga britânica, queria diferenciar o sexo do gênero. Qual é a diferença entre o sexo e o gênero? Os sexos ou somente (somente) o caráter biológico, comparado ao gênero que usa o caráter cultural, por exemplo, uma diferença de sexo pode ser que as mulheres têm (pausa, p) seios, de uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam de futebol. o gênero trata das diferenças que são os resultados das construções sociais e culturais não resultados da natureza humana. (Menina) Por que usar o conceito de gênero na sociologia? Podemos tratar desse conceito em diversos casos, por exemplo, o conceito de gênero é usado para falar das questões das desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina, por exemplo, tratamos, muitas vezes, das desigualdades nas tarefas domésticas, o fato é em termo de horário, em geral, as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, esse fato pode ser trabalhado

com o conceito de gênero, na verdade essa desigualdade, não é questão de natureza, mas de cultura. Onde começam as desigualdades de gênero? As desigualdades de gênero começam desde a infância, é dizer, na socialização primária, na verdade, de maneira muito geral, as meninas gostam de Barbies, gostam de brincar cozinhando, fazer limpeza e os meninos gostam de *Action men*, dos jogos envolvendo força, lutinhas e etc. as desigualdades começam aqui, os pais, a família, a escola têm comportamentos diferentes em função do sexo do menino. O menino tem que ser forte e a menina tem que ser mais tranquila, séria e ter boas notas na escola, além disso, a menina reproduz as ações de sua mãe, e o menino reproduz ações do pai. Os pais são os primeiros modelos de comportamento para os filhos, o indivíduo, desde sua socialização primária, aprende as diferenças de gênero. Espero que vocês tenham entendido o que é gênero para a sociologia.

**83- Diversidade cultural e gênero**, olá hoje vamos falar sobre a diversidade cultural e gênero do nosso país, o Brasil por apresentar grandes extensões territoriais possui uma grande variedade cultural os colonizadores europeus, os indígenas e os escravos africanos entre outros foram os principais responsáveis pela diversidade cultural no Brasil. As regiões brasileiras apresentam diferentes tradições culturais uma dessas a cultura é representada por dança, festa como bumba meu boi e a capoeira. No Sudeste, várias festas populares regionais são celebradas Festa do Divino, festa da Páscoa, cavalhadas, em Minas Gerais, Carnaval e Pião de Boiadeiro. O centro-oeste brasileiro tem sua cultura representada pelas cavalhadas e procissão do fogaréu, no nordeste do Brasil a cultura está nas festas populares como Círio de Nazaré e festival de partilhas. O Sul apresenta culturas imigrantes, principalmente, alemães e italianos, outra diversidade cultural que existe no Brasil é a diversidade entre gêneros as mulheres obtiveram o direito de voto em 1932, mas não ultrapassaram 10% dos deputados federais. Aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho, mas ainda sofrem com a discriminação salarial, além da dupla jornada de trabalho. As mulheres vivem em média 7 anos acima dos homens e são a maioria da população e do eleitorado. Elas conseguiram reduzir diversas desigualdades de gênero, porém mesmo tendo uma mulher na presidência ainda falta muito para o Brasil chegar à uma justa igualdade de gênero.

**89-** Hoje falaremos sobre sociologia de **gênero e sociologia** a ciência que estuda as relações entre as pessoas que pertencem a uma comunidade ou aos diferentes grupos que formam a sociedade é uma ciência que pertence ao grupo das ciências sociais humanas de origem Latina a noção de gênero engloba inúmeras acepções aplica ações pode-se referir ao conjunto de seres que tenham a mesma origem ou que apresentem características comuns nas artes gêneros se dá por categoria que as obras se encaixam já para biologia corresponde à categoria taxonômica que agrupam seres vivos com características semelhantes na gramática gênero é classe a que pertence um substantivo um pronome pelo fato de concentrar com o mesmo uma forma geralmente apenas uma da flexão do adjetivo pronome parece histologia general conjunto dos aspectos sociais da sexualidade o conjunto de comportamentos de valores ou seja o chamado papel sociológico é separação de homem é mulher tendo a cada um seu papel ou função porém precisamos ressaltar que os estudos relacionados com o papel social de gênero não são somente as desigualdades com as mulheres pois analisam as masculinidades sexuais como homossexuais, bissexuais, transexuais, etc., por fim, concluímos que sociologia e gênero andam juntos pois sociologia estuda tudo o que diz respeito ao homem e gênero separa as funções de deveres dos humanos de forma que nem a biologia nem a genética são responsáveis pela escolha de cada um.

**105-** Sobre **cidadania e gênero** significado da palavra cidadania qualidade ou condição de cidadão cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabilize na

condição de um país a cidadania também pode ser definida com a com a condição de cidadão indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estados pertencentes a uma comunidade politicamente socialmente articulado uma boa cidadania implica que os direitos e deveres são interligados. O respeito é cumprimento de ambos contribuem para uma sociedade mais equilibrada e justa exercer a cidadania é ter ter ter consequência de seus direitos é obrigações garantindo que estes sejam colocados em prática exercício da cidadania estar em pleno exercício das disposições constitucionais preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação no país o conceito de cidadania está bem está relacionado com o país onde a pessoa exerce os seus direitos e deveres assim a cidadania brasileira está relacionada as como indivíduo que está ligada aos direitos e deveres que estão definidos na Constituição do Brasil para ter cidadania brasileira a pessoa deve ter nascida em território brasileiro ou solicitar a sua naturalização em caso de estrangeiros no entanto os cidadãos de outros países que desejam adquirir a cidadania brasileira devem obedecer todas as etapas requeridas para este processo uma pessoa pode ter dele direito a dupla cidadania que significa que deve obedecer os direitos e deveres do país em que foi naturalizada está com a Constituição da República federativo do Brasil promulgada em 5/10/1988 pela assembleia nacional constituinte composto por 559 com cruzetas deputados senadores consolidou a democracia após bons anos da ditadura militar no Brasil esse grupo esse grupo é composto por \*\*\*\*\* o número 8 \*\*\*\*\* número 15 \*\*\*\*\* número 14 alunos do terceiro ano c do ensino médio da escola ESTADUAL trabalho de sociologia professor Eduardo tema cidadania e gênero.

**112-** Bom dia, hoje iremos falar sobre a diferença de **sexo e gênero**. O sexo usa somente o caráter biológico comparado, com o gênero que usa o caráter cultural, por exemplo, pode ser que as mulheres têm seios e os homens gostam de futebol. O gênero trata das diferenças que são resultado das construções sociais e culturais, não resultados da natureza humana. Mas por que usar o conceito de gênero na sociologia, por exemplo, o conceito de gênero é usado para falar das questões das desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina sociais entre outros. Muitas vezes, tratam-se da desigualdade nas tarefas domésticas, o fato é que em termos de horário, em geral, as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico. Onde começam as desigualdades de gênero? As desigualdades de gênero começam desde a infância, é dizer a socialização primária, na verdade, de maneira muito geral, as meninas gostam de *Barbies*, gostam de brincar cozinhando e fazendo limpeza e os meninos gostam de *action men*, dos jogos envolvendo força e luta. Os pais, a família e a escola tem comportamentos diferentes em função do sexo do menino, o menino tem que ser forte e a menina tem que ser mais tranquila, séria e ter boas notas na escola, além disso, as meninas reproduzem as ações da mãe e os meninos as ações do pai. Os pais são os primeiros modelos de comportamento para os filhos, o indivíduo, desde a socialização primária aprende as diferenças de gênero. Integrantes \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* 1 B.

**118-** Hoje vamos falar sobre **sociologia e gênero**: o sociólogo Eric Fassin insiste dizendo que o gênero é um conceito, não é uma teoria não é uma ideologia é um instrumento que ajuda a pensar. Os *Gender Studies*, estudo do gênero foram criados nos Estados Unidos dos anos 1970, muitas vezes, este campo de estudo é considerado como um tema relativamente militante na verdade depende da maneira que o sociólogo usa este conceito as diferentes escolas de sociologia trata [sic] deste tema cada um a sua maneira. A origem do gênero: esta palavra foi utilizada primeiro nas ciências médicas, na psicologia e na sociologia, a partir dos anos 1980, na história das mulheres, na França nos anos 1970 para falar deste conceito falávamos antigamente de sexo social ou de diferença social dos sexos. Nos anos de 1972, Ann Okley, socióloga britânica, queria diferenciar sexo do gênero. Podemos tratar deste concerto em diversos casos, por exemplo, o conceito de gênero é usado para falar das questões de

desigualdades sociais das hierarquias, da dominação masculina, e etc, por exemplo, muitas vezes, tratamos das desigualdades nas tarefas domésticas o fato que em termos de horário, em geral, as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, este fato pode ser trabalhado com o conceito de gênero, na verdade essa desigualdade não é questão de natureza, mas de cultura. Existe um índice para mensurar essas igualdades este índice se chama índice da desigualdade de gênero e toma em conta o nível de instrução, a participação, a econômica, a participação política e a questão da saúde. Nomes \*\*\*\*\*, número 7, \*\*\*\*\*, número 9, \*\*\*\*\*, número 25, \*\*\*\*\*, número 1, \*\*\*\*\*, número 16.

**119-** Falou sobre sobre **diversidade cultural** ideal no Brasil e também de **gênero** porque a diferença de gênero e \*\*\*\* diversidade cultural são os vários aspectos que representam particularmente as diferentes culturas como a linguagem das tradições da culinária religião os costumes do meio de organização familiar político entre outras características próprias de um grupo de seres humanos que habitam um determinado território de quem diversidade cultural devido à sua extensão territorial e a probabilidade de colonizar ações influências que sofreu ao longo do processo de construção da sociedade brasileira as diferenças são bastante visíveis mesmo entre as diferentes regiões do país norte nordeste centro-oeste sudeste e sul nas regiões norte nordeste é predominância das tradições indígenas é africanas sincretizados com os costumes dos povos europeus que colonizaram o país vamos falar sobre gênero gênero refere-se a identidade adotada por uma pessoa de acordo com os seus genitais na psicologia, ou seu papel na sociedade. Para a maioria das pessoas homem ou mulher o sociólogo Eric fazem diz que o gênero é um conceito não é uma teoria não é uma ideologia é um instrumento que ajuda a pensar o \*\*\*\* o justamente o caráter biológico comparado ao gênero que o seu caráter cultural por exemplo uma diferença do \*\*\*\* pode ser que as mulheres têm \*\*\*\*\* e uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam do futebol o gênero trata das diferenças que são os resultados das construções sociais culturais não resultados da natureza humana gênero é usado para falar das questões de desigualdades sociais das hierarquias, da dominação masculina etc e isso foi um pouco sobre diversidade cultural e de gênero.

**122-** Olá meu nome é Rafaela neste trabalho vamos desenvolver uma pesquisa sobre o que é **diversidade cultural e gênero**. Em sociologia, diversidade cultural, diz respeito à existência de uma grande variedade de culturas antrópicas, há vários tipos de manifestações culturais que nos revelam essa variedade tais como: a linguagem, danças, vestuário, religião e outras tradições como a organização da sociedade. Diversidade cultural é algo associado a dinâmica do processo aceitativo da sociedade. Pessoas que por algumas razões decidem pautar suas vidas por normas pré-estabelecidas tendem a esquecer suas próprias idiossincrasias, mistura de culturas, em outras palavras o todo vigente se imponha as necessidades individuais, o denominado *status quo* deflagra natural e espontaneamente e como diria Hegel, um processo dialético a adequação significativa do ser ao meio. A cultura insere o indivíduo no meio social, já o gênero para a sociologia, isto é, masculino ou feminino é o conjunto dos aspectos sociais da sexualidade, um conjunto de comportamentos e de valores associados arbitrariamente em função do sexo, por isso, chamado comportamento social do gênero constituem uma categoria da análise em sociologia e antropologia que denota um conjunto de normas de convenções sociais do comportamento sexual das pessoas. O papel social de gênero permite conhecer as diferenças sexuais num determinado momento ou local referências *site* Conceitos e Wikipédia boa tarde até logo alunos do 2A Estefânia Gonçalves, Dara Cintra, Flávia Galette, Maria Fernanda Gonçalves, Caroline Abreu e Rafaela Cardozo.

**128-** Os temas propostos nesse trabalho, **cidadania e gênero**, levam-nos a buscar referências de análise suficientemente abrangentes para que possamos dar conta das suas articulações, a

ideia de cidadania e a construção de identidade de gênero tem sido definidas como um entendimento da sociedade que parte da definição de esferas dicotômicas: o público e o privado responsável por uma desqualificação das mulheres no âmbito do político. O feminismo contemporâneo discute essa visão criticando-a, propõem novas abordagens que permite interagir homens e mulheres nas suas relações no desenvolvimento dos processos sociais. A opinião geral do nosso grupo concorda que nos tempos atuais existe sim uma pequena discriminação perante a mulher como violência doméstica, etc, mas uma grande parte dos casos das minorias, exemplo: LGBT, feministas, negros não passam de uma vitimização. Exemplo: as mulheres hoje tem todos os direitos que um homem tem, mas tem deveres a menos como tiro de guerra, benefício da aposentadoria, etc.

**135-** Bom dia, boa tarde, boa noite galera, hoje iremos falar sobre **gênero na sociologia**. O sociólogo Eric Fachin insisti dizendo que o gênero é um conceito não é uma teoria não é uma ideologia é um instrumento que ajuda a pensar, os estudos de gênero foram criados nos Estados Unidos nos anos de 1970, muitas vezes, este campo de estudo é considerado como um tema relativamente militante, na verdade depende da maneira que o sociólogo usa este conceito, as diferentes escolas de sociologia tratam deste tema cada um a sua maneira, podemos tratar deste conceito em diversos casos, por exemplo, o conceito de gênero é usado para falar das questões de desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina e etc., por exemplo, muitas vezes, tratamos das desigualdades nas tarefas domésticas o fato que em termos de horário, em geral, as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, esse fato pode ser trabalhado com um conceito de gênero, na verdade essa desigualdade não é a questão de naturalidade, mais de cultura. As desigualdades de gênero começam desde a infância, é dizer, a socialização primária, na verdade de maneira muito geral, as meninas gostam das *Barbies* gostando de brincar cozinhando fazendo, a limpeza e os meninos gosta [sic] do *Action Man*, dos jogos envolvendo força e etc. As desigualdades começam aqui, os pais, a família, a escola tem comportamentos diferentes em função do sexo do menino, o menino tem que ser forte a menina tem que ser mais tranquila, séria, ter boas notas na escola, além disso, a menina reproduz as ações da sua mãe e o menino reproduza ações do pai. Os pais são os primeiros modelos de comportamento para os filhos, o indivíduo, desde a socialização primária, aprende as diferenças de gênero. Espero que tenham compreendido nossas explicações sobre gênero na sociologia, um abraço fui. Nome dos participantes do grupo \*\*\*\*\* número 3 \*\*\*\*\* número 8 \*\*\*\*\* número 10 \*\*\*\*\* número 12 \*\*\*\*\* no meu 14 \*\*\*\*\* número 37 \*\*\*\*\* número 38 primeiro colegial D, 2016.

**145-** Estamos aqui hoje para abordar o tema diversidade. A **diversidade cultural** é um conceito criado para compreender os processos de diferenciação entre as várias culturas que existem ao redor do mundo, há vários tipos, tais como, a linguagem dança, vestuário, religião e outras tradições como a organização da sociedade. O Brasil, por conter um extenso território, apresenta diferenças sociais e culturais entre as suas regiões, os principais disseminadores da cultura brasileira são os colonizadores europeus, a população indígena e os escravos africanos. O **gênero** refere-se a identidade adotada por uma pessoa de acordo com suas genitais na psicologia ou na sociologia para a maioria das pessoas homem ou mulher. Dentro da cultura os gêneros homem e mulher são separados por questões de tradição que muitas vezes imprime um pensamento machista, um exemplo disso é que desde crianças somos ensinados que existem coisas de mulheres e coisas de homens, e se um homem faz algo dentro das coisas de mulheres é julgado ou vice-versa. Essa cultura machista, estende-se por várias e várias gerações gerando preconceitos e, em questão disso, impedindo homens e mulheres de fazerem suas vontades, muitas vezes, por medo de serem julgados criando traumas geralmente na infância do indivíduo. As diferenças estarão sempre presentes na sociedade, só será possível conviver em paz se nos

esforçamos para entender e respeitar o próximo aceitando toda e qualquer diversidade. Integrantes do grupo \*\*\*\*\* número 3, \*\*\*\*\* número 5, \*\*\*\*\* número 8, \*\*\*\*\* número 10, \*\*\*\*\* número 27.

## 2- Temas livres

**05- A discriminação** sempre esteve presente seja racial, social, religiosa entre outras. Desde a antiguidade notamos que os casos de discriminação, como por exemplo, os antigos egípcios evitavam a companhia de pessoas de rosto claro e cabelos ruivos por considerá-los maléficis. E aos persas consideravam-se absolutamente superiores ao resto da humanidade. Essa ilusão de superioridade é chamada de racismo ou bullying nos dias atuais. O racista se acha superior é aquele que se compara, ele nasceu para mandar e o outro para obedecer, logo vemos que é uma expressão de desprezo por uma pessoa. Na época em que o cristianismo dominou o império romano passou evangelizar todos os povos e quem não fosse Cristão passou a ser perseguido ou até mesmo morto. O mesmo aconteceu com os judeus quando passaram a serem considerados responsáveis pela causa da morte de Jesus. Como podemos observar o mundo antigamente era cheio de dominações racistas, ou seja, preconceito e discriminação. Outro marco em nossa história sobre a discriminação foi a época da escravidão onde negros e mestiços eram considerados inferiores. Porém se formos analisar com o passar do tempo a discriminação não deixou de existir apenas encontrou novos métodos como homofobia, e com isso passa a ser considerado crime gerando a forma de punição para quem comete tal ato. A Lei Nº 7716 é de 5 de janeiro de 1989, diz que “serão punidos na forma desta lei os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”, a pessoa considerada racista, caso seja denunciada, está disposta a cumprir pena de 1 a 3 anos de prisão mas o valor da multa. É preciso deixar claro que a discriminação positiva, quando é discriminação tem objetivo de garantir a igualdade das pessoas afetadas, constituem uma maneira de discriminação cujo objetivo é combater o racismo.

**07- Olá,** hoje iremos falar de uma coisa que anda entrando em desuso ultimamente que é a **tolerância** e o respeito bom, a gente tem que percebido uma coisa em quase todos os comentários de vídeos científicos sempre aparece algum amante ou ateu da ciência falando que a ciência é tudo e Deus não é nada, ou algum Cristão qualquer desacreditando fato científico e chamando todo aquele que segue ciência de tolos, vendamos [sic] as coisas esse tipo, esse tipo de comentário não agregam [sic] nada ao conteúdo do vídeo em si, primeiramente a ciência não tem a resposta para tudo e elas nos dá a resposta com base em fatos, ciência estimula nossa curiosidade nos ajuda a crescer como os [sic] indivíduos, mas cuidado ela não tem resposta para tudo e devemos deixá-la conforme a realidade. Em segundo, acreditar em alguma religião não implica a descoberta científicas [sic] por mais que ela seja contraditória [sic] com suas crenças, às vezes nós temos a impressão de que alguns meios de comunicação defende, mas ainda essa intolerância um exemplo disso são as redes sociais de que certa maneira contribui para essa intolerância pois textos e vídeos com conteúdo odiosos são divulgados aos montes, mas isso só acontece porque a intolerância já está dentro das pessoas a internet e redes sociais são uma válvula de escape. A sociedade é intolerante porque ela não aprendeu a dar valor às pessoas que são diferentes muitas pessoas brancas só toleram pessoas negras por terem que conviver juntos, a mesma coisa acontece com os ricos e pobres pois os ricos só toleram pobres porque trabalham para o tal. Porém, nada que se tem como base é o medo de valor moral não faz mudança queremos a sociedade melhor e justa. Não basta ser tolerante, mas temos que aprender a compreender e respeitar quem pensa e age com uma cultura diferente da gente, não podemos nos deixar levar pelas paixões de nossas comunicações, são as maiores inimigas da verdade que a proposta da mentira. Esperamos que vocês ouvintes tenham entendido que nós

viemos trazer nós somos os alunos do 3B da escola ESTADUAL \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* muito obrigado a todos vocês.

**08- Gravidez na adolescência.** A adolescência é uma fase bastante conturbada na maioria das vezes em razão das descobertas das ideias opostas das dos pais, formação de identidade, fase na qual as conversas envolvem namoro descobertas e tabus. É uma fase do desenvolvimento humano que está entre a infância e a fase adulta, muitas alterações são percebidas na fisiologia do organismo, nos pensamentos e nas atitudes desses jovens. A gravidez é o período do crescimento e desenvolvimento do embrião na mulher e envolvem várias alterações físicas e psicológicas desde o crescimento do útero, alterações nas mamas e a preocupação com o futuro da criança que irá nascer. São pensamentos e alterações importantes para o período. A adolescência e a gravidez quando ocorrem juntas pode acarretar sérias consequências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolvem crises e conflitos. O que acontece é que esses jovens não estão preparados emocionalmente e nem mesmo financeiramente para assumir tamanha responsabilidade. Fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa e cometam abortos, deixem os estudos ou abandone a criança sem saber o que fazer fugindo da própria realidade. O início da atividade sexual está relacionado ao contexto familiar, adolescentes que iniciam a vida sexual precocemente e engravidam. Na maioria das vezes têm o mesmo histórico dos pais, a queda dos comportamentos conservadores, da liberdade idealizada, o hábito de ficar, encontros eventuais e não utilização de métodos contraceptivos, embora haja distribuição gratuita em órgãos de saúde pública. Seja por desconhecimento ou por tentativa de esconder dos pais a vida sexual ativa, fazem com que cada dia a atividade sexual infantil e juvenil cresça, conseqüentemente haja um aumento de número de gravidez na adolescência a gravidez precoce pode estar relacionada com diferentes fatores desde a estrutura familiar, formação psicológica e baixa autoestima. Por isso, o apoio da família tão importante pois a família é a base que poderá proporcionar diálogo, segurança, afeto e auxílio para o tanto de adolescentes envolvidos, quanto a criança que foi gerada e desenvolvam saudavelmente. Com o apoio da família aborto e dificuldades de amamentação tem seus riscos diminuídos, alterações na gestação envolvem diferentes alterações no organismo da jovem grávida e sintomas como depressão e humor podem piorar ou melhorar. Para muitos desses jovens não há perspectiva do futuro não há planos de vida e somado a isso a falta de orientação sexual e de informações pertinentes, a mídia que passa aos jovens a intenção de sensualidade libido, beleza e liberdade sexual, além da comum fase de fazer tudo por impulso sem pensar nas consequências aumenta ainda mais a incidência de gestação juvenil. É muito importante que a adolescente passa o pré-natal para que possa compreender melhor o que está acontecendo com seu corpo seu bebê prevenir de doenças e poder conversar abertamente com um profissional sanando as dúvidas que atordoam e angústias dessas jovens trabalho apresentado por \*\*\*\*\* número 2 \*\*\*\*\* 7 \*\*\*\*\* número 20.

**09-** Olá boa tarde somos da escola ESTADUAL e tivemos que gravar um áudio com tema livre. Então eu e minha dupla resolvemos sobre o estupro coletivo no Rio de Janeiro, um fato verídico. O caso aconteceu no mês de maio de 2016. Lembrando que é um fato real aconteceu que alguns vídeos e fotos de uma adolescente nua em uma cama e cercado por mais ou menos 30 homens armados foram divulgadas na internet e como seria normal causarem polêmica envolve algumas pessoas que vieram a denunciar o caso à polícia. Logo a adolescente não tinha contado nada para ninguém e após as denúncias foram encontradas em sua casa e contou somente que tinha um caso com rapaz de sua comunidade e que só se lembrava de estar na casa desse jovem e ter acordado em outra casa rodeada por homens armados. A jovem foi submetido a exames e medicamentos para evitar várias doenças sexualmente transmitidas, agora iremos fazer uma entrevista com duas pessoas que têm opiniões diferentes sobre o caso a gente vai ler a pergunta

e resposta pois não estamos ao vivo, é só uma intérprete [sic] de uma entrevista aqui olha a pergunta número 1: Qual a sua opinião sobre estupro? Bom a primeira resposta foi “acho um absurdo a mulher sofrer esse tipo de atitude e ser julgada pelas suas roupas e isso foi a resposta do primeiro participante, já o segundo participante respondeu, “a minha opinião sobre estupro é porque eu acho que é um absurdo, pois é um homem pode muito bem conseguir uma mulher sem usar sua força”. Segunda pergunta você acha que as roupas da garota influenciam em algumas vezes? Primeiro participante: “não na minha opinião estupradores são loucos e já tem sua cabeça formada sobre as mulheres”. Segundo participante: “sim, mas tem muitas meninas que usam roupas curtas fora do normal, muito curtas, e se elas usam coisas assim é porque querem ser assediadas”. Bom, terceira pergunta: vocês têm vergonha, como um homem, desse tipo de pessoa? “Sim, eu me envergonho pois independente de qualquer coisa ela [sic] não tem direito de fazer isso com nenhuma mulher”. Segundo participante: “sim, pois as atitudes do homem e da mulher estão muito erradas o homem não tem esse direito também”. Quarta pergunta: como você acha que deveria ser a pena dos culpados? Primeiro participante: “deveriam sofrer as mesmas consequências até mesmo a pena de morte. Segundo participante: “deviam ficar preso não as mesmas consequências porque não é o homem que tem esse direito de fazer com a mulher, mas também ninguém tem direito de fazer com ele”. Quinta e última pergunta: você defende a frase meu corpo minhas regras? Primeiro participante: “Claro, independente da situação e roupa de corpo de qualquer mulher deve ser respeitado”. Segundo participante: “Sim, pois o corpo deve ser respeitado de maneira em que se encontra, porém defendo a situação porém [sic] ainda critica algumas garotas que usam roupas muito curtas e tem o seu corpo muito livre para todos, elas pedem um pouco que sejam estupradas”. Bom, como vocês viram são opiniões diferentes assim a gente não pode discutir muito só um assunto muito polêmico e por isso escolhemos, obrigada boa tarde a todos.

**10-** Boa noite, hoje vamos falar sobre **homofobia**. A palavra homofobia significa a repulsa ou preconceito contra homossexualidade ou homossexual, infelizmente nos dias atuais é um problema presente constante. Nosso país é um dos países com a maior quantidade de registros de crimes homofóbicos, no mundo! Seguido por México e Estados Unidos. Apesar das conquistas no campo dos direitos a homossexualidade ainda enfrenta preconceito o reconhecimento legal da união homoafetiva não foi capaz de acabar com homofobia, nem proteger inúmeros homossexuais de serem rechaçados muitas vezes de forma violenta. A homossexualidade é uma ilha cercada de ignorância por todos os lados, nesse sentido não existe aspecto de comportamento humano que lhe compare agredir pessoas fisicamente ou verbalmente é um ato de ignorância muito comum pelos quais podem levar uma pessoa à morte apenas por sua orientação sexual. A violência acontece em diversos lugares ruas, parques, escolas, locais de trabalho, casas, prisões delegacia de polícia, ela pode ser espontânea ou organizada perpetrada por indivíduos ou grupos extremistas. Uma característica comum dos crimes de ódio antes de LGBT é sua brutalidade [inaudível] ameaças de assassinato ou por exemplo são frequentemente encontrados mutilados, severamente queimados, castrados e mostrando sinais de agressão sexual .Os Estados são obrigados pelo direito internacional a proteger os direitos das pessoas LGBT a vida, a segurança pessoal e a liberdade contra a tortura e maus-tratos. Os Estados têm a responsabilidade de tomar medidas para impedir crimes motivados pelo ódio ataques violentos de tortura investigar tais crimes rapidez e levar os responsáveis [sic] a justiça. Através dessas informações sobre a homofobia concluímos que é preciso muita proteção a essas pessoas igualdade para com eles, pois são pessoas como todas as outras e merecem respeito por sua orientação sexual.

**12-** Olá pessoal tudo bem com vocês quem fala é a \*\*\*\*\* da Rádio Sete Mulheres e o tema de hoje é **intolerância**. Primeiramente a palavra tolerar remete a ideia de aguentar, suportar e respeitar e, geralmente, ela é exercida quando ao confronto com diferentes quer sejam pessoas,

ideias, ações, opção sexual, cor, crenças, posição política divergente as que um determinado indivíduo possui. Ao contrário à falta de respeito, aversão e a violência o outro caracteriza-se como intolerância. Intolerância é a incapacidade de enxergar o outro acatar a sua opinião entender que “todo ponto de vista é a vista a partir de um ponto” declarou o autor Frei Betto na entrevista dada ao *Le Monde Diplomatique* Brasil, enfatizando a dificuldade que as pessoas têm de aceitar o inusitado, a verdade não é um objeto de que alguém se apodera e assim a detém, não existe dono da verdade cada um carrega consigo os seus ideais que defende aquilo em que realmente acredita. Essa característica, de rejeitar o outro, foi descrita por Platão no mito da caverna obra em que ele retrata pessoas presas no seu censo de correto e errado e que não aceitam outra luz o conceito que não o seu, o que não se assemelha a deles é atacado. Atualmente não tem sido diferente as pessoas quando contrariada transforma-se em lobos vorazes prontos para o ataque isso é deplorável, pois é garantido a todos legalmente o direito à liberdade à vida e à igualdade sendo assim todos são livres para de ser fazer e falar o que tem vontade. Por isso é importante educar jovens e crianças a aceitar o diferente para que no futuro adultos conscientes e tolerantes. Bom pessoal terminamos hoje nosso tema e até a próxima e sejamos mais tolerantes tchau tchau.

**15-** Bom dia esse *podcast* é sobre o **movimento LGBT**, LGBT é a sigla de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros consistem em diferentes tipos de orientações sexuais, a sigla também é utilizada como o nome de um movimento que luta pelos direitos dos homossexuais e principalmente contra homofobia, onde eles desejam unicamente ter os mesmos direitos dos homens heterossexuais como o casamento de pessoas do mesmo sexo e a adoção, por exemplo. A homossexualidade é uma orientação sexual existente desde o surgimento do homem, como mostra um achado de uma 1200 antes de Cristo. Ele foi encontrado congelado por arqueólogos austríacos, na fronteira entre a Áustria e a Itália, nos alpes, trata-se provavelmente de um guerreiro que faleceu durante uma caçada surpreendido por uma nevasca, pelas tatuagens, inferiu-se que ele era o chefe da tribo, o surpreendente é a descoberta de esperma no seu reto de características sanguíneas diferentes das suas. Em outros tempos e momentos a homossexualidade era uma prática considerada comum nos padrões morais de determinadas culturas, por sua vez, em períodos distintos da história das mais variadas localizações geográficas ela ficasse de um ato caracterizado como imoral ou pecaminoso. Em alguns países inclusive o ato homossexual foi ou ainda é crime e pode levar a prisão ou mesmo a pena de morte. Movimento em defesa dos homossexuais surgiu na Europa no século passado tendo como Bandeira a defesa dos direitos e respeito aos homossexuais sempre procurando reconhecimento perante lei dos direitos civis. Durante a Segunda Guerra O nazismo matou mais de 3000 mil pessoas que eram gays, no dia 28 de julho 1979, gays que estavam no bar em Stone hall, na cidade de Nova York, rebelaram-se contra perseguição feita por policiais e essa tornou-se a data do movimento LGBT. A população LGBT é uma das mais vulneráveis em relação a observância de seus direitos humanos, nos últimos anos, no Brasil, foram assassinados em torno de 2500 indivíduos da população vítimas do ódio que se manifesta na forma cruel como são praticados tais homicídios, nem 10% dos assassinos foram identificados colaborando com a impunidade a união e o mutismo e desvio de testemunhas. E não precisa muito se voltar para o passado, acontecimentos recentes mostram com clareza a hostilidade e intolerância aos homossexuais como é o caso do assassino da boate gay em Orlando, na Flórida, onde resultou na morte pelo menos 50 pessoas e deixou em torno de 53 feridos. Nesse sentido, uma das reivindicações do movimento LGBT é a criminalização das agressões motivadas por preconceitos. Bom por hoje é só \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\*.

**16-** Hoje vamos falar sobre biografia da dupla de cantores Henrique e Juliano dois irmãos que cantam desde pequenos começando pela esse que sempre apoiaram os filhos na carreira solo já

que desde criança gostava muito de cantar foram influenciados pela dupla João nascido na pequena cidade de Palmeirópolis no estado do Tocantins na adolescência conheceram outros grupos que ajudaram a cair já mais tarde 2012 lançaram seu primeiro cd acústico que nem veio muito a ficar conhecido mas já em 2013 quando lançaram seu primeiro foi de onde saíram alguma das músicas mais tocadas do ano como: Recaídas, Mistura Louca e Tô Valendo Nada desde então a dupla vem com muito sucesso por todo Brasil. Integrantes do grupo \*\*\*\* número 12 \*\*\*\*\* número 29 \*\*\*\*\* número 32 segundos

**32-** Boa tarde bem vindos a mais um programa estudantes futuro do país bom hoje nós falaremos sobre o **movimento social conhecido que ocorreu em 1984** primeiramente é importante a gente entender qual é a diferença do movimento para agrupamento certo? Segundo Leonardo Vasconcelos, agrupamento é quando não há organização nenhuma enquanto movimento é um protesto por uma causa e não contra uma pessoa. Entre 1983 e abril de 1984, o Brasil foi agitado por um dos maiores movimentos cívicos de sua história, a campanha **Diretas Já**. Grandes manifestações populares aconteceram em todo país reivindicando o restabelecimento das eleições diretas para Presidente da República que haviam sido substituída por um pleito indireto no Congresso Nacional durante o regime militar. A ideia de que o processo de redemocratização da sociedade brasileira só se concretizaria com o retorno imediato das Diretas foi lançado pelo Senador alagoano Teotônio Vilela do PMDB em 1983, a partir daí Teotônio tornou-se símbolo das ideias democrático o mesmo visitou presos políticos pelo regime e sua morte coincidiu com o primeiro grande comício das diretas que reuniu 15 mil pessoas na praça Charles Miller, com isso o movimento nacionalista foi ganhando Aliados integrantes de um objetivo a campanha ganhou as ruas lideranças políticas, sindicais e estudantes devem ser citados também Fernando Henrique Cardoso do PMDB e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva do PT, para você ter uma noção as diretas já reuniram mais de 1 milhão de pessoas. Apesar da derrota no congresso sonho de votar e serem adiados a campanha marcou a volta da politização da sociedade brasileira reprimida durante anos pelo regime militar, deu início ao movimento que mais tarde culminou a eleição indireta de Tancredo Neves à presidência em 1985, foram com as frases: “abaixo a ditadura” e “o povo unido jamais será vencido” que o povo brasileiro descobriu o seu poder e atualmente por tudo que estamos passando espero que saibamos usufruir desse poder que foi tão difícil de ser conquistado. Então hoje nós digamos [sic]: abaixo a corrupção. Nomes \*\*\*\*\* número 13 \*\*\*\*\* número 19 \*\*\*\*\* número 4 e \*\*\*\*\* 35 nós somos todas da sala 3E.

**34-** Voz do Brasil Boa noite hoje entrevistaremos diversos políticos da nossa cidade onde o nosso papel mostrar verdades, e não promover **políticos corruptos** ou **mentirosos**. Iremos ligar para prefeito Dedé que, segundo reclamações de populares, tem desviado verbas da educação. Como o nosso papel é mostrar a verdade, vamos atrás, e descobrimos que nosso querido Dedé anda frequentando bordéis com dinheiro público diversas notas fiscais foram encontradas e agora vamos ligar para saber sobre sua versão. [diii, diii] Dede: alô Lúcia: senhor Dede aqui quem fala é Lúcia do programa A Voz do Brasil, poderia nos responder algumas perguntas? Dede: sim. Lúcia: É verdade que o Senhor tem desviado dinheiro público para uso pessoal? O senhor sabe que dá cadeia? E que está previsto na constituição que políticos como o senhor não deveriam nem estar cargo, em cargos como este... Dedé: isso é uma afronta, vocês estão enganados, isso é um golpe contra minha pessoa...tuu tuu tuu. Muitos de seus aliados têm dito mesmo e temos provas de que ele está roubando, é crime a constituição até quando existiram políticos de estimação onde roubar é certo, e discordar de suas atitudes é errado. Pesquisas comprovam que a insatisfação do brasileiro aumenta e o patriotismo diminui, o que vamos fazer? Até quando? Que país é esse? Até o próximo programa.

**35-** Olá ouvintes ligados na nossa rádio sejam bem-vindos, hoje eu vou falar sobre os **movimentos LGBT** roda a vinheta... Movimentos civis, LGBT são os movimentos sociais que defendem a aceitação das pessoas LGBT na sociedade. Antes de falarmos sobre o movimento, é preciso entender o que LGBT é uma sigla que designa lésbicas, gays, ais [de bissexuais], travestis e transexuais, também diz respeito a transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha ao sexo que foi designado no nascimento, o objetivo desse movimento é igualdade social para as pessoas LGBT. Os movimentos LGBT, organizados são compostos por um amplo leque de ativismo político e atividade cultural, incluindo marchas de rua, grupos sociais, mídia, arte e pesquisa acadêmica. O movimento brasileiro nasce no final dos anos 1970, formado por homens homossexuais, as lésbicas começam a se afirmar como sujeito político relativamente autônomos e nos anos 90, depois travestis e transexuais passam a participar de modo mais orgânico. No início dos anos 2000, são os e as bissexuais que começam a se fazer visíveis e a cobrar o reconhecimento do movimento. Esse movimento é sem dúvida fundamental para pensarmos em termos como: diferença, desigualdade, diversidade e identidade de gênero. Na sociedade brasileira, onde seus maiores desafios também se coloca [sic] para todos os movimentos sociais, gestores públicos e sujeitos políticos implicados com combate às desigualdades. Equilibrar-se entre polos igualdade/ diferença e solidariedade/identidade e unir forças para a promoção da justiça para diversidade de sujeitos. Nosso programa está chegando ao fim, mas continua ligado na nossa rádio tchau. Participaram desse programa \*\*\*\*\* número 9 no roteiro \*\*\*\*\* número 24 na edição e \*\*\*\*\* número 27 e \*\*\*\*\* número 39 na gravação.

**36-** Bom dia o tema que vamos acordar hoje tem sido muito comentada atualmente que a Sexualidade, muitas pessoas acham que eu falar de sexualidade estamos falando de sexo, mas é importante entender que sexo se refere a definição dos órgãos genitais masculino ou feminino ou também pode ser compreendido como uma relação sexual enquanto o conceito de sexualidade está ligado a tudo aquilo que somos capazes de sentir e expressar. A Sexualidade faz parte da personalidade de cada um é uma necessidade básica em um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. Sexualidade não é um sinônimo de coito e não se limita a ocorrência ou não de orgasmo, sexualidade é muito mais que isso a energia que motiva a encontrar o amor, contato, intimidade e se expressa na forma de sentir nos movimentos das pessoas e como essas tocam e como são tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, portanto, a saúde física e mental. Se a saúde é um direito humano fundamental a saúde sexual também deveria ser considerado um direito humano básico. Todos nós temos sexualidade sim, afinal a Sexualidade está presente desde quando nascemos até nossa morte. O que irá acontecer é que a Sexualidade humana pode se transformar ao longo dos anos dependendo das experiências que a pessoa se permite vivenciar. O programa de hoje termina por aqui, tenha uma boa semana, semana que vem voltamos com mais assunto a ser discutido.

**38-** O **racismo** no Brasil. Boa tarde, somos da Rádio estudantil da escola ESTADUAL, eu \*\*\*\*\* e meu grupo \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* , estamos aqui para falar sobre um tema bem polêmico, o racismo no Brasil. O racismo é qualquer atitude que separam as raças humanas por considerarem algumas superiores às outras, quando se fala de racismo o primeiro pensamento que aparece na mente das pessoas é contra os negros, mas racismo é o preconceito baseado na diferença de raça das pessoas, pode ser contra negros, asiático, índios, mulatos a até com brancos por parte de outras raças, por ter uma história mais sofrida com preconceito, os negros são a principal referência quando é discutido o tema racismo. O racismo, em uma pessoa, tem diversas origens, depende da história de cada um, em alguns casos pode ser por crescerem ouvindo as diferenças e sua prioridade de determinadas raças, em outras alguma atitude que

moldou seu pensamento, não importa como o racismo cresceu na mente das pessoas, mas vale ressaltar, que se ele for provado, é um crime inafiançável com pena de até 3 anos de prisão. Além disso, algumas pessoas valorizam tanto a superioridade de raças que acreditam na purificação delas onde denominariam o meio em que vivem, essa justificativa apareceu na escravidão em que os negros trabalhavam em condições precárias e eram vendidos como objetos no nazismo o foco principal eram os judeus, mas também perseguiram negros, homossexuais, entre outras minorias para serem executados no campo de concentração. Com isso, percebe como o racismo faz parte da história e como alguns grupos sofreram muito com isso, embora no Brasil, haja uma forte mistura de raças a incidência de racismo pode não ser tão evidente para alguns, mas ele não deixa de existir, em alguns casos, ele ocorre de forma sutil e que nem é percebido pelas pessoas, pode acontecer em forma de piadas, xingamentos ou simplesmente para evitar o contato físico com a pessoa, a verdade é que nenhum lugar está protegido do racismo.

**39-** Olá, somos o pessoal da Rádio ESTADUAL, estamos aqui para falar de um assunto polêmico e muito discutido ultimamente. **O aborto** é uma prática ilegal, mas diariamente, no Brasil, muitas mulheres engravidam indesejadamente sem ter condições financeiras, sem estrutura familiar, e sem a presença do pai, e recorrem ao aborto, essa opção, talvez o aborto a melhor opção da mãe para não ter uma criança desestruturada e cheia de dificuldade. Atualmente, milhares de operações são feitas em residências clandestinas sem qualquer tipo de higiene e sem conhecimento médico apropriado. A questão que interfere na legalização do aborto, é que o Brasil cuja maioria da população é cristã, é contra o aborto pelo fato de acreditar que somente Deus tem o poder de tirar uma vida e os pais têm que ser responsáveis e arcar com as consequências. Em educação é um poder maior de mudança em caso que a mãe doe a criança. É isso aí. Somos a rádio ESTADUAL e falamos sobre o aborto, tema polêmico, e assim deixamos nossa opinião sobre o assunto em pontos de vista divergentes, tchau tchau.

**40-** A **homofobia**, podemos entender homofobia, assim como outras formas de preconceito, como uma atitude de colocar a outra pessoa, no caso a homossexual, a condição de inferioridade e anormalidade baseada no domínio da lógica heteronormativa, ou seja, a heterossexualidade como padrão. A homofobia é a expressão do que podemos chamar de hierarquização da sexualidade, deve-se compreender a legitimidade da forma homossexual da expressão da sexualidade humana. A questão não se resume aos indivíduos homossexuais, ou seja, a homofobia compreende também questão da esfera pública como a luta por direitos, muitos comportamentos homofóbicos, surgem, justamente, do medo e equivalência de direitos entre homens heterossexuais, uma vez que significa, de certa maneira, o desaparecimento da hierarquia sexual estabelecida como discutidas. Esses dias nos perguntaram o que nós achávamos de possíveis alterações da legislação para preservar os direitos dos homossexuais, não tenho nenhum tipo de preconceito sou totalmente favorável à união civil entre pessoas do mesmo sexo, mas contra a lei da homofobia, e repudio qualquer forma de intervenção religiosa, sim sou a favor da união civil de homossexuais, bissexuais, heterossexuais e lésbicas, pois são todos iguais tem o mesmo direito de qualquer cidadão.

**41-** Olá Hoje vamos falar um pouco sobre a **cultura machista** na sociedade que nós vivemos. A revelação de que a maioria dos brasileiros concordam que o comportamento de uma mulher pode motivar o estupro, comprova que a cultura machista está impregnada nos homens e nas mulheres na sociedade brasileira, segundo a socióloga Nina. A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, mostrou que 58% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com a frase: Se as mulheres soubessem como se comportar haveria menos estupros. Os pesquisadores também avaliaram a seguinte frase: Mulheres que usam roupas que

mostram o corpo merecem ser atacadas. O levantamento mostrou que 42,7%, concordaram totalmente com a afirmação e 22,4%, parcialmente, 24% discordaram totalmente e 8,4%, parcialmente das 3800 pessoas entrevistadas, 66% eram mulheres. A culpa da violência sexual nunca é das mulheres, temos que educar os meninos a não estuprar. Hoje eles aprendem que uma menina que se veste de uma determinada forma está provocando e que eles têm uma pretensa autorização para fazer uso daquele corpo que está sendo exposto. Temos que interferir nesse processo e ensiná-los que essa maneira de pensar está completamente errada e que cada pessoa tem a total liberdade de se vestir da maneira que quiser, sem se preocupar com que as outras pessoas irão achar ou falar. É uma atitude bastante machista e egoísta e está presente no mundo inteiro. Há atitudes sexistas dos homens que possuem uma posição superior em relação à mulher, e há relação do machismo entre a violência. A cultura machista deve acabar, e todos nós homens e mulheres devemos nos respeitar.

**42- Sociedade machista.** Machismo é o comportamento expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros sexuais favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino. O machista é o indivíduo que exerce o machismo, em um pensamento machista existe um sistema hierárquico de gêneros onde o masculino está sempre em posição superior ao que é feminino. Ou seja, o machismo e a ideia errônea de que os homens são superiores às mulheres, neste cenário a mulher encontra-se no estado de submissão ao homem perdendo o seu direito de livre de expressar ou sendo forçada pela sociedade machista a servir e assistir as vontades do marido ou do pai, caracterizando um tradicional regime patriarcal. O ideal machista divide o mundo em: o que é feminino e o que é masculino, como profissões, trajetórias, expressões, manifestações, comportamentos, emoções e etc, não são apenas as mulheres que sofrem com o machismo como forma de preconceito, os homens homossexuais, ou mesmo, os heterossexuais que se classificam com metrossexuais, por exemplo, também são alvos de exclusão na sociedade machista, na mídia moderna o machismo aparece quando a figura da mulher é apresentada como objeto sexual de satisfação e prazer para os homens com intuito de venda numa conotação informal. O machismo ainda pode significar o ato de ser macho, másculo ou um excesso exagerado de machezas ou vitalidade, enfim, quando um homem foge as ditas regras de masculinidade, já pode ser enquadrado como alvo de preconceito em uma sociedade machista.

**43-** Em uma sociedade existe vários grupos sociais de convivência e entreterimento [sic], tais como os grupos familiares, de amigos, de profissionais e de religiões. Muitas pessoas que participam gostam e continuam seguindo este grupo, mas [sic] maioria delas sofrem preconceitos por serem de sexos opostos, o de suas raças. Boa parte desses acabam participando apenas de seus grupos familiares que são seus contatos primários. Mas também existem aqueles que por conta de todo o preconceito sofrido, toda a vergonha passada e até mesmo aquele medo que ainda os pertence se isolam de todo mundo e de todos que o amam. Na nossa identidade demoramos um pequeno tempo para saber quem seremos de verdade na sociedade e neste mundo tão grande que vivemos, passaremos por muitas experiências, muitas convivências e muitas vivências que ficarão marcados até nos tornamos cidadãos. Em nossa vida nada conseguiremos sozinhos, pois todo apoio e tudo que temos que nos suporta é a família, os amigos e as pessoas que nos rodeiam.

**44-** Recentemente venho acompanhando um assunto muito delicado, a guerra dos deputados Jair Messias Bolsonaro e Maria do Rosário. O STF tornou Jair Messias Bolsonaro réu por apologia ao **estupro**. Como deputado rebateu as [incompreensível] durante entrevista para a Rede TV. A deputada Maria do Rosário chamou o deputado de estuproador e Jair Bolsonaro disse, logo em seguida, “não te estupro, porque a senhora não merece ser estuproada”. Se ele

disse que ela não merece ser estuprada, porque foi acusado de apologia a um crime que o deputado acha hediondo? Lembrando que Bolsonaro é autor da PL 539 2/2013 que aumenta a pena para estupradores e pede castração química a esse crime. Na minha opinião a posição da direita quer proporcionar elegível para as eleições da presidência de 2018, já que ele é o único que tem coragem de bater de frente com o Lula do PT, Marina Silva e outros deputados. Nesse momento a esquerda não podia estar comemorando tanto, os dos dois lados deve [sic] se unir para que não aconteça injustiça no Superior Tribunal Federal. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. Participação no trabalho \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* do terceiro C.

**45-** O que é o **preconceito** que existe nele? Quais são os tipos de preconceito? O preconceito trata-se de um conceito associado a discriminação e as diferenças que existem no mundo, cujos preconceituosos atribuir um juízo de valor sobre determinado aspecto seja a classe social, a cultura, a região, a etnia, a cor de pele a preferência sexual dentre outros. Existem diversos tipos de preconceito, por exemplo, com as mulheres machismo, misoginia e sexismo, com os homens misandria, os judeus antissemitismo, os deficientes físicos, a faixa etária, a aparência, estereótipos, o peso gordofobia dentre outros. No que o preconceito é um conceito criado e, muitas vezes, associado aos rótulos ou estereótipos que se desenvolveram na sociedade, nesse sentido quando vemos uma pessoa tatuada logo associamos que esse indivíduo é drogado ou quando uma pessoa é gorda, atribuímos apreciações do tipo: esse indivíduo só pensa em comer e não se cuida. O bullying e cyberbullying são tipos de preconceito que foram cunhados atualmente para designar suturas físicas e verbal contra uma pessoa seja de maneira real virtual. Já misentropia ou hidrofobia o contrário da filantropia é o tipo de preconceito determinado pelo ódio a humanidade ou raça humana. Vale ressaltar que todos os tipos de preconceito geram hostilidade e violência física ou verbal, e estão intimamente relacionados a irracionalidade e ignorância geralmente associados a uma ideologia. Classificação: há diversos tipos de preconceito, sendo os mais comuns são: preconceito racial está associado a etnia, raça e aos aspectos físicos, por exemplo, o racismo isso pode ocorrer entre pessoas de diferentes aspectos de cor de pele sendo mais comuns entre brancos e negros de onde os primeiros decorrem de aspectos históricos, se sentem superiores aos outros. Vale lembrar, práticas racistas são consideradas crimes em diversos países do mundo. Preconceito social, associado a classe social e definido pelo status social de determinados indivíduos geralmente ocorre entre dois grupos principais, os ricos e os pobres, sendo que os primeiros se sentem superiores aos outros por possuírem mais bens materiais e facilidades de acesso. Preconceito cultural, associados as diferenças culturais que existem, por exemplo, o etnocentrismo e a xenofobia, o etnocentrismo defini as atitudes de certos indivíduos que consideram seus hábitos e condutas como superiores aos outras culturas, por sua vez, a xenofobia determina a aversão aos estrangeiros, que surge geralmente por diversos fatores históricos culturais e religiosos. Preconceito linguístico está associado aos idiomas e ainda a maneira de falar desde abreviações, gírias, dialetos e sotaques dentre outros, no Brasil notamos muito preconceito linguístico entre as diversas regiões do país uma vez que existem diversos sotaques, assim os paulistas acreditam que o modo de falar deles é superior aos dos nordestinos, por exemplo. Preconceito religioso se associado a religião sendo desenvolvido pela intolerância religiosa, ocorre quando indivíduos não aceitam a diversidade religiosa e atribuem determinados juízo de valor sobre outras crenças, muitas vezes, sem fundamento, diversos conflitos desenvolvidos atualmente no Oriente Médio demonstram esse tipo de preconceito, o qual tem ceifado diversas vidas. Preconceito sexual associada as preferências sexuais de cada indivíduo, por exemplo, a homofobia ou heterofobia, assim o primeiro trata-se de preconceitos desenvolvidos sobre as pessoas que possuam relações homoafetivas, ou seja, entre pessoas do mesmo sexo, a heterofobia preconceito de pessoas que apresentam hostilidade entre as relações entre as relações heterossexuais, ou seja, entre pessoas de sexos opostos. Assim concluímos que existe vários tipos de preconceito até o que nem

imaginamos e cabe a nós respeitar cada pessoa que é conhecida ou que nem imaginamos que seja opiniões de cada um e devemos guardar para nós mesmos para assim não magoar ou ofender o próximo.

**47- Estupro** é um crime que consiste no constrangimento a relações sexuais por meio de violência, e isso não vem de hoje, há muitos séculos atrás isso já existia até mesmo dentro de reinos. Algo que apesar de causar vítimas de ambos os sexos têm como principais vítimas as mulheres, além delas crianças também sofrem com esse tipo de agressão. Sendo os agressores, na maioria das vezes, pessoas próximas a família. Em 1975, nasceu o termo cultura do estupro que se baseia na ideia de que a vítima tem uma parcela significativa de culpa no crime. No Brasil, e em grande parte do mundo, luta-se muito contra tal cultura e para que ela seja extinta. O feminismo é uma das principais armas para acabar com qualquer coisa desse tipo, e tenta fazer um trabalho de conscientização da população. Na cultura muçulmana que já está instalado em cerca de 23% da população o estupro é visto como algo normal, pois a mulher deve ser totalmente submissa ao homem, caso de violência alguns até acabando em morte, são comuns no estado islâmico. Fato é que o estupro está presente em nossa vida mesmo que seja nos noticiários. A opressão contra o gênero feminino na sociedade colabora com esse mau sempre julgando a mulher como inferior. A melhor arma contra o crime é, sobretudo, o fim do machismo e qualquer tipo de manifestação que oprima alguém.

**48-** Olá turma, hoje iremos falar sobre algo que ainda gera muita discussão, **homofobia**. Quase 20% dos estudantes em escola pública, entre 15 e 29 anos, não gostaria de ter um colega de classe travesti, homossexual, transexual ou transgênero, sendo que, no caso dos meninos, esse percentual sobe para 31% entre esses dados relatados na pesquisa “Juventudes na escola sentidos de busca porque frequentam”. Existe uma incapacidade crescente em nossa cultura de lidar com as diferenças e aceitar a diversidade, desde questões de gênero até mesmo opiniões pessoais. Mas afinal, o que é homofobia? Homofobia é o termo utilizado para designar uma espécie de repulsa ou preconceito diante da homossexualidade ou da pessoa homossexual, colocando esse em posição de inferioridade e utilizando-se, muitas vezes, para isso de violência física e/ou verbal. As pessoas LGBT são vulneráveis a discriminação, assédio moral, assédio, agressões verbais e até físicas. Estereótipos e preconceitos sobre a homossexualidade, muitas vezes, resultam em atitudes intolerantes e comportamentos em relação a pessoas LGBT. Transgêneros são particularmente afetados pela discriminação e exclusão, muitas vezes, sofrendo abuso e violência. Um exemplo recente disso foi o ataque a uma boate gay em Orlando, nos EUA, autoridades afirmaram nesse domingo dia 12, que 50 pessoas morreram e outras 53 ficaram feridas no ataque a boate voltada ao público LGBT. O número de mortos fez do ato o pior ataque a tiros da história dos EUA, o último com proporções comparáveis foi o massacre de 2007 na universidade de Virgínia Tec, que deixou 32 mortos, esse é o pior massacre terrorista em solo americano, depois do 11 de setembro. Apesar das conquistas, no campo dos direitos, a homossexualidade ainda enfrenta preconceitos, o reconhecimento legal da união homoafetiva não foi capaz de acabar com a homofobia, nem proteger inúmeros homossexuais de serem rechaçados, muitas vezes de forma violenta. Respeitar o jeito de cada ser humano viver é o mínimo que todos deveríamos fazer, respeitar as diferenças e viver em harmonia é o que faria do mundo um lugar melhor para viver. Redigido e narrado por Guilherme Ribeiro e Maria Júlia 3D.

**50-** Bom dia está começando mais um bom dia cidade hoje vamos abordar um assunto muito violento e polêmico o estupro. Nos últimos anos a violência contra a mulher fez e faz milhões de vítimas no mundo inteiro. O **estupro** é um ato cruel e forçado, é um crime hediondo que afeta, não só o físico do sexo feminino, mas também abala o psicológico. A falta de informação

aliada a ignorância de alguns, e machismo de outros, resulta no aumento de caso pela ausência de compreensão da gravidade desses crimes contra o suposto sexo frágil. Há leis legistas [sic] para punição para quem pratica esse ato, porém, na maioria das vezes, o agressor fica impune e quem sofre meses [sic] mesmo são as mulheres com esse trauma. De acordo com os direitos civis todos temos liberdade de ir e vir no qual somos livres para vestir e escolher qualquer roupa sendo curta ou não, mas a opinião absurda de pessoas que vão contra isso e afirma que uma mulher de roupa curta é um insulto e provocação ao estupro. Temos que deixar claro que a culpa nunca é da mulher, pois vivemos em uma sociedade extremamente machista e opressora onde o homem não controla seus instintos sexuais e deposita a responsabilidade de assumir esse crime na mulher. Bom, esse é um assunto que se pode falar bastante e não vai ser o suficiente. Hoje ficamos por aqui esperamos que a sociedade se conscientize e mude essa cultura de desrespeito a todas as mulheres, até o próximo programa e fiquem agora com a nossa música *Fotography* [toca a música]. Participaram desse programas [sic] alunos do 3º B com redatoras, \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* e como locutora \*\*\*\*\*.

**51-** Bom dia ouvintes da rádio DFV, De Frente com Você. Hoje iremos falar de um assunto muito polêmico e que acontece com muita frequência, o **estupro**. Infelizmente, todos os dias, ouvimos casos de estupros que acontecem todo mundo com pessoas de ambos os sexos e de todas as idades, e alguns estupros ainda sucedem de morte da vítima. Para você ouvinte que talvez ainda não saiba o que é estupro iremos explicar de maneira simples e direta. O estupro é um ato sexual sem consentimento da vítima, sem que a vítima queira e, como já dito, anteriormente, muito dos estupradores matam a vítima depois de estupra-la, as vítimas que não são mortas sofrem um grande trauma, passam por depressão e acabam tendo que se tratar com psicólogos. Esse ato acontece frequentemente com o sexo feminino por serem [sic] um sexo mais frágil. O estuprador então aproveita dessa fragilidade para que tudo seja mais fácil, mas isso não quer dizer que homens não sejam estuprados muitas pessoas põe a culpa na vítima usando como justificativa a roupa mais curta os lugares que frequenta, porém estão totalmente erradas, pois todos nós vemos vários tipos de pessoas, desde crianças a idosos passarem por essa violência sexual. É sempre bom deixar bem explícito que o estupro não tem hora, lugar, muito menos motivo para que aconteça e, portanto, o único culpado é o estuprador. Se caso você sendo mulher ou homem já sofreu ou sofre algum tipo de ameaça a estupro denuncie e faça a diferença nós \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* da Rádio DFV agradecemos a atenção de todos tenha um ótimo dia e até.

**54-** Boa tarde, esta é mais uma edição do trabalho de sociologia, neste episódio viemos falar um pouco sobre **estupro**. Para começo de conversa vamos entender o que é. Estupro é a prática não consensual do sexo imposta por meio de violência ou grave ameaça de qualquer natureza, por ambos os sexos, ele consiste em qualquer forma de prática sexual sem consentimento de uma das partes envolvendo ou não penetração. Ainda que o estupro vitimize ambos os sexos as mulheres são as vítimas historicamente mais atingidas. A maior parte do corpus jurídico mundial caracteriza o estupro como um crime sexual no qual há penetração, em definição o estupro pode ser um ato de um ou mais indivíduos contra uma vítima ou um grupo pequeno o que caracteriza estupro coletivo. Desta forma, é considerada em praticamente todas as regiões da terra um ato criminoso, horrendo pelo menos quando se refere a seres humanos. Existem, ainda, outras formas de estupro, e até mesmo casos especiais e mais comuns. Uma forma especial é o estupro de vulneráveis, quando a vítima se encontra sobre poder ou responsabilidade do estuprador. Outra forma especial é o estupro dentro do casamento, quando um dos parceiros, normalmente, a mulher não quer sexo mas é forçada pelo marido e em muitos países e religiões é considerado crime, inclusive na legislação, e em outros não, porque a mulher teria o dever de satisfazer os desejos sexuais do homem. Por que alguns homens

buscam sexo forçado? De um lado, existe aqueles que afirmam que estuprar é consequência da sexualidade masculina, do outro, defensores da teoria de que ao violentar uma mulher os homens estão impondo seu poder sobre o universo feminino. Não existe um perfil que identifique um padrão entre estupradores, estupros acontecem igualmente entre pessoas que se conhecem e pessoas que não se conhecem, e os agressores podem ser bêbados, mal vestidos, com barba por fazer, ou rapazes com roupas de moda e fala educada. No Brasil, Roraima taxa de estupros do país levando em conta os boletins de ocorrência 55,5 casos a cada 100 mil habitantes, cem mil habitantes [sic] Espírito Santo registra a menor 6,1, só outros três estados tem uma taxa inferior a 10 a cada 100 mil, Rio Grande do Norte, Goiás e Minas Gerais. O estado do sudeste, no entanto, foi o que teve a maior variação de 2013 para 2014 de 874 estupros, passou a 1475, quase 70% de aumento. As discussões sobre formas de tratamento e punição a infratores ainda estão engatinhando, eles quase sempre acabam [Neymar] condenados ao linchamento dentro de presídios. Para enfrentar o atual quadro de violência contra a mulher é preciso reconhecer e combater de verdade toda a criminalidade sem culpar a vítima, qualquer que seja o caso, sem atribuir causa [sic] externas, qualquer que seja o caso, sem abonar exceções por simpatia ideológica, qualquer que seja o caso, quem defende a impunidade ou relativiza aos crimes colabora diretamente, o assunto é doloroso de abordar, mas fugir não vai tornando [sic] menos terrível. Agradecemos pelos colaboradores do 3C, \*\*\*\*\* pela pesquisa, \*\*\*\*\* na produção e \*\*\*\*\* na gravação, obrigado pela atenção de todos vocês e até a próxima edição.

**59-** Bom dia, hoje vamos falar sobre o assunto grave que só piora a cada dia que passa o **racismo e a homofobia**. O racismo e homofobia são as piores formas de discriminação cometidas pelo homem. O racismo em sua forma unicamente criado pelos [sic] mais variadas formas de escravidão é uma forma nojenta ediona [sic] e repulsiva se tratar o ser humano que é exatamente igual a qualquer outra pessoa. Nós não nascemos racista [sic], nascemos com uma mentalidade pura, frágil que é corrompida pelos mais diversos pensamentos sóticos [sic] e odiosos possíveis, o mesmo ocorre com a homofobia, onde as pessoas espancam humilha [sic] e destrói outras pessoas pelo sua opção sexual por ela querer fazer o que quiser com seu corpo, uma pessoa e homossexual ama e, além de qualquer coisa, eles só querem a liberdade para expressar esse amor e serem felizes. No artigo 5 da Constituição Federal dispõe todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade e à segurança e à propriedade nos termos seguintes a constituição é extremamente clara. Ao decorrer sobre [sic] assunto tratado nesse artigo, as pessoas possui o direito de serem como querem ser homossexuais ou não transexuais ou bissexuais não é isso que ocorre não é isso que vemos no nosso dia-a-dia, porém quando o agressor de uma forma é pego por uma câmera ou microfone a situação se torna totalmente diferente porque tem uma prova concreta. A falta de educação anda de mão dada com a homofobia e com o racismo, e é na falta desse em que as pessoas acreditam ter o direito e o poder de discriminar e agir com força, onde há educação há respeito, há harmonia entre os mais variados tipos de vontades. Então não existem raças diferente [sic] existem seres humanos iguais independente dos outros e opção sexual ou de sua cor de pele, a aceitação tornará o mundo muito mais fácil e muito mais feliz. Esse foi mais um trabalho da turma do terceiro C de \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* obrigado.

**61-** Olá Hoje vamos falar sobre Estado Laico. **Estado Laico** significa um país ou uma nação de posição neutra no campo religioso, também conhecido como Estado Secular, Estado Laico tem como princípio da imparcialidade em assuntos religiosos não apoiando ou discriminando nenhuma religião. Estado Laico defende a liberdade religiosa a todos os cidadãos [sic] e não permite a interferência de correntes religiosas em matérias sócio-políticas e culturais. Um país laico é aquele que segue o caminho do laicismo, uma doutrina que defende a religião não deve

ter influências nos assuntos do Estado. Laicismo foi responsável pela separação a Igreja e o Estado e ganhou forças com a Revolução Francesa, o Brasil é oficialmente o Estado Laico, pois a Constituição brasileira e outras legislações preveem a liberdade de crenças religiosas aos cidadãos, além de proteção e respeito às manifestações religiosas. Contudo, a laicidade do Estado pressupõe a não ter intervenções da Igreja no Estado, e um aspecto que contraria essa postura é o ensino religioso escolas públicas brasileiras. No país que não são laicos teocráticos a religião exerce controle político na divisão das ações governativas, nos países teocráticos, o sistema de governo está sujeito a uma religião oficial, alguns exemplos de nações teocráticas são Vaticano, Irã e Israel. Também o conceito de Estado Confessional é um Estado em que o Estado reconhece uma determinada religião como sendo a oficial da nação, apesar disso não, se deve confundir Estado Laico com Estado Confessional porque no primeiro caso é a religião que defende o rumo do país, enquanto no segundo a religião não é tão importante como no primeiro, mas, ainda assim, tem bastante influência do que é um Estado Laico. Bom, por hoje é só galera até a próxima \*\*\*\*\* número 4 \*\*\*\*\* número 19 \*\*\*\*\* número 23 e \*\*\*\*\* 38.

**64-** Olá Hoje vamos falar sobre **corrupção** no Brasil a corrupção no Brasil afeta diretamente o bem-estar dos quando diminui os investimentos públicos na saúde, na educação, na infraestrutura, segurança, habitação entre outros direitos essenciais a vida e fere criminalmente a constituição, quando amplia a exclusão social e a desigualdade econômica. Na prática a corrupção ocorre por meio de desvios de orçamentos públicos da União dos estados e municípios destinados à aplicação na saúde, na educação, na Previdência em programas sociais e de infraestrutura que entretanto são desviados para financiar campanhas eleitorais, corromper funcionários públicos ou mesmo para contas bancárias pessoais no exterior. No índice das percepções de corrupção em 2014 o Brasil foi classificado como sexagésimo nono posição, em 175 países e territórios empatando com Bulgária, Grécia, Itália e Romênia, mas ficando atrás de Cuba na 73ª, posição Chile na vigésima segunda posição, Uruguai na décima nona posição, na maioria dos países da Europa e América do Norte. Este resultado classifica o Brasil como tendo uma população que não percebe a corrupção ou percebe um grande grau bem pequeno e essa corrupção, como vimos, afeta todos os cidadãos [sic], ou seja, na educação na saúde e segurança ou não é como a economia em 2010 da Fiesp apontou que o custo anual da corrupção do país é de 1,38 a 2,2 do PIB.

**65-** Olá pessoal tudo bem com vocês hoje na rádio Sete Mulheres iremos falar sobre **cidadania e gênero** primeiramente cidadania qualidade ou seja são um conjunto de direitos e deveres que o indivíduo exerce diariamente podemos classificar gênero como aquilo que de pessoas sendo assim mostraremos qual relação existe entre eles fiquem ligados a peculiaridade nem sempre observada é que a como ser incorporado no masculino, abstraídas assim as históricas diferenças que tem caracterizado as relações entre homens esse fenômeno é facilmente compreendido se levamos em consideração que as investigações que focalizam essa problemática segundo Érica tomaram as classes sociais com referência não se atendo as relações de gênero que certamente interfere nos problemas as vinculadas a desigualdade não se não respeito aos direitos de cidadania das mulheres têm marcado de forma decisiva a história diferentes instâncias mas especialmente nas relações de gênero e a violência mulher não seja algo novo a consolidação de uma é constantemente ameaçado quando se forma arcaica e Cruel de dominação o que mostra a grande dificuldade em construir uma fundamentado no respeito às diferenças e orientada pela entidade das relações. E aí pessoal vocês entenderam a rádio sete mulheres? Até a próxima beijinhos tchau tchau.

**68-** Bom dia, eu sou \*\*\*\*\* estou do lado do \*\*\*\*\* , nós somos alunos do segundo ano B da escola ESTADUAL turma de sociologia do professor Eduardo. Hoje vamos abordar um tema

que é muito comentado em nosso país, lembrando que tal roteiro foi elaborado relevando a maneira de pensar dos integrantes do grupo. O termo **cultura do estupro** veio a tona há quase enorme repercussão do caso de estupro coletivo ocorrido no Rio de Janeiro, o assunto pode ser novidade para alguns, mas está presente na sociedade desde sempre, temos como exemplo o Egito antigo e o Estado Islâmico, mulheres capturadas em guerra podem tornar escravas sexuais, se viúva deve escolher entre ser estuprada ou passar fome. No Congo, cerca de 1095 mulheres são estupradas todos os dias, o país é apelidado de capital mundial do estupro, passar agora pro meu amigo \*\*\*\*\*. O instituto de pesquisa econômica aplicada divulgou uma pesquisa revelou que 65% das pessoas incluindo mulheres disseram que a culpa é da vítima quando está usando roupas curtas, mas devemos compreender que a culpa nunca é da vítima, não é porque ela está usando roupas provocantes, dançando, bebendo pra ter mesmo tendo vários parceiros sexuais, que ele está pedindo para ser estuprada, não há qualquer motivo que justifica a realização de um estudo, esses comportamentos não podem ser interpretados como normais ou naturais, se é cultural, nós criamos, se nós criamos nós podemos voltar, o problema não está na ausência de leis, hoje o Brasil possui penas para os estupradores, mas se na ineficácia da lei não é cumprida devidamente, a cultura do estupro é resultado da cultura da impunidade o problema deve ser resolvido o mais rápido possível temos que tomar uma iniciativa, devemos incentivar as vítimas a denunciar ele começa as autoridades para que as leis sejam cumpridas. Debates ao vivo e campanhas na televisão seriam boas alternativas também. Muito obrigado pela atenção, nosso roteiro foi escrito pelas meninas: \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* o áudio foi gravado e editado por \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* até o próximo áudio.

**69-** Bom dia, este trabalho tem o propósito de discutir a problemática relação de **gênero** no contexto brasileiro de direitos de **cidadania** o estudo faz parte de um projeto de pesquisa que se encontra em desenvolvimento para acadêmicos de direito da universidade Estácio de Sá sobre cidadania direitos da mulher para elaboração do presente artigo tomamos como referência básica uma investigação de Neuma Aguiar intitulada cidadania concubinato e patriarcado relações de gênero direitos civis na região metropolitana do Rio de Janeiro justificamos escolha do sistema apoiado no argumento de que as questões vinculadas a desigualdade no respeito aos direitos de cidadania das mulheres têm marcado de forma decisiva a história brasileira essa corrente de ventos instâncias mas especialmente nas relações de gênero as dimensões apresentados no trabalho referido são as seguintes civil política social abordagem civil representada pelas garantias necessárias as liberdades individuais em cujo contexto adquire relevo a faculdade de expressão pensamento é crença garante a propriedade é o estabelecimento de contratos vários dos direitos justiça a dimensão política por sua vez refere-se ao voto universal ao acesso ao poder ir aos cargos públicos a terceira dimensão social diz respeito aos padrões de bem estar adequados ao menos estabelecidos pela redução das desigualdades materiais lembramos ainda que as 3 características são compreendidas com o estágio conquistados de forma ordenada é progressiva mediante luta dos segmentos organizados da sociedade importante assinalar que cidadania é a qualidade de cidadão segundo o ponto de vista de Aguiar uma peculiaridade nem sempre observada é que cidadania costuma ser incorporada como masculino abstraídas assim as históricas diferenças têm caracterizado as relações entre homens e mulheres esse fenômeno é facilmente compreendido se levarmos em consideração que via de regra as investigações que focalizaram este problema segundo uma perspectiva histórica tomaram as classes sociais como referência não se atendo as relações de gênero que certamente interferem os problemas estamos aqui com mais 1 trabalho de sociologia com \*\*\*\*\* número 33 \*\*\*\*\* número 16 do terceiro A.

**75-** Este trabalho apresentará o **gênero na sociologia**. Qual é a origem do conceito de gênero. Essa palavra foi utilizada primeiro nas ciências médicas, psicologia e sociologia e a partir dos

anos 80 na história das mulheres na França nos anos 70. Para falar desse conceito falávamos antigamente de sexo social ou de diferença social dos sexos, nos anos de 1972, Ann Oakley socióloga britânica, queria diferenciar o sexo do gênero. Qual é a diferença entre o sexo e o gênero? Os sexos ou somente o caráter biológico, comparado ao gênero que usa o caráter cultural, por exemplo, uma diferença de sexo pode ser que as mulheres têm seios de uma diferença de gênero pode ser que os homens gostam de futebol. o gênero trata das diferenças que são os resultados das construções sociais e culturais não resultados da natureza humana. Por que usar o conceito de gênero na sociologia? Podemos tratar desse conceito em diversos casos, por exemplo, o conceito de gênero é usado para falar das questões das desigualdades sociais, das hierarquias, da dominação masculina, por exemplo, tratamos, muitas vezes, das desigualdades nas tarefas domésticas, o fato é em termo de horário, em geral, as mulheres passam mais tempo no trabalho doméstico, esse fato pode ser trabalhado com o conceito de gênero, na verdade essa desigualdade, não é questão de natureza, mas de cultura. Onde começam as desigualdades de gênero? As desigualdades de gênero começam desde a infância, é dizer, na socialização primária, na verdade, de maneira muito geral, as meninas gostam de Barbies, gostam de brincar cozinhando, fazer limpeza e os meninos gostam de *Action men*, dos jogos envolvendo força, lutinhas e etc. as desigualdades começam aqui, os pais, a família, a escola têm comportamentos diferentes em função do sexo do menino. O menino tem que ser forte e a menina tem que ser mais tranquila, séria e ter boas notas na escola, além disso, a menina reproduz a ações de sua mãe, e o menino reproduz ações do pai. Os pais são os primeiros modelos de comportamento para os filhos, o indivíduo, desde sua socialização primária, aprende as diferenças de gênero. Espero que vocês tenham entendido o que é gênero para a sociologia. Roteiro e locução, \*\*\*\*\* , número 31 e \*\*\*\*\* , número 36, Iano B.

**77-** Olá hoje iremos falar sobre o **feminismo** no Brasil. A manifestação feminista, uma intervenção, uma aparição na mídia, mas o que se sabe sobre o movimento e suas mudanças ao longo do tempo, as pessoas mudaram assim como a sociedade sua visão do mundo e isso contribui para que o feminismo ganhasse novas mudanças ao longo dos anos. Com origem na convenção de direitos das mulheres, na Nova Iorque de 1848, o movimento feminista chegou ao Brasil em meados do século 20, ganhando mais força a partir da década de 60. Hoje o movimento constitui de mulheres jovens, politizadas e divertidas, com isso, surgiu a marcha das vadias retomaram várias reivindicações feministas. Na década de 60 e 70, por exemplo, a discriminação [sic] do aborto, a violência doméstica, um controle da sexualidade feminina, os padrões impostos utilizavam um corpo como ferramenta política. Direitos esses que pregavam a liberdade e a igualdade, pregavam que as mulheres possam ter os mesmos direitos e oportunidades que os homens. O feminismo passou a ser reconhecido pelo Estado como: igualdade de gênero, política de proteção às mulheres, reconhecimento da luta. As palavras de alguns homens são: “acho muito bom que possamos ser feministas é uma ajuda grande na luta” estão bastante cientes que o feminismo também é bom para eles, nenhuma relação onde está o domínio outro dominado dá certo em toda relação de opinião ambos estão presas, os homens têm que entender que elas não precisam ser oprimidas pelo padrão e masculinidade imponente, e isso é que é muito difícil de se entender, bom assim me despeço.

**81- Gravidez na adolescência.** Adolescência é uma fase bastante conturbada, na maioria das vezes, em razão das descobertas das ideias opostas às dos pais irmãos. Formação de identidade, fase na qual as conversas envolvem namoro, brincadeira, etapas é uma fase de desenvolvimento humano que está entre a infância e a fase adulta, muitas alterações são percebidas na fisiologia do organismo, nosso pensamento e nas atitudes desse jovem. A gravidez é um período de crescimento e desenvolvimento do embrião, na mulher envolve vários [sic] alterações físico e psicológico, desde o crescimento do outro e alteração nas mamas e a preocupação sobre o futuro

da criança que ainda irá nascer. São pensamentos e alterações importantes para o período, adolescência e gravidez quando ocorrem juntas pode acarretar sérias consequências para todos os familiares, mas principalmente para os adolescentes envolvidos, pois envolve [envolve] em crise e conflitos, o que acontece é que esses jovens não estão preparados para um emocionalmente e nem financeiramente para assumir o tamanho da responsabilidade, fazendo com que muitos adolescentes saiam de casa cometem [cometam] aborto, deixam os estudos e abandona as crianças sem saber o que fazer e fugindo da própria realidade. O início da atividade sexual está relacionado ao contexto familiar, adolescentes que iniciou a vida sexual precocemente engravidam, na maioria das vezes, têm o mesmo histórico dos pais. A queda dos comportamentos conservadores, a liberdade generalizada, o hábito de ficar em encontros eventuais, a não a finalização de métodos contraceptivos, embora haja distribuição gratuito pelos órgãos de saúde públicos, seja por desconhecimento ou por tentativa de esconder dos pais da vida sexual ativa, fazem com que cada dia atividade sexual infantil juvenil cresça e, conseqüentemente, haja um aumento do número da gravidez da adolescência. A gravidez precoce pode ser relacionado a diferentes fatores desde estrutura familiar, formação psicológica e baixa autoestima, por isso, o apoio da família é tão importante pois a família é a base que poderá proporcionar a compreensão, diálogo, segurança, afeto e auxílio para que tantos adolescentes envolvidos quanto a criança que foi gerada se desenvolva saudavelmente. Com o apoio da família, aborto e dificuldade de amamentação tem seus riscos diminuídos, alterações na gestação envolvem diferentes alterações no organismo da jovem grávida e sintomas como depressão e humor podem piorar ou melhorar. Para muitos desses jovens não há perspectiva no futuro, não há planos de vida, somando a isso a falta de orientação sexual é de informações pertinentes e a mídia que passa os jovens a intenção da sensualidade, libido, beleza e liberdade sexual, além da comum fase de fazer tudo por impulso sem pensar nas consequências e isso aumenta ainda mais a incidência de [inaudível] de juvenil é muito importante que a adolescente faça o pré-natal para que possa compreender melhor o que está acontecendo com o seu corpo, seu bebê e prevenir doenças e poder também conversar abertamente com o profissional sanando as dúvidas atordoam e angústia essas jovens.

**82-** Hoje vamos falar de **gênero e direitos humanos**, a reflexão sobre as transformações estruturais necessárias para à superação das desigualdades de gênero no Brasil não podem subestimar os avanços legislativos produzidos nacionalmente, a partir do processo de redemocratização na década de 1980 e internacionalmente, pela ação da Organização das Nações Unidas que através de convenções, tratados, declarações e plano de ação, definiu um novo paradigma ao declarar que os direitos das mulheres são direitos humanos. No Brasil, a luta do movimento de mulheres por instrumentos legais democráticos tem se dado em duas direções, voltada para o Estado para exigir a realização dos direitos conquistados, em direção à sociedade, através de ação pedagógica visando a mudança de mentalidades com a difusão de uma nova cultura de respeito às diferenças, um importante fator para a legitimidade das denúncias e demandas do movimento de mulheres foi a produção de uma legislação Internacional em especial a elaboração pela Organização das Nações Unidas na convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres em 1979, esse trabalho foi feito pela \*\*\*\*\* o número 27, \*\*\*\*\* número 29, \*\*\*\*\* número 31, \*\*\*\*\* número 14, \*\*\*\*\* número 18, \*\*\*\*\* número 20, \*\*\*\*\* número 24, terceiro E.

**86-** Olá dessa vez vamos falar de um assunto polêmico nos dias de hoje, que envolve desrespeito tanto para homens como para mulheres. **Assédio sexual** inclui qualquer comportamento sexual indesejado, por exemplo, tocar ou até menos fazer comentários ligados à sexualidade, mas às vezes pode ser difícil perceber a diferença entre brincadeira e assédio sexual, infelizmente, devemos sempre estarmos preparados para lidar com esse tipo, esse tipo de problema qualquer

lugar que estiver sujeito a se relacionar com qualquer tipo de pessoa, geralmente, as maiores vítimas do assédio sexual são as mulheres que, conseqüentemente, são mais frágeis que os homens e por ventura, às vezes, ficam sem reação em sua defesa. Sabemos que muitos brasileiros concordam com a afirmação de que: mulheres que usam roupas curtas merecem ser atacadas, ou melhor, ser assediadas, mas acreditamos que o tipo de roupa usado não seja motivo para nenhum homem se achar no direito de desrespeitar uma mulher, mais do que medidas midiáticas, o que pode mesmo por fim nessas situações é educação para prevenir esse tipo de mentalidade, e o empoderamento da mulher para que ela ter consciência de quando está sendo abusada e para que saiba que em hipótese alguma a culpa é dela, bom deixamos claro alguns pontos nosso de vista e esperamos que tenham gostado, até a próxima pessoal. \*\*\*\*\* número 22.

**92-** Hoje em dia as redes sociais influenciam muito no dia a dia dos **adolescentes**, a **internet** está presente em cada momento trazendo entretenimento em ambas as partes, boas ou ruins, a maioria dos adolescentes utilizam as redes sociais todos os dias que acabam sendo expostos a todo tipo de pessoas. O que traz vários riscos psicológicos e sociais, há uma [inaudível] também está muito presente em cada canto da internet, adolescentes, na maioria das vezes, são vítimas desse tipo de preconceito todos os dias por serem apenas quem são. Outra consequência para os jovens da internet é o contato com desconhecidos que, muitas vezes, estão mal intencionados o que pode levar ao abuso sexual ocasionando problemas psicológicos, traumas e etc. Sempre facilmente influenciados por amizades que podem ocasionar a entrada no mundo das drogas e da prostituição o que leva a fugirem de casa e serem expostos a todo tipo de [inaudível] Opinião da Letícia, hoje no Brasil os jovens estão sendo deixado de lado na sociedade, na política nos chamam do futuro do Brasil, no entanto, não nos dão o devido valor, as pessoas precisam melhorar tanto na sua opinião quanto nas suas atitudes, se somos o futuro do Brasil tudo que precisamos é de valor melhorias na educação na saúde melhorias governamentais. Roteiro \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* , locução \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* , edição \*\*\*\*\* , números 26, 31 e 36 primeiro.

**96-** A **corrupção** pode ser definido [sic] como utilização ato poder ou autoridade para conseguir obter vantagens e fazer uso do dinheiro público para seu próprio interesse de um integrante da família ou amigo a corrupção é crime veja alguns itens que revelam a prática da corrupção favorecer alguém prejudicando o outro aceitar e solicitar recursos financeiros para obter um determinado serviço público retirado de multas ou em licitação por favor favorecer determinadas empresas desviar verba pública dinheiro destinado para um fim público essa prática infelizmente está presente nas 3 esferas do poder legislativo executivo e judiciário enfim acabamos por aqui hoje falamos um pouco sobre a corrupção tenha um bom dia.

**114-** To mundo todo existe hoje um acesso ilimitado aos **recursos tecnológicos** com tantas informações sendo possível conhecer, da diversidade cultural às novas descobertas da ciência, o que tornar a aprendizagem muito mais significativa com esses recursos. Essas facilidades de acesso vem obrigando os educadores a filtrarem o que está disponível isso é capaz de utilizar desse em seu cotidiano pedagógico, com todas essas informações, faz-se necessário que deste educador um aprimoramento continue buscando estar sempre atualizado a esses conhecimentos tecnológicos. Estando não os frentes [sic] mais próximos a ele para saber utilizá-los de forma efetiva na educação. Alguns discursos de estudiosos responsáveis da educação são inquietantes esses recursos têm vários prismas, um dos quais é, precisamente, o uso de expressões como novos paradigmas. Num mundo em que se tem acesso a tantas de variadas informações através da internet de forma a ser possível até mesmo conhecer aspectos de outras culturas mantendo o contato com essa infinita diversidade influenciando e sendo influenciado pelos novos meios tecnológicos. Para tornar a aprendizagem mais significativa verifica-se, diariamente, infinitas

possibilidades de acesso a outras culturas e outras práticas educativas, através dela, tornando-a aprendizagem intensa e significativa. Esta facilidade de acesso impõem responsabilidade de selecionar o que é significativo da realidade imediata de acordo com pressupostos orientadores das práticas educativas. Busca-se uma educação baseada na interlocução dos sujeitos para que a intervenção com os saberes que circulam, no ambiente escolar, expressando da realidade individual e coletiva na tentativa de romper com bom senso comum e com o ensino desarticulado construindo o saber pedagógico significativo utilizando a rede pedagógica a tecnologia para que o aluno possa ter acesso ao mundo globalizado. Participaram deste trabalho \*\*\*\*\* , \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\*.

**115-** E aí meus queridos ouvintes da rádio Kuyong, estamos aqui com mais um top 10 das músicas mais tocadas da semana vai, aí uma variedade de música para você atualizar sua playlist, então vamos começar com a décima música *Controlla* do rapper Drake cantor revelação 2015, 2016 muito popular no norte da América. Em nono lugar Alexandria sucesso do cantor de MPB mais amado e simpático do momento Tiago Iorc, em oitavo lugar demoro do ex funkeiro Biel que faz muito sucesso entre os jovens. Em sétimo lugar é preciso dizer, vai aí uma música calma do cenário indie do cantor Silva. Em sexto lugar o nosso Santo bateu para dançar e agitar as baladas sertaneja da dupla Matheus e Kauan. Em quinto lugar deixe em off do grupo Imagina Samba. Em quarto lugar agora uma música das garotas que ganharam o seu lugar nas playlists de todas as rádios Brasil Maiara e Maraisa com 10%. Em terceiro lugar a dançante *Work*, da atriz, modelo, cantora, compositora e maravilhosa Rianna. Em segundo lugar, dono dos corações, adolescentes, artistas, completo e conhecido mundialmente, Justin Bieber, com seu super sucesso, com *Sorry*. E em primeiro lugar, mas não menos importante, pra finalizar nossa playlist do momento, que estreou em 2008 e até hoje faz sucesso no cenário pop Ariana Grande com *Dangerous woman*. Bom galera fica aí a nossa playlist do momento fiquem ligado, que logo mais voltaremos com mais novidades pra vc ficarem informados e atualizados no que mais está tocando nas rádios do Brasil e do mundo afora, obrigado pela audiência e um forte abraço, tchau, tchau.

**116-** Oi eu sou a \*\*\*\*\* sou da turma do segundo b da escola ESTADUAL e viemos aqui para falar sobre a violência contra a mulher. A **violência contra a mulher** envolve os atos de violência que se manifestam por meio das relações assimétricas entre homens e mulheres envolvendo, por vezes, discriminação e preconceito, a violência contra a mulher pode assumir diversas formas, que não é uma agressão sociopática da natureza sexual e perversa no sentido psicanalítico do termo, até formas como assédio sexual, discriminação, desvalorização do trabalho doméstico, de cuidados com a prole e maternidade. [menino locução] Entre as diferentes formas de violência de gênero, citam-se a violência familiar ou violência doméstica e a violência no trabalho que se manifestam através de agressões físicas, psicológicas e sociais. Na violência intrafamiliar contra as mulheres e as meninas inclui o mau trato físico, assim como o abuso sexual, psicológico e econômico. [outro menino] A violência de gênero é aquela exercida pelos homens contra as mulheres em que o gênero do agressor e o da vítima estão intimamente unidos é explicação desta violência, dessa forma, afeta as mulheres pelo simples fato de serem desse \*\*\*\* [sexo], ou seja, é a violência perpetrada pelos homens mantendo o controle e o domínio sobre as mulheres. [menina] A lei maria da Penha é mais um mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher com medidas mais penais para o seu controle, além do dimensionamento do fenômeno, embora a notificação investigação de cada agravo em si já proporcione um impacto positivo para a reversão da impunidade de que \*\*\*\*\* [goza] agressor, de certo modo defendido por uma tradição cultural machista, além de naturalmente ser um instrumento direcionador das políticas e atuações governamentais em todos os níveis como previsto na legislação em pauta. [menino] O Brasil tanto é signatário da

declaração e plataforma de ação da quarta conferência mundial sobre a mulher em Pequim 1995, como da convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

**127- Homofobia** é o preconceito contra aqueles que amam pessoas do mesmo \*\*\*\* [sexo]. É o preconceito contra pessoas que têm sentimentos, anseios, necessidades e esperanças como um todo humano. E o que há de errado nisso? Nada. Não devem existir regras para o amor ele deve seguir apenas com respeito e a liberdade, aceitar é uma escolha sua, respeitar é um dever de todos. Cada um tem direito de ser feliz como bem entender, e ninguém não tem nada a ver com isso, tem coisa muito pior do que amar uma pessoa do mesmo \*\*\*\* [sexo]. O amor, o sentimento e o a \*\*\*\* [sexo] não tem cor, pode acontecer em qualquer hora ou em qualquer local, pelo direito de amar, pelo direito de ter direitos, pelo direito de viver homem viva e seja livre, vergonha é coisa de homofóbico.

**134-** O que faria uma mulher crescer acreditando que é inferior ao homem ou que carece de virtudes que só este tem? É justo que há algumas diferenças anatômicas e hormonais coloquem um dos sexos abaixo, socialmente, do outro? E se tudo o que nos vem contando fosse o contrário ou a mulher tivesse sido essencialmente idêntica ao homem? Ficção? Nem tanto, é só entender a lógica social do que nos inculcaram abusando da credulidade da infância. Desde tempos imemoráveis a mulher ocupava a posição subordinada ao homem, em algumas comunidades ela ainda aceita o destino pré-natal de cuidar da casa, receber salários inferiores para a mesma função, ser vítima de abusos e violações, ocupar funções de cargos de destaque, somente ocasiões extraordinárias. As diferenças entre os sexos são quase todas criadas socialmente é o que explica que a mulher tenha tratamentos diferenciados, de acordo com os costumes de cada país. Em alguns, ela não pode mostrar o rosto em lugares públicos e deve usar véu para cobri-lo. Quanto mais fechada for uma sociedade, mais a pessoa cresce achando que é tudo normal e que dependendo do país, não há nada de errado em que um sexo se subordine a outro. O Brasil é um país com resquícios de machismo, embora a situação tenha mudado muito, desvelou-se a falsa justificação do domínio do homem sobre a mulher. O **movimento feminista** pressiona a favor da quebra destes usos, ainda que se critique que ele tem se aproveitado da situação para conquistar objetivos pessoais, como cargos políticos e posições econômicas faustosas. O feminismo não é uma luta unificada, visto que há divergências de propostas ideais entre seus adeptos. Há mulheres que se dedicam a justificar a superioridade ou a igualdade delas em relação aos homens ou estudar a origem do feminismo e seu impacto, ou mobilizar-se a favor de melhores salários, ou candidatar-se a cargos de representação política, ou formar organizações de proteção dos direitos humanos. A luta da mulher por reconhecimento e igualdade de direitos é pertinente e deveria ter surgido até mais cedo, é promissor junto de outras batalhas travadas por grupos minoritários que tem recebido cada vez maior atenção no mundo amparado pelas diferenças. O risco porém, é o de que a mulher acha-se melhor que o homem, em vez de igualar-se, dizem que a mulher é mais sensível e que essa virtude poderia combater grandes males da humanidade, não se devem esquecer contudo, que o homem também chora ou guarda as mágoas para preservar a tradição machista \*\*\*\*\* número 28 terceiro B.

**138-** Olá queridos ouvintes, aqui quem fala é \*\*\*\*\* e hoje retornamos nosso programa com o tema **feminismo**, que por sua vez, possui significado completamente diferente de femismo. Feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens. O embrião do movimento feminista surgiu na Europa em meados do século XIX como uma consequência dos ideais propostos pela revolução francesa que tinha como lema a igualdade, liberdade, fraternidade, as mulheres queriam estar inseridas no turbilhão de mudanças sociais que essas revoluções traziam, principalmente, para se sentirem

mais cidadãs em uma sociedade, historicamente, regida pelo patriarcalismo. No entanto, o feminismo só começou a se popularizar, no mundo ocidental, nas primeiras décadas do século 20, questionando o poder social, político e econômico monopolizado pelos homens. O feminismo, como muitos pensam, não é um movimento sexista, ou seja, que defende a figura feminina sobre a masculina, mas sim uma luta pela igualdade entre ambos os gêneros. Atualmente não são apenas as mulheres que se intitulam ou compartilham de pensamentos feministas, assim como existem muitas que também apoiam o esquema de uma sociedade machista, alguns homens que se sentem pressionados ou incomodados com as regras de comportamento social do machismo partilham da mesma visão de liberdade e direitos igualitários entre os sexos. O movimento feminista, no Brasil, começou a tomar corpo no começo do século 20, mais precisamente entre as décadas de 1930 e 1940. A estrutura familiar e social do brasileiro era totalmente construída sobre a figura do homem, um regime patriarcal. O feminismo no país surgiu assim, como em outros cantos do mundo, como uma tentativa de inserir a mulher brasileira na sociedade, dando voz e expressão às suas necessidades. Um dos grandes marcos do movimento feminista no Brasil, foi a conquista do direito ao voto nas eleições em 1934, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. O femismo, por sua vez, pode ser considerado sinônimo do machismo ao mesmo tempo que é seu oposto pois trata-se de uma ideologia de superioridade da mulher sobre o homem. O femismo, assim como o machismo, prega a construção de uma sociedade hierarquizada a partir do gênero sexual baseado em um regime matriarcal. Será que nós seres humanos a maioria não luta por direitos iguais? Mas por que será que não aceitamos isso com o nome de feminismo? Na verdade grande parte das pessoas, principalmente as mulheres é feminista, e oculta isso não somente dos outros e sim também de si próprio. Assim nos despedimos esperamos que tenham gostado e até a próxima fazem parte do grupo os alunos \*\*\*\*\* número um \*\*\*\*\* número 10 \*\*\*\*\* número 35 e \*\*\*\*\* número 37.

**140-** Olá, hoje vamos falar um pouco de uma importante ferramenta da internet que faz parte do cotidiano de grande parte das pessoas, as **redes sociais**. Atualmente, a maioria das pessoas, vivem e passam horas conectadas, possuem vários perfis na internet e dificilmente conseguem desgrudar da tela do smartphone ou computador. As comunidades virtuais são hoje as ferramentas de internet mais populares e utilizadas no mundo todo, e tiveram sua origem nos anos 90. O ano de 1994 marca a quebra de paradigmas e mostra ao mundo os primeiros traços das redes sociais atuais, podemos afirmar que as redes sociais mudaram o modo de vida das pessoas possuem acesso disposto a bilhões de usuários em todo o mundo, além de não possuir fronteiras. As redes sociais têm adquirido importância crescente na sociedade moderna, todas possuem pontos em comum que é o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns, ajudando também na formação de uma sociedade com maior participação e mobilização democrática. Com as diversas redes sociais os consumidores estão em contato constante com as marcas, isso resultou na revolução tecnológica que com tablet e smartphones coloca o mundo nas mãos do consumidor e tem como consequência uma revolução do marketing e da forma de como as empresas comunicam com os consumidores. Hoje as redes sociais são responsáveis por 62% do tráfego na internet brasileira e são uma das principais formas de representação dos relacionamentos pessoais ou profissionais, as redes sociais mais acessadas no Brasil são Facebook, Twitter e Instagram. Esperamos que tenham gostado participaram dessa gravação \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\*, \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\*.

**142-** Olá, hoje nossa entrevista será com \*\*\*\*\* e falaremos sobre o ataque a boate gay de Orlando, Estados Unidos. \*\*\*\*\*: Olá bom como disse falaremos sobre o triste ataque ocorreu na boate Pulse em Orlando na madrugada de domingo 12 de junho deixou 50 mortos e 53

feridos. Mas explique para nós o que de fato aconteceu naquela madrugada. \*\*\*\*\*: De acordo com alguns relatos de vítimas que estavam no local o atirador já identificado Omar Mateen chegou por volta das 2:00, entrou atirando com um fuzil, todos se jogaram no chão, testemunhas disseram ter ouvido disparos contínuos por volta de 1 minuto embora tenha parecido muito mais foi horrível. O presidente Barak Obama se pronunciou sobre o pior ataque a tiros da história dos Estados Unidos? \*\*\*\*\*: O presidente fez um comunicado sobre o ataque na boate, ele disse que conversou com o prefeito de Orlando e ofereceu condolências e ajuda. O que diferencia o ataque de Orlando para os outros ataques em 2015, nos Estados Unidos? \*\*\*\*\*: A principal diferença é que ocorreu em um lugar fechado e barulhento, o que impediu que muitas pessoas se dessem conta do que estava acontecendo e quando perceberam não havia para onde escapar. Muito obrigada pela participação e ficaremos por aqui com mais uma entrevista do Jornal News.

**143- Redes sociais** e jovens como elas podem influenciá-los? Sabemos que nos dias de hoje os jovens não conseguem mais viver sem uso da internet, é nessa ferramenta que estão as famosas redes sociais atrativos para deixar os adolescentes ainda mais conectados no mundo virtual, os jovens tanto no trabalho quando na hora de estudar, acabam dando uma olhada no seu Facebook, e quando vê, já estão ali, parados há tempo. A produtividade dos jovens no trabalho pode ser afetada devido a essas espiadinhas nas redes sociais durante o horário de serviço e não é nem preciso que essa pessoa trabalhe na frente de um computador, pois o acesso à internet ficou bem mais fácil com o uso dos smartphones. Mas uma das consequências mais graves desse vício é o sedentarismo, os adolescentes não querem mais praticar esportes ao ar livre, com a família e com os amigos, para poder ficar ali conectado. Dessa maneira, surgem mais pessoas obesas ou com sobrepeso, além disso, há o afastamento das pessoas mais próximas fazendo com que os jovens se isole [sic], no seu mundo e se torne antissocial não querendo ter contato com outras pessoas, também podemos destacar a exposição excessiva nas redes sociais esse critério já está sendo avaliado pelo mercado de trabalho que procura o Facebook dos candidatos a vaga para olhar o que os mesmos postam nos seus [sic] Facebook. Existe um pessoas que divulgou informações confidenciais de empresas que trabalham, publicam conteúdos pessoais da sua vida ou falam mal de colegas de trabalho ou outro próprio chefe. Esses estão arriscados a não serem escolhidos pois possuem publicações desnecessárias sobre o próprio emprego ou mesmo intimidade na sua rede social [interfere no trabalho, mistura o pessoal com o profissional]. Portanto, todo cuidado é pouco para que os jovens nós não se prejudiquem por causa da internet, sempre pense antes de postar qualquer coisa em seu perfil, a internet é uma ferramenta muito boa para o para o ser humano, mas é preciso usá-lo de forma correta e para o seu favor.

**146-** Hoje, vou falar de um dos momentos mais comentados e polêmicos da atualidade **feminismo**. Feminismo é um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens, em praticamente toda a história da humanidade as mulheres foram consideradas menos do que os homens, porém, foi só durante a revolução industrial que o movimento tomou força. Por isso, a importância da luta diária do feminismo não só pela igualdade de gêneros, mas também pela liberdade de expressão feminina. A verdade é que o feminismo já não luta apenas pelo direito ao voto, embora aborde também questões políticas e socioeconômicas, como a diferença salarial, o feminismo de hoje em dia vai de encontro com questões de natureza mais ética. Devem ter o direito de se vestirem como querem, o direito de dizer o que pensam, a serem livres e ambiciosas, a terem controle sobre o seu próprio corpo e vida, devem poder expressar a sua sexualidade quer verbalmente ou atos, devem poder andar destapada sem terem atenção indesejada e devem poder fazer escolhas que acham melhores para si no que toca ao seu corpo. As mulheres são pessoas e devem ter exatamente os

mesmos direitos que os homens, muitos acreditam que o feminismo prega o ódio contra os homens ou tentam vê-los como inferiores, podem ser vistos, ainda, como destruidor dos papéis tradicionais assumidos por homens e mulheres ou como destruidores da família. O feminismo não tem como objetivo destruir tradições ou a família, mas alterar a concepção de que lugar de mulher em casa cuidando dos filhos, o compromisso dos movimentos feministas é por fim a dominação masculina e a estrutura patriarcal. O feminismo interseccional abrange também o direito à igualdade de pessoas da comunidade LGBT, pessoas de cor e religião, e é por isso que o feminismo é tão importante pois resultam num apanhamento de minorias a lutar pela justiça a igualdade é bastante subjetiva, mas tem de ser para todos e não só para alguns.

**148-** Bom dia, boa tarde e boa noite estamos aqui na rádio sede estou com a \*\*\*\*\* e \*\*\*\*\* e eu sou a \*\*\*\*\* e nós vamos falar sobre a mais terrível fase da Segunda Guerra Mundial o Holocausto o ponto fundamental era o racismo segundo essa ideologia os alemães pertenciam a uma raça superior uma raça pura e única que deveria comandar o mundo os judeus foram as principais vítimas do nazismo então o que sabem sobre os Campos de concentração mas poucos têm conhecimento dos ocorridos como por exemplo experimentos ocorridos com os judeus como um enxerto ósseo que foi uma tentativa de enxerto para ver o processo de regeneração osso humano é outras torturas eles por cobalto se baixas temperaturas para ver o quanto o próprio suporte é usavam usaram também mais de 1000 vítimas para terceira vacina contra malária além desses experimentos deram muitos outros ele todos com o objetivo de fortalecer a raça alemã exterminar a raça inferior morreram vários judeus com esses experimentos mas não contentes com isso porque eles queriam apenas uma raça ocorreu então uma solução final queimar todos os que sobraram com um total de 17 milhões de mortes conhecido como o maior genocídio da história que é um assassinato em massa só uma observação a palavra Holocausto é de origem grega holos que significa todo e o castro que é queimado obrigado a todos pela sua atenção espero que vocês tenham gostado e até a próxima tchau.

**149- A polêmica lei da amamentação.** Viemos por meio desse episódio para falar de um fato antigo, mas como ainda havia pessoas com receio de ver mães amamentando seu filho em público. Nós sabemos que cada pessoa tem sua opinião sobre esse assunto, mas também não podemos ser ignorantes e desrespeitar uma mãe seu filho. Essa aprovação não existiu, porque tal regulamento, ele não existe. O que de fato aconteceu foi o envio de uma lei pelo prefeito de São Paulo Fernando, que prevê multa de 500 reais para o estabelecimento que proibir a amamentação em público. Para que tal matéria entrasse em vigor seria necessário passar por uma aprovação pelas duas casas legislativas em Brasília, além de ter a sanção da presidente ora não me parece possível que a representante maior do nosso Estado mãe que é, sancionar uma lei como essa que fique claro ao falar da presidente meu interesse ver discussões políticas além de informar este artigo tem como função reduzir a reprodução de um conteúdo equivocado nas redes sociais. Atualmente, com a facilidade de escrever coisas infundadas, e a facilidade de difusão de informações, sejam elas verdadeiras ou não, não se pode apenas compartilhar algo que está sendo falado, faça-se imprescindível checar e verificar o mundo já tem poucos motivos para raiva confusão, que tal espalharmos um pouco mais de amor e paz, harmonia. Os integrantes do grupo são \*\*\*\*\* número 10 \*\*\*\*\* número 11 \*\*\*\*\* número 25 \*\*\*\*\* número 26 e o \*\*\*\*\* número 35, 2E.

**ANEXO B - Termo de autorização de uso de imagem e voz**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR  
DIRETORIA DE ENSINO- REGIÃO DE [REDACTED]  
EE [REDACTED]  
RUA [REDACTED]  
FONE [REDACTED] - CEP [REDACTED] - [REDACTED]

**Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz**

Pelo presente instrumento particular eu, [REDACTED], portador(a) do RG [REDACTED], responsável pelo (a) estudante [REDACTED] da série/turma [REDACTED] da Escola Estadual [REDACTED]. **AUTORIZO** o uso de imagem e voz relativo ao Projeto Podcast do [REDACTED] para registro das práticas didáticas e pedagógicas realizadas, sem fins comerciais.

Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ou som de voz ou a qualquer outro, e assim assino a presente autorização.

Franca, 26 de Novembro de 2015.

[REDACTED]  
Assinatura do responsável pelo (a) estudante  
Nº RG: [REDACTED]

**ANEXO C- Termo de anuência**

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR  
DIRETORIA DE ENSINO- REGIÃO DE [REDACTED]  
EE [REDACTED]  
RUA [REDACTED]  
FONE [REDACTED] – CEP [REDACTED] – [REDACTED]

Ofício nº188/2011

[REDACTED], 13 de setembro, 2011.

Prezado (a) senhor (a):

Em atendimento ao edital nº 038/2010/CAPES/INEP de fomento a Estudos e Pesquisas em Educação, manifestamos anuência da Escola Estadual [REDACTED], como instituição associada que colocará à disposição a infra-estrutura física e recursos humanos disponíveis na escola para o desenvolvimento do projeto: Linguagens, códigos e tecnologias: práticas de ensino de leitura e de escrita na educação básica, a ser encaminhado pela instituição UNIFRAN- Universidade de Franca- Estado de São Paulo, sob coordenação da Profª. Dra. Maria Regina Momesso.

Nesta escola estadual, o professor regente de aulas de Sociologia Eduardo Yoshimoto, juntamente com os professores do Curso Mestrado em Linguística que integram a área do Texto e do Discurso, compõem a equipe de trabalho que desenvolverá o projeto de pesquisa.

Trata-se de um trabalho voltado à capacitação de professores e envolve a análise dos processos de ensino e aprendizagem de leitura e escrita da língua portuguesa visando, sobretudo, aspectos relacionados à construção da identidade do sujeito e sua inserção social. Além disso, produzir material didático pedagógico e oferecer cursos de capacitação a professores, a fim de contribuir para a melhoria dos resultados das avaliações sistêmicas, como: IDEB, SIMAVE, SARESP, PROALFA.

Cordialmente,

[REDACTED]

Diretor de Escola